

Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional

Jaqueline Ferreira de Lima Brito

**A Fortaleza de Macapá como monumento e a cidade
como documento histórico**

Rio de Janeiro

2014

Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional

Jaqueline Ferreira de Lima Brito

**A Fortaleza de Macapá como monumento e a cidade
como documento histórico**

Dissertação apresentada ao curso de Mestrado Profissional do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional como pré-requisito para obtenção do título de Mestre em Preservação do Patrimônio Cultural.

Orientadora: Prof. Ms. Helena Mendes dos Santos

Supervisora: Ms. Juliana Morilhas

Rio de Janeiro

2014

O objeto de estudo dessa pesquisa foi definido a partir de uma questão identificada no cotidiano da prática profissional da Superintendência do IPHAN no Amapá.

B862f	<p>Brito, Jaqueline Ferreira de Lima. A Fortaleza de Macapá como monumento e a cidade como documento histórico / Jaqueline Ferreira de Lima Brito – Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, 2014.</p> <p>264 f.; il.</p> <p>Orientadora: Helena Mendes dos Santos</p> <p>Dissertação (Mestrado) – Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, Mestrado Profissional em Preservação do Patrimônio Cultural, Rio de Janeiro, 2014.</p> <p>1. Patrimônio cultural. 2. Patrimônio arquitetônico – Macapá (AP). 3. Fortificações – Macapá (AP). I. Santos, Helena Mendes dos. II. Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (Brasil). III. Título.</p> <p>CDD 363.690981</p>
-------	--

Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional

Jaqueline Ferreira de Lima Brito

A Fortaleza de Macapá como monumento e a cidade como documento histórico

Dissertação apresentada ao curso de Mestrado Profissional do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, como pré-requisito para obtenção do título de Mestre em Preservação do Patrimônio Cultural.

Rio de Janeiro, 19 de Dezembro de 2014.

Banca examinadora

Professora. Ms. Helena Mendes dos Santos (orientadora)

Professora Dra. Analucia Thompson – PEP/MP/IPHAN

Professor Dr. Guilherme Cruz de Mendonça – Instituto Pereira Passos

À minha mãe Conceição pela paciência,
dedicação e força, à minha irmã Jéssica
pela bondade e compreensão
constantes.

AGRADECIMENTOS

A Deus, que abriu meus caminho, dando-me forças para vencer todas as adversidades.

Agradeço a todos que me ajudaram neste trabalho direta e indiretamente, não foi fácil.

Por isso, aos meus amigos, que estiveram e acompanharam meu dia-a-dia e que se fizeram presentes nos momentos em que mais precisei de uma palavra amiga, e para que eu realizasse mais essa etapa de minha vida, expresso minha total gratidão.

Inicialmente agradeço à professora Helena Mendes dos Santos, pela orientação, paciência e conhecimentos que me ajudaram no aprendizado para o desenvolvimento desta pesquisa e na vida profissional.

À minha mãe Conceição e irmã Jéssica que estiveram sempre ao meu lado e que proporcionaram meu alicerce de vida.

À minha supervisora Juliana Morrilhas, pelo apoio para a realização da pesquisa.

Aos colegas da Superintendência do IPHAN/AP, em especial, Charles, Juliana, Weleda amigos eternos, e Philipe Paz, pela torcida e apoio desde a elaboração do projeto de mestrado.

Aos queridos chefes e amigos, equipe técnica: Helena, Djalma, Rodrigo, e estagiários e bolsistas pelo carinho.

À professora Lia Motta, que ajudou nas primeiras ideias da pesquisa e pré-projeto.

Aos professores da COPEDOC, em especial a Adriana Nakamuta e Beatriz pelo carinho e atenção dada durante a realização dos módulos de aulas e da apresentação da defesa no Rio de Janeiro.

Aos amigos que deram todo apoio e estiveram ao meu lado durante estes dois anos, aos amigos eternos mesmo estando morando distantes, mas que sempre estiveram presentes: Arilena Nobre, Tatiana, Anne Caroline, Andreza, Thais, Marcelo, Alena, obrigada pela grande amizade.

RESUMO

A cidade de Macapá, sede político-administrativa do Estado do Amapá, foi fundada como estratégia de colonização das terras banhadas pela margem esquerda do Rio Amazonas e de proteção das fronteiras contra as invasões holandesas e francesas. No centro antigo ainda permanecem o traçado colonial de Macapá, projetado em 1755, e a Fortaleza de São José, único bem na cidade tombado pelo IPHAN e com entorno delimitado, mas descaracterizado, no que tange a arquitetura de sua época (século XVIII e início do século XIX). A arquitetura que permaneceu não possui caráter monumental, no que se refere ao caráter dado ao termo, originariamente, todavia, a permanência dessas edificações e do antigo traçado, até os dias de hoje, nos faz pensar sobre a necessidade da preservação destes testemunhos. Assim, o objetivo da presente pesquisa é trabalhar com a cidade, relacionando a valorização de sua história com o conceito de cidade-documento. O atual centro antigo da cidade possui bens imóveis da época do período colonial e outros que são do período do antigo território do Amapá, período muito significativo para a cidade, pois nele foram realizados projetos de reestruturação urbana que deram uma nova configuração à cidade, abrangendo, também, o seu patrimônio cultural, elementos estes que pretendemos valorar na presente pesquisa, considerando, na trajetória histórica, os bens mais antigos e os contemporâneos, que juntos formam o 'centro histórico' de Macapá. Dessa forma, utilizando como referencial teórico a noção de cidade-documento, discute-se o patrimônio urbano de Macapá, a partir de aspectos de sua formação e crescimento, incluindo a identificação dos marcos balizadores da cidade, assim como os bens significativos edificados em diferentes períodos, relacionando-os às diretrizes de proteção propostas nas diferentes esferas - municipal, estadual e federal -, tendo em vista o interesse pela preservação da cidade e de sua ambiência.

Palavras-chave: Centro antigo, Fortaleza de São José de Macapá, patrimônio cultural.

ABSTRACT

The city of Macapá, political and administrative headquarters of the State of Amapá in Brazil, was founded as a strategy of colonization of land bathed by the left bank of the Amazon River and border protection against the Dutch and French invasions. In the old centre still remain the colonial layout of Macapá, designed in 1755, and the fortress of São José, single well in the city tumbled by IPHAN and delimited environment, but mischaracterized, regarding the architecture of its era (18th century and early 19th century). The architecture that remained has no monumental character, with regard to the given character to the term, originally, however, the permanence of these buildings and the old track, to this day, makes us think about the necessity of preserving these testimonies. Thus, the objective of the present research is working with the city, linking the appreciation of its history with the concept of city-document. The current old city center possesses immovable property at the time of the colonial period, and others who are from the period of the ancient territory of Amapá, very significant period for the city, for in him were carried out urban restructuring projects which gave a new configuration to the city, encompassing also its cultural heritage, these elements that we in the present research, considering the historical trajectory, the older and contemporary goods, which together form the 'centro Storico' of Macapá. Thus, it discusses using as theoretical framework the notion of city-document, it discusses the urban heritage of Macapá, from aspects of its formation and growth, including the identification of the landmarks the underpinning of the city, as well as the significant goods built up in different periods in relation to the guidelines of protection proposed in the different spheres-local, State and federal, in view of the interest in the preservation of the city and its ambience.

Keywords : Antique Centre , Fortress of St. Joseph of Macapá , cultural heritage.

LISTA DE ILUSTRAÇÃO

Figura 01 – Prospecto sólido da Igreja de São José de Macapá (...) feita pelo sargento mayor Engenheiro Thomas Rodrigues da Costa. Ano: 1759.

Figura 02 – Planta da Vila de São José de Macapá, cartografia manuscrita Pará.

Figura 03 – Macapá - 1764, "Planta de huma Fortificação regular, fácil, e resumida pera se defender com huma limitada guarnição ", Autor: Enrico Antonio Galluzzi.

Figura 04 – Planta iconográfica, onde se destacam as duas grandes praças e as casas novas erigidas na Vila de S. José de Macapá para os novos povoadores no ano de 1759.

Figura 05- Planta da Vila de Mazagão, projetada paralelamente com a vila de Macapá, ambas sob responsabilidade do engenheiro Manuel da Gama Lobo da Almada.

Figura 06 – Praça Beira Rio, trapiche e ao fundo píer Santa Inês na década de 1970.

Figura 07 – Desfile escolar, na urbanizada Avenida FAB.

Figura 08 – Conjunto residencial IPASE, construídas para os funcionários do Ex-Território Federal do Amapá.

Figura 09 – Escola Barão do Rio Branco, antigo Grupo Escolar de Macapá.

Figura 10 – Foto aérea: Praça do Barão do Rio Branco, abaixo residência governamental; à direita, o Grupo Escolar de Macapá, sendo cortado pela Avenida FAB. Localizadas acima na foto, podem ser vistas as casas reservadas aos funcionários do TFA, cortadas pela Avenida Coaraci Nunes.

Figura 11– Vista parcial da Praça do Barão do Rio Branco, vendo-se ao fundo, o prédio dos Correios e Telégrafos.

Figura 12 – Antiga Escola Doméstica atualmente Escola Santana Rioli.

Figura 13 – Residência governamental.

Figura 14 – Escola Industrial de Macapá, antiga Escola GM, atual Escola Antônio Cordeiro Pontes.

Figura 15 – Primeira pista de pouso de Macapá e onde hoje se localiza a Avenida FAB no cruzamento com rua Eliezer Levi.

Figura 16 – Avenida Feliciano Coelho esquina com a Rua Jovino Dinoá, década de 1960. É possível perceber algumas tipologias arquitetônicas da época, alguns sobrados e chalés com técnicas construtivas regionais.

Figura 17 – Carreata em homenagem a São Cristóvão, protetor dos motoristas, década de 1970, subindo pela Rua Candido Mendes.

Figura 18 – Rua Candido Mendes, década de 1950.

Figura 19 – Igreja de São José de Macapá (matriz), na década de 1930.

Figura 20- Projeto de zoneamento urbano. COLE, H.J, 1979.

Figura 21 – Projeto Praça Beira Rio. COLE, H.J, 1979.

Figura 22 – O Real Forte Príncipe da Beira, também referido como Fortaleza do Príncipe da Beira, localiza-se na margem direita do rio Guaporé, atual município de Costa Marques, no estado de Rondônia, no Brasil.

Figura 23 – Serra do Navio é um município brasileiro no centro do estado do Amapá.

Figura 24 – Edificações na atual Rua Mário Cruz, à esquerda, vê-se o prédio da antiga Intendência e, aos fundos a Igreja São José de Macapá (1913).

Figura 25 – Vista atual da Rua Mário Cruz - permanência das duas edificações coloniais: o prédio da antiga Intendência e a Igreja São José de Macapá (2014).

Figura 26 – Praça Barão do Rio Branco atua.

Figura 27 – Praça Barão do Rio Branco.

Figura 28 – Praça da Matriz ou Praça Veiga Cabral (1910).

Figura 29 – Praça Veiga Cabral.

Figura 30 – Grupo escolar Barão do Rio Branco.

Figura 31 – Escola Barão do Rio Branco.

Figura 32 – Uso dos bens imóveis, conforme o Inventário dos Bens Imóveis - INBI.

Figura 33 – Vista da área de entorno - é possível visualizar um prédio do interior da Fortaleza de São José de Macapá, construído posteriormente à Portaria nº 422/2011, mas que se encontra fora dos limites da poligonal da portaria.

Figura 34 – Vista da área de entorno, sentido oeste, de onde se visualiza o centro comercial, do interior da Fortaleza de São José de Macapá.

Figura 35 – Vista da área de entorno, sentido nordeste, de onde se visualiza o centro comercial, área externa da Fortaleza de São José de Macapá.

Figura 36 – Panorama da poligonal de tombamento a parti da Fortaleza de São José de Macapá.

Figura 37 – Limite da poligonal de entorno, cruzamento na Avenida FAB e Rua São José.

Figura 38 – Rua Cândido Mendes, Casa Governamental.

Figura 39 – Rua Cândido Mendes, Praça do Barão do Rio Branco.

Figura 40 – Sede do prédio dos Correios.

Figura 41 – Museu Joaquim Caetano.

Figura 42 – Igreja Matriz de São José de Macapá.

Figura 43– Praça Beira Rio também incluída da poligonal de entorno.

Figura 44 – Sede da OAB, antigo FORUM de Macapá.

Figura 45– Praça Veiga Cabral.

Figura 46 – Foto aérea da Fortaleza de São Jose de Macapá.

Figura 47 – Recorte da Proposta de poligonal de tombamento da Fortaleza de São José de Macapá.

Figura 48 - Proposta de poligonal de tombamento.

Figura 49 – Portaria nº 422/2011-IPHAN, incluindo a proposta de delimitação das áreas tombada e de entorno, conforme os pareceres técnicos.

Figura 50 – Proposta de tombamento federal: identificação dos bens de interesse ao tombamento.

Figura 51 – Esquema comparativo da concepção do projeto da Vila de Macapá, século XVII.

Figura 52 – Centro Cívico de Macapá, principais vias de acesso e eixos viários.

Figura 53– Estrutura urbana de Macapá, principais eixos viários e ligação entre o Centro de Macapá e o distrito de Santana.

LISTA DE MAPAS

Mapa 01 – Histórico do Povoamento de Macapá século XVII-XVIII.

Mapa 02 – Consolidação das vilas de Macapá e Mazagão Novo no baixo Amazonas.

Mapa 03 – Primeiros bairros de Macapá década de 1960.

Mapa 04 – Processo de expansão urbana em Macapá em meados de 1970, criação de novos bairros.

Mapa 05 – Evolução Urbana da Cidade de Macapá (século XIX ao XX).

Mapa 06 – Proposta da pesquisa para tombamento do Centro Histórico de Macapá.

Mapa 07 – Processo de transferência da população negra da área central, no governo de Janary Nunes.

Mapa 08 – Bens imóveis, dispersos pela cidade de Macapá.

Mapa 09 – Largo dos Inocentes.

LISTA DE DIAGRAMAS

Diagrama 01 – Bens imóveis localizados na Avenida Cândido Mendes.

Diagrama 02 – Bens imóveis localizados na Avenida FAB.

Diagrama 03 – Bens imóveis localizados na Rua São José.

LISTA DE TABELAS

Tabela 01 – Fortificações tombadas pelo IPHAN até 1950.

Tabela 02 – Intensidade de ocupação das diretrizes definida na Lei complementar de nº 077/2011.

LISTA DE SIGLAS

IPHAN	Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional.
UNESCO	Organização das Nações Unidas, para Educação, Ciência e a Educação.
FSJM	Fortaleza de São José de Macapá.
TFA	Território Federal do Amapá.
FAB	Força Aérea Brasileira.
ICOMI	Sociedade Brasileira de Indústria e Comércio de Minérios de Ferro e Manganês.
CAEMI	Companhia Auxiliar de Empresas de Mineração.
BRUMASA	Empresa Bruynzeel de Madeira S/A.
ANCEL	Companhia Amapá Florestal Celulose S/A.
CEA	Companhia de Eletricidade do Amapá.
ALCMS	Área de Livre Comércio de Macapá e Santana.
PMM	Prefeitura Municipal de Macapá.
INBI-SU	Inventário Nacional de Bens Imóveis-Sítios Urbanos
TAC	Termos de Ajustamento de Conduta.
FUMCULT	Fundação Municipal de Cultura
SECULT	Secretaria de Cultura
SNPC	Sistema Nacional do Patrimônio Cultural
SNC	Sistema Nacional de Cultura
SPU	Serviço de Patrimônio da União
CONSEC	Conselho Estadual de Cultura
SICG	Sistema de Integrado de Conhecimento e Gestão
IBRAM	Instituto Brasileiro de Museus

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	18
CAPITULO I – O DESENVOLVIMENTO E A FORMA URBANA DE MACAPÁ	22
1.1 A origem de Macapá (1688-1782).....	22
1.2 Formação do Território Federal do Amapá-TFA (1943-1988).....	35
1.3 Processo de expansão na década de 1970.....	37
CAPITULO II – A ATUAÇÃO DO IPHAN NA CIDADE DE MACAPÁ	59
2.1 Tombamento da Fortaleza de São José de Macapá.	59
2.2 O entorno da Fortaleza de São José de Macapá.....	70
2.3 A Rerratificação do tombamento da Fortaleza de São José de Macapá.....	88
CAPÍTULO III - Proposta de proteção do centro histórico de Macapá	92
3.1 Referencial teórico.....	93
3.1.1 Conceitos-chave: Memória e História.....	93
3.1.2 O conceito de cidade-documento	98
3.1.3 Definindo políticas públicas.....	100
3.2 Antecedentes da proteção do centro antigo.....	103
3.3 Reflexos da História.....	109
3.4 Proposta de proteção.....	117
3.4.1 Bens de interesse para proteção.....	117
3.4.2 Diretrizes de gestão da área.....	128
CONSIDERAÇÕES FINAIS	134
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	136
APÊNDICES	145
ANEXOS	161

INTRODUÇÃO

À medida que o tempo passa, os valores indubitavelmente se inscrevem no patrimônio de um grupo, seja ele cidade, país ou humanidade; a vetustez, não obstante, atinge um dia, todo conjunto de construções ou de caminhos.
(CARTA DE ATENAS, 1933, p. 04)

Essa pesquisa iniciou-se a partir das atividades a serem desenvolvidas na Superintendência do IPHAN/AP, conforme apresentado no Edital de Seleção do Mestrado PEP/2012, que definia duas propostas de trabalho: participar nas atividades relacionadas às ações de normatização da área de entorno de dois bens tombados pelo IPHAN, a Fortaleza de São José de Macapá e a Serra do Navio, ou participar do desenvolvimento de pesquisas nas áreas de arquitetura e urbanismo relacionadas aos estudos, diagnósticos e projetos para a promoção de acessibilidade aos monumentos históricos.

Foi escolhido como tema da dissertação, inicialmente, o estudo das relações entre a Portaria nº 422/11-IPHAN, relativa ao entorno da Fortaleza de São José de Macapá, e as leis municipais de planejamento urbano; as outras propostas foram realizadas por mim nas práticas supervisionadas, sob a supervisão da historiadora Juliana Morrilhas. Além disso, meu primeiro produto resultante dessas atividades¹ me permitiu compreender, com maior clareza, a natureza do tema e, ainda, a importância que o mesmo oferece para a prática da preservação do patrimônio cultural na configuração de paisagem urbana da cidade de Macapá.

Logo após ter feito vários estudos e leituras correspondentes aos bens imóveis da cidade de Macapá, posteriormente ao segundo módulo de aulas do Mestrado, realizado no Rio de Janeiro, compreendi a necessidade de ir além da percepção do objeto de pesquisa. No entanto, foi pesquisando a documentação sobre os bens imóveis da cidade de Macapá - abrangendo desde o período da criação da Vila de Macapá, no século XVII, até meados do século XX, período significativo para a cidade porque marca a criação do antigo Território do Amapá - que pude identificar que a maior parte das edificações dos antigos períodos ainda se mantem.

A partir das leituras e análises compreendi que a cidade possui vários bens de natureza histórica, e que os valores a serem atribuídos a ela seriam de caráter distinto daquele atribuído, no sentido estrito, por exemplo, à Fortaleza de São José de Macapá - a Fortaleza foi inscrita no Livro do Tombo Histórico -, o que me direcionou para o seguinte objetivo: o de tentar compreender a cidade a partir do conceito de 'cidade-documento', utilizando como

¹ O primeiro produto corresponde aos Módulos 101-102-103 do Sistema Integrado de Conhecimento e Gestão-SICG, relativos à área de entorno da Fortaleza de São José de Macapá, conforme a Portaria nº 422/11-IPHAN.

suporte a documentação histórica e as referências culturais, que seriam usadas para a recuperação do entendimento da trajetória da origem e crescimento da cidade, delineando o objeto de estudo, que é o centro antigo de Macapá.

Com base no que foi proposto pela Superintendência do IPHAN, em conjunto com a orientadora Helena Mendes dos Santos, foi definido como tema da pesquisa o patrimônio cultural material da cidade de Macapá, incluindo o bem já tombado pelo IPHAN, a Fortaleza de São José de Macapá. Como questão norteadora apontamos: *De que forma a trajetória da formação da cidade pode contribuir para a construção dos valores a serem atribuídos ao centro antigo de Macapá?*

Como objetivo geral do trabalho pretendo discutir a valorização da cidade de Macapá como patrimônio cultural e o papel desempenhado pelas edificações históricas no contexto do conceito de ‘cidade-documento’, incluindo a Fortaleza de São José de Macapá e seu entorno, na construção dos valores atribuídos à cidade.

Como objetivos específicos, pretendo discutir o patrimônio urbano de Macapá a partir dos seguintes aspectos: da formação e crescimento da cidade (identificando os marcos - naturais e edificados - balizadores da cidade), dos projetos urbanos, dos usos diferenciados dos espaços e da vocação ribeirinha; das referências históricas e do urbanismo; e, ainda, da noção de referência cultural, visando contribuir para a delimitação do centro histórico de Macapá, para análise da atuação das instâncias municipais e estaduais na gestão do patrimônio edificado e urbano e, finalmente, para contribuir com o resgate da memória local, por meio da análise das entrevistas já realizadas em trabalhos anteriores e da documentação histórica.

Ao longo do Capítulo I, apresento a cidade de Macapá, a partir dos aspectos de sua formação e crescimento, abordando sua origem, formação e o processo de expansão da cidade descrevendo os aspectos históricos e documentais de Macapá.

No Capítulo II, trato das intervenções realizadas pelo IPHAN na cidade, com base nos documentos consultados, desde o tombamento da fortaleza, passando pela delimitação do entorno definida pela Portaria nº 422/11- IPHAN, até as ações mais recentes, isto é, a proposta de rerratificação do tombamento da Fortaleza, realizada em 2014, assim como a proposta de tombamento do centro histórico da cidade de Macapá.

No Capítulo III, apresento uma proposta de tombamento do centro antigo da cidade, partindo dos aspectos de formação e crescimento da cidade, das pesquisas em campo, das entrevistas com os moradores e usuários contidas do INBI-SU e no SICG, além dos conceitos

que permitem compreender a cidade na perspectiva do conceito da ‘cidade-documento’. A partir desses pressupostos, identifico os marcos balizadores da cidade – naturais e edificados –, o centro histórico e os principais usos dos espaços, e proponho algumas linhas de ação para o estabelecimento de políticas públicas voltadas para as referências culturais da cidade.

Para alcançar os objetivos estabelecidos, adotei como metodologia de pesquisa a análise dos dados históricos, da evolução da cidade e dos referidos bens imóveis destacados, dos estudos, levantamentos, inventários e pareceres elaborados pelos técnicos da Instituição, das visitas aos imóveis e entrevistas feitas com gestores, moradores e usuários da área.

Realizei, ainda, levantamento de dados sobre o patrimônio material da cidade de Macapá, pesquisas em campo, nos acervos bibliográficos, iconográficos e documentais da Fundação Municipal de Cultura/FUMCULT, da Secretaria Estadual de Cultura/SECULT, do Museu Joaquim Caetano e, também, nos acervos fotográficos e dos pesquisadores sobre a cidade. Também realizei mapeamentos e um breve diagnóstico relacionado à localização dos atuais imóveis situados no centro antigo de Macapá.

Ao longo da pesquisa, foi possível contar com uma abordagem multidisciplinar, tanto no que se refere às referências textuais relacionadas ao tema, como ao contexto geral, enfatizando os conceitos de história e memória abordando a cidade e o seu desenvolvimento urbano, a partir de um breve registro da trajetória desde o século XVII e meados do século XX (período da criação do antigo território do Amapá), até os dias de hoje.

A revisão bibliográfica foi realizada com base nas referências indicadas pelos professores do mestrado nos módulos de aulas, pela orientadora, pela supervisora na Unidade, em pesquisa nos sites da Biblioteca de Lisboa (Arquivo Ultramarino) e no de Domínio Público da União, nos acervos da Biblioteca Noronha Santos-IPHAN (Rio de Janeiro) e na biblioteca da Superintendência do IPHAN/AP.

Dentre os autores consultados, destaco, no que tange à história do período colonial da Amazônia: Renata Malcher e Arthur Reis; pela importante contribuição à questão da formação e evolução das cidades brasileiras: o arquiteto e professor Paulo Santos, além de autores que enfatizam a história da cidade, os conceitos da geografia e morfologia urbana; em relação à evolução dos conceitos ligados ao patrimônio cultural: Françoise Choay, as Cartas Patrimoniais e autores da área sociológica, como Jacques Le Goff e Pierre Nora.

Além disso, fiz o levantamento e análise da legislação vigente nos três âmbitos de atuação do poder público na área em estudo no que tange à situação atual da cidade - considerando o desenvolvimento urbano, aspecto que se reflete no objetivo da pesquisa -, e

das propostas de entorno que estão sendo elaborado no âmbito do IPHAN, tanto para a Fortaleza de São José de Macapá, que já é tombada, quanto para a paisagem da cidade, que envolvem questões arquitetônicas, urbanas e ambientais.

CAPITULO I – O DESENVOLVIMENTO E A FORMA URBANA DE MACAPÁ

1.1. A origem da cidade de Macapá (1688-1782)

As notícias sobre a ocupação do território onde hoje se localiza o estado do Amapá começam com a expansão marítima e as disputas entre portugueses e espanhóis, nas quais o Tratado de Tordesilhas (1493) teve como principal função definir a linha de demarcação das terras descobertas e a descobrir entre os dois países. As terras hoje amapaenses ficaram, inicialmente, sob a incumbência dos espanhóis.

No início do século XVII, as grandes expedições foram em busca de novas riquezas, começando a expansão das capitanias pela bacia do rio Amazonas:

No início do processo de ocupação portuguesa, a necessidade de conquistar e explorar o território amazônico foi o responsável pelo surgimento de várias cidades, como Belém na província do Grão-Pará. Os primeiros núcleos populacionais da Amazônia surgiram ao longo das vias fluviais, principalmente do rio Amazonas e seus afluentes. Ao longo do tempo, novos núcleos urbanos foram surgindo e, a exemplo dos primeiros, se expandiram a partir de fortificações ou missões religiosas. (BASTOS, 2006, p.38)

Quanto ao processo de povoamento dessa região, em 1637, o rei da Espanha, Felipe IV², criou a Capitania do Cabo Norte³, e doou as terras onde mais tarde foi fundada a Vila de Macapá a Bento Maciel Parente⁴, sendo nomeado governador do Estado do Maranhão, com sede na cidade de São Luís. Ele não chegou a se estabelecer ali e nem mesmo determinou a ocupação das terras, por não dispor de recursos financeiros para realizar o empreendimento e, como militar, porque estava envolvido no combate aos invasores estrangeiros, sendo responsável pelas reformas ligadas às políticas ultramarinas e ao novo modelo de colonização na Amazônia (MORAIS, 2013, p. 18).

² O rei Felipe IV (1605-1665) da Espanha também foi rei de Portugal e Algarves, como Felipe III, até 1640.

³ Essa região é citada em documentos portugueses como ‘Cabo Norte’, desde, aproximadamente, 1621.

Cf. ALVES FILHO, Ivan. *História dos Estados Brasileiros*. Rio de Janeiro: Revan, 2000. Disponível em http://pt.wikipedia.org/wiki/Capitania_do_Cabo_Norte.

⁴ Bento Maciel Parente (1567-1642) em 1609, serviu como Capitão de Entradas e Descobrimientos em São Vicente, no Maranhão e no Pará. Em julho de 1621, o rei de Portugal nomeou-o Capitão-mor do Grão-Pará. Durante o seu governo, Bento Maciel fortificou o Forte do Presépio e ordenou uma investida contra os invasores holandeses, com objetivo de expulsá-los da colônia. Em 1637, em reconhecimento aos seus muitos serviços, obteve a mercê do foro de Cavaleiro do hábito de Cristo e a de perpétuo Senhor e a donataria da Capitania do Cabo Norte.

Disponível em <http://darozhistoriamilitar.blogspot.com.br/2010/06/personagens-da-historia-militar-capitao.html>.

Nesse período, havia o interesse de reorganizar as defesas dos territórios, principalmente daqueles que faziam fronteira com domínios estrangeiros. Conforme José Manuel A. Silva, a readequação da defesa associada à questão de demarcação do limite setentrional no interior do Brasil motivou a fundação de novos povoados:

O primeiro e decisivo passo da prodigiosa aventura amazônica, realizada pelos portugueses, foi dado em 1616. Em Janeiro desse ano por incumbência de Alexandre de Moura, o conquistador do Maranhão aos franceses no ano anterior, o capitão Francisco Caldeira Castelo Branco desalojou os estrangeiros da foz do Amazonas e fundou na baía de Guajará, o Forte do Presépio, à sombra do qual se fixou um núcleo de colonizadores que deu origem ao povoado que viria a ser a vila de Nossa Senhora de Belém, futura cidade de Belém, capital da capitania do Pará e depois do Estado do Grão-Pará e Maranhão, sede episcopal e arquiépiscopal. (SILVA, 2002, p.2)

O atual estado do Amapá, por boa parte dos seus quase 400 anos de existência “... sob o domínio luso-brasileiro, foi parte de uma unidade administrativa maior – o Pará...”⁵, mas que foi abalado pelas invasões dos holandeses e ingleses, sendo que apenas em meados do século XVII essa ocupação foi enfraquecida. Com o objetivo de proteger os limites estabelecidos – palco das disputas com os franceses, que investiam em conquistas de território nas Américas -, em 1688, o Capitão Antônio de Albuquerque Coelho⁶ tomou as providências para que fosse construída a fortificação denominada de Santo Antônio de Macapá, erguida sobre as ruínas do antigo Forte Cumaú⁷:

(...) a primeira referência da ocupação portuguesa da região é um forte, construído em 1623, por Bento Maciel Parente. Fora feito sob a invocação se Santo Antônio, no sítio do Mariocay, onde os holandeses constituíam perigo. Depois em 1631, uma expedição é enviada de São Luís para expulsar desta feita ingleses instalados nas áreas e destruir o seu forte, designado de Cumaú. Em 1632, o dito forte foi rendido e arrasado por Feliciano Coelho. (ARAÚJO, 1998, p. 145)

⁵ Cf. CASTRO, Adler Homero Fonseca de. O fecho do Império: História das fortificações do Cabo Norte ao Amapá de hoje. In: GOMES, Flávio dos Santos. (Organizador) *Nas terras do Cabo Norte – fronteiras, colonização e escravidão na Guiana Brasileira – séculos XVIII/XIX*. Belém: Editora Universitária/UFGPA, 1999, p.136.

⁶ Antônio de Albuquerque Coelho (1655-1725), em 1688 era Capitão-mor do Pará e governador do Estado do Grão-Pará foi governador do Rio de Janeiro em 1709.

Cf. Arquivo Histórico Ultramarino: AHU_CU_013, Cx. 3, D.233. (Informação enviada pelo professor Adler)

⁷ O Forte de Cumaú foi construído na margem esquerda do rio Matapi [rio que banha o estado do Amapá e desagua no rio Amazonas no] atual município de Santana-AP), em 1632, por Roger Fry (foi o último forte inglês construído na região). Cf. CASTRO. Adler Homero Fonseca de. O fecho do império: história das fortificações do Cabo Norte ao Amapá. In: GOMES, Flavio dos Santos (org). *Nas terras do Cabo Norte: fronteiras colonização e escravidão*, p. 138- 152. Parágrafo “Em 1697, o forte foi tomado pelos franceses, comandados pelo Marquês de Ferroles. No ano seguinte, os portugueses, sob o comando de João Moniz de Mendonça Furtado e Francisco de Sousa Fundão, retomaram a fortificação. Entretanto, instaurada a situação de litígio com a Coroa de França, esta [situação] perdurará (...) até 1713, com a assinatura do tratado de Utrecht.” Cf. ARAÚJO, 1998, p. 147.

Com a reforma pombalina⁸, a sede de governo – que conforme mencionado, estava localizada em São Luís do Maranhão -, foi transferida para Belém, passando o Estado a ser denominado Estado do Grão Pará e Maranhão. Foi nomeado para governador e capitão-general do novo governo, Francisco Xavier de Mendonça Furtado, um dos irmãos de Marques de Pombal, que assumiu suas funções em 24 de Setembro de 1751.

No século XVIII, como forma de proteger os limites territoriais, os portugueses usaram as divisas naturais como limites geográficos: ao norte, o rio Oiapoque ou São Vicente⁹; ao sul, a foz do rio Amazonas; a oeste, o Oceano e a leste, o Rio Jari:

Espantosa epopeia esta! Conquistar esse vastíssimo espaço da Amazônia foi uma das mais notáveis se não mesmo a mais notável das empresas dos portugueses e dos luso-brasileiros. Como muito bem escreveu Joaquim Nabuco “nada nas conquistas de Portugal é mais extraordinário que a conquista do Amazonas”. (NABUCO Apud: SILVA, 2002, p. 3).

Conforme observa Arthur Cesar Ferreira Reis (1993, p. 54), no início do século XVIII, a região das atuais terras amapaenses tinha uma fraca ocupação lusa. Em 1751, o governador Mendonça Furtado, enviou uma expedição para que fosse fundada uma nova povoação, provisoriamente denominada de Vila de Macapá, e que, com a implantação da vila, fosse construído um fortim apontado por alguns autores como sendo a Fortaleza de São José de Macapá: *“Aquela povoação se fundou com a denominação, por ora, de São José de Macapá, enquanto S. Magde, não é servido declarar se quer seja cidade ou vila e o nome que deve ter”* (ARAÚJO, 1998, p. 149).

⁸ O termo ‘reforma pombalina’ se refere às várias reformas administrativas, econômicas e sociais promovidas durante a segunda metade do século XVIII, por Sebastião José de Carvalho e Melo (1699 -1782), o Marquês de Pombal, político português nomeado por D. José I. Promoveu a modernização da administração pública tendo como objetivo ampliar os recursos provenientes da exploração colonial. Essa tendência favorável às reformas administrativas e ao fortalecimento do Estado Monárquico pode ser compreendida no contexto dos problemas econômicos enfrentados por Portugal, em consequência da dependência econômica em relação à Inglaterra, da perda das áreas colônias e da queda da exploração aurífera no Brasil.

Disponível em <http://www.brasilecola.com/historiab/reformas-pombalinas.htm>

Segundo Ana Paula Seco e Tania Amaral “A reforma Pombalina é um importante marco na Historiografia da Educação Brasileira. Por ser contextual, não é possível compreendê-la senão por meio da própria História do Brasil enquanto Colônia de Portugal, espaço temporal onde foi criada. Isso passa necessariamente pelo entendimento das ideias de quem a gerou, qual seja, um dos vultos históricos mais contundentes de Portugal e da América Portuguesa, Sebastião José de Carvalho e Melo, o Marquês de Pombal (primeiro ministro de Portugal de 1750-1777) . Tanto ele como o seu governo controverso permanecem motivo de polêmica até hoje. Para além do mito, ficou o debate que a sua atuação suscitou ao longo de décadas: o lastro ideológico, reformador e autoritário, voluntarista e despótico e de tirano esclarecido”. Cf. SECO, Ana Paula, AMARAL, Tania C. Iglesias. *Marquês de Pombal e a reforma educacional brasileira*. UNICAMP. Disponível em <http://www.histedbr.fe.unicamp.br/navegando/periodo_pombalino_intro.html>. Acesso em: 06 de out. de 2014.

⁹ O nome São Vicente foi dado ao lado francês do rio, em homenagem ao navegador francês Vicente Pinzon, antes dos portugueses descobrirem o Brasil, “Pinzón visitou a costa nordeste da América e chegou até o estuário do grande rio que, enroscado em igarapés, furos, rias e passagens, não se dava a conhecer. Sua foz abarcava mais de cinquenta léguas e suas águas pareciam avançar dezesseis em oceano aberto (hoje, se sabe que alcançam trezentos e vinte quilômetros).” SARNEY, José; COSTA, Pedro. *Amapá: A terra onde o Brasil Começa*. Brasília – DF: Coleção Brasil 500 anos. Senado Federal -, 1999, p.19.

Em meados de 1752, o ouvidor João da Cruz Diniz Pinheiro foi para Macapá, a fim de dar início às primeiras construções do povoado. O interesse pela ocupação da região pode ser observado no relato do governador, que descreve as condições da futura vila de Macapá, conforme trecho transcrito:

As plantas que são remetidas têm um desenho tosco, mas, na essência, representam o que de fato será o embrião da vila, inclusive com a definição das duas grandes praças. Pela natureza enfática e pouco modesta do discurso do ouvidor é lícito, neste caso, questionar se terá sido de facto ele e verdadeiro autor do plano ou se, ao ser encarregado da continuidade do estabelecimento da povoação, teria outras indicações para a instalação urbana. (ARAÚJO, 1998, p.150).

Conforme planta do ano de 1761 (Figura 02), o núcleo inicial da cidade estava constituído pelas principais edificações, como a Igreja de São José (1761) e a Fortaleza de São José de Macapá (1782), restringindo-se, o povoado, somente à área central da cidade.

A planta original da igreja (Figura 01), projetada por Tomás Rodrigues da Costa¹⁰, era em estilo “romano” (ARAÚJO, 1998, p. 178), mas não foi executada conforme o projeto, por ter sido considerada de alto custo e obra de longa duração pela Coroa Portuguesa¹¹.

¹⁰ De acordo com Janaina Camilo “O engenheiro escolhido para Macapá foi Tomás Rodrigues da Costa, assumindo o comando da vila que a partir de então pode ser finalmente assim denominada, pois fora elevada a esta categoria, em 8 de fevereiro de 1758”. Cf. CAMILO, Janaina. *Homens e pedras no desenho das fronteiras amazônicas (1764/1782)*, UNICAMP, São Paulo, p.7.

¹¹ Segundo carta trocada entre Manuel Bernardo de Melo e Castro (governador na época) e Francisco Xavier de Mendonça Furtado (do Conselho Ultramarino) sobre o novo templo de Macapá.

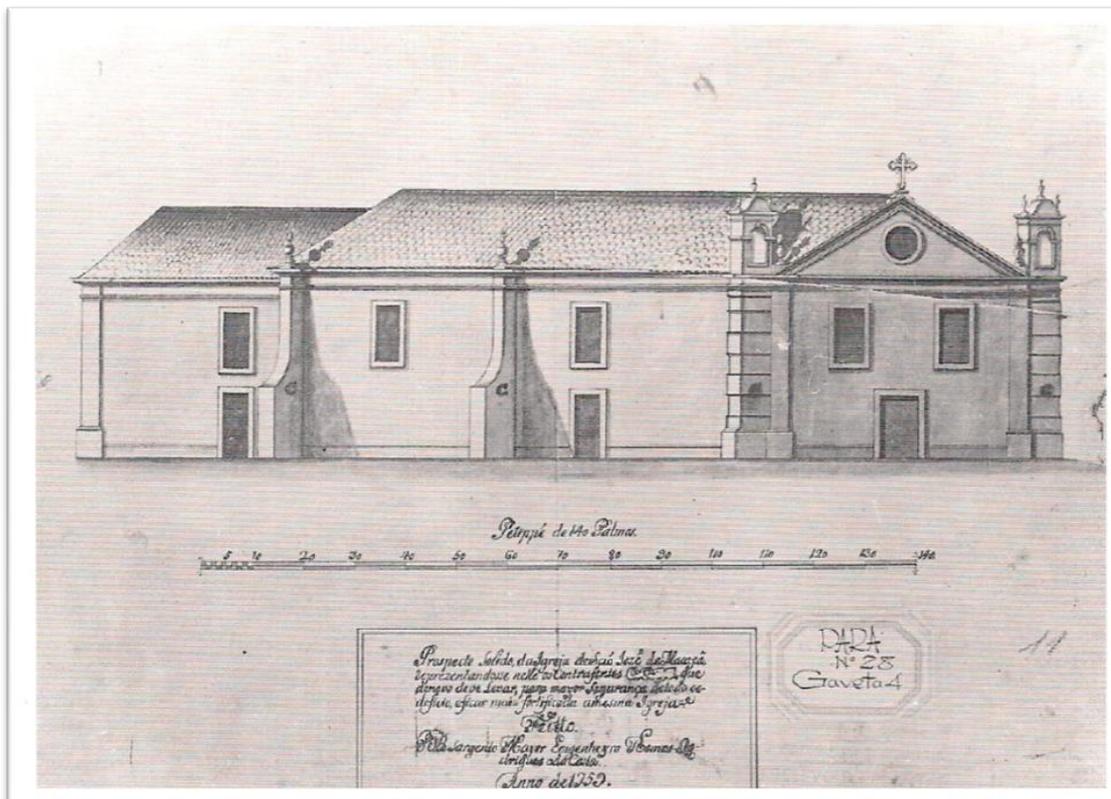


Figura 01. Prospecto sólido da Igreja de São José de Macapá (...) feita pelo sargento mayor Engenheiro Tomás Rodrigues da Costa. Anno 1759. Fonte: ARAÚJO, 1998, p. 178.

A igreja - que conforme planta, correspondia a “noventa palmos de comprimento, por trinta de largo não cabe nele a maior parte da gente por serem para cima de seiscentas pessoas”¹², foi projetada, aparentemente, sem uma real preocupação na sua execução, tendo sido construída apenas a nave central e uma torre sineira; foi erguida em taipa, em decorrência do alto custo dos materiais construtivos.

Uma característica marcante da implantação da Vila de Macapá foi a preocupação com as dimensões dos lotes, que mediam “dez braças de largo por trinta de fundo, inserindo-se na maior escala do quadro hierárquico das proporções urbanas utilizadas no Brasil.” (ARAÚJO, 1998, p.151)

Além da largura dos lotes, também se destaca no projeto da Vila de Macapá, a largura das avenidas, e o dimensionamento das duas grandes praças¹³, denominadas Praça de São Sebastião, atual Praça Veiga Cabral, e Praça de São João, atual Praça do Rio Branco (Figura 02, representadas pelas letras M e N, respectivamente), valorizando cada uma delas.

¹² ARAÚJO, Renata Malcher. *As cidades da Amazônia no século XIII: Belém, Macapá e Mazagão*, 1998, p.179. As especificações métricas da época, correspondentes ao dimensionamento da nova igreja de Macapá.

¹³ Na planta de 1755, a dimensão de cada uma das praças equivalia a 65 x 70 braças e no projeto do sargento-mor João Geraldo de Gronsfeld, de 1761, correspondia a 80 x 70 braças. As praças ainda permanecem com a sua conformação original. Cf. ARAÚJO, Renata Malcher. Op. Cit. 1998 p. 150.

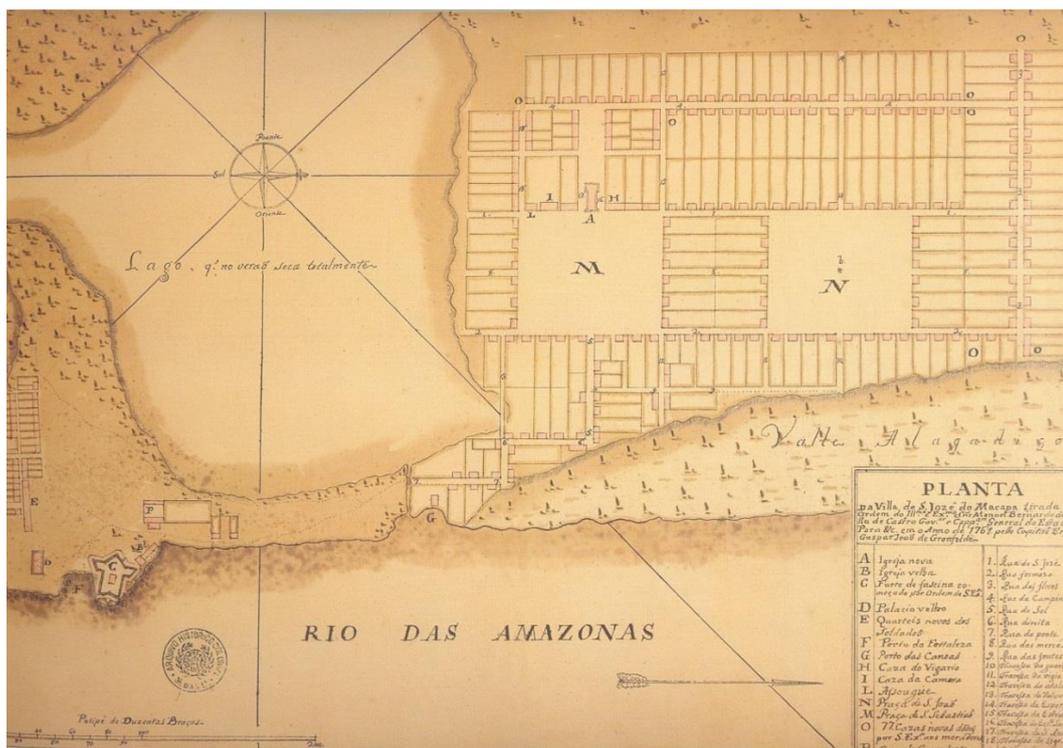


Figura 02. Planta da Vila de São José de Macapá, ano de 1761, cartografia manuscrita Pará (798). Fonte: ARAÚJO, Renata. 1998, p.165.

Na concepção urbana da vila de Macapá, foi utilizado o traçado regular ou ‘estilo tabuleiro de xadrez’. Com isso quero dizer que mesmo em Macapá, na sua condição de pequena vila, no século XVIII, as concepções construtivas de grandes cidades erguidas pela coroa portuguesa foram obedecidas, projetadas por engenheiros como Henrique Antônio Galuzzi e Henrique Wilkens¹⁴, que deixaram ali a sua marca.

Outro ponto a ser destacado é que a primeira planta da Vila de Macapá já previa uma área para seu crescimento, estabelecendo uma distinção entre núcleo central e área periférica, característica pouco comum nos projetos das cidades desse período:

Se é possível estabelecer distinção entre o núcleo central e a periferia de certas cidades [portuguesas] que pouco cresceram desde o fim da Idade Media até o

¹⁴ Henrique Antonio Galuzzi projetou a “Planta da praça e vila de São José do Macapá, como se acha no ano de 1763, e tirada geometricamente debaixo das ordens do Ilmo. e Exmo. Sr. Fernando da Costa de Ataíde Teive...Pelo capitão engenheiro Henrique Antonio Galucio”(AHE. RJ M8,G2, 102/F,6.5) Cf. ARAÚJO, Op. cit., 1998, p.316.

Existem documentos que mencionam a autoria do projeto: 12/6/1762 - Carta de Wilkens ao governador dando conta que tinha feito com Galuzzi,(APP,cod, 4, doc, 108); em 6/7/1762 - Carta de Wilkens ao governador narrando as circunstâncias da construção do reduto em Macapá e perguntando pela sua promoção.(APP, cod, 4, doc, 114); 9/8/1762 - Carta de Wilkens ao governador dando conta das obras pouco avançadas em Macapá pela falta de trabalhadores e pela utilização em outros serviços.(APP, cod, 4, doc. 156) Cf. ARAÚJO. Renata, 1998, p.320.

momento presente – diz o professor Mário Chicó -, a verdade é que, nas mais vastas, o crescimento foi quase sempre desordenado e que nem sempre foi fácil ligar os novos bairros à parte mais antiga. Daí é claro, o motivo – por certo o motivo principal – por que os arquitetos nacionais, muitos deles construtores de fortalezas, levaram para a África, para o Brasil e para certas regiões do Oriente a concepção tradicional da cidade portuguesa. (CHICÓ, Apud: SANTOS. 2001, p.37)

Após a elaboração da primeira planta de Macapá no período colonial, os planos seguintes seguiram a mesma tipologia urbanística traçada na disposição das ruas e quadras.

Macapá não foi construída à sombra de uma fortificação como muitas cidades da região amazônica, porque o novo forte, construído para substituir a velha fortificação de Cumaú, acabou sendo o último a ser erigido, em uma nova localização, mais ao norte, na foz do rio Amazonas, como mostra essa passagem do texto:

(...) O substituto de Mendonça Furtado, capitão-general Fernando da Costa de Ataíde Teive, confia ao engenheiro Henrique Antônio Galucio o projeto e a construção de uma nova fortaleza: a de São José de Macapá, que viria a ser uma das mais monumentais do Brasil, e cuja pedra fundamental foi lançada em 1764 (...). (SANTOS, 2001, p.69).

Embora o planejamento da Vila de Macapá tenha se iniciado antes da construção da Fortaleza, as obras para implantação da vila sofreram diversos impasses devido à política dos governantes e às epidemias que dizimaram milhares de habitantes. Conforme Silva, foi necessário que a Coroa tomasse providências para impulsionar o processo colonizador:

Nos últimos anos do reinado de D. João V [1707-1750], o Pará foi assolado por uma violenta epidemia de varíola que devorou mais de 40.000 pessoas, a grande maioria das quais escravos índios. Por falta de mão-de-obra, o sistema produtivo, o comércio e as consequentes rendas tributárias foram fortemente afetadas. Havia que revitalizar o tecido demográfico para impulsionar o processo colonizador. Para tal, o gabinete Josefino lançou mão de três expedientes: o recrutamento de colonos, o descimento de índios do sertão para as povoações ribeirinhas e a introdução de escravos africanos. No que toca aos colonos, o recrutamento fez-se em todo o Reino, nos Açores, na Madeira e até em alguns países europeus. Concretamente, em 1750, o rei permitiu que se contratasse o transporte de cinco mil casais das ilhas para o Pará e Maranhão, pelos posteriores contratos com diferentes assentistas. (SILVA, 2002, p. 6).

Assim, em 1758, além de ser erguida a vila, denominada de São José de Macapá, o Governador Mendonça Furtado (SANTOS, 2001, p.69), planejou a vinda dos primeiros povoadores para a vila, de origem açoriana¹⁵, para compor o que seriam as primeiras colônias em terras amapaenses.

¹⁵ A migração dos colonos açorianos se deu após a ameaça da França (1748-1749) em ocupar os territórios do Cabo Norte, incluindo Oiapoque e as fronteiras entre Brasil e Guiana Francesa, após a epidemia que teve na região que dizimou a maior parte da população. Portugal precisou aumentar o contingente populacional ordenando a vinda de “cinco mil casais a alistar nas ilhas dos Açores e da Madeira, como mostra o parecer do Conselho Ultramarino, de 16 de Maio de 1750” Cf. SILVA, José Manuel A. p.14. “*O modelo Pombalino de Colonização na Amazônia*”, Universidade de Coimbra – C.H.S.C, 2002.

Conforme citado anteriormente a vila, até então, estava formada pelas casas e a igreja, de um forte que garantiria a soberania das terras contra a invasão dos franceses vindos da Guiana.

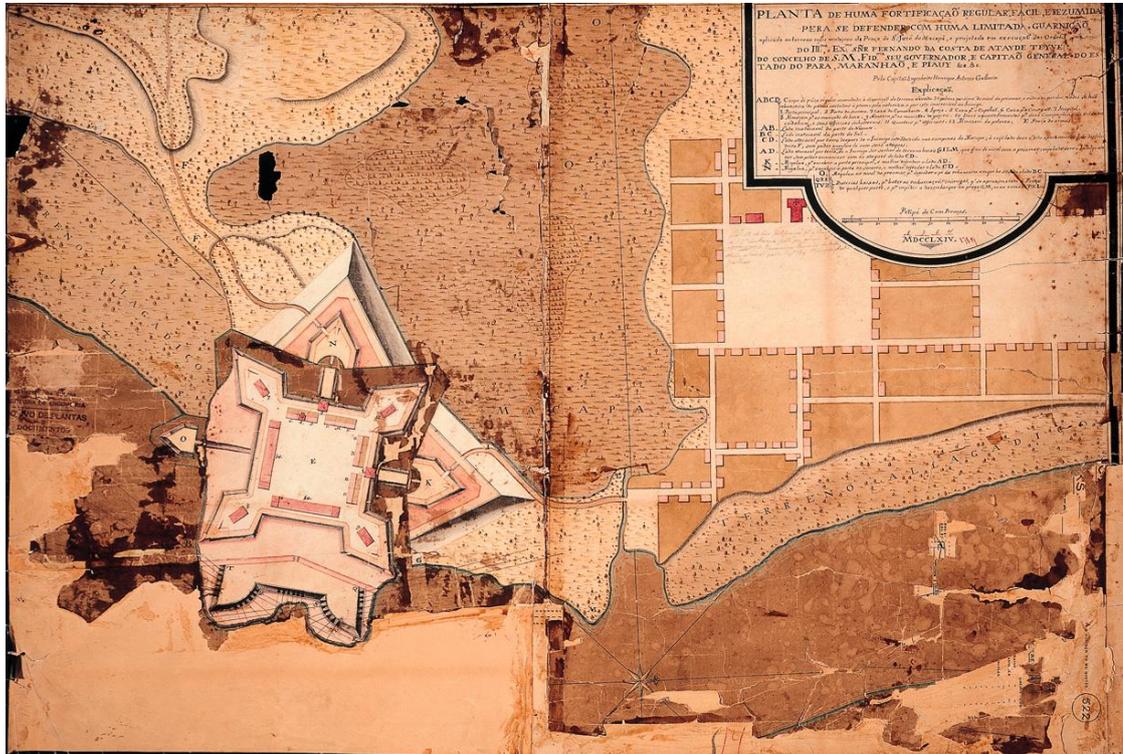


Figura 03. Macapá - 1764, "Planta de huma Fortificação regular, fácil, e rezumida pera se defender com huma limitada guarnição", Autor: Enrico Antonio Galluzzi, fonte: Original manuscrito do Arquivo Histórico do Exército, Rio de Janeiro.

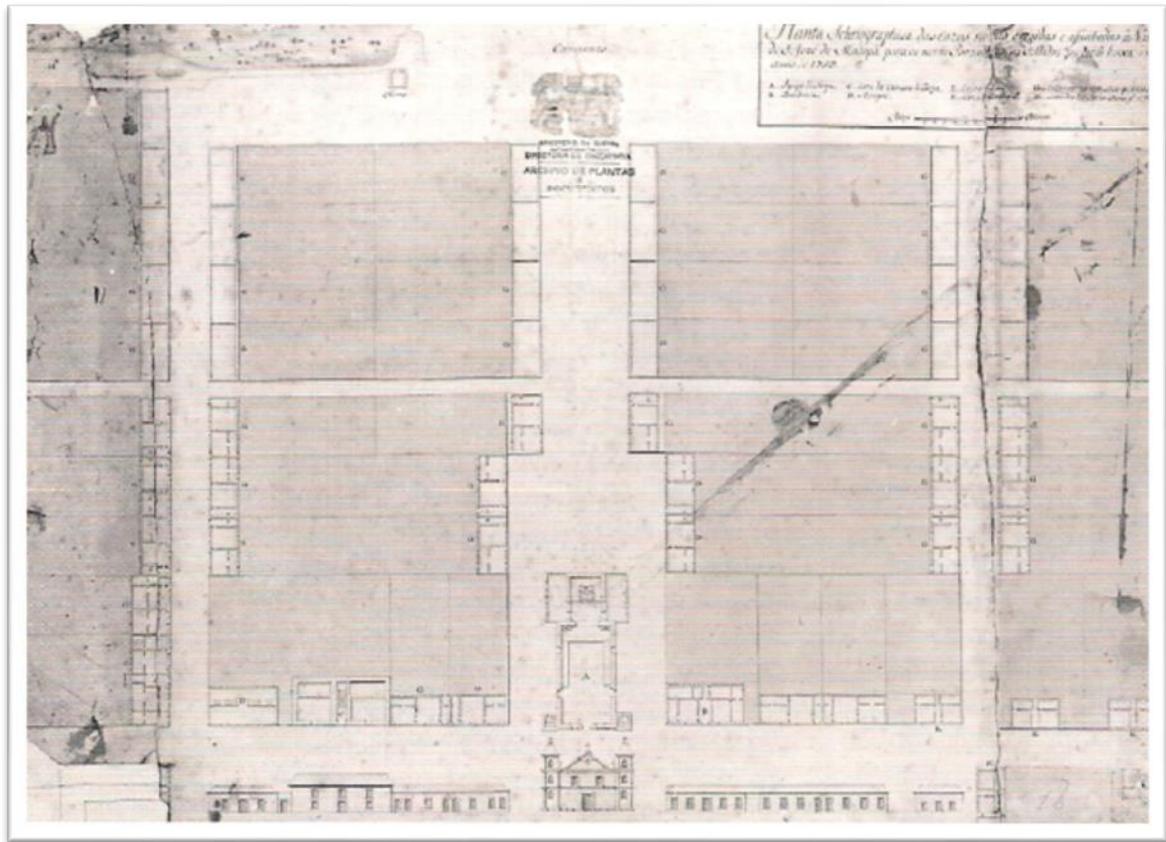
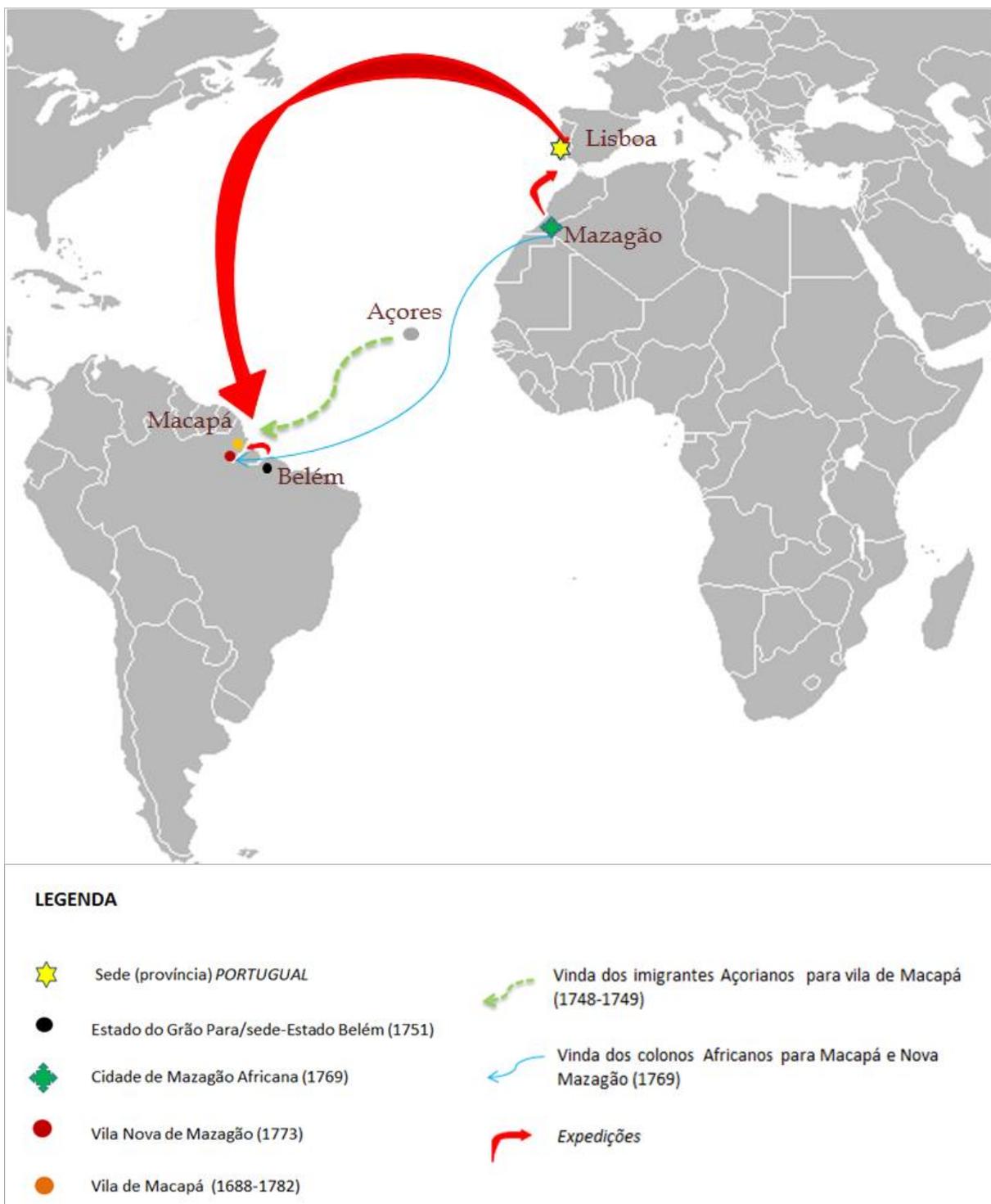


Figura 04. Planta iconográfica, onde se destacam as duas grandes praças e as casas novas erigidas na Vila de S. José de Macapá para os novos povoadores no ano de 1759. Fonte: ARAÚJO. Renata, 1998.

Segundo Renata Malcher de Araujo:

(...) a principal justificativa da prioridade ideológica, que Macapá também assumiu, estará ao fato de ter sido pensada como uma experiência-modelo, que deveria espelhar um projeto administrativo e político. A implantação dos colonos açorianos pretendeu aqui, mais do que nos outros lugares onde também foram colocados, encarnar o tópico da civilidade “branca”. O projeto da vila fez-se acompanhar de um projeto econômico que se fundamentava no incentivo à agricultura e à pecuária (feito inclusive com doação de gados bovinos e equinos para os colonos), no fomento da indústria, em especial a fabricação de algodão, e uma tentativa de criação de bichos-de seda. Todo este programa, em total coerência com o projeto político maior, apontava para a Vila de Macapá como efetivamente “uma das partes essenciais de que se havia de compor o governo”. (ARAÚJO, 1998, p. 157).

Ainda segundo a autora, no projeto para Vila de Macapá, “*Os trabalhadores negros entraram na região para atender aos interesses da colonização portuguesa de diversas formas: os primeiros escravos africanos chegaram à Macapá trazido pela Companhia do Comércio do Grão-Pará*”, e outros vieram com famílias portuguesas, oriundas de Mazagão Africana. (GOMES, 1999. Apud, BASTOS, C. M. C.B, 2006, p.33). De acordo com Bastos (2006), alguns desses trabalhadores negros, possivelmente, chegaram aqui fugidos da Guiana Francesa, em meados do século XVIII.



Mapa 01. Histórico do Povoamento de Macapá século XVII- XVIII: Disponível em < http://commons.wikimedia.org/wiki/File:Mapa_Mundi_Detalle_Max_2008.png>, acesso em 02 de jan. de 2014 , adaptação gráfica: Jaqueline Brito.

Ainda segundo a mesma autora, o engenheiro Tomás Rodrigues da Costa, responsável pela construção da igreja, também fez os projetos de algumas casas da vila, da residência do vigário, e de outras edificações como açougues, hospitais, quartéis etc., além de ter concluído o projeto urbanístico da Vila de Macapá.

No ano de 1761 foram estabelecidas as normas para o funcionamento da Vila de Macapá, o que pode ser considerado como o primeiro projeto de posturas da cidade, propondo a conservação do seu traçado original, a fim de evitar possíveis alterações que colocassem em risco o planejamento urbano e o crescimento da vila. Nesse projeto foram incluídos quesitos relativos à manutenção urbanística, assim como à limpeza, ao controle urbano de uso e ocupação dos lotes, às reformas e vistorias das casas, controle das plantações e criações pastoris que estavam em advento devido à expansão do comércio local¹⁶.

Em 1769, paralelamente à consolidação da Vila de São José de Macapá, estava sendo projetada a Vila de Mazagão¹⁷, que infelizmente não foi concretizada nos moldes planejados pela Coroa Portuguesa, em vista do desgaste da trajetória de seus colonos de um continente a outro. Na Vila de Macapá foi possível concretizar a maior parte do que foi planejado, enquanto que Mazagão (Figura 05) praticamente não saiu do papel representando a cidade que ficou no passado.

¹⁶ Cf. Informações contidas no Inventário Nacional de Bens Imóveis - INBI-SU/IPHAN, realizado em 2009, p.38.

¹⁷ Segundo Vidal “Mazagão, é uma cidade fundada no Marrocos, no século XVI, pelos portugueses, como parte das conquistas expansionistas pela reconquista de territórios não-cristãos. Em 1769, foi sitiada por cerca de 120 mil soldados mouros, a vila inteira de Mazagão – seus 2 mil habitantes e todos os bens que podiam carregar – é transferida para Lisboa por decisão da coroa portuguesa. Eram então necessários braços para o trabalho e pessoas que lá se fixassem. A solução: transferir Mazagão para o Brasil. Mas pouco tempo depois, ainda no século XVIII, uma epidemia devasta a jovem vila; os poucos sobreviventes fogem e se estabelecem em outras localidades do Amapá. Uma historia dramática vivida em três continentes, contada todos os anos, na região, durante os festejos de São Tiago. Um fato histórico que volta à vida com a recente descoberta das ruínas de Mazagão, no meio da floresta”. Cf. VIDAL. Laurent. “Mazagão - A cidade que atravessou o Atlântico: do Marrocos à Amazônia (1769-1783)”; posfácio Jean Duvignaud; tradução Marcos Marcionilo – São Paulo: Martins, 2008.

Após a desativação da Mazagão africana, o Marquês de Pombal transferiu 340 famílias portuguesas para o Brasil, desembarcando-as em Belém, em 1770, onde ficaram instaladas até 1771. Nesse período, o governador do Grão-Pará e Maranhão, Ataíde Teive, já estava providenciando a construção da nova Mazagão na região amazônica, na margem do rio Mutuacá. Das 340 famílias mazaganistas - assim chamados na desativada Mazagão -, muitas ficaram na Mazagão amazônica, algumas nas imediações de Belém e outras em Macapá. A prosperidade de Mazagão, entretanto, foi curta: em 1781, uma epidemia de cólera atingiu a região, matando dezenas de mazaganenses, o que prejudicou, também, a economia do município. Em 1833, Mazagão é rebaixada à categoria de vila, ficando subordinada ao município de Macapá. A cidade é hoje denominada Mazagão Velho, após a construção da nova sede da cidade, que fica localizada mais próxima da cidade de Macapá, entre o rio Vila Nova e o braço esquerdo do Amazonas.

Cf. Texto do historiador Edgar Rodrigues. Disponível em <http://www.amapadigital.net/mazagao.php>.

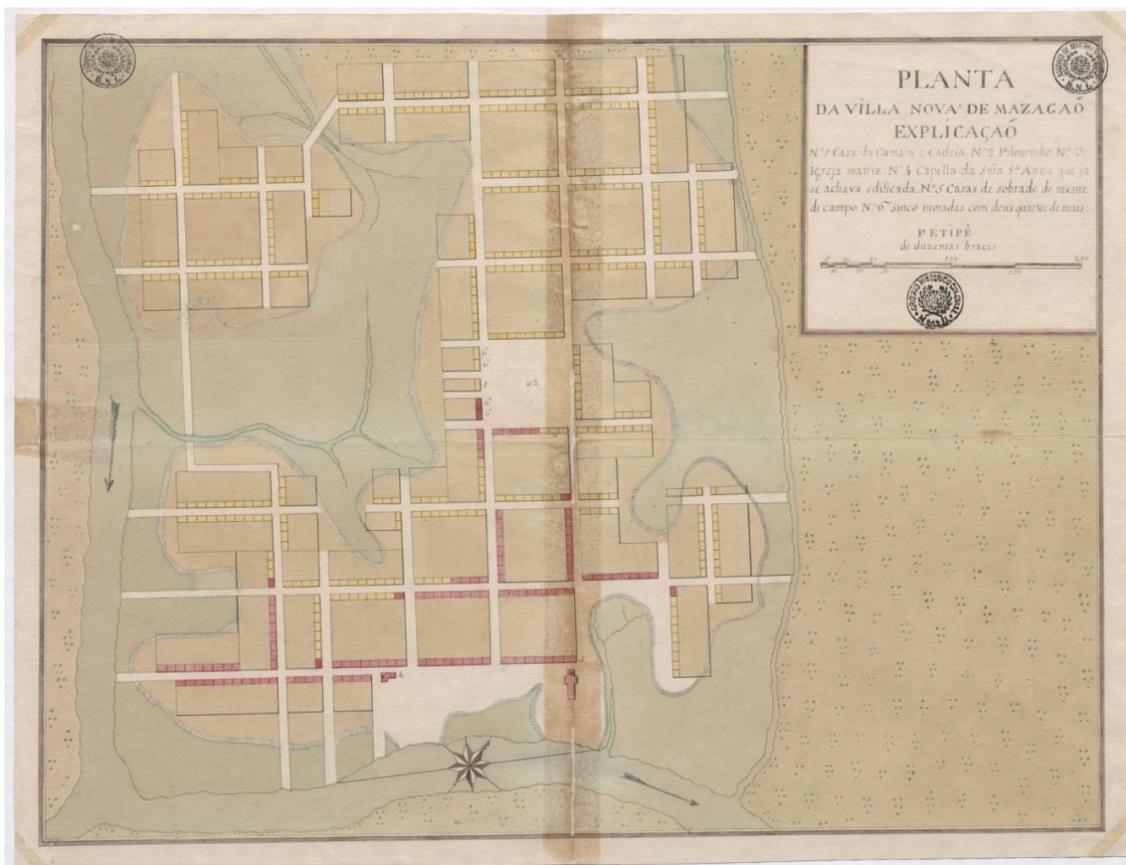
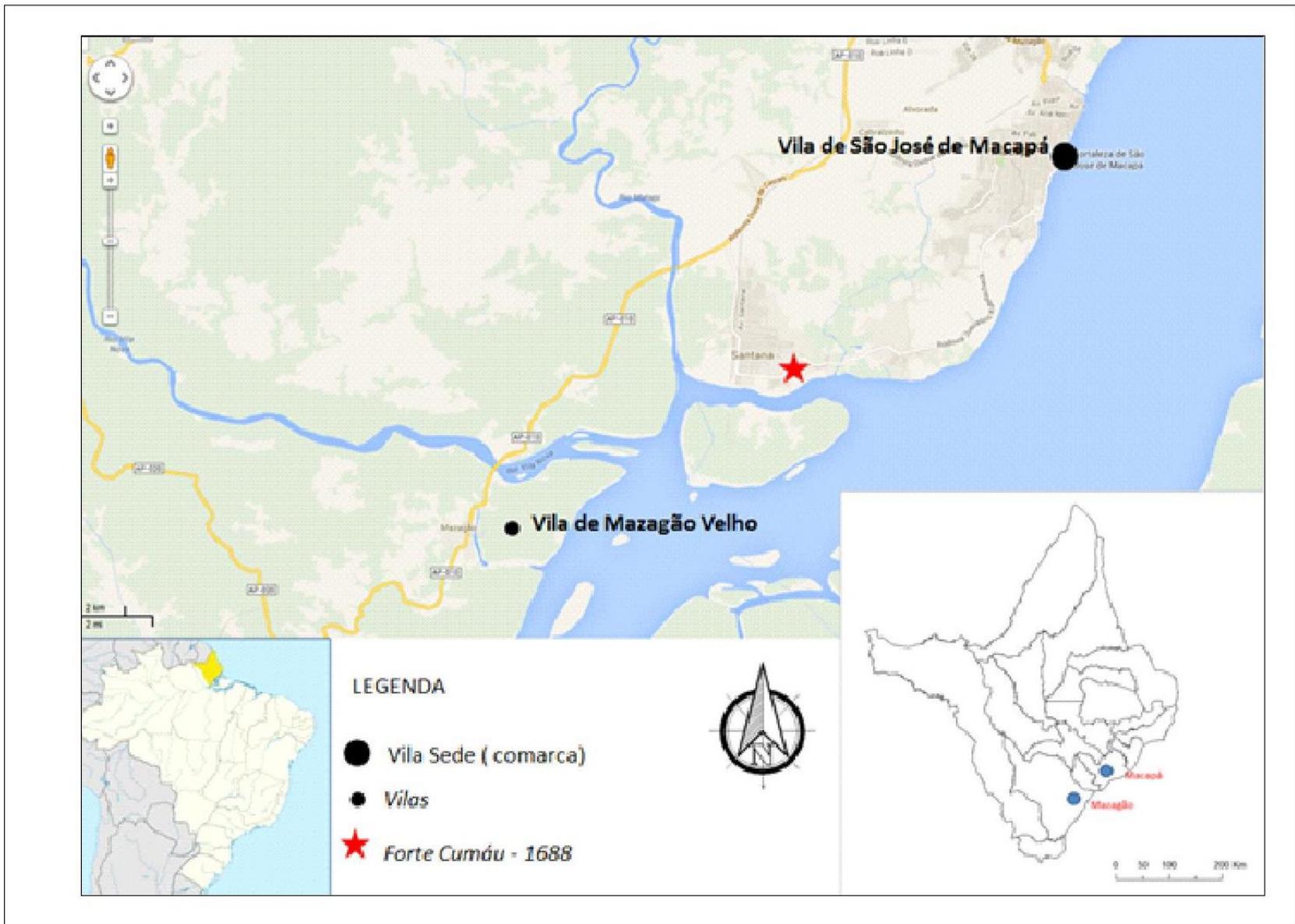


Figura 05. Planta da Vila de Mazagão, projetada paralelamente com a vila de Macapá, ambas sob responsabilidade do engenheiro Manuel da Gama Lobo da Almada. Fonte: AHU-013-822.

Em 1772, João Pereira Caldas assumiu o governo do Estado e, após a morte de Galuzzi, Henrique Wilkens se tornou capitão, passando a responsabilidade das obras da Vila de Macapá a Manuel da Gama Lobo da Almada, que também ficou comprometido com a implantação da Vila de Mazagão. Em virtude da consolidação do povoado - Macapá já havia sido elevada a categoria de Vila, em 1758 -, em 1782 é inaugurada a Fortaleza de São José de Macapá, marcando a administração de Marques de Pombal no processo de colonização do Grão-Pará e a consolidação da região do baixo Amazonas. Em decorrência do processo migratório:

Índios, negros e brancos constituíram o primeiro núcleo populacional de Macapá. As terras do Cabo Norte receberam “um sopro” de povoamento, com a entrada de famílias embarcadas em Lisboa, com os escravos introduzidos na África e os indígenas mobilizados de locais diversos do vale do amazônico. No período da colonização da costa setentrional do Grão Pará, índios e negros formaram a base da mão-de-obra dos empreendimentos portugueses. (BASTOS, 2006, p.45).



Mapa 02 – Consolidação das vilas de Macapá e da Vila de Mazagão Velho no baixo Amazonas. Fonte cartográfica: google maps, e IBGE; Adaptação gráfica : Jaqueline Brito.

1.2 Da República Velha (1889-1930) - período de esquecimento da cidade

Segundo Artur Reis:

As condições de existência na Amazônia, no decorrer das cinco décadas finais do século XVIII e das duas iniciais do século XIX, foram marcadas por uma atividade intensa dos colonos e das autoridades que procuravam realizar, no Estado, o velho plano da valorização social e econômica do meio (...) no caso particular de Macapá, a força dos elementos negativos do meio foi de uma triste evidencia. Aqueles propósitos de vencer que encontramos nos estadistas coloniais e nos colonos mandados para a grande experiência que lá se tentava, esbarravam com a impiedade do clima, com as endemias, as febres de mau caráter que assolavam os dois núcleos, ceifando vidas, atormentando os moradores, perturbando, quando não impedindo que triunfassem no empreendimento agrário que tinham vindo. (REIS, 1949, p. 72).

Para Becker, no início do século XIX “... a região amapaense sofreu um processo de semi-abandono pelas autoridades brasileiras, o que configura o tipo de política traçada para região amazônica”. (BECKER, Apud: BASTOS, 2006, p. 34). Esse período é caracterizado por um grande esquecimento, principalmente, quando D. Pedro II, em 1854, tentou resolver problemas diplomáticos entre a Coroa Portuguesa e a França, transformando as terras amapaenses em alvo de disputa do Contestado Franco-brasileiro, alterando consideravelmente, em número populacional, o núcleo da Vila de Macapá Conforme Relatórios da Fundação João Pinheiro (1973), para a implantação das instalações administrativas da cidade, foi constituída a Comarca de Macapá, anexada ao Estado do Pará (1841) e, posteriormente, Macapá foi elevada a categoria de cidade (1856). (MORAIS. Paulo Dias. *História do Amapá: O passado é o espelho do presente* - Macapá: JM Editora Gráfica, 2013, p. 54).

Em 1886, as classes dirigentes do município de Macapá e da Vila de Mazagão, não ficaram alheias às manifestações republicanas ocorridas no Pará. Em 15 de novembro de 1889, foi proclamada a República do Brasil e, em dezembro desse mesmo ano os macapaenses e mazaganenses aderiram ao Governo Republicano, achando que não fosse causar nem um dano político, econômico e social, porém, com o passar do tempo, foram relegados ao descaso e ao abandono¹⁸.

Alguns autores consideram que os verdadeiros motivos da diminuição do desenvolvimento de Macapá, no século XIX, se devem ao regresso dos colonos que foram trazidos para o Brasil aos seus lugares de origem, como Portugal ou mesmo para outras vilas,

¹⁸ MORAIS. Paulo Dias. *História do Amapá: O passado é o espelho do presente* - Macapá: JM Editora Gráfica, 2013, p. 54.

aos condicionantes climáticos da região e também aos acontecimentos de ordem governamental em Belém, que culminaram em uma junta revolucionária, refletindo nas vilas de Macapá e Mazagão. Segundo Arthur Reis “Quando, em 1820, Portugal, integrando-se ao movimento que renovava o clima político europeu, deu por terra o sistema absolutista, em Macapá e Nova Mazagão as condições existenciais continuavam as mesmas. Nada se alterava para melhor” (REIS, 1949, p.75).

Logo, podemos verificar que o acontecimento ocorrido na cidade de Belém não atendeu aos anseios do governador de Macapá, o major Inácio Antônio da Silva, ainda conforme descreve Artur Reis:

Em Macapá, todavia, as coisas tiveram outra direção. Porque o governador militar, o major Inácio Antônio da Silva, negou-se a aceitar os fatos consumados da revolução de 1 de janeiro de 1821. E negando-se a aplaudir o movimento, declarou-se fiel às instituições absolutistas acusando a junta de Belém de rebelde. Esta, o intimou-o a aderir. Mas, para logo encerrar quaisquer dúvida que pudessem perturbar a nova ordem estabelecida, ordenou-lhe que reconsiderasse a atitude, responsabilizando-o por consequências maiores. O major Inácio da Silva, medindo a conjuntura política, compreendeu que a exceção que estava representando no coro de aclamações ao novo sistema, devia cessar. E se declarou pela Revolução. (REIS, 1949, p.75)

Nesse período de reconhecimento da República Velha, a instituição de um novo regime trouxe relações diplomáticas favoráveis ao Brasil, sendo possível perceber, no Estado do Amapá, a partir dos acordos diplomáticos que envolvia a relação entre os dois países, como os relativos às cidades de Oiapoque-BR e Saint Georges-FR: “*Então quando se oficializou publicamente a Constituição de 1891, os países da Europa começaram a dar o reconhecimento ao governo brasileiro, sendo que a França foi o primeiro país a tornar isto um feito em meio a Europa, e a Rússia foi o último país a dar seu devido reconhecimento*”¹⁹.

No cenário nacional as políticas estavam voltadas para as elites agrárias, certamente a Macapá estava fora desse corredor econômico. A cidade de Macapá no início deste século, não apresentava características de centro urbano, tampouco caráter rural, a economia da época em meados da década de 1940 era inexpressiva, como mostra REIS “... flutuante nos lugares de mineração entrega-se de preferência à pesca e à coleta dos gêneros nativos, como a borracha, a castanha e os outros vários tipos florestais de cotação nos mercados consumidores”. (REIS, 1949, p.10).

¹⁹ Disponível em: <<http://www.colegioweb.com.br/trabalhos-escolares/historia/republica-velha-1889-1930/a-politica-externa-da-republica-velha.html#ixzz3Q7t20Te6>>. Acesso 28 de Jan. de 2015.

1.3 Formação do Território Federal do Amapá-TFA (1943-1988)

Ainda relatando as experiências em relação aos movimentos migratórios, podem ser identificadas poucas mudanças no que tange ao processo de expansão urbana de Macapá, entre os séculos XIX e início do XX. Apenas em meados da década de 1940 podem ser identificados transformações significativas em relação à densidade de ocupação do território amapaense, assim como *“instituída uma política de valorização da Amazônia e de um reordenamento geo-estratégico para as terras do ‘cabo norte’”* (SILVA, 2007, p. 35), que culminou com o discurso de ocupação de áreas fronteiriças.

Conforme mencionado anteriormente, essa área do Brasil desde a época do Estado do Grão-Pará era considerada estratégica em relação à guarnição das fronteiras com a Guiana Francesa e, em decorrência disso, foram vários aos acordos diplomáticos assinados que visavam à soberania nacional²⁰.

Devido ao fato de Macapá estar localizada geograficamente em uma região estratégica, do ponto de vista militar, não só por ser banhada pelo rio Amazonas, mas, também, por ser a porta de entrada para o restante do Brasil, as políticas de planejamento visaram à valorização da integração do desta área ao restante do território.²¹ Em 1943, o então presidente Getúlio Vargas determinou que a antiga Comarca de Macapá, antes anexada ao Estado do Pará, fosse transformada no Território Federal do Amapá - TFA, ratificando, pelo Decreto-Lei nº 5.812, de 13 de setembro de 1943, as divisas dos seguintes territórios: Amapá, Rio Branco, Guaporé, Ponta Porã e Iguaçú. (PORTO, 2007, p.114)

A ocupação das áreas fronteiriças estava entre os princípios do Estado Novo:

Com o estabelecimento do Estado Novo em 1937, a preocupação com a soberania sobre as regiões fronteiriças veio a aumentar. A soberania era uma importante característica do recém-proclamado Estado Novo e poderia traduzir-se na busca da

²⁰ “Dentre os acordos diplomáticos que trataram de definir a fronteira do Amapá com a Guiana Francesa podemos citar os Tratados de Utrecht, de 11 de abril de 1713; de Madri de 1750; de Paris, de 10 de agosto de 1797; o de Badajoz, de 6 de junho de 1801; o de Amiens de 27 de março de 1802; a ata final do Congresso de Viena, de 7 de junho de 1815 e, finalmente, o Laudo de Berna, de 1º de dezembro de 1900.” Cf. PICANÇO, 1981, apud INBI-SU, 2009, p.44.

²¹ A ideia da criação de territórios no Brasil, já havia sido discutida desde a época da constituinte de 1824, ao sugerir que as capitânicas menos prósperas se ativessem à condição de território com organização especial que preparassem para elevação futura à condição provincial. Na constituição republicana, três anteprojetos foram sugeridos visando à criação de Territórios nas províncias sem população e sem recursos para dinamizar-se e realizar-se como partes integrantes, e juridicamente iguais às que caminhavam mais rapidamente, da federação recente. Dentre os quais se garantiria àqueles a possibilidade de serem integrados na organização político-administrativa brasileira, cujos territórios anexos aos estados, dentro de cujos limites atuais se acharem compreendidas as zonas pouco ou nada povoadas. Cf. PORTO. J.L. R, 1999. p.2.

capacidade de ação sobre todo o território para a construção de uma representação oficial da nação brasileira e sua consolidação ²²

Quando Macapá se tornou Território Federal foi iniciada a mudança no cenário macapaense, graças ao novo modelo político administrativo que foi implantado, passando a constituir um sistema socioeconômico próprio. Foram realizadas pequenas intervenções urbanas, moldando a forma da cidade - como na época colonial, quando foram realizadas várias intervenções para dar início ao povoamento da antiga Vila de Macapá - e, a partir dessa trajetória urbana, que é contínua, podemos perceber as várias “camadas” temporais da cidade.

Nomeado por Getúlio Vargas, Janary Gentil Nunes²³, tinha como um dos principais objetivos do seu governo criar a estrutura administrativa em Macapá e promover a construção de infraestrutura suficiente para o funcionamento de uma cidade como, por exemplo, a construção do hospital geral, de escolas, praças, estádio, casas para os diretores administrativos pertencentes ao TFA, além de residências para atender a população em geral.

No primeiro ano do governo de Janary Nunes, segundo relatório do governador, foi estruturada a malha urbana da cidade: as docas em frente ao rio Amazonas estavam em situação precária, era preciso construir um muro de arrimo nesta extensão da orla, reformar o trapiche, além do píer, localizado no bairro Santa Inês, principal local de chegada e comercialização de produtos para abastecimento da cidade.

²² Cf. OLIVEIRA, Lúcia Lippi de; VELLOSO, Mônica Pimenta; GOMES, Ângela de Castro. “Estado Novo: ideologia e poder”. Rio de Janeiro: Zahar Ed., 1982. p.166 (Política e Sociedade). Apud. *Inventário de Bens e Imóveis da Cidade de Macapá-IPHAN*, 2009, p. 44.

²³ Primeiro governador do Território do Amapá, o Capitão Janary Gentil Nunes, governou por quase doze anos, de 1944 a 1956. O Governador Territorial recém-nomeado demonstrava estar em consonância com a imagem da Amazônia: “Via as terras amapaenses como regiões de grandes extensões territoriais despovoadas e abandonadas, onde a pouca população existente sofria de varias endemias e principalmente da cultura do comodismo. Defendia a transformação dessa realidade através de políticas públicas que atuassem no povoamento, no combate às enfermidades e na disseminação de hábitos e costumes dos grandes centros urbanos do país”. Cf. SILVA, Maura Leal. “A (onto) gênese da nação nas margens do território nacional: O projeto Janarista territorial para o Amapá (1944 – 1956)”, São Paulo: PUC, 2007, p.84. In: *Correio da Noite*, 29 de dez. 1943. In: Folha do Norte, 30 dez. 1943.



Figura. 06. Praça Beira Rio, trapiche e ao fundo píer Santa Inês, na década de 1970. COLE, H.J.

Houve o incentivo para implantação de projetos urbanísticos na cidade de Macapá, sendo revitalizadas as principais ruas e avenidas, através de limpeza e retirada da mata; foram abertas novas avenidas vicinais para a integração com os outros bairros; expandida a malha urbana e construídas novas casas. O principal eixo urbano iniciava na Avenida FAB, primeira pista de pouso da cidade, seguindo pela Rua Tiradentes. O núcleo urbano se estendeu para outras áreas dando continuidade ao processo de expansão ²⁴ da cidade e deu início à formação de novos bairros:

Dentre os principais problemas apontados no relatório das atividades do Governo do Território Federal do Amapá de 1944, estavam: o insuficiente e precário estado das habitações que sequer dispunham de condições de saneamento e higiene; a ausência de serviços de água encanada, energia elétrica ou esgotos; a necessidade de olaria ou serraria no território para realização de toda e qualquer construção; a dificuldade de desembarque que ainda afetava o miserável comércio; a carência de mercadorias;

²⁴ Dessa forma, assim como foram efetivadas essas diretrizes, outros relatórios e estudos realizados a pedido dos governadores da época do Antigo Território Federal do Amapá- TFA foram direcionados para o planejamento urbano da cidade, incluindo na expansão da malha urbana Dentre esses planos podemos destacar: Plano Grumbilf (1960), Plano de Desenvolvimento Urbano PDU-Fundação João Pinheiro/GTFA (1973), Plano de Desenvolvimento H.J. Cole & Associados (1979), Plano Diretor Participativo de Macapá e Plano Diretor Participativo de Santana e Plano Diretor da cidade de Macapá (2004).

ausência de prédios adequados à acomodação dos órgãos públicos e falta de pessoas para a realização de todos os serviços.²⁵

As principais diretrizes do Plano de Urbanização da cidade de Macapá foram: a) conservação do traçado atual na área já existente da cidade, introduzindo unicamente pequenas modificações; b) localização do centro cívico entre as avenidas Procópio Rola e Ernestino Borges e a Rua Leopoldo Machado; c) localização de um centro comercial na área central da cidade, próximo ao centro cívico que compreendia as ruas Leopoldo Machado, 2ª Rua e as avenidas General Gurjão e FAB.²⁶

Essas medidas mantiveram o traçado original da vila colonial, assim como as disposições das quadras ortogonais, sendo as ruas dispostas no sentido norte a sul e as avenidas iniciando a leste na cabeceira do rio Amazonas até oeste, rumo ao crescimento da cidade.

Dentre as principais obras executadas no governo de Janary Nunes se destacam a urbanização da Avenida FAB (Figura 07), a construção de conjuntos residenciais para os diretores do Governo do Estado (Figura 08), as construções da Escola do Barão do Rio Branco, do antigo Grupo Escolar de Macapá (Figura 09), da Praça do Rio Branco (Figuras 10 e 11), da Escola Santana Rioli, da antiga Escola Doméstica (Figura 12), da Residência Governamental (Figura 13) e da Escola Industrial, a primeira Escola Técnica profissionalizante de Macapá. (Figura 14)

Os aspectos que condicionaram o sucesso do governo de Janary Nunes foram sua expressiva influência política e a elevação da publicidade do Território do Amapá perante o restante do país, porque a base militar do município servia de pista de pouso para os aviões durante a Segunda Guerra Mundial, o que possibilitou uma grande imigração para o estado, tendo em vista sua posição privilegiada em relação aos países da América do Norte e da existência da frota comercial pelo rio Amazonas.

²⁵ Cf. NUNES, Janary. *Relatório das atividades do Governo do Território Federal do Amapá – 1944*, Rio de Janeiro, 1946, p.3.

²⁶ Cf. GRUNBILF DO BRASIL, 1960, p. 19-20.



Figura 07. Desfile escolar, na urbanizada Avenida FAB. Fonte: SECULT/AP.



Figura 08. Conjunto residencial IPASE, construídas para os funcionários do Ex-Território Federal do Amapá. Fonte: IBGE/2014. Disponível em: < http://biblioteca.ibge.gov.br/d_detalhes.php?id=43155 > , 18 de jun. 2014.



Figura 09. Escola Barão do Rio Branco, antigo Grupo Escolar de Macapá. Fonte: SECULT/AP.



Figura 10. Foto aérea: Praça do Barão do Rio Branco, abaixo residência governamental; à direita, o Grupo Escolar de Macapá, sendo cortado pela Avenida FAB. Localizadas acima na foto, podem ser vistas as casas reservadas aos funcionários do TFA, cortadas pela Avenida Coaraci Nunes. Fonte: SECULT/AP.

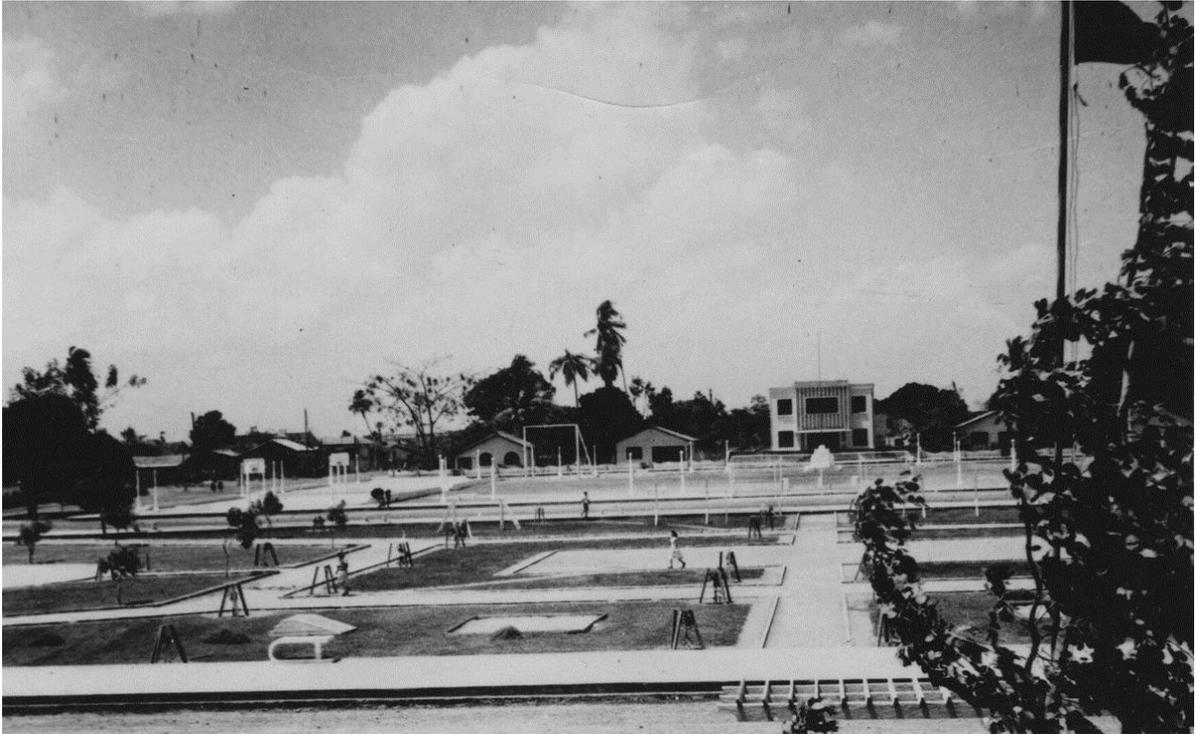


Figura 11. Vista parcial da Praça do Barão do Rio Branco, vendo-se ao fundo, o prédio dos Correios e Telégrafos. Fonte: IBGE/2014.



Figura 12. Antiga Escola Doméstica atualmente Escola Santana Rioli. Fonte: SECULT/AP.



Figura. 13. Residência governamental. Fonte: SECULT/AP.



Figura. 14. Escola Industrial de Macapá, antiga Escola GM, atual Escola Antônio Cordeiro Pontes. Fonte: SECULT/AP.



Figura. 15. Nesta foto podemos visualizar a primeira pista de pouso de Macapá e onde hoje se localiza a Avenida FAB no cruzamento com rua Eliezer Levi, e ainda a imensidão do horizonte para onde a cidade cresceu. Fonte: João Lazaro. Disponível em: <http://porta-retrato-ap.blogspot.com.br/2010/06/aspecto-da-area-central-da-cidade.html?m=1>, acessado em: 07 de Fev. de 2014.



Figura. 16. Avenida Feliciano Coelho esquina com a Rua Jovino Dinoá, década de 1960. É possível perceber algumas tipologias arquitetônicas da época, alguns sobrados e chalés com técnicas construtivas regionais. Fonte: Acervo Municipal.



Figura. 17. Carreata em homenagem a São Cristóvão, protetor dos motoristas, década de 1970, subindo pela Rua Candido Mendes. Fonte: Disponível em: <https://www.facebook.com/pages/Fotografias-Hist%C3%B3ricas-Amap%C3%A1/249315048526851>, Acessado em: 07 de Fev. de 2014.



Figura. 18. Rua Candido Mendes, década de 1950. Fonte: Disponível em: <https://www.facebook.com/pages/Fotografias-Hist%C3%B3ricas-Amap%C3%A1/249315048526851>. Acessado em: 07 de Fev. de 2014.



Figura. 19. Igreja de São José de Macapá (matriz), na década de 1930. Fonte: Edgar Rodrigues.

Foi no governo de Janary Nunes que houve o deslocamento da população negra para o bairro do Laguinho:

Janary Nunes escolheu essa área por considerar a mais desenvolvida para a construção dos prédios públicos. Para tanto, negociou com o líder da comunidade, Julião Ramos, a transferência da população negra para uma área mais afastada do centro da cidade, denominada “Campos do Laguinho”, onde mandou construir casas para abrigá-los. Este momento da história do Amapá ficou registrado nos versos do Marabaixo. (SILVA, Maura Leal da, 2007, p. 150).

Como mostra nesta passagem dos versos do Marabaixo:

Aonde tu vai rapaz

*Aonde tu vai rapaz
Por estes caminhos sozinhos
Eu vou fazer a minha morada,
Lá nos campos do Laguinho (refrão)*

*Dia primeiro de junho
Eu não respeito o senhor
Eu saio gritando “viva!”
Ao nosso governador*

*Destelhei a minha casa
Com a intenção de retelhar
Se a Santa Ingrácia não fica*

Como a minha há de ficar

*Estava na minha casa
Conversando com companheiro
Não tenho pena da terra
Só tenho do meu coqueiro*

*O Largo de São João
Já não tem nome de santo
Hoje ele é reconhecido
Por Barão do Rio Branco*

*Não sei o que tem o Bruno
Que anda falando só
Será possível meu Deus
Que de mim não tenha dó*

*A Avenida Getúlio Vargas
Tá ficando que é um primor
As casas que foram feitas
Foi só pra morar doutor*

*Estava na minha casa
Sentada não tava em pé
O meu amigo chegou
Cafuza faz um café*

*Me peguei com São José
Padroeiro de Macapá
Pra Janary e Icoaracy
Não saírem do Amapá*

*Eu cheguei na tua casa
Perguntei como passou
Rapaz eu não tenho casa
Tu me dá um armador.²⁷*

Na década de 1950, Macapá recebeu importantes empreendimentos, fundamentais para o fortalecimento da economia e do desenvolvimento urbano da cidade, como a implantação da empresa brasileira ICOMI (Sociedade Brasileira de Indústria e Comércio de Minérios de Ferro e Manganês), com sede instalada em Belo Horizonte/MG. Esse empreendimento pode ser considerado como o primeiro grande projeto de mineração da Amazônia, responsável pela extração de manganês no município de Serra do Navio, de onde escoava, através da estrada de ferro, até o porto de Santana, para ser exportado. A ICOMI foi de grande relevância para o acionamento da economia amapaense, sendo a responsável pela

²⁷ Cf. VIDEIRA, Piedade Lino. *Marabaixo, dança afrodescendente: significando a identidade étnica do negro amapaense*. Fortaleza: Edições UFC, 2009, p.94.

implantação do conjunto de Serra do Navio – uma *Company Town* ou ‘Cidade de Companhia’, construída para abrigar os funcionários da empresa, projetada pelo arquiteto Oswaldo Bratke²⁸ -, que se preserva até os dias de hoje, tendo sido tombado pelo IPHAN, em 2010.

As empresas de mineração foram as grandes propulsoras da economia do Território do Amapá. Conforme Becker (2008), a transformação do Amapá em *Território* viabilizou uma reafirmação de interesses de grandes projetos para Amazônia, fazendo parte do exemplo de ocupação e desenvolvimento socioeconômico e territorial para a região do Amapá. Sendo significativas as reservas minerais de Macapá, foram promovidos grandes acordos entre o Governo Federal e as empresas internacionais, no intuito de explorar os recursos naturais no território amapaense.

Alguns desses acordos se estenderam por mais de 40 anos, tais como o assinado com o grupo ICOMI e, logo em seguida, o projeto Jari Amapá Celulose, que iniciou suas atividades em 1957. Posteriormente, outros grupos ligados a ICOMI foram incorporados, tais como a Companhia Auxiliar de Empresas de Mineração (CAEMI)²⁹, criada na mesma década, a Empresa Bruynzeel de Madeira S/A (BRUMASA), além da Companhia de Dendê do Amapá S/A, criada na década de 1960³⁰.

Esses projetos contribuíram para o desenvolvimento urbano de Macapá, em consequência do crescimento demográfico provocado pela mão-de-obra oferecida pelo crescimento da economia, tanto na área industrial, quanto em setores secundários, para o crescimento o do comercio e da construção civil.

²⁸ O arquiteto modernista Oswaldo Bratke é um dos mais discretos entre os grandes arquitetos modernos brasileiros. Obteve destaque, sobretudo pelos seus projetos residenciais - que, através de pesquisas sobre novos tipos de cobertura, esquadria, material e técnica não convencionais, se tornam exemplos máximos na área -, cujo conhecimento foi consolidado, a partir da experiência ímpar obtida no coração da Amazônia, com os projetos das vilas Serra do Navio e Amazonas, de 1955 a 1960, tornando-se uma referência pela busca de soluções urbanas e construtivas adequadas a uma situação específica. Disponível em: <http://www.itaucultural.org.br>, acesso em 17 de Março de 2014.

²⁹ O grupo industrial CAEMI, fundado na década de 1950, foi um projeto audacioso no ramo da mineração instalada também no município de Serra do Navio, com o objetivo de explorar jazidas de manganês; posteriormente, a CAEMI se uniu a Bethlehem. Steel. Na década de 1960, paralelamente à consolidação de seus investimentos em mineração, a CAEMI adotou a estratégia de diversificação de negócios, direcionando seus investimentos para as siderurgias, indústrias de papel, alimentos, reflorestamento, agroindústria e comércio exterior. Disponível em: <www.vale.com.br>. Acesso: 08 de outubro de 2014. Conforme Porto & Costa “... a atuação da CAEMI, garantiu algumas melhorias da infra-estrutura no território, principalmente no eixo Macapá- Santana”. Cf. PORTO & COSTA, completar a referência bibliográfica, 1999, apud: BASTOS, 2006, p. 39.

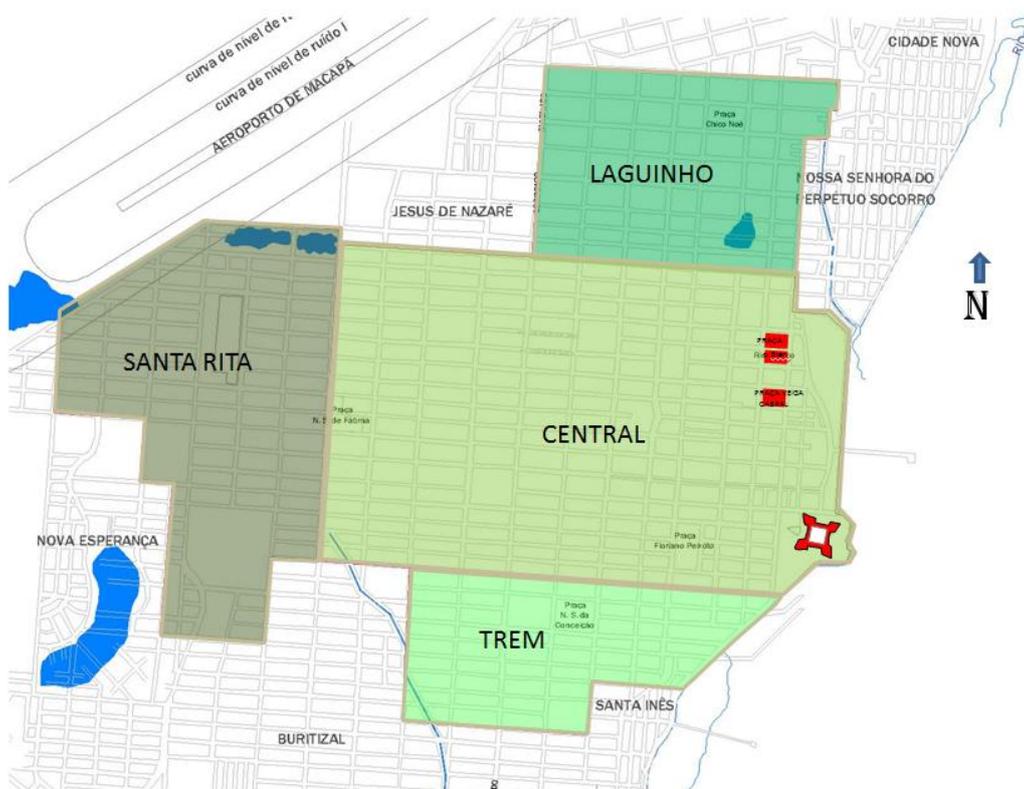
³⁰ Mais tarde, na década de 1980, é implantado o projeto de cultivo de pinus, pertencente a Companhia Amapá Florestal Celulose S/A (AMCEL). Cf. BASTOS. *Conflitos ambientais urbanos em áreas de ressaca: Um estudo da comunidade Negra da lagoa dos Índios em Macapá/AP*, 2006, p. 38.

Outros empreendimentos também foram importantes para o crescimento da cidade.

Segundo Bastos:

Também teve a desempenho do Instituto Regional de Desenvolvimento do Amapá (IRDA) e da Companhia Progresso do Amapá (COPRAM). O primeiro com a finalidade de fazer levantamento das potencialidades naturais e criar programas de desenvolvimento e a segunda com a responsabilidade da execução dos programas criados na área de atuação da Icomi. (BASTOS, 2006, p.39)

Esse contexto possibilitou, além da ampliação da malha urbana, a construção de novas escolas, praças, prédios público, configurando novos bairros na cidade, assim como expandiu o sistema de transporte público, aumentando a área urbana da capital. Também foram feitos investimentos em macrodrenagem para os novos bairros e estradas vicinais que estavam surgindo, integrando a parte norte da cidade com a área central. Com esse reordenamento territorial, houve o deslocamento dos moradores negros que ocupavam a área central, para bairros mais distantes, tais como o Laguinho e a Favela (atual bairro Santa Rita) e parte dos bairros Jesus de Nazaré, Central e Trem, marcando a criação desses novos bairros³¹. (Ver Mapa. 03)



Mapa 03. Primeiros bairros de Macapá década de 1960. Fonte: Jaqueline Brito.

³¹ Até esse período, a cidade estava concentrada no entorno da Praça Veiga Cabral e da Igreja de São José, localizados nos bairros do Trem e do Laguinho. Conforme descrito, gradativamente, as outras áreas remanescentes da cidade foram sendo ocupadas.

Conforme Bastos (2006, p.40) para que a cidade tivesse um planejamento urbano, o governador Pauxy Gentil Nunes contratou a empresa de consultoria Grunbilf do Brasil, em 1960, tendo como objetivo elaboração das primeiras diretrizes urbanísticas de Macapá para garantir o planejamento e controle do crescimento urbano e a regularização das construções, principalmente no que tange aos projetos relacionados ao fornecimento de energia elétrica realizados pela Companhia de Eletricidade do Amapá (CEA). Essa consultoria visava também, atender aos aspectos econômicos e sociais e às diversidades físicas da cidade.

Quanto aos aspectos sociais, é evidente que, com a chegada de empresas como a ICOMI na década 1950, cria-se a expectativa quanto à qualidade de vida, emprego e renda, porque a empresa trouxe para o município de Serra do Navio (interior do estado), instalações modernas para uma região considerada rustica, dentre produtos e serviços. Embora se esperasse que o mesmo refletisse na capital, o cenário previsto para Macapá era de um crescimento econômico significativo para uma cidade de pequeno porte -, não era indicador de modernização nas instalações urbanas e acesso do indivíduo às oportunidades como vistas nas grandes cidades. Era de se esperar que com a chegada de uma grande empresa que a capital tivesse uma expectativa socioeconômica maior. Essa perspectiva é trazida até os dias de hoje, o “fantasma” da modernização ocupa o imaginário da população amapaense, podendo-se observar que poucas ocorrências mudaram ao longo desses 30 anos:

Em 1950, a população de Macapá era de 20.594 pessoas, o que representava 54,6% dos habitantes do território. Em 1980, a população de Macapá será de 140.000 pessoas, ou seja, aproximadamente 80% da população territorial, estimada para aquele ano em 175.000 indivíduos. (COLE, H.J, 1979, p. 14).

O relatório da Grunbilf garantiu um Plano de Urbanização para cidade de Macapá, podendo-se destacar a implantação de alguns importantes empreendimentos, como a implantação da Usina Hidroelétrica Coaracy Nunes, no Rio Araguari, garantindo o fornecimento de energia principalmente para a capital Macapá, a realização de arruamentos, serviços de terraplanagem, redes de água e esgoto. Um dos principais motivos para elaboração de um plano urbanístico foi o acelerado crescimento populacional que resultou no crescimento desordenado da cidade, fomentado pela vinda de empresas mineradoras e na oferta de emprego e renda, ocasionando impactos a curto e longo prazos.

Naquela época não havia uma preocupação em fazer restrições quanto às características das edificações, como mostra esse trecho:

(...) Mas quando se trata de urbanizar uma cidade existente, esse trabalho deverá respeitar o que já foi feito, corrigindo erros e procurando resolver problemas que fatalmente surgirão com o crescimento da cidade. Assim, por exemplo, **nos parece**

cedo proibir construções de madeira ou prescrever gabaritos. (GRUNBILF, 1960, p. 14) (Grifo nosso).

A maioria das construções existentes era térrea, em madeira, com elementos da arquitetura *vernacular*³², isto é, com características típicas da região, por serem de baixo custo. No entanto, as construções foram substituídas, aos poucos, por residências em alvenaria, sendo a maioria casas térreas ou sobrados³³. E assim a cidade foi sendo projetada, conforme as suas características topográficas, sendo previstos novos arruamentos e praças:

Os arruamentos existentes orientam-se nas direções Norte-Sul e Leste-Oeste, provavelmente por assim acompanharem a linha da margem do Rio Amazonas. A fim de ventilar melhor um número maior de casas, será a mais indicada à orientação dos novos arruamentos diagonalmente à orientação atual, pois é esta a direção dos ventos predominantes. (GRUNBILF, 1960, p. 15).

Igualmente como houve a preocupação de projetar núcleos comerciais em cada bairro, de forma que esses se tornassem autônomos - ou não dependessem tanto da área central da cidade -, atendendo a uma demanda da população, foi construído o centro comercial de Macapá, localizado no bairro Central, obedecendo aos parâmetros urbanísticos estabelecidos, como o número de pavimentos (dois, no máximo) e respeitando as condições climáticas, seguindo um padrão das outras construções, que se caracterizam pela altura média e baixa “...devendo haver no térreo arcadas ao redor das quadras com uma largura de 4,00m, a fim de proteger os pedestre contra as chuvas e ao sol” (GRUNBILF, 1960, p. 34), característica muito comum na região de clima tropical-úmido (porque na metade do ano é ensolarado e na outra metade é chuvoso). É possível perceber que houve a preocupação em garantir a área central, principalmente no entorno das edificações históricas, como a Fortaleza de São José de Macapá e a Igreja de São José de Macapá.

Diante do crescimento de Macapá, sobretudo a partir de 1953, a estrutura político administrativa da cidade organizava-se em torno do desenvolvimento econômico. Foi nesse momento, conforme já destacado, que houve transformações no cenário político, urbano e social, com a vinda de indústrias como a ICOMI, instalada em Serra do Navio, entre os anos de 1955 e 1960, alavancando a economia do estado no modelo de exploração de minérios, assim como o Projeto Jari às margens do Rio Jari, construído em 1967, para cultivo de

³² Cada lugar tem as suas singularidades e estas diferenças abarcam não apenas questões geográficas, como a cultura, o modo de fazer as coisas. A chamada arquitetura *vernacular* está diretamente ligada a esta percepção de especificidade e diversidade e diz respeito aos modos de construir em determinadas localidades a partir de materiais encontrados na região e, muitas vezes, utilizando técnicas passadas de geração em geração. Disponível em< <http://www.pensamentoverde.com.br/sustentabilidade/sustentabilidade-na-arquitetura-o-que-e-arquitetura-vernacular/>> acesso em: 02 de Jul. de 2014.

³³ Cf. GRUNBILF, 1960, p. 15.

celulose. Logo esses novos empreendimentos motivaram a construção da estrada de ferro e da estrutura portuária do município de Santana, município vizinho, ampliando a comercialização de produtos, sendo este porto uma importante infraestrutura para valorização do Estado e do centro de Macapá, que se concentrava o núcleo comercial nessa época.

Na década de 1970, a Fundação João Pinheiro elaborou um plano urbanístico um pouco mais detalhado (1973), no que tange às características morfológicas da capital Macapá, estabelecendo a organização dos espaços e divisão dos usos na cidade, ficando a cidade foi dividida em zonas, encarecendo, futuramente, um melhor planejamento e gestão da malha urbana:

A ocupação se processa do centro para a periferia, como era de se esperar, havendo relativa equivalência no ritmo de crescimento dos bairros periféricos, como Beírol, Buritizal, Santa Rita e Pacoval”. (FUNDAÇÃO JOÃO PINHEIRO, 1973, p. 163).

Quanto ao Prognóstico envolvendo as condições urbanas da cidade de Macapá é correto afirmar que alguns fatores como aqueles ligados ao setor fundiário, foram responsáveis por causar a redução do desenvolvimento urbano, pois a partir de um sistema de cessão de lotes, não era possível, na época, possuir título de domínio definitivo das referidas propriedades, acarretando no enfraquecimento da área de construção civil.

Na época, esse plano de urbanização apresentava uma visão muito restrita sobre o futuro crescimento da capital Macapá, em virtude da localização desprivilegiada do estado, que acarretaria na estagnação econômica e habitacional, o que pode ser confirmado a seguir na passagem deste documento:

Com base nesse diagnóstico, a Fundação João Pinheiro exprimia o prognóstico de que a cidade pressionada por esses limites “ não suportaria sua população além do prazo de dez anos. Assim, o desenvolvimento urbano de Macapá só seria possível através de criação de vias indutoras de ocupação de novas áreas, transpondo as ressacas e igarapés e contornando a área do aeroporto. (COLE, H.J, 1979, p. 24)

Mas é claro que mesmo com todos esses fatores apontados no Relatório, a cidade desabrochou em relação à economia e expansão urbana. Apenas em 1978 as questões fundiárias foram resolvidas quando “o *Governo Federal do Território foi capacitado pela União para negociar as terras urbanas*” (COLE H.J, 1979, p. 24). Foram criados novos bairros, o crescimento se deteve do centro para periferia, através dos projetos de zoneamento, a cidade se expandiu, contando, naquele momento, com verticalizações pontuais.

Foram construídas importantes edificações ao longo da capital, adaptadas às tipologias arquitetônicas locais, tentando acompanhar as tendências nacionais:

Macapá, nesse período, sofreu uma expansão apreciável, surgindo ao sul o bairro do Trem e parte do Beírol, além do aglomerado de palafitas no Igarapé do Elesbão; a

oeste, o restante do Bairro Central e parte do Santa Rita; ao norte, os bairros do Laguinho e o Igarapé das mulheres. (FUNDAÇÃO JOÃO PINHEIRO, 1973, p. 49).

Quanto à organização dos espaços e divisão dos usos na cidade, foi estabelecida através desse plano urbanístico, a cidade foi dividida em zonas, encarecendo, futuramente, um melhor planejamento e gestão da malha urbana.

A ocupação se processa do centro para a periferia, como era de se esperar, havendo relativa equivalência no ritmo de crescimento dos bairros periféricos, como Beírol, Buritizal, Santa Rita e Pacoval". (FUNDAÇÃO JOÃO PINHEIRO, 1973, p. 163).

Em meados de 1979 a COLE, H.J. + Associados S. A., veio como uma síntese de todo planejamento já realizado nos últimos 20 anos na cidade de Macapá, a dependência econômica recorrente das empresas de mineração era evidente, ate mesmo para a evolução das características urbanas, o setor comercial na época não era suficiente para amparar uma capital.

O território Federal do Amapá, cuja criação obedeceu a injunções de segurança nacional, ate bem pouco tempo ainda alicerçava sua economia na operação da ICOMI e no apoio do Governo Federal. Mais recentemente foi implantada empresa de grande porte, para a extração e aparelhamento de madeira- a BRUMASA. (COLE, H.J, 1979, p. 14)

Foram feitas intervenções urbanísticas significativas e o zoneamento urbano do município (ver Figura 20), como por exemplo, o projeto da Beira Rio (ver Figura 21), que estruturou ainda mais a margem do rio Amazonas e o entorno da Fortaleza de São José de Macapá que é um dos principais monumentos históricos, incentivando o turismo que, atrelado a essas intervenções, garante reflexos convenientes na economia local, como o comercio. Essas camadas temporais da cidade são perceptíveis e é algo normal no processo de estruturação das cidades.

Em Macapá, a própria história se delineia através desses processos urbanos, econômicos e sociais, vividos nas últimas décadas. É dessa forma que fazendo a leitura da gênese da cidade, pode-se visualizar através onde ocorreu cada processo histórico, é perceptível enxergar o início, prosseguimento e término dos diferentes processos na composição urbana:

Em suma, a estrutura urbana do Amapá obedece às regras econômicas, social, cultural e principalmente histórica que de um modo geral estão compreendidas no universo urbano da Região Amazônica. (COLE, H.J, 1979, p. 17).

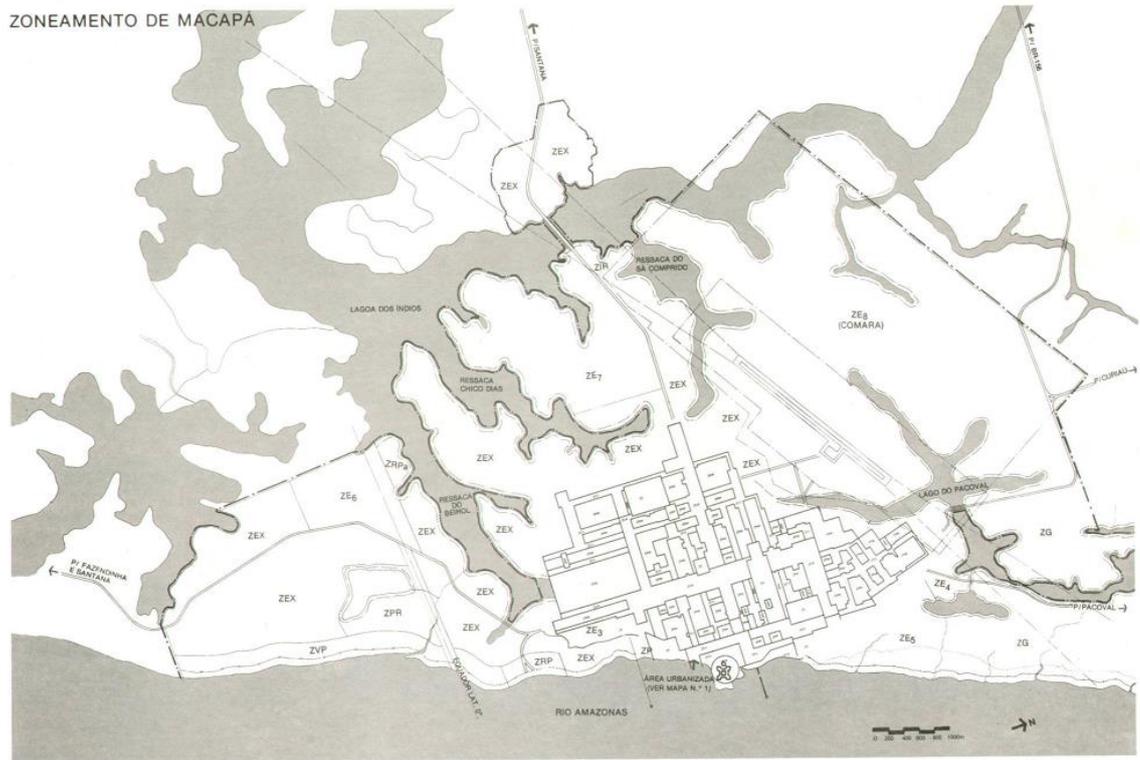


Figura. 20. Projeto de zoneamento urbano. COLE, H.J, 1979.

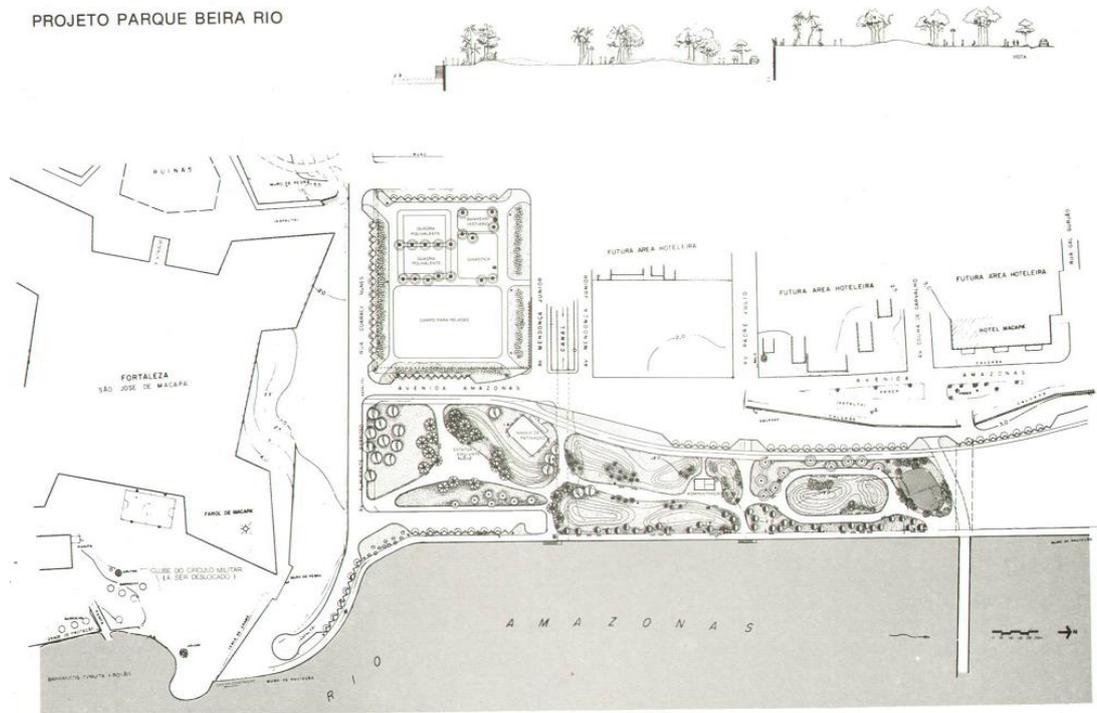


Figura. 21. Projeto Praça Beira Rio. COLE, H.J, 1979.



Mapa 04. Processo de expansão urbana em Macapá em meados de 1970, criação de novos bairros. Fonte: Mapa- Plano Diretor de Macapá 2004, edição e adaptação: Jaqueline Brito.

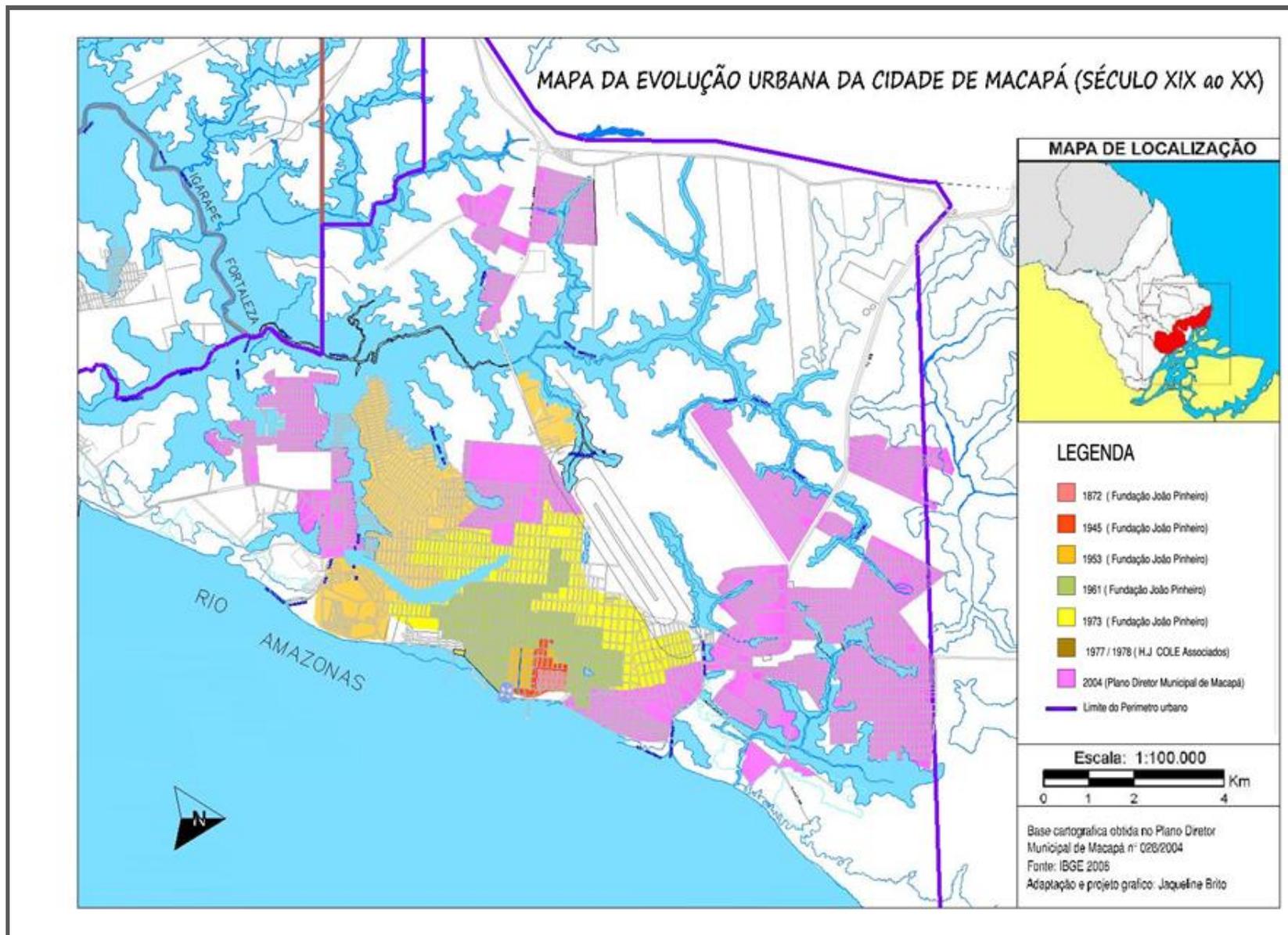
No cenário amapaense, após a Constituição Federal de 1988, quando o Amapá, deixou de ser Território e se tornou Estado, ocorreram diversas transformações políticas, econômicas e administrativas, tais como, no setor político, a criação da Assembleia Legislativa e, no âmbito econômico, o encerramento das atividades da empresa ICOMI na cidade, que causou um enorme prejuízo na economia local, mas que, por outro lado, trouxe uma intervenção positiva, que foi a instalação da Área de Livre Comércio de Macapá e Santana-ALCMS (PORTO, 2007, p.142), medida que alavancou o comércio local, principalmente pela circulação de produtos importados da América Central.

Logo se percebe no cenário da cidade no início dos anos 1990, um grande crescimento populacional, que resultou em um processo de ocupação desordenada, principalmente nas áreas de ressacas, e também pela criação de novos assentamentos urbanos para comportar o processo migratório, vindo principalmente dos Estados do Pará e do Maranhão, e da Região Nordeste.

Foram implantados inúmeros projetos urbanísticos para alavancar a estrutura urbana da cidade, sendo que no ano de 2004, foi criado o primeiro Plano Diretor da Cidade de Macapá, que regulamenta, não só o planejamento da cidade, como também estabeleceu medidas para a preservação do patrimônio histórico.

Verifica-se, pelo exposto a importância histórica de Macapá, pela sua participação na integração das capitânicas portuguesas na Amazônia, quando a vila pertencia ao Estado do Grão-Pará. Cabe lembrar que, até atualmente, existe uma vinculação histórica entre o núcleo urbano (que abriga o traçado da antiga vila, associado à evolução urbana da cidade) e a Fortaleza de São José de Macapá, sendo que esta última constitui papel relevante na formação da cidade; também devem ser considerados os elementos geográficos e paisagísticos, representados pelo Rio Amazonas e os abundantes recursos naturais.

A mudança no cenário macapaense foi iniciada no século XX, graças ao novo modelo de economia, político administrativo que foi implantado na década de 1940, quando essa região, antes anexado ao estado do Pará, se tornou Território Federal e passou a constituir um sistema socioeconômico próprio. Foi dado início a pequenas intervenções urbanas, moldando a forma da cidade. Todavia, assim como na época colonial foram implantadas instalações para o início o povoamento da antiga Vila de Macapá, é natural que essa trajetória urbana seja contínua, e que percebamos as várias “camadas” temporais da cidade. As intervenções realizadas pelos diversos governos estão assinaladas no Mapa 05.



Mapa 05. Evolução Urbana da Cidade de Macapá (séculos XIX ao XX). Fonte e adaptação: Jaqueline Brito.

CAPITULO II – A ATUAÇÃO DO IPHAN NA CIDADE DE MACAPÁ

2.1 Tombamento da Fortaleza de São José de Macapá

O tombamento é um instrumento jurídico que garante a proteção de um bem de natureza material, que passa a constituir o patrimônio histórico e artístico do país, distinguindo-se do “conceito de preservação, que é genérico, não se restringindo a uma única lei ou forma de preservação específica.” (RABELLO, 2009, p.19)

O Decreto-lei nº 25, de 30 de novembro de 1937, trata do “valor contido nas coisas de interesse cultural [que] formam, no seu todo, o ‘patrimônio histórico e artístico nacional’, que é uma universalidade e que, como bem jurídico, interessa a toda coletividade, à sociedade nacional” (RABELLO, 2009, p. 76).

O decreto estabelece no artigo 1º que:

Constitui o patrimônio histórico e artístico nacional o conjunto dos bens móveis e imóveis existentes no país e cuja conservação seja de interesse público, quer por sua vinculação a fatos memoráveis da história do Brasil, quer por seu excepcional valor arqueológico ou etnográfico, bibliográfico ou artístico.

§ 1º Os bens a que se refere o presente artigo só serão considerados parte integrante do patrimônio histórico e artístico nacional, depois de inscritos separada ou agrupadamente num dos quatro Livros do Tombo, de que trata o art. 4º desta lei.

§ 2º Equiparam-se aos bens a que se refere o presente artigo e são também sujeitos a tombamento os monumentos naturais, bem como os sítios e paisagens que importe conservar e proteger pela feição notável com que tenham sido dotados pela natureza ou agenciados pela indústria humana. (Disponível em <http://www.iphan.gov.br>.)

Outra observação importante sobre o tombamento se refere à condição de como o bem é visto em relação à sua conservação ou manutenção de acordo com a sua própria natureza:

Assim é que um rio não pode ter suas águas paralisadas, pois é de sua natureza a água corrente, e que nunca serão as mesmas; no caso, o importante é a conservação de sua paisagem enquanto rio, dentro dessas suas condições naturais. (...) Por outro lado, a conservação não implica impedimento do desaparecimento natural; pelo contrário, conserva-se para que a coisa cumpra o seu ciclo natural, evitando-se que, antes de cumpri-lo, o ato proposital ou intencional venha a destruí-la ou descaracterizá-la. (RABELLO, 2009, p. 84)

No início da atuação institucional foram inscritas nos Livros de Tombo do IPHAN, fortificações localizadas nos estados da Bahia, Paraíba, Paraná, Pernambuco, Rio de Janeiro, Rio Grande do Norte, Rio Grande do Sul, Rondônia e Santa Catarina.³⁴

DENOMINAÇÃO	UF	LH	LBA	LAEP
Fortaleza de S. Paulo do Morro	BA	24/5/1938	24/5/1938	
Fortaleza de Santo Antônio da Barra	BA	24/5/1938	24/5/1938	
Forte de Santa Maria	BA	24/5/1938	24/5/1938	
Forte do Mar (Nossa Senhora del Populo e S. Marcelo)	BA	24/5/1938	24/5/1938	
Forte Gamboa	BA	24/5/1938	24/5/1938	
Forte Itaparica (S. Lourenço)	BA	24/5/1938	24/5/1938	
Forte Santa Cruz Paraguaçu	BA	24/5/1938	24/5/1938	
Fortaleza de Cabedelo	PB	24/5/1938	24/5/1938	
Forte Velho	PB	09/8/1938		
Forte das Cinco Pontas	PE	24/5/1938	24/5/1938	
Forte de Itamaracá	PE	24/5/1938	24/5/1938	
Forte do Brum	PE	24/5/1938	24/5/1938	
Forte do Pau Amarelo	PE	24/5/1938	24/5/1938	
Fortaleza de Paranaguá	PR	24/5/1938	24/5/1938	
Fortaleza do Príncipe da Beira	RD	7/8/1950		
Fortaleza da Boa Viagem	RJ	30/5/1938	2/12/1940	30/5/1938
Forte Caetano Madeira	RJ	20/4/1938		
Forte da Conceição	RJ	24/5/1938	24/5/1938	
Forte de Gragoatá	RJ	24/5/1938	24/5/1938	
Forte de S. João	RJ	24/5/1938	24/5/1938	
Fortaleza de Santa Cruz	RJ	4/10/1939	4/10/1939	
Fortaleza dos Reis Magos	RN	13/5/1949		
Forte de Caçapava	RS	16/5/1938		
Fortaleza de S. José da Ponta Grossa	SC	24/5/1938	24/5/1938	
Forte de Sant'Anna	SC	24/5/1938	24/5/1938	
Forte de Santa Cruz de Anhatomirim	SC	24/5/1938	24/5/1938	
Forte de Santo Antônio Ratoles	SC	24/5/1938	24/5/1938	
Forte de S. João da Bertioiga	SP	19/2/1940	19/2/1940	

Tabela 01. Fortificações tombadas pelo IPHAN até 1950. Legenda: LH – Livro do Tombo Histórico; LBA – Livro do Tombo das Belas Artes; LAEP – Livro do Tombo Arqueológico, Etnográfico e Paisagístico. Fonte: Dados levantados pelo historiador Adler Homero Fonseca de Castro – 2012.

³⁴ A importância desse patrimônio para o país pode ser avaliada pelo número de visitantes que esses bens recebem por ano. Segundo o historiador Adler Homero Fonseca de Castro, algumas fortificações, tais como o Forte dos Reis Magos, em Natal-RN e o Forte de Copacabana, no Rio de Janeiro-RJ, são uns dos bens culturais mais visitados nos respectivos estados, principalmente por estarem localizados em sítios de grande beleza paisagística. Porém, mesmo onde a paisagem onde estão localizadas não é privilegiada, como é “... o caso do Forte do Brum e o das Cinco Pontas, em Recife-PE – ambas as fortificações estão situadas dentro da massa urbana, que não permite que se aprecie uma vista bonita –” também recebem um grande número de visitantes. Cf. CASTRO, Adler Homero Fonseca de. Artigo Muralhas da memória: fortificações, patrimônio e turismo cultural. In. *Jornal Caderno Virtual de Turismo*, 2013 (1). Disponível em <http://www.redalyc.org/pdf/1154/115428661003.pdf>.

A Fortaleza de São José de Macapá foi inscrita no Livro do Tombo Histórico, em 22/03/50³⁵; nesse mesmo ano, também foi inscrita no Livro do Tombo Histórico, a Fortaleza do Príncipe da Beira.



Figura 22. O Real Forte Príncipe da Beira, também referido como Fortaleza do Príncipe da Beira, localiza-se na margem direita do rio Guaporé, atual município de Costa Marques, no estado de Rondônia, no Brasil. Disponível em http://pt.wikipedia.org/wiki/Real_Forte_Pr%C3%ADncipe_da_Beira.

A ação institucional do IPHAN no Amapá iniciou-se, em 1979, a partir da criação da 1ª Diretoria Regional, com sede na cidade de Belém-Pará, inicialmente, ficando sob sua jurisdição, os estados do Pará, Amazonas, Acre e Rondônia, além dos territórios do Amapá e Roraima. Essas representações eram denominadas sub-regionais. Posteriormente denominada Coordenação Regional, em 2009, cada sub-regional obteve autonomia administrativa, tornando-se Macapá a sede da Superintendência, ficando a unidade designada Superintendência do IPHAN no Amapá, passando a atender somente o Estado do Amapá.

A Fortaleza de Macapá é um ícone na cidade, uma referência cultural, e é o único bem tombado pelo IPHAN na cidade, logo, a dimensão cultural deste bem é muito grande para uma cidade do porte de Macapá. Tudo o que se refere ao atrativo turístico ou ao centro histórico inclui a história da Fortaleza, mas ao longo deste trabalho vimos que é importante valorizar outros elementos que, em conjunto com a Fortaleza, poderão contribuir para o entendimento da constituição da proposta de proteção do centro histórico de Macapá:

³⁵ Dados do tombamento: inscrição nº 269/fl.046, volume I do Livro do Tombo Histórico, em 22/03/1950.

Existem, atualmente, apenas dois bens tombados no estado, a já citada Fortaleza e o Conjunto urbanístico de Serra do Navio.³⁶

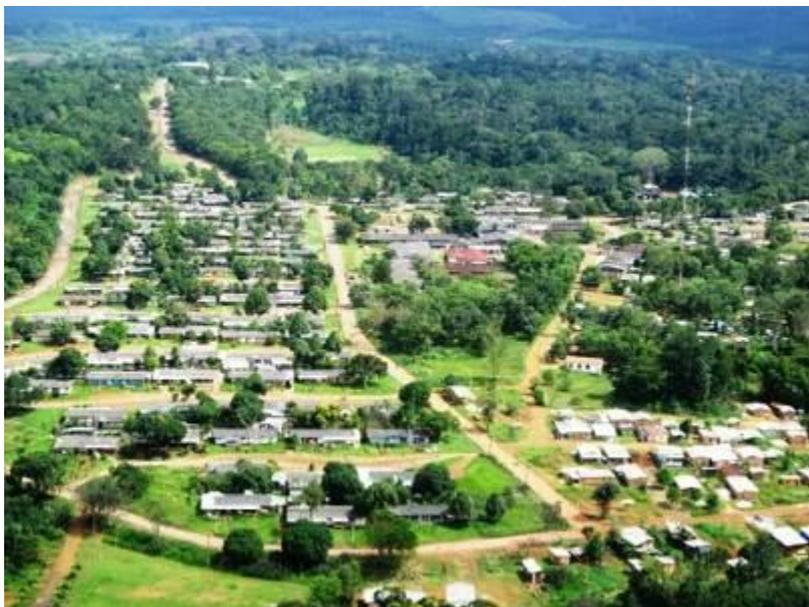


Figura 23. Serra do Navio é um município brasileiro no centro do estado do Amapá. Disponível em http://pt.wikipedia.org/wiki/Serra_do_Navio.

No que tange às diretrizes para proteção do patrimônio cultural, nos diferentes âmbitos de atuação do poder público, destacamos as seguintes leis: no âmbito federal, o Decreto Lei 25/1937, que respalda o bem tombado Fortaleza de São José de Macapá, a Portaria do IPHAN nº 422/2011, que estabelece uma poligonal de entorno do bem e a Portaria nº187/2010-IPHAN, que dispõe sobre a fiscalização do bem material protegido pela União; no âmbito estadual, existem algumas leis para o resguardo do patrimônio cultural local como a Lei nº 2.028/93 relativa à delimitação de áreas de entorno e a Resolução nº03/2008, Lei de Tombamento e das áreas de entorno, do Conselho de Cultura-CONSEC; finalmente, no âmbito municipal, a Lei complementar nº029/2004 (Lei de Uso e Ocupação do Solo do Município de Macapá) e a Portaria nº077/2011 que, juntas, dispõem sobre as principais diretrizes de uso e ocupação do solo, e dos setores definidos³⁷, determinando os parâmetros urbanísticos compreendidos na área do centro antigo de Macapá; no que se refere à legislação no âmbito da instância municipal, a Lei nº 1.831/2010, de proteção ao patrimônio cultural

³⁶ Conjunto inscrito no Livro do Tombo Histórico, no Livro do Tombo de Belas Artes e no Livro do Tombo Arqueológico, Etnográfico e Paisagístico, em 2010.

³⁷ Mais adiante abordaremos os setores: Setor Comercial-SCom, Setor Central-SC, Setor Misto-SM 4, Setor Especial-SE 3, Setor de Lazer-SL 2.

municipal, além do Plano Diretor Municipal de Macapá (2004) que, na Subseção VI - Patrimônio Cultural e Paisagístico, artigo 58, dispõe que *“Integram o Patrimônio Cultural e paisagístico do Município de Macapá os bens imóveis de valor histórico ou cultural, os sítios arqueológicos, os quilombos, os espaços históricos ou de manifestações culturais e as paisagens urbanas relevantes de Macapá”*.

No que se refere especificamente às legislações proteção dos bens culturais da cidade, observa-se que há necessidade de que o Plano Diretor Municipal de Macapá inclua dispositivos que permitam a implantação de políticas públicas voltada para a preservação dos bens culturais da cidade, promovendo, desse modo, o compartilhamento das ações entre as diferentes instâncias, como, por exemplo, a aplicação das Portarias nºs 420/10 e 422/11, do IPHAN, no contexto atual da cidade.

Segundo meu entendimento, não há como pensar em políticas públicas sem considerar um destes condicionantes (direitos difusos, coletivos e individuais) e a abordagem constitucional, conforme o que estabelece o Artigo 216: *“Constituem patrimônio cultural os bens de natureza material ou imaterial, tomados individualmente ou em conjunto, portadores de referência à identidade, à ação, à memória dos diferentes grupos formadores da sociedade brasileira, nos quais se incluem.”*³⁸

Tendo em vista os bens já considerados como patrimônio cultural da cidade, nos âmbitos municipal e estadual, é necessário que os respectivos órgãos de preservação considerem como essa sociedade compreende esse patrimônio no presente e no futuro, criando métodos eficientes de pesquisa relacionados às novas concepções de cultura, incluindo, nesse contexto, a cultura local e a revitalização do traçado urbano, e verificando de que forma isso viria a interferir no desenvolvimento urbano de uma cidade como Macapá.

Ainda em relação à realidade do município, podemos verificar, que, enquanto o Amapá ainda era Território - extinto em 1988, pela Constituição Federal -, não havia qualquer política de proteção aos bens culturais, com exceção da que foi realizada em âmbito federal (o tombamento da Fortaleza de São José de Macapá pelo IPHAN). A autonomia política dos municípios, prevista na Constituição Federal, ainda precisa ser fortalecida, porque não houve um avanço significativo desde então. O próprio Plano Diretor do Município, por exemplo, acabou de completar 10 anos, e para obter recursos e implantar as políticas culturais é necessária a aprovação de outras leis.³⁹

³⁸ Disponível em http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicaocompilado.htm

³⁹ Conforme Elenaldo Teixeira “Com a Constituição de 88, os municípios adquirem a autonomia política, através da elaboração de sua própria lei orgânica e demais leis e da escolha direta de seus governantes. Ampliam sua

Anteriormente à apresentação das outras ações de proteção em Macapá realizadas pelo IPHAN, cabe-nos destacar algumas características relevantes da área central da cidade, onde se concentra a maior parte dos bens culturais.⁴⁰ Essa área apresenta um dinamismo resultante da sua ocupação, sendo também evidenciado na convivência de edificações antigas e contemporâneas.

As intervenções urbanas realizadas pontualmente nessa área preservaram algumas edificações representativas, no entanto, vejo como positivas as intervenções feitas na década de 1950, porque impulsionaram o crescimento da área central e dos bairros adjacentes, que, na época, possuíam uma péssima infraestrutura. Mas toda intervenção precisa seguir parâmetros urbanísticos.

Nas últimas décadas do século XX, principalmente na década de 1990, percebemos o aumento dos gabaritos das edificações e das demolições de prédios históricos para dar lugar a prédios comerciais. Essa situação vem se agravando desde 2004 até os dias atuais, após a edição do Plano Diretor Municipal, que ocasionou um “boom” na construção civil na cidade e o descumprimento do Código Municipal, que deveria dar ênfase à preservação do antigo centro de Macapá.⁴¹

Acredito que apesar de ter um centro histórico que pode ser considerado como ‘descaracterizado’, a interação dos bens com a sociedade e desta com a cidade são relevantes, porque esses bens históricos são muito utilizados pela população. Porém, a temporalidade histórica, no que se refere ao que é contemporâneo e ao que é histórico, talvez não faça parte do imaginário da população, não porque não há valor a ser atribuído, mas porque talvez as pessoas não se reconheçam nessa história. Mas, por outro lado, percebemos que existe um interesse de preservação do centro antigo da cidade, as pessoas querem que os bens sejam preservados. A cidade tem vida, tem uso, não é uma ‘cidade atração’ ou muito menos uma ‘vitrine’.

competência em áreas importantes como a política urbana e transportes coletivos. Apesar do aumento de sua capacidade financeira, a participação dos municípios na receita tributária global não supera os 18 ou 20%. No entanto, eles assumem vários encargos e responsabilidades das outras esferas, o que os obriga a negociar recursos nos diversos programas federais ou estaduais. Com uma frágil base econômica, ao lado da ineficiência administrativa, os recursos próprios na maioria dos municípios não vão além dos 5% do total da receita. Dessa forma, a autonomia de realizar políticas próprias sem vinculação aos programas federais e estaduais é mínima.” Cf. TEIXEIRA, Elenaldo Celso. *O Papel das Políticas Públicas no Desenvolvimento Local e na Transformação da Realidade*. - AATR-BA. 2002. p.6.

⁴⁰ Conforme será visto nos Diagramas 03,04 e 05, incluídos no III Capítulo.

⁴¹ Nesse período, muitas obras foram aprovadas por meio de Termos de Ajustamento de Conduta (TAC), que a meu ver simbolizam uma cicatriz em relação às leis urbanísticas, porque, depois de construída, uma edificação, muitas vezes, pode “quebrar” o contexto histórico daquele espaço; então, são os bens históricos que precisam se adequar àquele novo prédio, quando, na verdade, deveria ocorrer o contrário.

O que percebemos, ao compararmos fotografias de décadas passadas com as de hoje, no que se refere à estética das fachadas e às características dos logradouros públicos, é que simplesmente as fachadas ganharam platibandas encobrendo telhados, caixas d'água, ar-condicionados, dentre outros elementos, e as calçadas diminuíram de largura. Essas intervenções mudaram drasticamente a leitura de algumas ruas, que formam, hoje, o centro comercial de Macapá.

Também podemos observar que onde anteriormente, mesmo com a presença de edificações mais modestas, existia um conjunto harmonioso, atualmente encontramos uma área conturbada, com excessos de elementos, tanto nas fachadas - excesso de engenhos publicitários, para citar um exemplo -, quanto nos logradouros, seja pelo dimensionamento dos logradouros, pela presença de ambulantes ou pela falta de áreas de estacionamento, fazendo com que as características do centro antigo passem despercebidas, e comprometendo, ainda, a ambiência do bem tombado.

Para melhor exemplificar algumas mudanças ocorridas na área, destaco algumas ruas como Mário Cruz e Bingo Uchoa, onde se localiza o Museu Joaquim Caetano (prédio da antiga Intendência, restaurado em 2009), situando-se, logo à frente, a Igreja de São José de Macapá (Figuras 24 e 25).

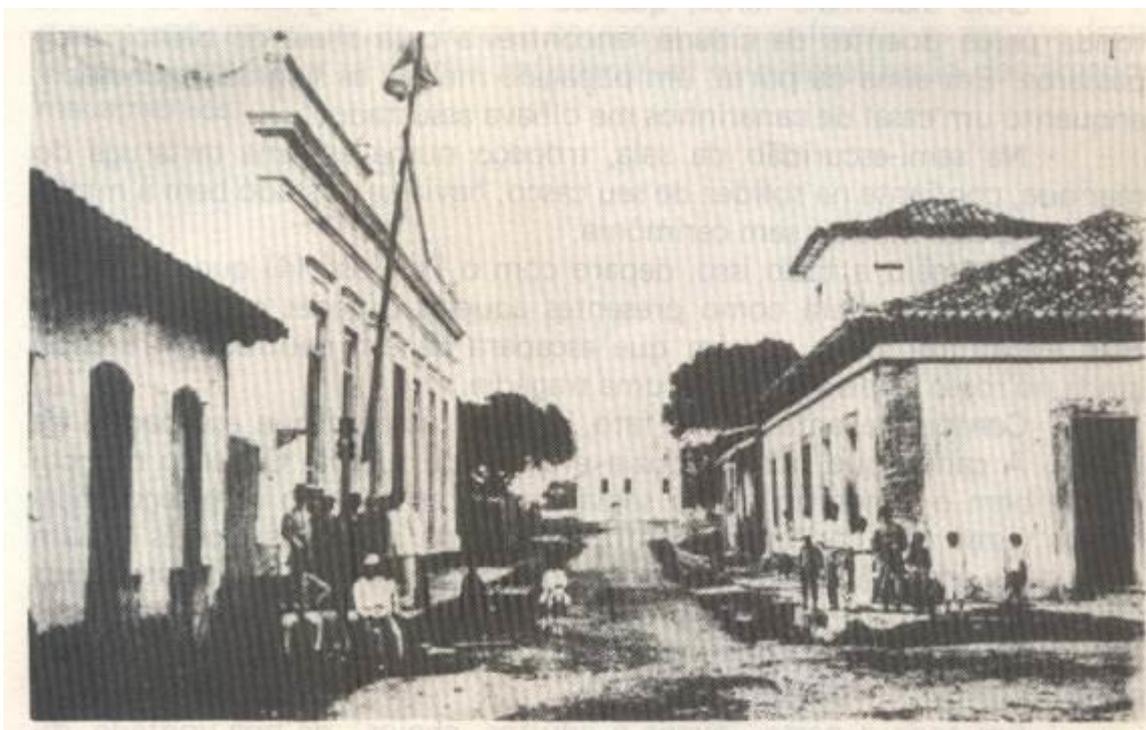


Figura 24. Edificações na atual Rua Mário Cruz, à esquerda, vê-se o prédio da antiga Intendência e, aos fundos a Igreja São José de Macapá (1913). Fonte: acervo Edgar Rodrigues.



Figura 25. Vista atual da Rua Mário Cruz - permanência das duas edificações coloniais: o prédio da antiga Intendência e a Igreja São José de Macapá (2014). Fonte: Jaqueline Brito.

Ao compararmos as fotografias de diferentes períodos, verificamos que somente a Igreja de São José e o antigo prédio da Intendência - onde, atualmente, funciona o museu – encontram-se preservados e que ambos compõem uma perspectiva característica.

Outros exemplos que também merecem ser destacados, porque guardam a história da cidade, são a Praça do Barão do Rio Branco (testemunho do primeiro traçado de Macapá) e a Escola Barão do Rio Branco, ícones representativos de um período relevante da cidade, quando Amapá ainda era Território Federal. (Figuras 26 - 31).



Figura 26. Praça Barão do Rio Branco atual. (Quadra 01). Fonte: Jaqueline Brito.



Figura 27. Praça Barão do Rio Branco. Fonte: acervo coleção digital – IBGE.



Figura 28. Praça da Matriz ou Praça Veiga Cabral (1910). Fonte: SECULT.



Figura 29. Praça Veiga Cabral. Fonte INBI SU- 2009.



Figura 30. Grupo escolar Barão do Rio Branco. Fonte: SECULT.



Figura 31. Escola Barão do Rio Branco. Fonte: Jaqueline Brito - 2014

Foi com o objetivo de solucionar alguns desses problemas que a Superintendência do IPHAN-AP elaborou normas para a área de entorno da Fortaleza de São José de Macapá, a já citada Portaria nº 422/2011, que dispõe sobre os parâmetros a serem adotados para a autorização das intervenções na área de entorno do bem tombado, incluindo um manual de aplicação dessas normativas.

Mas, para que a preservação dessa área se efetive, entendemos que é necessário que seja feito algo mais eficaz, por exemplo, que a proposição dos projetos em cada imóvel do centro antigo seja acompanhada pelos técnicos da Instituição, de modo que estes possam apontar possíveis soluções para os problemas identificados. Além disso, também é necessário que seja feita a integração dessas ações com as respectivas instâncias dos governos municipal e estadual.

2.2 O entorno da Fortaleza de São José de Macapá

Conforme abordado no Capítulo I, desde o período colonial, o cenário urbano passou por várias transformações, cujos vestígios podemos perceber principalmente no que tange às características do primeiro projeto para a vila de Macapá que ainda permanecem.

Já mencionamos anteriormente que a Lei Complementar nº 029/2004 dispõe sobre o uso e ocupação do solo, estabelecendo os seguintes setores: Setor Comercial-SCom (para o qual é estabelecido usos de baixíssimo impacto, baixo impacto, médio impacto e de alto impacto), Setor Central-SC (Eixo de Atividade 1), Setor Misto-SM 4, Setor Especial-SE 3, Setor de Lazer-SL 2. (Figura 32 e Tabela 02)

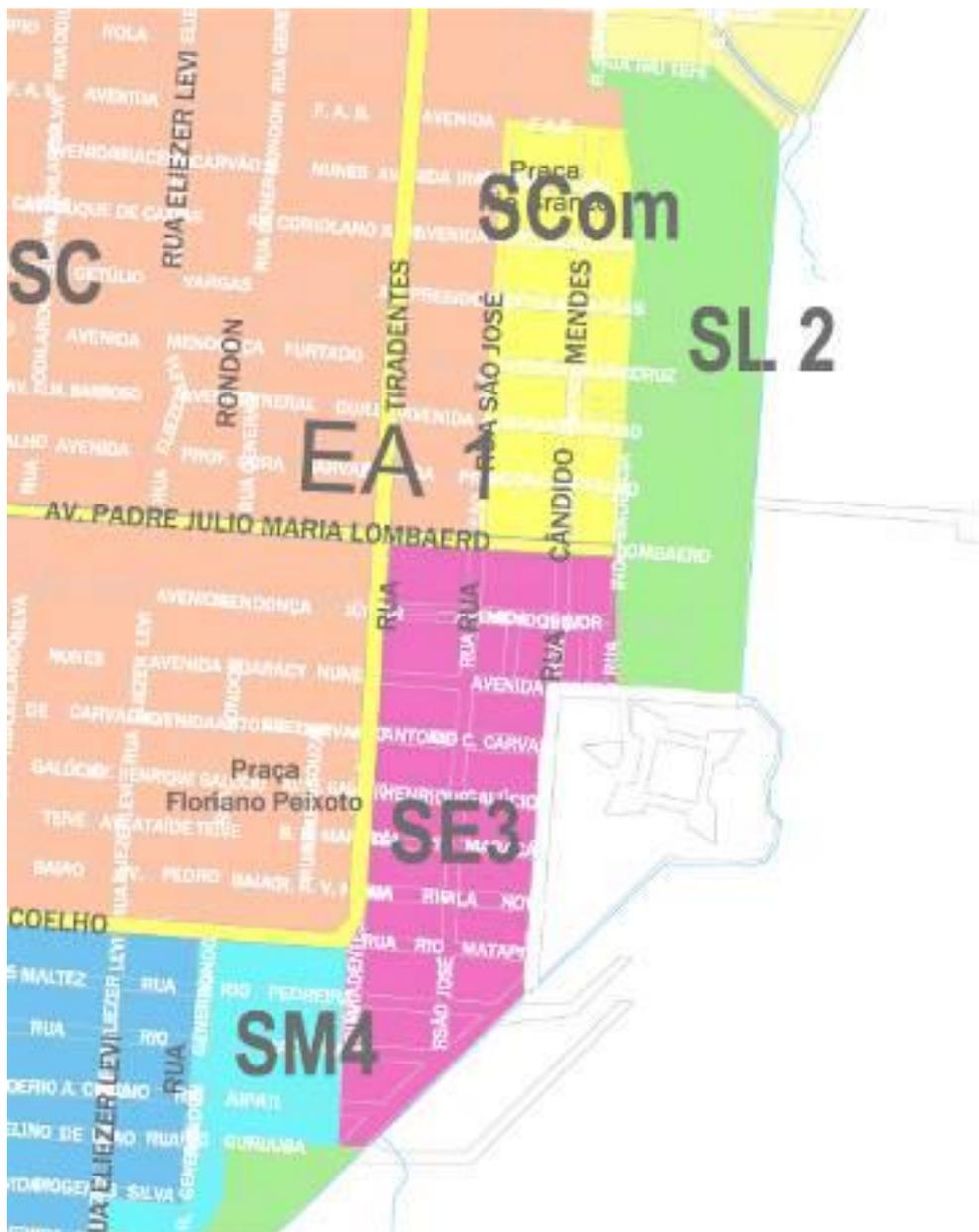


Figura 32. Uso dos bens imóveis, conforme o Inventário dos Bens Imóveis-INBI.

SETOR	DIRETRIZES DE INTENSIDADE DE OCUPAÇÃO	PARÂMETROS DE OCUPAÇÃO DO SOLO					
		CAT		ALTURA DE REFERÊNCIA DA EDIFICAÇÃO (MAX.)	Nº MAX DE PAVTOS.	TAXA DE OCUPAÇÃO MÁXIMA	TAXA DE PERMEABILIDADE MÍNIMA
		BÁSICO	MÁXIMO				
COMERCIAL - SCom	Alta densidade verticalização baixa	2,5	-	16,5m (pé direito: 3,0 m)	5	90 %	Isento – Lotes até 250 m². 15 % - Lotes acima de 250 m²
	14,5 (pé direito: 2,70 m)						
	Densidade Bruta - DB	Observações		AFASTAMENTOS MÍNIMOS			
	180 hab/hectare	Hotéis e Pousadas - obedecer os critérios do Setor Central - SC		FRONTAL		LATERAIS E FUNDOS	
	Densidade Líquida - DL			Ocupação Horizontal (com/serv/misto) - isento		Ocupação Horizontal (com/serv/misto) - Isento.	
360 hab/hectare			Ocupação Horizontal (Resid.) – ver art. 50		Ocupação Horizontal (Resid.) – ver art. 50.		
			0,15 x H - Vert Baixa		0,15 x H - Vert Baixa		
SETOR	DIRETRIZES DE INTENSIDADE DE OCUPAÇÃO	PARÂMETROS DE OCUPAÇÃO DO SOLO					
		CAT		ALTURA DE REFERÊNCIA DA EDIFICAÇÃO (MAX.)	Nº MAX. DE PAVTOS.	TAXA DE OCUPAÇÃO MÁXIMA	TAXA DE PERMEABILIDADE MÍNIMA
		BÁSICO	MÁXIMO				
CENTRAL - SC	Alta densidade verticalização Alta 1, Média e Baixa	2,5	6,00	62,90m (pé direito: 3,0 m)	20	90 %	20 %
	57,20m (pé direito: 2,70 m)						
	Densidade Bruta - DB	Observações		AFASTAMENTOS MÍNIMOS			
	180 hab/hectare	Empreendimentos de grande porte (concentração de pessoas) poderão ter taxa de ocupação de 100% devendo estar sujeitos s condições do EIV.		FRONTAL		LATERAIS E FUNDOS	
	Densidade Líquida - DL			0,10 x H - Vert. Alta 1 e Média		0,10 x H - Vert. Alta 1 e Média	
360 hab/hectare			0,15 x H - Vert. Baixa		0,15 x H - Vert. Baixa		
Eixo de atividades 1 – EA1	Média densidade Verticalização Baixa	CAT		ALTURA DE REFERÊNCIA DA EDIFICAÇÃO (MAX.)	Nº MAX. DE PAVTOS.	TAXA DE OCUPAÇÃO MÁXIMA	TAXA DE PERMEABILIDADE MÍNIMA
		BÁSICO	MÁXIMO				
			1,5	3,10	16,5m (pé direito: 3,0 m)	5	80 %
				14,5 (pé direito: 2,70 m)			
	Densidade Bruta - DB	Observações		AFASTAMENTOS MÍNIMOS			
120 hab/hectare			FRONTAL		LATERAIS E FUNDOS		
Densidade Líquida - DL			Ocupação Horizontal (com/serv/misto) - isento		Ocupação Horizontal - Isento em uma das divisas e 1,5 nas demais.		
270 hab/hectare			Ocupação Horizontal (Resid.) – ver art. 50		Ocupação Horizontal (Resid.) – ver art. 50		
			0,15 x H - Vert Baixa		0,15 x H - Vert Baixa		

SETOR	DIRETRIZES DE INTENSIDADE DE OCUPAÇÃO	PARÂMETROS DE OCUPAÇÃO DO SOLO					
		CAT		ALTURA DE REFERÊNCIA DA EDIFICAÇÃO (MAX.)	Nº MAX. DE PAVTOS.	TAXA DE OCUPAÇÃO MÁXIMA	TAXA DE PERMEABILIDADE MÍNIMA
		BÁSICO	MÁXIMO				
MISTO 4 – SM4	Alta densidade verticalização Média	2,5	3,10	31,70m (pé direito: 3,0 m)	10	80 %	20%
	29,00m (pé direito: 2,70 m)						
	Densidade Bruta - DB	Observações		AFASTAMENTOS MÍNIMOS			
EIXO DE ATIVIDADES – EA 1	180 hab/hectare			0,10 x H - Vert Média	LATERAIS E FUNDOS		
	Densidade Líquida - DL						
	360 hab/hectare						
SETOR	DIRETRIZES DE INTENSIDADE DE OCUPAÇÃO	PARÂMETROS DE OCUPAÇÃO DO SOLO					
		CAT		ALTURA DE REFERÊNCIA DA EDIFICAÇÃO (MAX.)	Nº MAX. DE PAVTOS.	TAXA DE OCUPAÇÃO MÁXIMA	TAXA DE PERMEABILIDADE MÍNIMA
		BÁSICO	MÁXIMO				
LAZER 2 – SL2	Baixa densidade verticalização baixa	1,5	2,5	16,5m (pé direito: 3,0 m)	5	60 %	20 %
	14,5 (pé direito: 2,70 m)						
	Densidade Bruta - DB	Observações		AFASTAMENTOS MÍNIMOS			
	60 hab/hectare			FRONTAL		LATERAIS E FUNDOS	
	Densidade Líquida - DL			Ocupação Horizontal (com/serv/misto) - isento		Ocupação Horizontal (com/serv/misto) - isento	
	180 hab/hectare			Ocupação Horizontal (Resid.) – Ver art. 50.		Ocupação Horizontal (Resid.) – Ver art. 50.	
ESPECIAL 3 – SE3	Média densidade Ocupação horizontal	1,5	-	8 m	2	70 %	15%
	Densidade Bruta - DB			Observações			
	120 hab/hectare			FRONTAL		LATERAIS E FUNDOS	
	Densidade Líquida - DL			Isento – (Com/Ser/misto)		Ver art. 50	
	270 hab/hectare			Ver art. 50			

Tabela 02. Intensidade de ocupação das diretrizes definida na Lei Complementar nº077/2011.

Os estabelecimentos comerciais e de prestação de serviços são predominantes no setor comercial. Já no bairro Central concentram-se estabelecimentos comerciais e residências, predominando o comércio informal. Devido à falta de planejamento para alocação dos comerciantes que, atualmente, ocupam uma área correspondente a um logradouro público, essa ocupação acaba por interferir negativamente no planejamento e mobilidade do espaço urbano.

O uso do solo nessa área composta pelo centro e pela área comercial, reflete os condicionantes que devem ser analisados tanto no contexto patrimonial quanto urbano.

Destacamos esses aspectos para demonstrar que o uso das edificações se reflete no entorno do bem tombado da Fortaleza porque há um sobre uso em determinado momento do dia e em outro quase nenhum; essa desproporcionalidade poderia ser solucionada simplesmente no arranjo de usos no período noturno principalmente de atividades que envolvam lazer, assim, poderíamos chegar a uma melhor proporção, acionando esses espaços das mediações do entorno do bem tombado.

Logo, verificamos que o estudo poligonal de entorno da Fortaleza teria que considerar essas prerrogativas, além dos relatos e documentos históricos.

Atualmente é possível verificar que algumas edificações e equipamentos urbanos passaram por modificações irreversíveis quanto à sua relação com o traçado do centro antigo, mas podemos identificar traços que remetem ao projeto original, como as praças matrizes (praças do Barão do Rio Branco e Veiga Cabral), a antiga Igreja de São José, e ainda, as edificações e elementos correspondentes ao início do século XX, como as edificações remanescentes do antigo Território Federal do Amapá, algumas localizadas na Rua São José, na Avenida FAB, onde se localizam muitas dessas construções, como escolas e instituições públicas; na Rua Cândido Mendes estão localizadas a Fortaleza de São José, assim como a Casa do Governador. Podemos perceber algumas características arquitetônicas como o neocolonial assim como elementos do neoclassicismo adicionados à antiga Catedral de São José, em meados de 1904, o que dificultou a proposta para o seu tombamento no âmbito federal.⁴²

Em relação à morfologia urbana, Macapá é uma cidade que está passando por um processo de verticalização das construções, o que é facilitado pelas condições topográficas da cidade, já que possui um relevo, em sua maior parte, plano, sendo necessário e urgente que a

⁴² Desde 2012 a sociedade anseia pela restauração e o tombamento da antiga catedral e no desenvolvimento da pesquisa foi reiterado o apelo popular para que a mesma seja tombada.

municipalidade estabeleça uma política de uso do solo, através das legislações urbanísticas, propondo uma adequada distribuição da ocupação ao longo da cidade, principalmente na área central. Como esta é a primeira área urbanizada da cidade é importante que sirva de exemplo quanto à sua ocupação.

A partir das informações levantadas no desenvolvimento da pesquisa para o Mestrado - como parte das atividades supervisionadas na Superintendência do IPHAN-AP, elaborei a introdução do primeiro módulo do Sistema de Integrado de Conhecimento e Gestão (SICG) -, é possível verificar nas imagens feitas nas visitas de campo nos meses de abril e agosto de 2014 (Figura 33) a existência de um prédio visto do interior da Fortaleza de São José de Macapá, construído posteriormente à Portaria nº 422/2011, mas que se encontra fora dos limites da poligonal da portaria, demonstrando um forte indicio da importância do instrumento jurídico em relação a proteção da ambiência do bem tombado.

Podemos verificar nas imagens a seguir, a presença tanto das edificações históricas, inseridas na poligonal de entorno definida na Portaria nº 422/2011, quanto dos elementos do ambiente que compõe parte do centro antigo de Macapá.



Figura 33. Vista da área de entorno - é possível visualizar um prédio do interior da Fortaleza de São José de Macapá, construído posteriormente à Portaria nº 422/2011, mas que se encontra fora dos limites da poligonal definida na portaria. Foto Jaqueline Brito, Abril de 2014.



Figura 34. Vista da área de entorno, sentido oeste, de onde se visualiza o centro comercial, do interior da Fortaleza de São José de Macapá. Foto Jaqueline Brito, Abril de 2014.



Figura 35. Vista da área de entorno, sentido nordeste, de onde se visualiza o centro comercial, área externa da Fortaleza de São José de Macapá. Foto Jaqueline Brito, Abril de 2014.



Figura 36. Panorama da poligonal de tombamento a parti da Fortaleza de São José de Macapá. Foto Jaqueline Brito, Abril de 2014.



Fig. 37. Limite da poligonal de entorno, cruzamento na Avenida FAB e Rua São José. Foto Jaqueline Brito, Agosto de 2014.



Figura 38. Rua Cândido Mendes, Casa Governamental. Foto Jaqueline Brito, Agosto de 2014.



Figura 39. Rua Cândido Mendes, Praça do Barão do Rio Branco. Foto Jaqueline Brito, Agosto de 2014.



Figura 40. Sede do prédio dos Correios. Foto Jaqueline Brito, Agosto de 2014.



Figura 41. Museu Joaquim Caetano. Foto Jaqueline Brito, Agosto de 2014.



Figura 42. Igreja Matriz de São José de Macapá. Foto Jaqueline Brito, Agosto de 2014.



Figura 43. Praça Beira Rio também incluída da poligonal de entorno. Foto Jaqueline Brito, Agosto de 2014.



Figura 44. Sede da OAB, antigo FORUM de Macapá. Foto Jaqueline Brito, Agosto de 2014.



Figura 45. Praça Veiga Cabral. Foto Jaqueline Brito, Agosto de 2014.

Essa explanação nos ajuda a entender o modo como o uso do solo nessa área se reflete no entorno do bem tombado: a Fortaleza.

Os estudos para delimitação do entorno da Fortaleza de São José de Macapá realizados na Superintendência tiveram como base o conceito de “visibilidade”, conforme determina o artigo 18 do Decreto-lei 25/37:

Art. 18. Sem prévia autorização do Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, não se poderá, na vizinhança da coisa tombada, fazer construção que lhe impeça ou reduza a visibilidade, nem nela colocar anúncios ou cartazes, sob pena de ser mandada destruir a obra ou retirar o objeto, impondo-se neste caso a multa de cinquenta por cento do valor do mesmo objeto.”



Figura 46. Foto aérea da Fortaleza de São Jose de Macapá - Fonte: SEINF, 2009.

Do ponto de vista administrativo, verificamos que.

Das discussões sobre a função das áreas de entorno que vem sendo levantadas pelo corpo técnico do IPHAN durante as capacitações para fiscais e oficinas de normatização, e da orientação da procuradoria Federal, é proposto o seguinte procedimento para a delimitação das poligonais de entorno: abertura de processo administrativo e elaboração de parecer técnico e da elaboração de minuta de portaria.⁴³

⁴³ Processo administrativo nº 001/2011/DEPAM. sobre o ‘Estabelecimento de procedimento para delimitação de poligonal de entorno de bens tombados’, elaborado em 02/08/2011.

Realizado os mencionados procedimentos - isto é, abertura de processo, elaboração de parecer e da minuta de portaria, conforme estabelecem as diretrizes da Nota Técnica nº001, de 02/08/2011⁴⁴ - constam do Parecer nº 031/2011, da arquiteta Patrícia H. T. Takamatsu, a proposta de “delimitação de entorno da Fortaleza de São José de Macapá/AP e normativas de sua ambiência e visibilidade” e a minuta de portaria de entorno da fortaleza. Na portaria foram atendidos todos os procedimentos de ambiência⁴⁵ do bem tombado, sendo encaminhado dessa forma para a aprovação da Procuradoria Federal do IPHAN, através do Parecer nº 082/2011⁴⁶, e publicada a Portaria nº 422, em 23 de novembro de 2011.

Os parâmetros a serem analisados para a delimitação da área de entorno dependem principalmente do perfil do uso do solo no centro antigo de Macapá - composto pelo centro propriamente dito e pela área comercial - e refletem os condicionantes que devem ser analisados tanto no contexto patrimonial quanto no urbano.

Logo, na setorização dos usos, que são muito diversos, verifica-se uma ênfase daqueles ligados aos estabelecimentos que oferecem entretenimento, localizados principalmente na orla, no complexo Beira Rio, nas imediações da Fortaleza de São José de Macapá.

Desses usos decorre uma característica – comum à maioria das cidades brasileiras – que é, por exemplo, uma grande movimentação no período diurno, quase todos os estabelecimentos estão em funcionamento, em função das várias atividades desenvolvidas no decorrer do dia; já no período noturno, os estabelecimentos comerciais e de serviços, dentre outros, ficam fechados. Consideramos que, se houvesse um incentivo maior para a atividade cultural, seria possível fomentar o uso desses monumentos no período noturno, o que poderia dar um aspecto mais viçoso ao centro da cidade.

Tendo em vista que a Portaria nº187/2010-IPHAN⁴⁷ dispõe sobre a fiscalização da área entorno da Fortaleza, com base no artigo 18 do Decreto-lei nº 25/37, que estabelece que “não se poderá, na vizinhança da coisa tombada, fazer construções que lhe impeça ou reduza a

⁴⁴ Idem.

⁴⁵ Conforme observa Sonia Rabello de Castro “Entende-se, hoje, que a finalidade do art. 18 do Decreto-lei 25/37 é a proteção da ambiência do bem tombado, que valorizará sua visão e sua compreensão no espaço urbano. Nesse sentido, não só os prédios reduzem a visibilidade da coisa, mas qualquer obra ou objeto que seja incompatível com uma vivência integrada com o bem tombado. O conceito de visibilidade, portanto, ampliou-se para o de ambiência, isso é, harmonia e integração do bem tombado à sua vizinhança, sem que exclua com isso a visibilidade literalmente dita” Cf. CASTRO, Sônia Rabello de. “O Estado na Preservação de Bens culturais – o tombamento”, Rio de Janeiro: IPHAN, 2009, p.122-123.

⁴⁶ Parecer nº 082/2011 –PF/IPHAN/SEDE/GMAC, relativo à ‘Minuta de portaria que dispõe sobre a delimitação da área de entorno da Fortaleza de São José de Macapá, Amapá’.

⁴⁷ A citada portaria abrange não só os critérios de intervenção no perímetro tombado, como também na área de entorno.

visibilidade”, e levando-se em consideração os conceitos de entorno e de ambiência, destacamos que:

O entorno do bem tombado conforma sua ambiência, estabelecendo-se uma área de amortecimento às pressões de crescimento e transformação das cidades. O conceito de visibilidade somente pode ser entendido de forma ampla, abrangendo não só as hipóteses em que a construção obstrui ou se impõe à visão do bem tombado, mas também os casos em que a intervenção não se harmoniza com a visão do monumento no conjunto e no ambiente onde está inserido. Portanto, compreende não só a tirada de vista da coisa tombada, como também a afetação de sua ambiência, incluída a paisagem adjacente e tudo o mais que contraste ou afronte a harmonia de suas relações com seu sentido histórico, sua autenticidade constitutiva e sua inserção no cenário no qual implantado. (IPHAN, 2010, p.22).

Conforme a documentação contida no Processo Administrativo nº 01424.000143/2011-64, referente ao “*Estudo para delimitação de Poligonal de entorno da Fortaleza de São José de Macapá*”:

Como a delimitação da área de entorno não pressupõe alteração do objeto tombado (nem em seus valores, nem em sua delimitação), juridicamente esse procedimento pode ser entendido como regulamentação do Art. 18 do Decreto- Lei nº 25/1937 – que protege a visibilidade dos bens tombados e determina a necessidade de prévia autorização do IPHAN para intervenções na sua vizinhança. E apesar de essa Lei não mencionar como necessária a regulamentação dessa área, é desejável que o IPHAN o faça em atendimento aos princípios de publicidade e transparência. Entretanto, assim como as Normas de Preservação, a delimitação de entorno é de âmbito técnico relacionado à gestão e preservação dos bens tombados, e por isso não é necessária sua submissão ao Conselho Consultivo (...) Após a edição do referido Decreto-lei nº 25/1937 o conceito de “vizinhança” vem sendo ampliado, e atualmente pode ser entendido como equivalente à “ambiência”. A área de entorno teria como função principal, portanto, preservar a qualidade ambiental e paisagística adequadas para a fruição e compreensão do bem protegido e dos valores a eles associados, funcionando como uma ‘área de amortecimento’ entre o ele e o restante da cidade. (...) No caso de áreas urbanas, faz-se necessário estabelecer com clareza a distinção entre a área tombada e seu entorno, o que implicará em necessárias diferenças de procedimentos, pois raros os bens que compõe a área de entorno, mesmo que seja desejável sua preservação, está só poderá ser justificada se estiver relacionada ao valor atribuído ao bem tombado. (Nota Técnica nº001/DEPAM, de 02/08/2011, fls. 5)

A Fortaleza de São José de Macapá representa, em seu conjunto, uma obra de natureza arquitetônica, arqueológica e urbanística. Desde o ano 1999, por ação conjunta do IPHAN e do Governo do Estado do Amapá, foi realizado o projeto de Requalificação da Área Externa da Fortaleza. Esse projeto se constituiu em um espaço de lazer e paisagismo alusivo ao projeto da Arquiteta Rosa Kliass, conjuntamente com a realização das prospecções arqueológicas que ajudaram a consolidar parte das muralhas antigas.⁴⁸

⁴⁸ No entanto, foi excluído do projeto o antigo Circulo Militar por ser considerado um elemento que não pertencia à configuração original do bem tombado.

É possível compreender que a delimitação da área de entorno da Fortaleza de São José de Macapá, não possa ser mais considerada por apresentar apenas algumas características e traços do período colonial. Logo se considera que “Para que seja preservado o motivo de seu tombamento e que se mantenham a ambiência da Fortaleza, conforme proposto pelo artigo 18 do Decreto-Lei, nº 25/37, (...) que o mesmo cogite em motivações de preservação urbanas”. Dessa forma.

(...) o entorno atual, que motiva o polígono do Decreto Estadual nº 2028 de 26.11.1993 é a projeção de 100 m da linha de fogo das cortinas pelo alcance de um tiro de mosquete da Fortificação, entretanto, tal valor, que se restringe a realidade atual de apenas uma quadra, não reflete a inserção da Fortaleza na área urbana, devido à expansão do núcleo urbano, durante as décadas de 1940 e 1950, em conformidade com a criação do Território Federal do Amapá. O recinto de construções que a distância em meio ao núcleo urbano e da área militar foi rompida e a Fortaleza passou a fazer parte da paisagem urbana de Macapá.⁴⁹



Figura 47. Proposta de poligonal de tombamento da Fortaleza de São José de Macapá. (Fonte: mapa Google Earth /adaptação: Jaqueline Brito)

⁴⁹ Cf. Parecer nº 031/2011, de 19/08/2011, da arquiteta Patrícia H. T. Takamatsu. Assunto: “Delimitação de entorno da Fortaleza de São José de Macapá/AP e normativas de sua ambiência e visibilidade”.

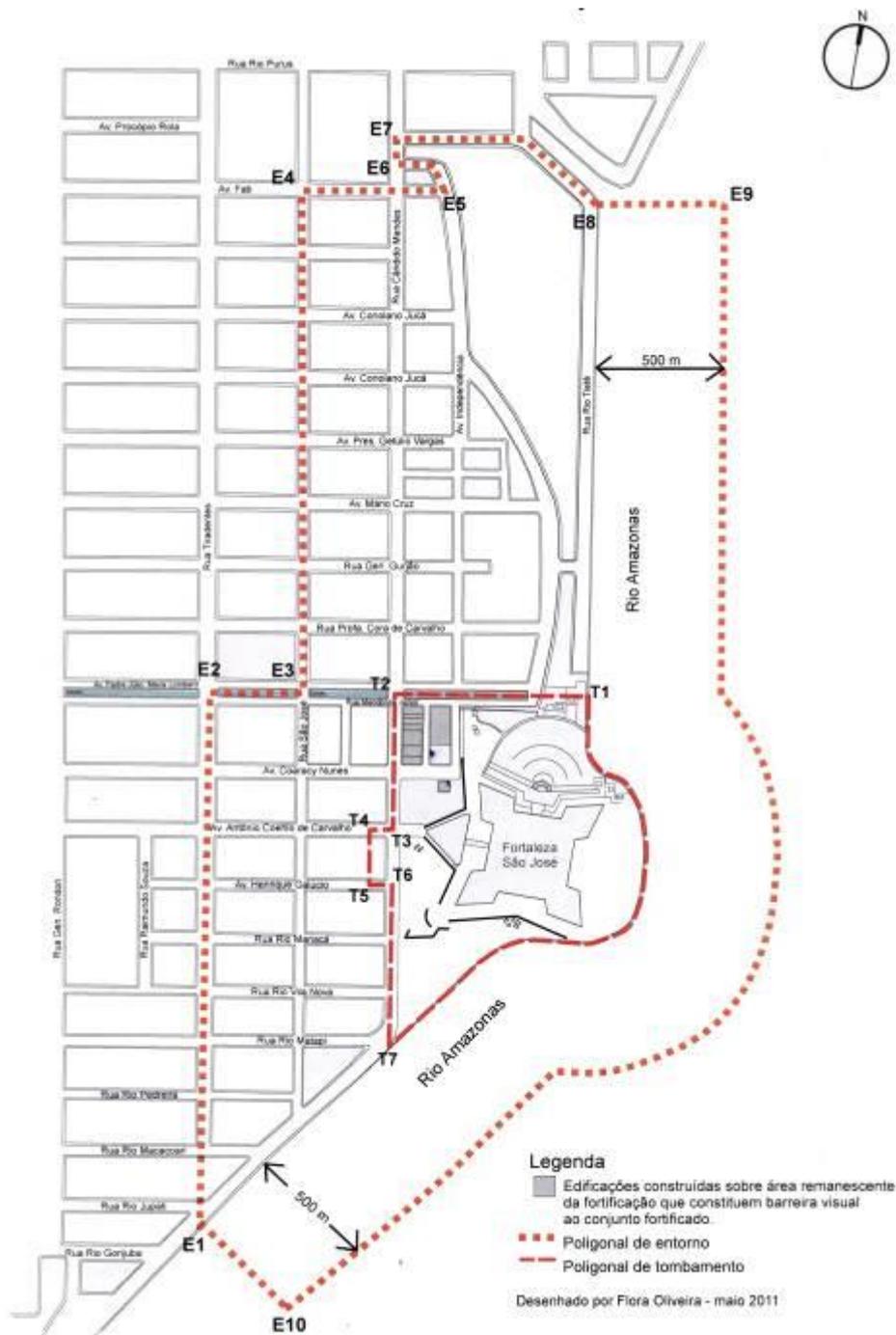


Figura 49. Portaria nº 422/2011-IPHAN, incluindo a proposta de delimitação das áreas tombada e de entorno, conforme os pareceres técnicos.

A aprovação da Portaria nº422/2011-IPHAN, que abrange não só os critérios de intervenção na área tombada, como também na área de entorno, tem causado algum conflito em relação aos critérios estabelecidos na Portaria nº 077/2011-PMM, relativo ao Código de

Obras do Município de Macapá, no que se refere ao número de pavimentos e altura máxima dos imóveis a serem construídos na vizinhança do bem tombado.

2.3 A rerratificação de tombamento da Fortaleza de São José de Macapá

Posteriormente à proposta de delimitação da área de entorno da Fortaleza, no âmbito da Superintendência do IPHAN-AP foi aberto o processo de tombamento do Centro histórico de Macapá⁵⁰, visando à ampliação da proposta de entorno do bem tombado, e tendo como objetivo não só zelar pela ambiência do bem tombado, como também preservar os outros bens que fazem parte do centro antigo de Macapá.

O que motivou esse estudo foi o risco que a ambiência da Fortaleza de São José de Macapá estava correndo, em função da previsão de aumento de gabarito na vizinhança do bem tombado: *“Considerando a revisão do Plano Diretor Urbano da Cidade de Macapá, delimitando o gabarito de até 16 metros para áreas limítrofes do perímetro tombada, colocando em risco a ambiência deste bem cultural, levando esta superintendência a abrir processo de estudo para delimitação de poligonal de entorno da Fortaleza de São José de Macapá.”*⁵¹

Em 2014 foi proposta a rerratificação do tombamento⁵² da Fortaleza de São José de Macapá, ampliando o enfoque da proteção do bem isolado para a área que o circunda, o que reforça a abordagem do presente estudo, que considera que o desenvolvimento urbano da cidade está diretamente ligado às ações de proteção, porque entendo que as discussões em prol destas mudanças refletem significativamente em toda a espacialidade, e as políticas públicas relacionadas à proteção do patrimônio histórico de Macapá precisam, por esse motivo, ser unificadas à legislação municipal para se integrarem aos projetos de requalificação urbana e atender às normativas de preservação federal estabelecidas pelo IPHAN.

⁵⁰ Processo de tombamento nº 01492000329/2008-12, denominado “Centro Histórico de Macapá”. P.A nº 01424.000137/2011-15.

⁵¹ Cf. Memorando nº 144/2011, GAB-SE-AP/IPHAN- 17/08/11: da Superintendente do IPHAN-AP, arquiteta Simone da Silva Macedo.

⁵² Segundo o parecer técnico do historiador Adler Homero Fonseca de Castro, a ‘rerratificação’ do tombamento é um procedimento técnico-conceitual, jurídico e administrativo, que permite retificar, em parte, as medidas de proteção (como a delimitação de uma área tombada) e ratificar os demais termos não alterados.

Conforme já mencionado a proposta tinha como objetivo a ampliação do tombamento da Fortaleza de São José de Macapá. Em análise pelas diferentes instâncias técnicas da Instituição, foram desenvolvidos novos estudos que concluíram pela inclusão de outros elementos nessa na proteção da Fortaleza rerratificação.

A ampliação do tombamento se justifica porque:

Embora o objetivo das restrições a imóveis da vizinhança de bens tombados seja permitir a ambientação do bem tombado para sua melhor apreciação, é evidente que as limitações a serem feitas nesses imóveis não devem ser da mesma ordem ou intensidade daquelas feitas à coisa tombada. Aos imóveis da vizinhança não se lhes exigir a conservação do prédio, com seus caracteres, pois isso equivaleria ao próprio tombamento. (...) com relação aos prédios vizinhos passa-se a exigir que estes não perturbem a visão do bem tombado, sem que, contudo, tenha de se manter o imóvel tal como é; basta que sua utilização ou modificação não afete a ambiência do bem tombado, seja pelo seu volume, ritmo da edificação, altura, cor ou outro elemento arquitetônico, (...) Para um [o bem tombado] a obrigação é de fazer (conservar), e para outro [entorno] é de não fazer (não perturbar). (CASTRO, 2009, p.125)

Foram incluídas áreas correspondentes à configuração do centro antigo, que representam, também, a memória da cidade, principalmente no que tange à sua formação - primeiro traçado urbano, ainda na época colonial, e que foi mantido até os dias de hoje -, assim como as já citadas, Fortaleza e a Igreja de São José, elementos considerados nesta proposta:

Em todos esses anos em que o processo tramitou pela [Superintendência] Regional, na área central do IPHAN, em Brasília e, agora, de volta ao Rio de Janeiro, a única discordância maior de opinião foi quanto ao tombamento ou não das duas quadras definidas pelas ruas Cândido Mendes, Independência, Coaracy Nunes e Av. Mendonça Jr. excluídas da proposta de tombamento pela Regional do Pará [Cabe esclarecer que, até a criação da Superintendência do IPHAN-AP em 2009. O Estado estava sob a jurisdição da Regional do IPHAN no Pará], mas [foram] incluídas na mesma [poligonal] pelo abaixo assinado, nos termos do sobre citado estudo. Nossa opinião pela inclusão da área baseava-se no entendimento de que as quadras em questão, apesar de ocupadas por edificações privadas modernas, são de importância para o entendimento do forte, já que se encontram, parcialmente, na área que seria de propriedade da União, nos termos do Decreto-lei 3.437 de 17 de Julho de 1941, que define como sendo de propriedade federal os terrenos situados a 15 braças (33metros) dos “limbos exteriores dos velhos e novos fortes”. Como a esplanada do forte tocava em um dos quarteirões (ver planta na página 22 do processo), em nossa opinião fica claro que a área é – ou deveria ser – de propriedade da União. Mesmo que desconsideremos a questão da propriedade, pensamos ser igualmente evidente que o local não pode deixar de ser considerado como de interesse para a fortaleza, cabendo a inclusão dos referidos terrenos (mas não dos prédios) no tombamento.⁵³

Verifica-se que o processo histórico no qual a Fortaleza está inserida permite estabelecer uma relação dialética do bem com a cidade, podendo ser considerada a sua

⁵³ CASTRO, Adler Homero Fonseca. Memorando Proteção/DEPAM nº 365/10, de 06/12/10.

inscrição no Livro do Tombo Arqueológico, Etnográfico e Paisagístico⁵⁴, fundamentando a inclusão das duas quadras definidas pelas ruas Cândido Mendes, Independência, Coaracy Nunes e Av. Mendonça Jr. na proposta de proteção pretendida.⁵⁵

Podemos definir essa como a abordagem conceitual que embasou a proposta da rerratificação do tombamento da Fortaleza de São José de Macapá. Assim, além de inscrito no Livro do Tombo Histórico, em 2014, foi deliberado pelo Conselho Consultivo do IPHAN, a rerratificação do tombamento da Fortaleza de São José de Macapá com a inscrição no mencionado Livro do Tombo, ou seja, além do valor histórico atribuído ao bem, a Fortaleza passa, agora, a ter seus valores arqueológico, etnográfico e paisagístico devidamente atribuídos.

A menção aos estudos realizados para a delimitação do entorno da Fortaleza de São José de Macapá, visando à preservação da ambiência do bem tombado, se deve ao fato de que essa proposta está ligada diretamente ao estudo da preservação do centro antigo de Macapá, porque a poligonal definida como área de entorno corresponde à mesma área que nesta pesquisa pretendemos considerar como a área a ser protegida pelo tombamento, definindo-a como seu centro histórico, e considerando a Fortaleza como o monumento principal desse conjunto.

Conforme mencionado anteriormente, a Fortaleza é tombada isoladamente, situando-se na área principal da formação da cidade, onde estão localizadas a Igreja de São José e as praças do Barão do Rio Branco e Veiga Cabral, assim como outros bens de natureza histórica:

Se for considerado que um imóvel no entorno [do bem tombado] tem valor por si próprio, ele deverá ser alvo de proteção, podendo ser indicada sua inclusão como parte do conjunto tombado (mesmo sendo descontínuo territorialmente). Os estudos para delimitação do entorno (ver Nota) podem apontar essa inclusão (o que demandará uma rerratificação do tombamento, ato que deve seguir um tramite próprio), ou seja indicar a abertura de um processo de tombamento específico para ele. Entretanto a delimitação do entorno já pode (e deve) abarcar esses elementos e fornecer essas indicações, assim, quando a rerratificação, não será necessário alterar o entorno agora delimitado. (Processo administrativo nº 01424.000143/2011-64,

⁵⁴ O Decreto-lei nº 25/37 estabelece que: “Art. 4º O Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional possuirá quatro Livros do Tombo, nos quais serão inscritas as obras a que se refere o art. 1º desta lei, a saber: 1) no Livro do Tombo Arqueológico, Etnográfico e Paisagístico, as coisas pertencentes às categorias de arte arqueológica, etnográfica, ameríndia e popular, e bem assim as mencionadas no § 2º do citado art. 1º; 2) no Livro do Tombo Histórico, as coisas de interesse histórico e as obras de arte histórica; 3) no Livro do Tombo das Belas Artes, as coisas de arte erudita, nacional ou estrangeira; 4) no Livro do Tombo das Artes Aplicadas, as obras que se incluírem na categoria das artes aplicadas, nacionais ou estrangeiras.”

⁵⁵ Cf. CASTRO, Adler Homero Fonseca. In: Memorando Proteção/DEPAM nº 365/10, de 06/12/10, contido no Processo administrativo nº 01424.000124/2011-38, relativo à Proposta de Rerratificação do tombamento e definição da área do entorno da Fortaleza de São Jose de Macapá.

referente ao “*Estudo para delimitação de Poligonal de entorno da Fortaleza de São José de Macapá*”, DEPAM)

Nota - Conforme observa Sonia Rabello de Castro “Entende-se, hoje, que a finalidade do art. 18 do Decreto-lei 25/37 é a proteção da ambiência do bem tombado, que valorizará sua visão e sua compreensão no espaço urbano. Nesse sentido, não só os prédios reduzem a visibilidade da coisa, mas qualquer obra ou objeto que seja incompatível com uma vivência integrada com o bem tombado. O conceito de visibilidade, portanto, ampliou-se para o de ambiência, isso é, harmonia e integração do bem tombado à sua vizinhança, sem que exclua com isso a visibilidade literalmente dita” Cf. CASTRO, Sônia Rabello de. “O Estado na Preservação de Bens culturais – o tombamento”, Rio de Janeiro: IPHAN, 2009, p.122-123.

Em 2004 foi publicado o primeiro Plano Diretor Municipal de Macapá (Lei nº 026/2004), com o intuito de absorver todas as propostas feitas desde a década de 1960, no que tange à requalificação e ao desenvolvimento urbano da cidade, porém o Plano Diretor, quase não faz referência à preservação do patrimônio cultural:

§ 2o Considera-se patrimônio ambiental do Município de Macapá, para fins de tratamento especial pela legislação e pelas políticas públicas municipais, os recursos naturais municipais e qualquer manifestação material ou imaterial que seja representativa da cultura dos habitantes do Município, quando sua manifestação esteja associada ao meio ambiente.

§ 3o Incluem-se no patrimônio ambiental do Município de Macapá:

I - a orla do rio Amazonas;

II - as ressacas;

III - os demais recursos hídricos;

IV - o ecossistema de várzea;

V - o ecossistema de cerrado;

VI - os bosques;

VII - os ninhais;

VIII - os sítios arqueológicos;

IX - os bens imóveis históricos e culturais;

X - o traçado original da antiga praça e vila de São José de Macapá;

XI - os costumes e as tradições populares manifestos no meio ambiente.

Por todas as questões colocadas, um dos objetivos do presente estudo é contribuir para elaboração de políticas públicas para subsidiar as ações que serão desenvolvidas pela Superintendência do IPHAN-AP, visando à preservação do centro antigo da cidade, e ter, no diagnóstico da situação dos órgãos oficiais, secretarias municipais e estaduais de cultura, uma base de reflexão para encontrar formas participativas que envolvam os diferentes âmbitos do poder público.

CAPITULO III – PROPOSTA DE PROTEÇÃO DO CENTRO HISTÓRICO DE MACAPÁ

No presente capítulo, a partir dos conceitos que permitem compreender a cidade na perspectiva do conceito da ‘cidade-documento’, do referencial das pesquisas de campo, das entrevistas com os moradores e usuários contidas do INBI-SU e no SICG, dos bens de interesse para a cidade – naturais e edificados –, e dos principais usos dos espaços, apresento a proposta de tombamento do centro histórico da cidade e algumas linhas de ação para o estabelecimento de políticas públicas voltadas para a salvaguarda do patrimônio cultural da cidade.

A cidade de Macapá nunca representou um polo econômico significativo em escala nacional, no que tange à sua origem, o que quer dizer que não podemos idealizar condições urbanísticas que nunca existiram, como as dos grandes centros, que representaram um modelo agroexportador, industrial ou portuário.

Em relação ao patrimônio cultural, Michel Parent já havia alertado para o perigo de se considerar tudo o que existe como patrimônio, porque isso equivale a não considerar nada como patrimônio.⁵⁶

A justificativa de se propor a proteção do centro histórico de Macapá é porque se não houver, dentro de alguns anos, uma ação ou aplicação de um instrumento de proteção, como o Decreto-lei 25/37,⁵⁷ para garantir essa área, poderão ser destruídas não apenas as edificações remanescentes mas, também, a sua configuração urbana e a ambiência/entorno da Fortaleza de São José de Macapá. Com isso estamos querendo dizer que, mesmo já havendo um ato administrativo - uma portaria - que garante o entorno do bem tombado, esse instrumento não é suficiente para proteger todo o acervo cultural da cidade.

Outra preocupação se refere diretamente às leis urbanísticas, pois se não houver uma parceria sólida entre as diferentes instâncias, isto é, entre o âmbito federal, responsável pela aplicação da Portaria nº. 422/11 - que dispõe sobre a delimitação e diretrizes para a área de entorno da Fortaleza de São José de Macapá - com a esfera municipal, será dificultoso para o IPHAN dar continuidade às medidas de fiscalização da área de entorno ao bem tombado; ao mesmo tempo, essa preocupação se reflete na proposta de proteção do centro histórico, pois a

⁵⁶ Cf. PARENT, 1983, p. 39. Apud: SANT’ANNA, Marcia. Da Cidade-Monumento à Cidade-Documento: A Trajetória da Norma de Preservação de Áreas Urbanas no Brasil (1937-1990). Dissertação de Mestrado. Salvador: UFBA, dezembro de 1995, p.13.

⁵⁷ Conforme Sonia Rabello de Castro, o tombamento se refere à proteção do bem cultural; o bem, objeto de proteção, está “materializado na coisa” e fica concomitantemente “condicionada a [sua] propriedade às limitações estabelecidas em lei”. CASTRO, Sonia Rabello de. Op. cit., 2009, p.45-46.

ambiência dessa área depende da não violação dos parâmetros urbanísticos definidos para os setores e do cumprimento da Portaria nº.422/11.

A exemplo de outras cidades, o centro histórico de Macapá não deve ser visto como uma caixinha intocável, mas acredito que a sua preservação possa também resgatar a memória do lugar; a memória e a documentação material do centro histórico, podem, sim, serem preservadas, sem que, necessariamente, todas as edificações sejam consideradas patrimônio cultural.

3.1 Referencial teórico

A seguir abordamos alguns conceitos que nos permitem compreender a cidade na perspectiva do conceito da cidade-documento. Assim, na proposta de proteção apresentada, pretende-se relacionar a evolução urbana de Macapá - tendo em vista os principais fatos e contextos históricos da cidade - aos elementos materiais e que permanecem até os dias de hoje, para fundamentar os valores que podem ser atribuídos ao centro antigo da cidade, para justificar porque a cidade pode ser considerada patrimônio cultural.

3.1.1 Conceitos-chave: Memória e História.

A proteção e salvaguarda dos bens culturais estão vinculadas à memória, que é o elemento crucial da sobrevivência humana, o elo entre a realidade e os aspectos cognitivos da mente. Logo, percebemos a relação de identidade atrelada a um monumento ou mesmo a um espaço; que os indivíduos tendem a relacionar uma imagem a um lugar, despertando, assim, a sua memória sensitiva, criando signos no inconsciente, identificando os lugares por onde passou e viveu: “... *os monumentos são, de modo permanente, expostos às afrontas do tempo vivido. O esquecimento, o desapego, a falta de uso faz que sejam deixados de lado e abandonados.*” (CHOAY, 2001, p.26).

Um bem deve ser preservado para que os indivíduos perpetuem seus costumes, repassando-os aos seus descendentes; é o que chamamos de cultura oral. Infelizmente, muitas culturas são perdidas, não apenas porque sofreram influências externas, mas também porque a continuidade oral não foi transmitida corretamente, ora porque foi modificada para atender interesses de pequenos grupos, ora simplesmente porque alguns grupos da sociedade preferiram modificar o curso de determinada cultura. A memória, neste caso, atua como

repassa indireto, processo característico de sociedades que valorizaram o gênero oral como principal elemento da memória: “no mundo moderno a lógica da cultura passa a ser a da própria mudança, da substituição incessante de valores e modelos”. (CASTRIOTA, 2009, p.38)

É interessante destacar a relação de memória no pensar e no viver de uma coletividade. A sociedade não percebe o quanto as lembranças influenciam suas vidas, logo, uma rua pode despertar um sentimento de nostalgia, assim como uma edificação histórica pode trazer lembranças, como a da passagem de um aniversário. Toda vez que este indivíduo se depara com aquele lugar, se lembrará desse fato vivido.

Essas lembranças não precisam, necessariamente, ser compostas exatamente pelo mesmo cenário e pelos mesmos entes, depende da memória, mas, sem dúvida, se estiver no mesmo local, com pelo menos algum resquício anterior, um indivíduo certamente poderá resgatar parte dessas lembranças. Esse exemplo é apresentado para demonstrar que a memória coletiva é fruto da memória individual. Desse modo, cada indivíduo é uma partícula do todo, e, por sua vez, cada um possui sua interpretação e sua vivência individual. Isso quer dizer que cada indivíduo tem uma leitura diferente de um mesmo contexto, que pode ser uma manifestação cultural ou um evento histórico. É assim que se faz a história, conforme afirmado por Halbwachs, porque “quando percorremos os antigos bairros de uma grande cidade, experimentamos uma satisfação particular em que nos contem de novo a história daquelas ruas e casas. Ali estão tantas informações novas, mas que nos parecem, entretanto, familiares, porque se amoldam às nossas impressões e ocupam um lugar sem dificuldade no cenário subsistente”. (HALBWACHS, 1990, p.78)

Para Pierre Nora:

Memória, história: longe de serem sinônimos, tomamos consciência que tudo opõe uma à outra. A memória é a vida, sempre carregada por grupos vivos e, nesse sentido, ela está em permanente evolução, aberta à dialética da lembrança e do esquecimento, inconsciente de suas deformações sucessivas, vulnerável a todos os usos e manipulações, susceptível de longas latências e de repentinas revitalizações. A história é a reconstrução sempre problemática e incompleta do que não existe mais. A memória é um fenômeno sempre atual, um elo vivido no eterno presente; a história, uma representação do passado. (NORA, p. 1993, p. 9)

Várias lembranças constroem a memória da sociedade e estas se transformam ao longo do tempo, sendo guardadas as mais importantes, ou seja, aquelas comuns a vários integrantes de uma mesma comunidade.

O que hoje é preservado não está ali por acaso e, sim, porque tem uma representatividade para um grupo social. Dessa forma, com base em Pierre Nora, entendemos

que “*Tudo o que é chamado hoje de memória não é, portanto, memória, mas já história. Tudo o que é chamado de clarão de memória é a finalização de seu desaparecimento no fogo da história. A necessidade de memória é uma necessidade da história.*” (NORA, 1993, p.14)

Como estamos abordando conceitos urbanísticos para entender a relação de lugar, memória e espaço, não podemos deixar de analisar o conceito de territorialidade, que é a cerne do entendimento de centro histórico. No entanto, é preciso diferenciar ‘território’ e ‘lugar’ que, segundo Rafael Winter⁵⁸, se distinguem pela escala geográfica: o território (conceito da geografia política) remete às delimitações, às redes e às relações de poder; o lugar (conceito da geografia cultural) remete às concepções psicológicas, aos sentimentos coletivos e individuais e à construção da identidade de um grupo. Já quando falamos em ‘espaço urbano’, este pode ser analisado por diferentes ângulos, como o lugar onde as relações sociais acontecem e interagem no cenário chamado cidade; como ator, o homem modifica a cidade e, como figurante, atua neste cenário urbano.

A ideia de lugar vai muito além de uma concepção espacial, é formada de diversos componentes que juntos podem trazer um significado bem mais amplo, reafirmando a memória local, aquela que o indivíduo caracteriza como marcas dos espaços ou das cidades onde convive, e esse conjunto de símbolos cognitivos identitários formam a percepção do lugar:

O lugar pode ser definido absolutamente como o ponto do espaço físico onde um agente ou uma coisa se encontra situado, tem lugar, existe. Quer dizer, seja como localização, seja, sob um ponto de vista relacional, como posição, como graduação em uma ordem. O lugar ocupado pode ser definido como a extensão, a superfície e o volume que um indivíduo ou uma coisa ocupa no espaço físico, suas dimensões, ou melhor, seu entulhamento (como às vezes se diz de um veículo ou de um móvel). (BOURDIEU, 1997, p.160)

Segundo David Harvey (1971) “o lugar é uma construção social”. E além dos elementos urbanos e arquitetônicos inseridos no núcleo urbano, podem ser incluídos os elementos geográficos, transformados pelo homem, que são, também, determinantes do processo de construção da cidade. Conforme ressaltado por Márcia Chuva e José Pessôa, “... *os elementos geográficos transformados pelo homem são também definidores do processo de*

⁵⁸ Cf. RIBEIRO. Rafael Winter, Notas de aula.

construção da cidade.” e, portanto, está “... *para além da ideia de cenário verde à construção urbana, faz parte, principalmente, da apreensão cultural do território pelo colonizador.*”⁵⁹

O conceito de ‘lugar de memória’ diz respeito à relação entre lugar e identidade, isto é, aos vínculos criados entre o lugar e determinados grupos, cuja destruição ocasionaria a perda de identidade daquele grupo. A efetividade do indivíduo faz parte da identidade do lugar:

Lugares são os contextos ou panos de fundo para a intencionalidade definir objetos ou eventos, ou seja, eles podem ser objetos da intenção em seu sentido primordial...[pois] toda consciência não é meramente consciência de algo em seu lugar, e [...] esses lugares são definidos geralmente em termos dos objetos e de seus significados. Como objetos no seu verdadeiro sentido, lugares são essencialmente focos de intenção, que têm usualmente uma localização fixa e traços que persistem em uma forma identificável”. (RELPH, 1976, p. 42-43, Apud: HOLZER, 1998, p.77)

Segundo Pierre Nora:

Os lugares de memória nascem e vivem do sentimento que não há memória espontânea, que é preciso criar arquivos, que é preciso manter aniversários, organizar celebrações, pronunciar elogios fúnebres, notariar atas, porque essas operações não são naturais. (...) Sem vigilância comemorativa, a história depressa os varreria. São bastiões sobre os quais se escora. Mas se o que eles defendem não estivesse ameaçado, não se teria, tampouco, a necessidade de construí-los. Se vivêssemos verdadeiramente as lembranças que eles envolvem seriam inúteis. E se, em compensação, a história não se apoderasse deles para deformá-los, transformá-los, sová-los e petrifica-los eles não se tornariam lugares de memória. É este vai-e-vem que os constitui: momentos de história arrancados do movimento da história, mas que lhe são devolvidos. Não mais inteiramente a vida, nem mais inteiramente a morte, como as conchas na praia quando o mar se retira da memória viva (NORA, Pierre, 1993, p. 13)

O lugar de memória pode ter muitas significações, se há um centro histórico e se o mesmo não é preservado por normas pautadas nas diretrizes de conservação da cidade, talvez não tenha significado histórico concreto; o essencial da referência de lugar é que os grupos formadores da sociedade sintam-se incluídos no contexto histórico, na identidade cultural, e que o que exista, por si só possa resgatar a memória e contar a história através da leitura dos monumentos e usos existentes.

A expressão “centro histórico” surgida em meados de 1962, no leste europeu, através da Lei Malraux⁶⁰, interliga a abordagem da preservação ao discurso preservacionista das áreas

⁵⁹ Cf. CHUVA, Márcia; PESSÓA, José. Informação nº 106/86, apresentada pelos autores em 21/0786, à Diretoria de Tombamento e Conservação (DTC/SPHAN/Pró – memória). Apensa ao processo de tombamento nº 1.163 T- 85. (N.-do E). Cf. IPHAN. In: Caderno de Documentos nº2: Estudos de Tombamento - Centro Histórico São Francisco do Sul. IPHAN/MINC; Rio de Janeiro, 2005. p. 67.

⁶⁰ A Lei Malraux marca um ponto importante de virada nas intervenções urbanas nos centros históricos em França, pela introdução de uma política de reabilitação dos bens edificados, verificando-se um gradual deslocamento do interesse urbano da periferia para o centro, seguido das correspondentes políticas urbanas. Cf.

urbanas. É importante destacar que o que era considerado centro histórico nesse primeiro momento eram instalações urbanísticas decorrentes de fatos históricos do período pré-industrial, foram transformadas em objetos de ações de revitalização para torná-las partes integrantes da cidade pós-moderna ⁶¹.

Conforme Certeau, ao se vislumbrar a cidade em seus aspectos mais extremos, do monumental e antigo aos grandiosos prédios modernos, ressaltam os “*contrastes entre edifícios de ontem, já transformados em lata de lixo, e as irrupções urbanas de hoje que bloqueiam seu espaço*”.⁶²

Em cada área da cidade descortinam-se novos cenários, e isso faz parte da dinâmica das cidades. A utopia de transformação e desenvolvimento urbano está pautada no crescimento, na globalização e aglomeração urbana, assim, por mais que o planejamento urbano esteja atrelado a alguns conceitos, é incerto prever o crescimento de uma cidade, conforme observado por Santos sobre a globalização: “*um dinamismo que se está recriando a todo momento, uma relação permanentemente instável, e onde globalização e localização, globalização e fragmentação são termos de uma dialética que se refaz com frequência*”. (2006, p. 314)

Segundo a Carta de Washington (1986) uma “*... urbanização rápida e descontrolada pode frequentemente resultar em fragmentação social e espacial e numa drástica deterioração da qualidade do ambiente urbano e das áreas rurais circundantes*”.

Assim, os valores a preservar são o caráter histórico da cidade e o conjunto de elementos materiais e espirituais que expressam sua imagem:

- A forma urbana definida pelo traçado e pelo parcelamento;
 - As relações entre os diversos espaços urbanos, espaços construídos, espaços abertos e espaços verdes;
 - A forma e o aspecto das edificações (interior e exterior) tais como são definidos por sua estrutura, volume, estilo, escala, materiais, cor e decoração;
 - A participação e o comprometimento dos habitantes da cidade são indispensáveis ao êxito da salvaguarda e devem ser estimulados.
- Não se deve jamais esquecer que a salvaguarda das cidades e bairros históricos diz respeito primeiro a seus habitantes.

FLORES, Joaquim. VIII ENCONTRO NACIONAL DOS MUNICÍPIOS COM CENTRO HISTÓRICO: Centros Históricos e Planos Municipais de Ordenamento do Território. – Porto, 2003. p.6. Disponível em: <https://www.academia.edu/799997/Planos_de_Salvaguarda_e_Reabilitacao_de_Centros_Historicos_em_Portugal>. Acesso em: 17 de agosto de 2014.

⁶¹ Em torno dessa ideia instala-se um debate que assume proporção nacional e que por 20 anos protagoniza o discurso preservacionista. Enquanto a Lei Malraux coloca a questão em termos de reabilitação de estoque imobiliário, sem ênfase no problema da função do setor ou fragmento histórico na estrutura urbana, na Itália este aspecto é visto, desde o início, como absolutamente essencial. Cf. SANT’ANNA, Marcia. *Da cidade-monumento à cidade-documento: A trajetória da norma de preservação de áreas urbanas no Brasil (1937-1990)*, 1995, p.37.

⁶² Cf. CERTEAU, Michel de. *Andando na cidade*. In: Revista do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional. Rio de Janeiro nº 23, 1994, p. 21.

A base concreta da memória – documentos escritos, edificações ou objetos e mobiliário – são essenciais à medida que evocam o passado e ajudam a atualizar um sentido da história. Buscávamos entrever não somente o que o monumento mostra, mas o que esconde ou sugere, através das narrativas que o tornam vivo e articuladas na memória da população. (MOTTA; SILVA, 1998, p.58)

3.1.2 O conceito de cidade-documento.

Conforme apontado anteriormente, a proteção de sítios, monumentos, paisagens e bens móveis e imóveis, no âmbito federal, é feita pelo Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional-IPHAN, por meio do tombamento, criado pelo Decreto-Lei nº 25, de 30 de novembro de 1937, que organiza a proteção do patrimônio histórico e artístico nacional, sendo um dos instrumentos mais longevos na proteção e preservação do patrimônio cultural de natureza material.

Ao longo de sua atuação institucional, o IPHAN foi sendo instigado a responder às novas demandas que foram surgindo, em especial, aquelas ligadas à proteção das áreas urbanas.

Segundo Lia Motta *“A ação institucional de apropriação das referências culturais e de memória de algumas coletividades as transformou em referências da sociedade brasileira, mediante o papel institucional de construção de uma imagem para a nação e de sua reprodução como tal”*. (MOTTA, 2000, p.36)

Inicialmente, assim como foi atribuído valor, pelos arquitetos modernistas, à nova arquitetura que estava surgindo, serviram de parâmetros para a seleção do que deveria ser preservado, em âmbito nacional, a ideia de unidade nacional e as edificações e sítios remanescentes do período colonial como referências da identidade da nação:

Os trabalhos iniciais de preservação do patrimônio cultural no Brasil, realizados pelo IPHAN, pautavam-se sobre a ideia da unidade nacional para a construção de uma nação moderna, segundo o projeto do Estado Novo. Eles foram dirigidos por uma maioria de arquitetos modernistas, que identificavam edificações e sítios urbanos do período colonial como referência de uma única identidade para a nação, por acreditarem que aquela arquitetura representava a primeira expressão ‘autenticamente’ brasileira, o ‘abrasileiramento’ das construções portuguesas. (COSTA, Apud: MOTTA, 2000, p. 264-265)

Decorre daí que, inicialmente:

O IPHAN valorizou objetos e *lugares de memória* que, “extraídos” de seus contextos de grupos mais restritos, independentemente de seu deslocamento físico, “circulam” na forma de representações de Brasil, visando alimentar a memória nacional que abrange diversas coletividades. (MOTTA, 2000, p. 36).

A finalidade da proteção através do tombamento se deve à necessidade de se resguardar a diversidade cultural que emergem em nosso cotidiano. Tem sido o grande desafio do IPHAN, em termos conceituais e técnicos, enfrentar as questões pertinentes à atribuição de valor aos bens culturais. De acordo com Andrey Lima, quanto às práticas institucionais:

Percebe-se que não se trata apenas de integrar departamentos ou desenvolver um programa direcionado a novas ações que venham preencher possíveis lacunas deixadas pelo IPHAN em suas atividades precedentes. Ou mesmo, de realizar registros e planos de salvaguarda que envolvam e contemplem diferentes práticas, manifestações, grupos étnicos ou segmentos sociais. Trata-se, sim, de uma nova postura que não reafirme os tradicionais discursos elitistas e estetizantes que permearam grande parte das políticas anteriores. (LIMA, 2009, p.245)

Face à crescente demanda da sociedade pela preservação dos seus espaços urbanos, nas últimas décadas, este tema é um dos pontos mais importantes do debate técnico na Instituição⁶³, o que tem motivado a realização de estudos e a utilização de diferentes conceitos e metodologias visando responder aos novos desafios que estão sendo colocadas pela atualidade.

A evolução do conceito de monumento, que pode ser observada nas chamadas ‘Cartas patrimoniais’ – evolução que vem desde a Carta de Veneza (1964), que estabelecia que a noção de monumento histórico engloba tanto a criação arquitetônica isolada quanto os sítios urbanos ou rurais, estendendo-se não só às grandes criações, mas também, à arquitetura modesta, até a Carta de Washington (1986), que propaga a noção de que toda cidade é histórica e propõe métodos e estudos interdisciplinares para a visando a salvaguarda de bairros e cidades -, nos permite abordar a proteção de Macapá a partir do conceito de cidade-documento:

Conforme Lia Motta:

O novo conceito de cidade-documento possibilitou a ampliação dos trabalhos do Iphan, resultando na proteção de sítios históricos com feições distintas das coloniais e excepcionais, e reforçou o papel da instituição como um dos agentes da regulação urbana, ao empregar parâmetros urbanísticos como critérios para sua valorização e preservação. (MOTTA, 2011, p. 250)

A documentação histórica nos permite fazer uma análise da cidade e é imprescindível que as memórias - edificada e documental - tragam para os dias de hoje uma reflexão, através de uma *“leitura conjunta da cidade como documento e o uso das fontes*

⁶³ PESSÔA, José Simões de Belmont. (Org.) *Estudos de tombamento*. Rio de Janeiro: MinC/IPHAN, Caderno de Documentos 2, 1995, p. 9.

documentais para a proposição de perguntas, questões. E, também, para encontrar respostas necessárias à compreensão dos sítios como vestígios da história, em função do valor historicidade urbana e dos significados contidos na forma das cidades”. (MOTTA, 2011, p.251)

Segundo Antônio Arantes,

Referência é um termo que sugere remissão; ele designa a realidade em relação à qual se identifica, baliza ou esclarece algo. No caso do processo cultural, referências são as práticas e os objetos por meio dos quais os grupos representam, realimentam e modificam sua identidade e localizam sua territorialidade. São referências os marcos e monumentos edificados ou naturais, assim como as artes, os ofícios, as festas e os lugares a que a vida social atribui reiteradamente sentido diferenciado e especial: são aqueles considerados mais belos, os mais lembrados, os mais queridos, os mais executados. Assim, por exemplo, o Pão de Açúcar (formação geológica) é a referência inequívoca do Rio de Janeiro (cidade); o conjunto urbano do Pelourinho ou a capoeira (prática corporal) significam Bahia, bem como o samba ou a feijoada, brasilidade. Referências, portanto, são sentidos atribuídos a suportes tangíveis ou não. Elas podem estar nos objetos assim como nos lugares socialmente construídos. (ARANTES, 2001, p.130-131)

Dessa forma, será através das referências de identidade da cidade de Macapá, valorizadas pela memória deste sítio - que possui um padrão distinto dos padrões de sítios e bens arquitetônicos tradicionalmente preservados - que poderemos, sim, fazer uma reconstituição histórica, ou seja, por meio dos monumentos edificados ainda existentes e da documentação histórica produzida.⁶⁴

O tombamento e a preservação do centro antigo de Macapá, pelo IPHAN, ainda estão no âmbito de estudo, sendo possível identificar que é inegável o seu valor como patrimônio cultural para a população, e que podem ser valorizados diversos aspectos no que diz respeito à origem do núcleo urbano e suas modificações ao longo do tempo.

3.1.3 Definindo políticas públicas

Na análise do espaço urbano macapaense, não há como separar as ações de preservação das exigências do planejamento urbano, sendo este o alicerce das relações espaciais da cidade, onde, de um lado, estão às políticas de desenvolvimento e, de outro, as políticas de salvaguarda do patrimônio. Associar as ações de salvaguarda às intervenções

⁶⁴ De acordo com Le Goff a memória coletiva e a sua forma científica, a história, aplicam-se aos documentos e monumentos, o que resiste não é o conjunto daquilo que permaneceu no passado, mas uma escolha realizada pelo desenvolvimento da humanidade e pelos que se dedicam à ciência do passado. LE GOFF, 2003, p.525

urbanísticas e à solução dos problemas decorrentes destas últimas, como a especulação imobiliária, é um dos múltiplos fatores que ocorrem na proteção e gestão de uma área protegida, porém, as prioridades precisam ser pautadas pelos gestores.

Enrique Saravia nos mostra que:

Políticas públicas são “um fluxo de *decisões públicas*, orientado a manter o equilíbrio social ou a introduzir desequilíbrios destinados a modificar essa realidade. Decisões condicionadas pelo próprio fluxo e pelas reações e modificações que elas provocam no tecido social, bem como pelos valores, ideias e visões dos que adotam ou influem na decisão. É possível considerá-las como *estratégias* que apontam para diversos fins, todos eles, de alguma forma, desejados pelos diversos grupos que participam do processo decisório. (SARAVIA, Enrique. “Introdução à teoria da política pública”. In: SARAVIA, Henrique & FERRAREZI, Elisabete (org.). Políticas públicas. Coletânea. Brasília: Escola Nacional de Administração Pública, 2006, pp. 29-30).

Fazendo um paralelo entre os conceitos de Política e Políticas Públicas, temos que:

La política y las políticas públicas son entidades diferentes, pero que se influyen de manera recíproca. Ambas se buscan en la opacidad del sistema político. Tanto la política como las políticas públicas tienen que ver con el poder social. Pero mientras la política es un concepto amplio, relativo al poder en general, las políticas públicas corresponden a soluciones específicas de cómo manejar los asuntos públicos.⁶⁵ (PARADA, Eugenio I. “Política y Políticas Públicas”. In: SARAVIA, Henrique & FERRAREZI, Elisabete (org.). Políticas públicas. Coletânea. Brasília: Escola Nacional de Administração Pública, 2006, p. 67).

Para Enrique Saraiva, políticas públicas devem ser abordadas através de 7 etapas: *Formação da agenda, Elaboração, Formulação, Implementação, Execução, Acompanhamento e Avaliação*. No entanto, ao elaborar e implementar propostas condizentes com os interesses da gestão pública, devem ser cautelosamente identificados para quem essas políticas deverão ser aplicadas, de modo que sejam eficazes para a sociedade. A participação popular é importante, mas é indispensável que os estudos a serem realizados possam ser compartilhados com a sociedade civil.

Elenaldo Teixeira propõe:

Para uma participação efetiva e eficaz da sociedade civil, alguns momentos podem ser identificados e precisam ser devidamente acompanhados:

a) Elaboração e formulação de um diagnóstico participativo e estratégico com os principais atores envolvidos, no qual se possa identificar os obstáculos ao desenvolvimento, fatores restritivos, oportunidades e potencialidades; negociação entre os diferentes atores;

⁶⁵ Tradução livre: A política e as políticas públicas são entidades diferentes, pelo que se influem de maneira recíproca. Ambas se buscam em uma opacidade do sistema político. Tanto a política como as políticas públicas têm a ver com o poder social. Mas enquanto política é um conceito amplo, relativo ao poder em geral, as políticas públicas correspondem a soluções específicas de como manejar os assuntos públicos.

- b) Identificação de experiências bem sucedidas nos vários campos, sua sistematização e análise de custos e resultados, tendo em vista possibilidades de ampliação de escalas e criação de novas alternativas;
- c) Debate público e mobilização da sociedade civil em torno das alternativas
- d) Decisão e definição em torno de alternativas; competências das diversas esferas públicas envolvidas, dos recursos e estratégias de implementação, cronogramas, parâmetros de avaliação;
- e) Detalhamento de modelos e projetos, diretrizes e estratégias; identificação das fontes de recursos; orçamento; mobilização dos meios disponíveis e a providenciar; mapeamento de possíveis parcerias, para a implementação;
- f) Na execução, publicização, mobilização e definição de papéis dos atores, suas responsabilidades e atribuições, acionamento dos instrumentos e meios de articulação;
- g) Na avaliação, acompanhamento do processo e resultados conforme indicadores; redefinição das ações e projetos.”. (TEIXEIRA, Elenaldo Celso. *O Papel das Políticas Públicas no Desenvolvimento Local e na Transformação da Realidade*. - AATR-BA, 2002, p.5)

Durante a realização do diagnóstico feito a partir das entrevistas nos órgãos municipais de cultura, percebi a real situação das políticas voltadas para a proteção do patrimônio cultural, isto é, que ainda existem muitas deficiências da própria estrutura organizacional. Por exemplo, conforme já mencionado, o Conselho Municipal de Política Pública foi criado, mas o órgão ainda não está funcionando, pois ainda não existe uma equipe técnica formada para realizar as pesquisas. Logo percebi que existem carências relativas à qualificação técnica para execução destes trabalhos. Esse fator foi identificado tanto no órgão municipal quanto estadual:

Jaqueline – Quais as ações que a secretaria está desenvolvendo atualmente, no fomento do patrimônio cultural no município?

Gestor 02 – O que a gente recebe muito aqui na fundação, [é] solicitação de apoio e patrocínio, devido a demanda cultural. Esse apoio financeiro, a questão das políticas públicas a gente ainda não é tão desenvolvido, porque nosso quadro ainda é muito reduzido, da fundação, estamos passando por um período assim, nossa, de estagnação mesmo, e aos poucos temos conversado aí, para a conferência municipal de cultura, com a nomeação do Conselho Municipal de Patrimônio, com essa revisão da lei do Conselho Municipal de Cultura, então estamos fazendo esta caminhada aos poucos, essa caminhada que é lenta, ela é um avanço porque nunca foi feito isso antes.

Jaqueline – Em relação à regulamentação da Lei nº 1.831, de 18 de novembro de 2010, referente ao Estatuto da Proteção do Patrimônio Histórico, Artístico e Cultural do Município de Macapá, como anda essa atuação? (Pergunta retirada do Manual do Sistema Nacional de Cultura, a respeito das diretrizes e políticas públicas realizadas no município)

Gestor 02 – Existe a 1.831/2010, aí tem o Decreto 3.878/13 que vem regulamentar esta lei, que é do patrimônio, do Conselho Municipal do Patrimônio Cultural e fundo de proteção do patrimônio cultural do município de Macapá e o outro da lei municipal, do conselho municipal, pois existe o Conselho do Patrimônio e fundo municipal de cultura e o Conselho Municipal de Cultura. A primeira [lei] que fala do Conselho Municipal de Cultura que é a 477/92, de 13 de junho de 1992, que fala da criação do CMC, aí a nova Lei 1.927/11 dá uma nova redação à lei, mas ainda está passando por revisão.

Jaqueline – Existe algum projeto de parceria entre a SECULT/ FUMCULT?

Gestor 02 – Direto de parceria, não temos, às vezes em algumas ações, que são coordenadas pela SECULT, eles solicitam um apoio, em algumas mobilizações.

Jaqueline – O município considera o centro antigo de Macapá como centro histórico?

Gestor 02 – Sim.

Jaqueline – O município está fazendo algum levantamento, o que está sendo feito para valorizar e proteger esses imóveis, do período colonial e os remanescentes do período do antigo território, que são a maioria? Possui alguma ação e levantamento? Sabemos que existe no Plano Diretor municipal de Macapá [de] 2004 uma listagem desses patrimônios listados pelo município. Tem algum projeto?

Gestor 02 – Sim, considera-se como centro histórico, estamos fazendo algumas ações, informalmente, no centro histórico, possui uma vontade política da prefeitura, a partir da preservação, de tombamento e registro, iniciando a partir do Largo dos Inocentes, enquanto registro de lugar. Registrar a memória do Largo dos Inocentes, dentro dessas políticas, a gente está sempre participando das ações, do entorno, bem recente, a CTMAC (Companhia de Trânsito de Macapá) instalou radares próximo à Igreja de São José, para justamente diminuir esta velocidade do trânsito, onde acaba comprometendo a estrutura. Existe um pensamento de, de repente bloquear, fazer uma modificação do trânsito, para que os veículos não circulem tão próximo dos prédios, em uma das intervenções iniciais, foram implantadas, a instalação desses radares para diminuir a velocidade do trânsito lá, mas que também a gente aguarda muito, que seja uma ação, que possa ser feita a partir desse Conselho Municipal de Patrimônio, que vai ter os fundo [municipal de cultura], saber como fazer os estudos, os inventários dos patrimônios do município, estamos assim, muito aguardando o funcionamento do conselho, para que essas políticas partam do Conselho Municipal do Patrimônio.

Jaqueline – Bom, pelo que já ouvi, já possui essas legislações, já tem algo em andamento, já se pode visualizar isso.

No IPHAN não existe essa possibilidade do tombamento desses bens, no máximo uma proposta de rerratificação da área de tombamento da Fortaleza, que se encontra em fase de análise de proposta, logo o meu trabalho enfoca também essas ações locais, porque a gente tem um patrimônio de importância principalmente para a população local, mesmo não tendo o conceito de monumentalidade a nível federal, mas para a questão local isso é riquíssimo, essa é a grande proposta do trabalho, visar políticas públicas, e as propostas.

Gestor 02 – Houve um estudo bem recente agora, do seguimento cultural do áudio visual, foi quando demoliram o Cine João XXIII, era um cine auditório, que era da casa paroquial, demoliram e venderam o espaço do prédio, perdemos, até as residências antigas aos poucos vão sendo descaracterizadas e demolidas. (FUMCULT, Gestor 02, 01/08/2014).

3.2 Antecedentes da proteção do centro antigo de Macapá

De acordo com as informações contidas no INBI-SU, em 2009, foram inventariados 28 bens imóveis, dentre as construções de maior relevância construídas a partir do século XVII até a criação do Território Federal do Amapá. No inventário foram selecionadas e propostas para tombamento isolado, no âmbito federal, 19 edificações, 4 conjuntos de casas análogos e 4 praças públicas, assim como o traçado urbano colonial que mantiveram

preservados os valores culturais. A proposta de tombamento mencionada incluía, ainda, o tombamento, no âmbito federal, da Igreja São José de Macapá ⁶⁶.

A justificativa apresentada foi a de que:

Considerando que os bens identificados podem ser percebidos como “suportes de memória” que permitem invocar lembranças e elaborar um novo e importante sentido para a história no presente, demonstraremos a seguir os sentidos e valores simbólicos atribuídos à cidade e a cada um dos bens recomendados aqui ao tombamento federal pelo IPHAN: A) O Conjunto Histórico e Paisagístico de Macapá: formado pelo traçado urbano colonial, Igreja de São José, Largo dos Inocentes, Praças Veiga Cabral e Barão do Rio Branco, antiga Escola Industrial, antigo Cinema Territorial, conjunto arquitetônico residencial da Rua São José, antiga Intendência Municipal, Residência Governamental e antigo Fórum Municipal um valor único para a história urbana da cidade e representa uma parte do acervo arquitetônico neocolonial brasileiro de maneira exemplar. (INBI-SU, 2009, p. 140)

Conforme o que estabelece a Constituição Federal, nos artigos 23 e 24⁶⁷, foram também sugeridos os tombamentos de bens imóveis, nos âmbitos estadual e municipal.

Com base no INBI-SU (p. 137), o centro histórico de Macapá é composto pelos seguintes elementos:

⁶⁶ Conforme o que estabelece a Constituição Federal, nos artigos 23 e 24⁶⁶, foram também sugeridos os tombamentos de bens imóveis, nos âmbitos estadual e municipal.

⁶⁷ Os citados artigos 23 e 24 da Constituição Federal estabelecem, respectivamente, as competências comuns e concorrentes da União, dos Estados e Municípios.

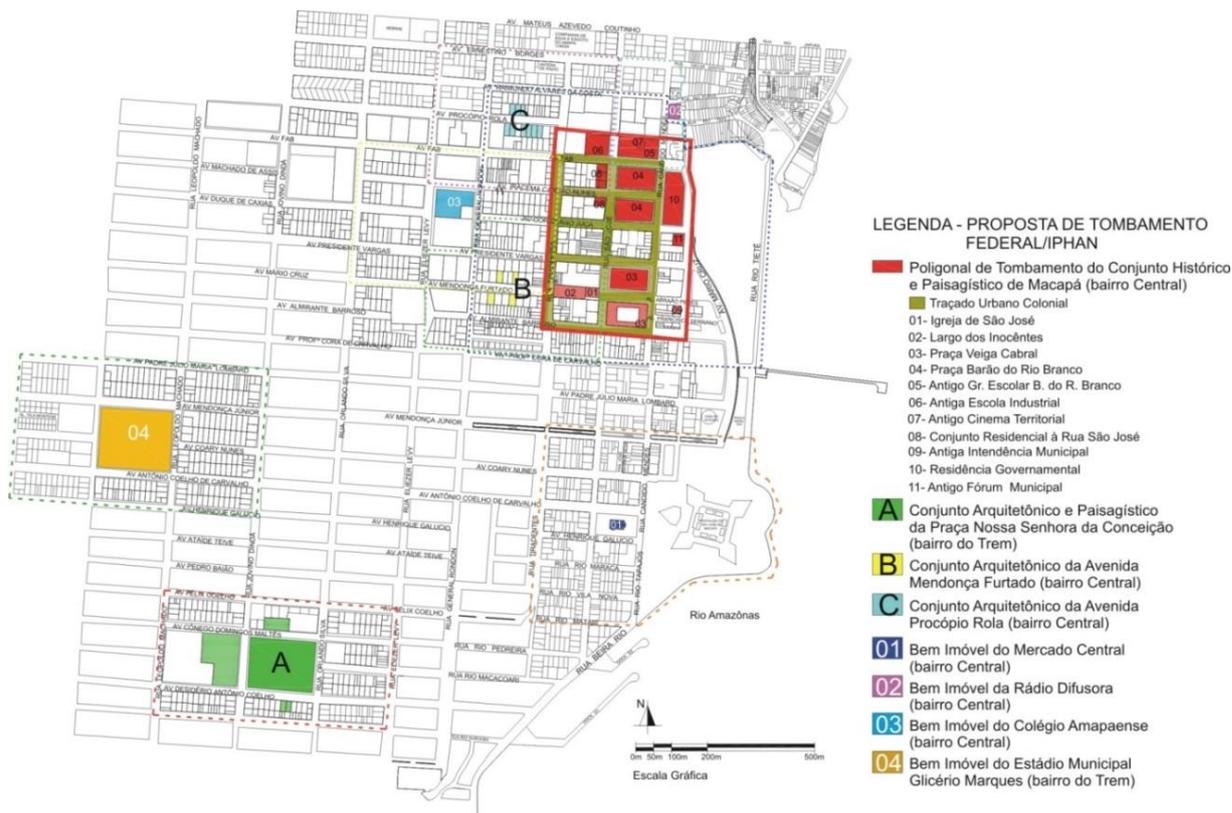
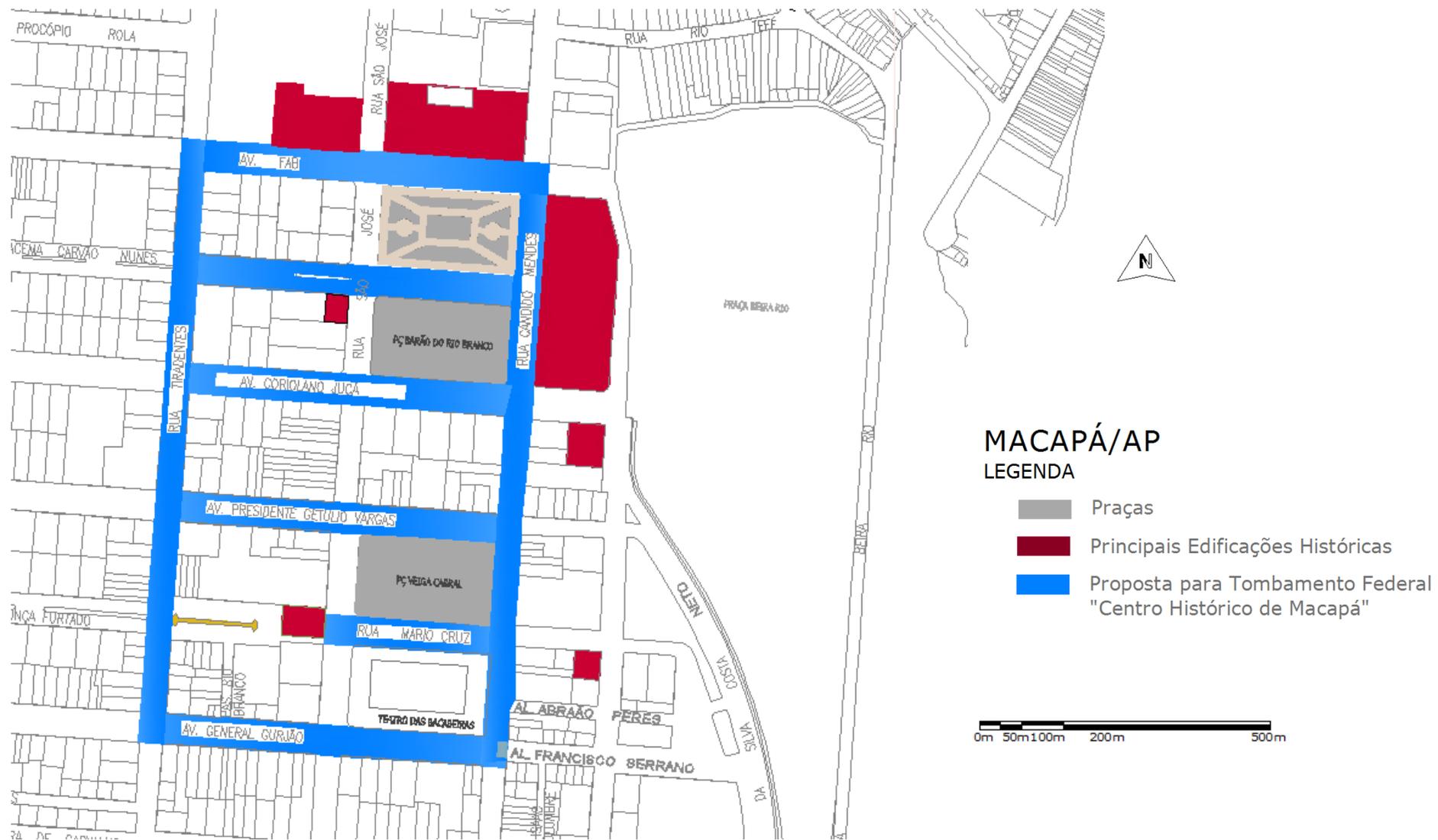


Figura 50. Proposta de tombamento federal: identificação dos bens de interesse ao tombamento. Fonte: INBI-SU/IPHAN 2009.

Traçado urbano colonial

1. Prédio da Igreja de São José
2. Largo dos Inocentes
3. Praça Veiga Cabral
4. Praça Barão do Rio Branco
5. Prédio da Escola Barão do Rio Branco
6. Prédio da antiga escola Industrial (hoje, Escola Antônio Cordeiro Pontes)
7. Prédio do antigo Cinema Territorial
8. Conjunto arquitetônico da Rua São José
9. Prédio da antiga Intendência Municipal (hoje, Museu)
10. Prédio da residência governamental
11. Prédio do antigo Fórum (Ordem dos Advogados do Brasil).



Mapa 06. Proposta da pesquisa para Tombamento do Centro Histórico de Macapá. Elaborado por Jaqueline Brito.

As entrevistas realizadas no âmbito do INBI-SU, com pesquisadores locais, como historiadores, professores e moradores antigos, demonstram a importância e integração desse território no cenário nacional. As entrevistas feitas com a jornalista Alcinéa Cavalcante e o historiador Nilson Montoril (que vivenciou a época do antigo território, cobrindo reportagens sobre os aspectos políticos e históricos da época) e, também, com a senhora Marilda (pedagoga e formadora de opinião, no que se refere ao patrimônio cultural), mostram a relevância do patrimônio para a sociedade macapaense e a importância cultural que o mesmo oferece como indutor de memória e referência cultural:

Alcinéa: O Mercado Central eu acho um máximo. É um dos poucos prédios antigos que restam. O Mercado Central antigamente era aonde as pessoas se encontravam, era praticamente um ponto de encontro. Quase não existia açougue, não existia supermercado, então tudo se comprava no Mercado Central. Aí funcionava bem assim, como um ponto de encontro das famílias no sábado de manhã, que iam comprar a comida, a carne, aí tinha verdura, tinham tudo! Logo do lado tinha o Mercado de Peixe. Eu me lembro bem que eu ia com minha mãe no mercado de manhã cedinho e a gente voltava 10, 11 horas da manhã, que ela ficava lá conversando como todo mundo, todo mundo se encontrava ali no Mercado Central. Esse Bar do Pedro era muito famoso, frequentado assim pelos boêmios, pelos intelectuais e tal.

(...) O Macapá Hotel mudou muito, o prédio antigo era mais bonitinho. Foi derrubado e foi construído esse quando a Rede Novo Hotel arrendou, aqui no Macapá Hotel funcionou o Museu Histórico Científico Joaquim Caetano da Cruz, então as pessoas que vinham, os turistas que vinham, eles já conheciam o museu, já visitavam o museu, quem dirigia o museu na época era o cientista Valdomiro Gomes, ele era cientista, músico, artista plástico, ele era um monte de coisa. Funcionava a barbearia mais famosa da cidade, que era a barbearia do Atrichio, então era lá que o governador cortava o cabelo, fazia a barba.”

(...) A Intendência, esse prédio está em restauração há mais de dez anos, aí funciona ou deveria funcionar o museu, o Museu Histórico Joaquim Caetano da Silva, ele passou pra lá. Está em restauração. Aí já foi delegacia de polícia, já foi um monte de coisa, eu andei muito pouco por lá.

(...) A Praça Veiga Cabral, eu acho assim que ela deve ser tombada, a Praça Veiga Cabral, porque ela vem assim, era praça matriz, eram lá os campeonatos de futebol, tudo acontecia naquela praça, depois recebeu o nome de Praça Veiga Cabral. Era a praça mais bonita daquela época, talvez ainda hoje é uma praça muito bonita, tinha um correto, a banda do Mestre Oscar, vocês já ouviram falar?

(...) Era referência. Colégio Amapaense. Quem tava no ginásio ou científico queria ir por Colégio Amapaense, o Barão, quem tava no primário, por que naquela época, o hoje é ensino fundamental, mas naquela época era primário. Queria estudar no Barão, porque era referência, por que lá tinha os melhores professores, tudo de melhor tinha lá no Barão.

(...) É do estado. Aí no Barão do Rio Branco, nessa área do Barão do Rio Branco é aonde tá o Cine Teatro Territorial. O Cine Teatro Territorial, esse sim. O Cine Teatro Territorial, era o único que tinha aqui, era esse, então qualquer peça teatral era encenada lá, é... festival, o primeiro festival amapaense, foi realizado lá, é... o que mais? Qualquer show, show pequeno, né. Os grandes eram aí no estádio. Show pequeno era lá, aqueles programas de calouros era tudo lá. Eu fiz parte do teatro infantil, era lá que a gente se apresentava, depois, claro que ele é muito pequeno, mas pra aquela época, cidade pequena, pouca gente, então ele era suficiente, bons filmes passavam lá embora o cinema, tinha o Cine Macapá e o Cine Jovem de Cristo. Mas lá também passava filme, claro que ele ficou muito pequeno, depois, foi construído o Centro de Convenções do Teatro das Bacabeiras, não se falou mais no

Cine Teatro Territorial. Que deveria ter restaurado e aproveitado como um teatro experimental, como instrumento de formação de plateia.

(...) A Rádio Difusora é a emissora oficial do governo, é a primeira emissora de rádio daqui, ela tem quase 60 anos, primeira emissora de rádio daqui. Eu tenho um amigo, ele tá quase todo dia aqui em casa, ele foi diretor dessa rádio. Meu pai foi diretor dessa rádio.

Igreja Nossa Senhora da Conceição (...) Eu acho essa igreja linda, eu já fui lá algumas vezes, eu acho assim essa igreja muito linda, eu quase não vou, por que eu não sou católica, sou messiânica, mas aí eu conheço, entre várias igrejas, principalmente, igreja que eu acho muito bonita, como a de lá, de São José, a catedral, a de Fátima, de São Benedito, eu conheço quase todas as igrejas, e essa é eu acho a coisa mais linda, e deve ser muito frequentada, por que como é uma igreja muito antiga, e o bairro do Trem é muito populoso, deve ser muito frequentada.

Referente ao poço do mato (...) Deveriam urbanizar ali em torno do poço, fazer tipo uma pracinha, botar uma placa no poço do mato. Contar a historinha dele, por que foi aberto aquele poço. Quantas casas eram abastecidas com a água daquele poço, até quando ele funcionou. Depois inventavam aquele negócio de jogar a moedinha lá.” (Grifei)

Montoril: “Por exemplo, o Mercado Central, ele é de 1953, 03 de Setembro de 1953. O Janari, ele tinha o hábito de inaugurar obras em datas, assim, importantes, né. E 25 de Janeiro, instalação do governo do Território, era a primeira delas. Depois, 19 de Março não era uma festa religiosa, ele não se prendia muito à ela, mas, por exemplo, 15 de Maio feito de Cabralzinho, isso aí ele evidenciava, né. 21 de Abril dia de Cabralzinho, dia do Tiradentes! Aí vinha 19 de Abril Getúlio Vargas, o aniversário do Getúlio Vargas. 20 de Abril aniversário do Barão do Rio Branco, 1 de Junho era à data de aniversário dele, depois, tinha o 7 de Setembro, 13 de Setembro, ir o 1 de dezembro que é do Lauro Suíço. Inclusive em 1950, ele fez uma festa muito bonita aqui com a presença do pessoal do Instituto Histórico e Geográfico do Brasil. Academia de Letra do Pará e a brasileira, foi quando eles ergueram aquele monumento lá na Barão do Rio Branco, sabe! O monumento foi de 1950, dia 20 de Abril que era o aniversário do Barão do Rio Branco. E tem uma entidade que era Amigos do Mercado Central. Vocês vão encontra o Luiz Nery! Ele é um dos proprietários daquele bar, que tem ali, é um nome muito interessante, na época eles mudaram, o pessoal... voltaram, Bar Du Pedro. Eles tão fazendo um trabalho de resgate da memória do Mercado Central interessantíssima, eu tenho alguma coisa escrita, sobre isso! E tenho um artigo que foi feito por... com base nesses trabalhos dos Amigos da Casa Central. Até algumas coisas ficaram omissas ali, mas eles retratam bem! Inclusive da até pra desenhar aquilo ali, do Mercado Central. Depois num outro momento surgiram aqueles prédios ao lado, 3 de um lado, 3 do outro. Atividades complementares do Mercado Central, esse aqui não tem problema, ele não é tão velho, mas ele é expressivo né.”

Jaqueline: Quanto ao processo de remoção desses negros da Favela para o Laguinho. Como foi esse processo? Foi conflituoso? Eles negociaram?

Marilda: Na verdade, não temos muito esse tipo de informação, conflituoso, isso foi, mas não foi um conflito de embate. É de revolta [inaudível] entre eles havia aquele lamento, tanto que hoje você vê nos versos do Marabaixo, eles tendem isso , você prestou atenção. Por exemplo, tinha um verso do Marabaixo, então é por isso que o Marabaixo, o Batuque eles exprimem exatamente o sentimento que eles estão sentido no determinado momento. A Gertrudes cantava uma musica: “*Pelo jeito querem me deixar sozinho, e eu vou para favela e os outros para o Laguinho*”. Que a maior incidência deles é o lamento dessa situação. Isso aqui é a vida deles . Eles lavavam roupas de quem eles viviam de [inaudível]. Porque a maioria dos negros foi para o Laguinho, porque a grande maioria tinha exatamente terrenos, roças, eles sobreviviam de roças.

Jaqueline: E quanto à importância da memória para sociedade?

Marilda: Com certeza, que acho. Mercado Central, Hotel Macapá que na verdade ele já é museu, que é Intendência.

3.3 Reflexos da História – análise da forma urbana

Partindo da abordagem da cidade como um documento da História⁶⁸, podemos identificar os momentos importantes na cidade de Macapá. O fato de termos nos baseado em períodos históricos (conforme o I Capítulo) foi devido à importância dos relatos históricos para a compreensão da forma urbana de Macapá, e porque essa periodização facilita a compreensão dos acontecimentos e, principalmente, dos monumentos e da herança cultural, onde destacamos: a fase de fundação da vila no século XVIII e a fase de consolidação do espaço urbano-arquitetônico, em meados do século XX, destacando não só as edificações coloniais, em sua maioria destinadas ao uso residencial e ao uso público, mas também o primeiro traçado da cidade e as edificações que permanecem praticamente íntegras, até hoje, testemunhas do processo de formação e consolidação da cidade, como a Fortaleza e a Igreja de São José.

Quanto às particularidades urbanísticas, Macapá apresenta aspectos que a caracteriza mais como uma cidade portuguesa do que propriamente brasileira. Segundo o arquiteto Paulo Santos, as cidades portuguesas “*acusam dupla origem: a informal da Idade Média e a formalizada da Renascença.*” (SANTOS, 2001, p.17) Essa dupla marca – da Idade Média e da Renascença – foi entendida com desordem por alguns autores, como Sergio Buarque de Holanda:

A cidade que os portugueses construíram na América não é produto mental, não chega a contradizer o quadro da natureza, e sua silhueta confunde-se com a linha da paisagem. Nenhum rigor, nenhum método, sempre este abandono característico, que se exprime bem na palavra “desleixo” – a palavra que o escritor Aubrey Bell considerou tão tipicamente portuguesa como “saudade” e que, na sua opinião, não exprime tanto falta de energia, como a convicção de que ‘não vale a pena’.”(HOLANDA, 1936, p. 62)

Mas esse não é o caso de Macapá. Conforme Paulo Santos, o traçado urbano macapaense foi projetado no século XVII, constituindo-se em um traçado prévio, de trama ortogonal, tipo ‘tabuleiro de xadrez’, mas sendo perceptível a sua adequação aos aspectos climáticos e físicos da região de clima tropical úmido, adaptando-se a um relevo plano que facilitava a disposição das quadras e arruamentos. Considerando todo o potencial de conforto

⁶⁸ Conforme Márcia Chuva “A análise histórica como instrumento para preservação é fundamental se tivermos como objetivo a compreensão do presente. O objeto da preservação só o é devido à valorização que nós, homens do presente, lhe dispensamos. Os olhos que veem um monumento pertencem a um período histórico diferente, possuem diferentes valores daqueles que viram seu surgimento. E é exatamente isso que lhe concede importância histórica, que lhe concede a categoria de documento histórico. O documento é sempre necessariamente vivo.” (SANTOS; Apud: CHUVA, 1995, p. 24)

ambiental proveniente da localização litorânea, as ruas e avenidas de Macapá foram pensadas e projetadas no sentido de fazer bom uso da brisa do Rio Amazonas, possibilitando, aos moradores, durante todo o ano, usufruir da ventilação nos logradouros e casas: as ruas foram implantadas no sentido norte/sul e as avenidas no sentido leste/oeste, porque desse modo seria “mais fácil transitar na cidade moderna, especialmente quando seu traçado é regular e em quadrícula” (SANTOS, 2001, p.19).

Em relação a essa concepção urbanística, que valoriza o espaço urbano, a antiga Vila de Macapá apresenta, ainda, uma extensa repetição de quarteirões retangulares alongados, iguais entre si, e de extrema monotonia⁶⁹, - podendo o termo também ser entendido como uniformidade -, como mostram as figuras a seguir (Figuras A e B)



⁶⁹ LAVEDAN, Pierre. Histoire de l'urbanisme. Antiquité et Moyen – Âge, 1926, p. 177-226. Apud. SANTOS. Paulo. *Formação de Cidades no Brasil Colonial*. Rio de Janeiro: UFRJ, 2001, p.23.

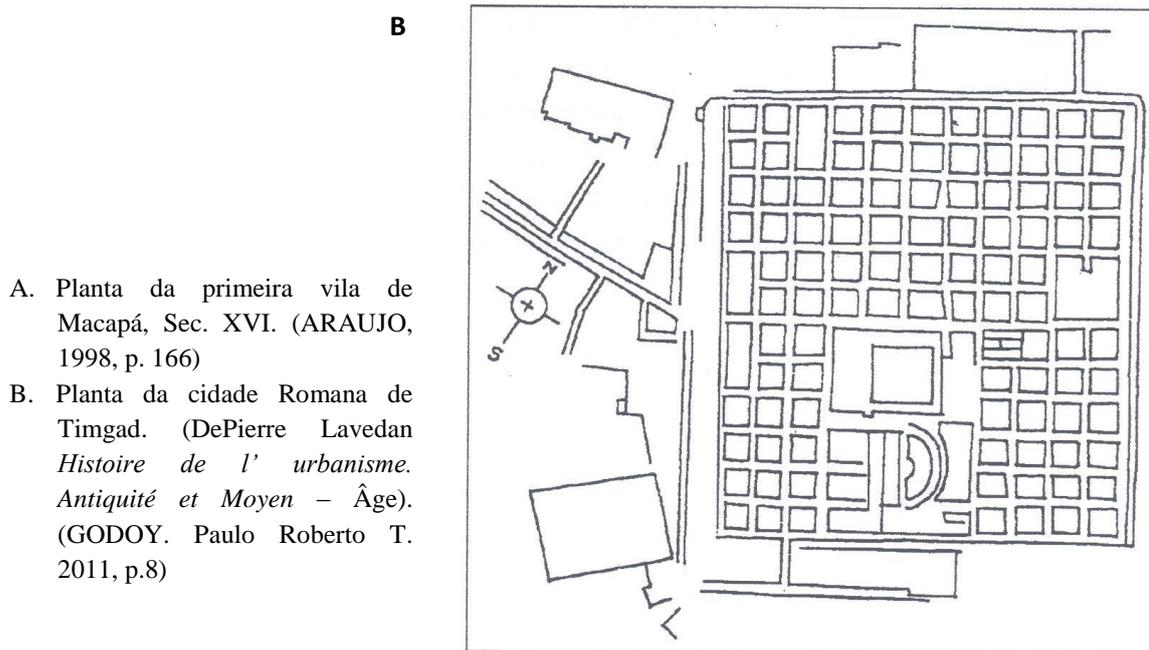


Figura. 51. Esquema comparativo da concepção do projeto da Vila de Macapá, século XVII. Fonte: ARAUJO, 1998, GODOY, 2011.

O projeto de Macapá era para a pequena vila que estava se formando naquele momento. Na condição de vila, já era possível prever os principais marcos balizadores da cidade, como representativos das funções cívicas, religiosas e comerciais, trazendo características da cidade Ibérica da Idade Média:

A conexão mais próxima que se pode estabelecer para o plano da vila de Macapá é com o projecto de urbanização de que foi objeto o bairro da Madalena, na Vila de El Ferrol na Galiza. Projectou-se 'La Magdalena' no contexto da construção de um grande Arsenal para a cidade de El Ferrol. Vários engenheiros militares apareceram envolvidos em tais obras. (ARAÚJO, 1998, p.155)

Paulo Santos destaca que as cidades de pequeno e grande porte possuem relações distintas no que se refere ao traçado e à sua relação com a rua, elementos fundamentais que definem a evolução da cidade. O arquiteto e teórico de arte Alberti defendia a relação da forma da cidade com a arquitetura. Legítimo humanista, “Alberti considerava a arquitetura – e com ela também a cidade – que a seu ver é uma das formas por que ela se expressa – como devendo procurar o justo equilíbrio entre *commoditas* e *voluptas* (função e beleza)”⁷⁰.

Verificamos, conforme abordado no I Capítulo, que, em função das várias transformações pelas quais passou, o centro de Macapá é muito diversificado no que tange ao uso do solo, isto é, na área central convivem vários usos: comercial, residencial e turístico. Isso quer dizer que,

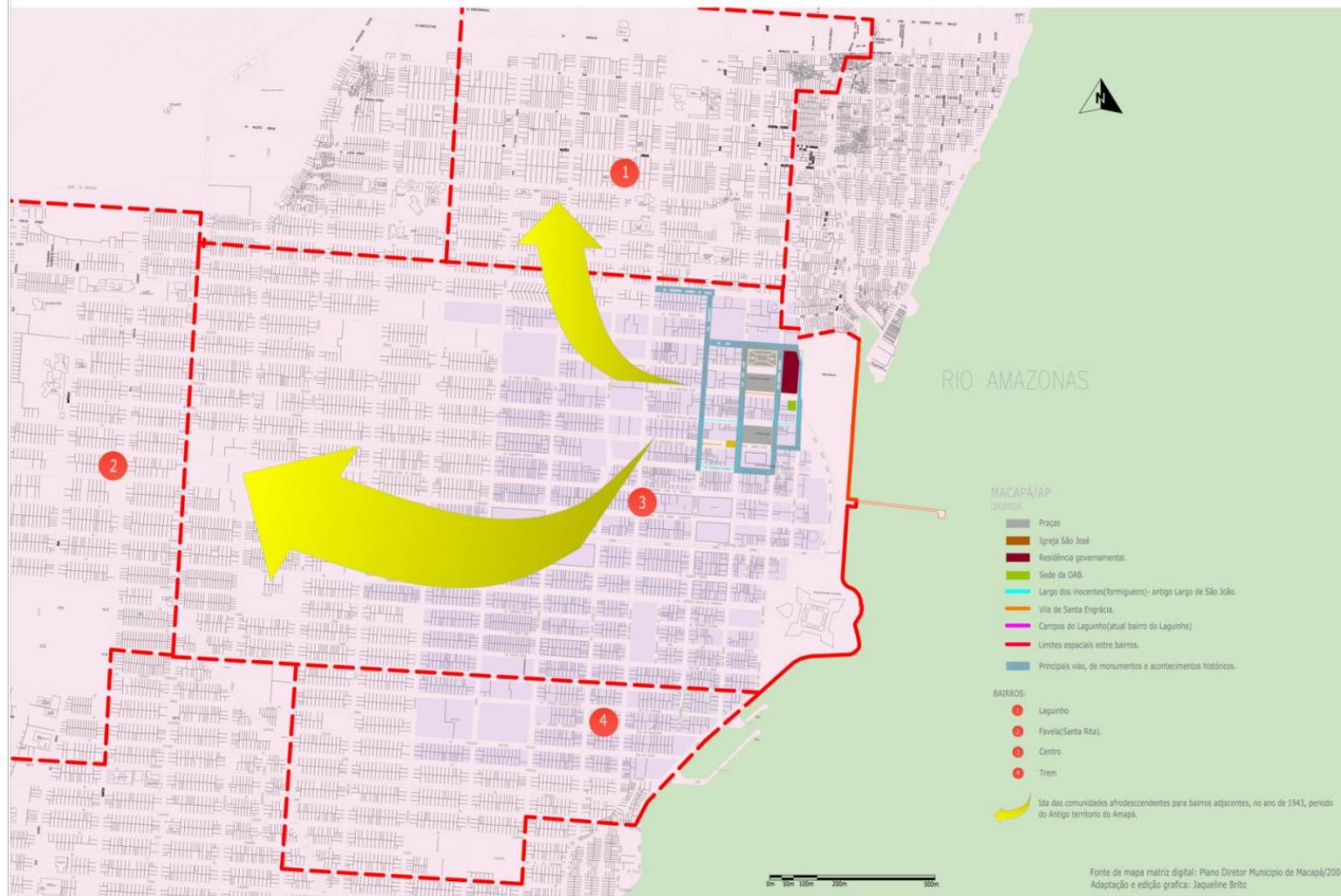
⁷⁰ Cf. SANTOS, Paulo Ferreira dos. Op. Cit., 2001, p. 112.

com a transformação do centro antigo, algumas áreas, que anteriormente eram residenciais, hoje, foram ocupadas por novos usos, sendo o uso anterior deslocado para outras áreas, dando origem a novos bairros. Argan, em relação à distribuição espacial de determinados centros históricos pregava “*a fixação da população de baixa renda nas áreas centrais, classificando de artificial e parcial a sua transformação em bairros de ricos.*”⁷¹.

É possível identificar que tal procedimento ocorreu em relação a Macapá, quando, na época do antigo Território Federal do Amapá-TFA, foi realizada uma reestruturação urbana do centro da cidade para atender a uma demanda de fortalecimento institucional e político, que promoveu a remoção das pessoas que ali habitavam para bairros mais distantes, como o bairro denominado Favela, hoje conhecido como bairro do Laguinho (Mapa 07), porque a área central era considerada, até então, uma área nobre. Essa observação vem estreitar o nosso pensamento coincidente com o do autor, isto é, reconhecemos que mesmo em um lugar com um contexto histórico diferente, os conceitos de redistribuição espacial são usados da mesma maneira.

⁷¹ ARGAN, Guilio Carlo. “A Policy for the Preservation of Historic Centers”. Historic districts: identification, social aspects and preservation. Washington, National Trust for Historic Preservation, 1975, p. 17. Esse texto foi apresentado originalmente na Sétima Assembleia Geral do Centro Internacional para a Conservação, em Roma, 1973.

PROCESSO DE TRANFERÊNCIA DA COMUNIDADE NEGRA. PERIODO DO ANTIGO TERRITORIO FEDERAL DO AMAPÁ-TFA (1943-1988)



Mapa 07. Processo de transferência da população negra da área central, no governo de Janary Nunes. Fonte: desenho gráfico: Jaqueline Brito, base cartográfica: Plano Diretor do Município de Macapá/2004

Segundo a citada Carta de Washington, “todas as cidades são históricas”. Assim, no que se refere ao patrimônio de Macapá é possível verificar no seu traçado, algumas características históricas, típicas das cidades portuguesas: uma edificação - uma igreja ou templo ou uma fortaleza - ocupando lugar de destaque, e, em frente a esta, se forma um largo ou praça. Macapá não foi originada a partir dos fatores que deram origem a das muitas das cidades portuguesas aqui no Brasil, mas houve um planejamento, conforme abordado anteriormente, tendo sido uma cidade projetada por arquitetos e engenheiros portugueses.

A cidade foi projetada com a complexidade e estrutura urbana das grandes cidades portuguesas⁷² ou, pelo menos, foram alçados estes ideais pelo governo de Marques de Pombal que, em detrimento da fundação das outras cidades na Amazônia – lembrando que o Estado do Grão-Pará, além de São Luís-MA e Belém-PA, incluía Macapá -, para atender aos interesses ligados aos seus projetos expansionistas e das culturas mediterrâneas, manifestara um forte interesse na implantação das cidades litorâneas, principalmente para facultar o seu acesso, isto é, permitir a navegação e o transporte de mercadorias, facilitando o desenvolvimento e expansão dessas cidades.

Conforme ressaltado anteriormente, além do traçado antigo⁷³, outros aspectos importantes podem ser destacados na cidade: os chamados “pontos pitorescos” localizados na orla da cidade, compreendendo a praia do Araxá, a Beira Rio, onde se delineia uma paisagem de contemplação do Rio Amazonas, - que, sem dúvida, condicionou o traçado urbano, margeando o rio -, lugar atraente para o turismo e que funciona como “*marco*”⁷⁴ da cidade, e o trapiche Eliezer Levir que, em conjunto com a Fortaleza de São José, mesmo pertencendo a épocas distintas, conseguem compor essa relação histórica:

⁷² Conforme Araújo, “Noutro contexto, poderá ter também influenciado a sua preferência pela vila a inegável força telúrica do local da sua instalação, na foz do Amazonas, diante de uma vasta baía que, embora sendo rio, parece mar. Desde o século XVII que se pretendia fazer uma cidade na boca do rio. Ao se fundar Belém pensou-se que isso fora feito, pois julgava-se que o rio Pará fosse um dos braços da foz do Amazonas, descoberto o equívoco, a cidade da foz do rio continuava ainda por fazer e Macapá viria finalmente suprir esta falta. Aqui a própria situação geográfica da instalação da vila, fundada mesmo na linha equinocial, não nega o intencional simbolismo que se lhe pretendeu dar, fazendo-a simultaneamente a ‘Vila do Amazonas’ e a ‘Vila do Equador’.” Cf. ARAÚJO, Renata Malcher de. *As cidades da Amazônia no século XVIII*: Belém, Macapá e Mazagão. 2. ed. Porto: FAUP/ Publicações-cidade do Porto,1998, 156.

⁷³ A importância do traçado da cidade já havia sido apontada no Relatório da GRUNBILF, de 1960, que estabeleceu, entre as principais diretrizes para a elaboração do plano urbanístico de Macapá, que, entre os elementos que deveriam ser preservados na cidade, destacava-se, principalmente, “*O traçado atual na área já existente da cidade, introduzindo unicamente pequenas modificações e sem incorrer em grandes despesas com desapropriações*”. Cf. GRUNBILF, Op. cit., 1960, p. 17.

⁷⁴ Kevin Lynch, em *A Imagem da Cidade*, destaca a maneira como percebemos a cidade e as suas partes constituintes, identificando que os elementos que utilizamos para estruturar nossa imagem da cidade podem ser agrupados em cinco grandes tipos: caminhos, limites, bairros, pontos nodais e *marcos*. Disponível em <http://urbanidades.arq.br/2008/03/kevin-lynch-e-a-imagem-da-cidade>, acesso em 01 de jul. de 2014.

A Fortaleza de São José, símbolo marcante, de Macapá, é lugar histórico da cidade, (...) Em ambiente condizente com sua finalidade, lembra-nos os fatos históricos do território. (...) Raros são os lugares históricos remanescentes, obrigados que foram em sua maioria, a ceder lugar às construções mais modernas, impostas pelo progresso rápido. Assim perderam-se valores históricos inestimáveis em consequência de decisões precipitadas e nem sempre justificáveis. (GRUNBILF, 1960, p. 17)

Além desses elementos, na conformação da cidade se sobressai a disposição de algumas ruas, que ocasionaram a setorização e a organização do centro cívico, situado entre “*avenidas Procópio Rola e Ernestino Borges e as Ruas Leopoldo Machado e a 2º Rua, criando assim um eixo monumental ao longo da Rua Leopoldo Machado, com a localização da prefeitura e Catedral, finalizando na 4º avenida e ligando em semi-círculo a Rua Coronel Jovinho Dinoá*”.⁷⁵ (Figura 52)

⁷⁵ GRUNBILF, Op. cit., 1960, p. 19.

PLANO URBANÍSTICO DA CIDADE DE MACAPÁ – DÉCADA DE 1960.

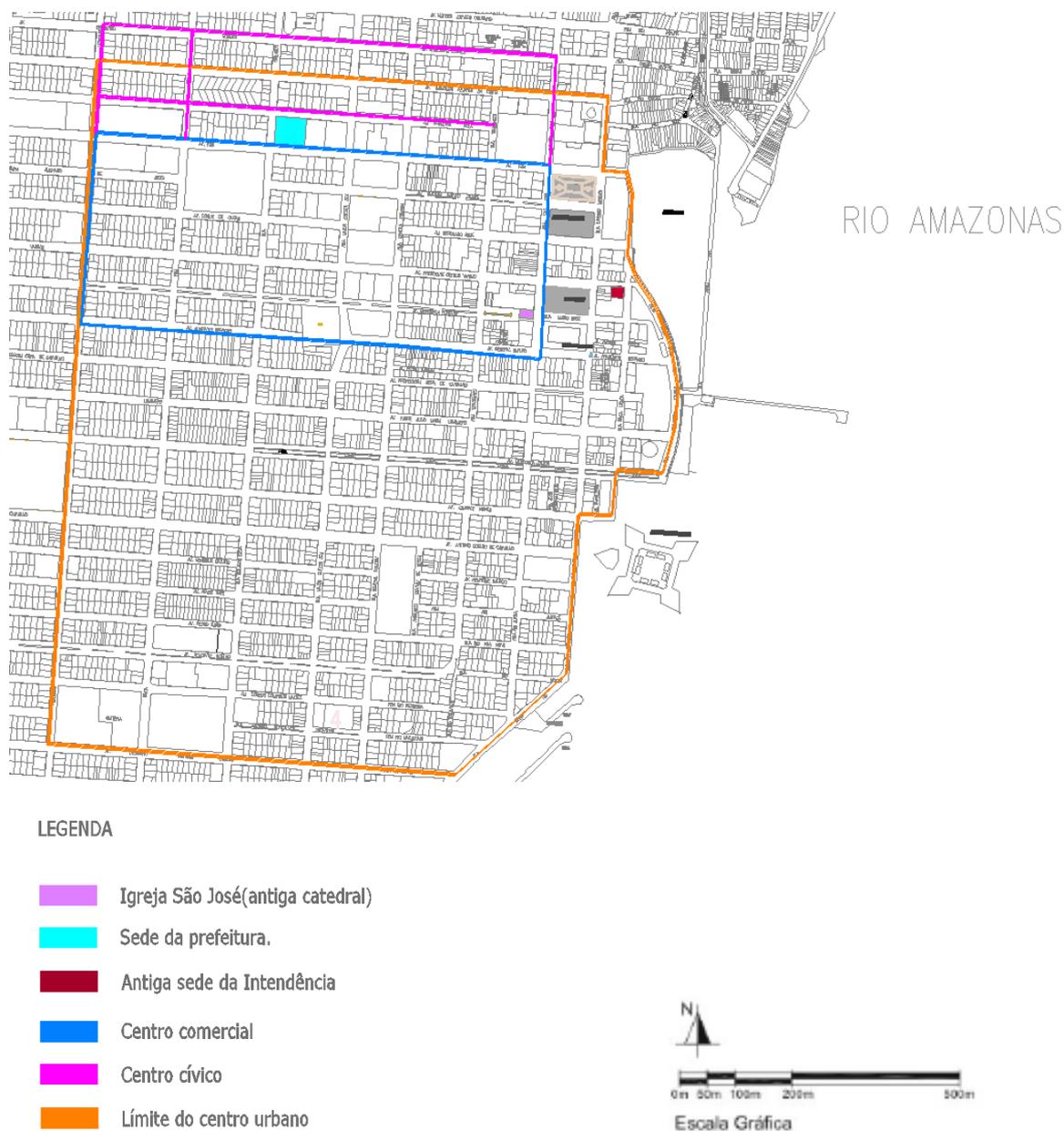


Figura 52. Centro Cívico de Macapá, principais vias de acesso e eixos viários. Fonte: Jaqueline Brito.

Outra característica destacada no mencionado Relatório se refere às vias de acesso de Macapá, que funcionam como verdadeiros corredores de circulação, ligando os diversos eixos da cidade, tais como as ruas Leopoldo Machado, que liga o norte e o sul da cidade, e a Coronel Jovino Dinoá, General Rondon, Eliezer Levir e ao município de Santana (Figura 53).

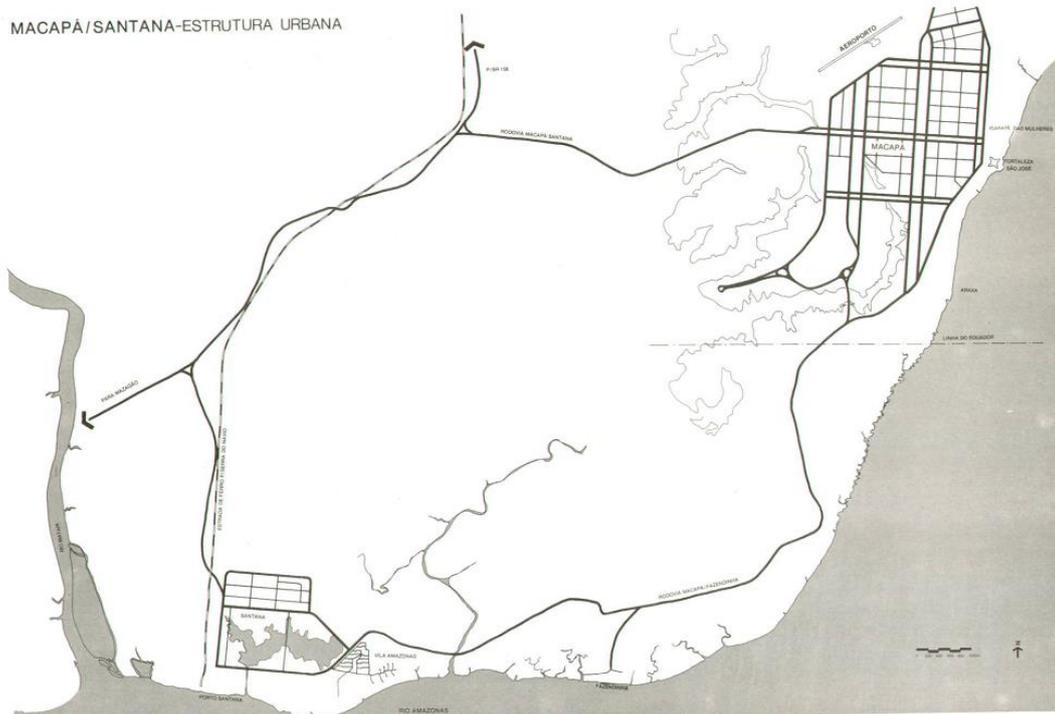


Figura 53. Estrutura urbana de Macapá, principais eixos viários e ligação entre o Centro de Macapá e o distrito de Santana. Fonte: COLE, H.J. + Associados S.A, Rio de Janeiro. *Consultoria de planejamento urbano, arquitetura e turismo* - 1977/1978, documento síntese. Rio de Janeiro, 1979, p.19.

3.4 Proposta de proteção do centro antigo da Macapá

3.4.1 Bens de interesse para proteção

Com a proposta apresentada queremos demonstrar que o centro histórico não deve ser visto apenas como uma área de entorno da Fortaleza, mas deve ser objeto de atribuição de valor, do ponto de vista histórico, e ser considerado também na formação da identidade cultural e na definição dos parâmetros para a gestão da área.

Os centros históricos no Brasil “(...) se distinguiriam do resto da cidade por terem determinados atributos estéticos ou especial valor histórico, mas raramente esses atributos seriam precisados ou delimitadas espacialmente as fronteiras entre o que seria histórico ou não.” (SANT’ANNA, 1995, p.9). No caso de Macapá, ainda não existe uma delimitação espacial, os monumentos que remetem à percepção de cidade como documento, não estão exatamente expressos na arquitetura, nas edificações e sim no traçado da cidade. Assim, só é

possível visualizar essa área quem conhecer a história da cidade, através da documentação, quem mergulhar na identidade cultural da cidade e que tiver conhecimento do lugar de memória.

Entendemos que o fato de não haver uma distinção visual do centro histórico de Macapá não pode ser vista de forma negativa, e sim, que a cidade está evoluindo conforme seu processo histórico, que ela não permanece um centro estático, ‘congelado’ no tempo, onde está fixada uma memória anterior, isso seria quase um falso histórico, a reconstituição do centro histórico da cidade visualizado através das imagens do passado e do presente, nada mais.

Como Macapá possui um centro histórico heterogêneo, podemos afirmar que se trata de um caso atípico. A cidade possui uma capital com fortes características da história regional e cujos bens imóveis não possuem monumentalidade, então, *como valorar esse bem cultural?*

Para chegarmos à questão norteadora deste estudo, prosseguimos com a abordagem conceitual de centro histórico, onde, no presente caso, não existe um centro antigo no sentido tradicional, isto é, *“Nesse sentido, o lugar de memória é um lugar duplo; um lugar de excesso, fechado sobre si mesmo, fechado sobre sua identidade, e recolhido sobre seu nome, mas constantemente aberto sobre a extensão de suas significações”* (NORA, 1993, p. 22).

Reconhecer o centro antigo de Macapá como centro histórico, é ampliar a visão de patrimônio, expandindo-a para um significado maior, interligando-a às suas referências culturais. Mesmo sabendo que houve impactos irreversíveis, no que se refere às edificações históricas, propomos a preservação principalmente do que está além da Fortaleza de São José de Macapá e imediações, porque essa área inclui os achados arqueológicos, os bens móveis (que incluem o material de artilharia da fortaleza, que se encontra disperso em vários museus), além do centro antigo propriamente dito, onde permanecem resquícios importantes, no que tange ao patrimônio cultural da cidade de Macapá - incluindo o traçado colonial, com as duas grandes praças, e a Igreja e a Fortaleza de São José, completando o triângulo histórico (traçado colonial, igreja e fortaleza) -, além das manifestações culturais que enriquecem todo este espaço.

Sobre o patrimônio cultural da cidade podemos concluir que não há uma concentração de edificações históricas, melhor dizendo, não existe o “centro histórico” nos moldes tradicionais, aquele com a continuidade de elementos antigos. No entanto, vislumbramos o

*locus*⁷⁶ do lugar, ninguém pode não atribuir valor a um lugar que possui essência, espiritualidade, história, memória e que é vivenciado pela população. O fato de não haver continuidade dos elementos no centro histórico de Macapá, não significa que o mesmo tenha perdido sua historicidade. Todavia, a definição é tão complexa quanto a atribuição de valor para eleger os patrimônios históricos que representem a identidade nacional.

Construir a ideia de centro histórico de Macapá a partir do conceito de cidade-documento é idealizar o que existe hoje, como a memória de ontem, é viajar na memória desse lugar, reconstituindo a história; são imagens e memórias que vão se unindo até formar um centro histórico, mas retomar uma lembrança só é possível, se houver suporte histórico para isso acontecer, conforme observado nesta passagem:

Reconhecer por imagens, ao contrário, é ligar a imagem (vista ou evocada) de um objeto a outras imagens que formam com elas um conjunto e uma espécie de quadro, é reencontrar as ligações desse objeto com outros que podem ser também pensamentos ou sentimentos. Reservemos a questão de saber se entre esses dois tipos de reconhecimento há uma diferença de natureza ou de grau. (HALBWACHS, 2006, p.55)

Partindo da abordagem da cidade como um documento da História⁷⁷, podemos identificar os momentos importantes na cidade de Macapá. O fato de nos basearmos em períodos, foi devido aos relatos históricos, e porque em Macapá essa periodização facilita a compreensão dos acontecimentos e principalmente dos monumentos e das heranças culturais, onde destacamos: a fase de fundação da vila no século XVIII e a fase de consolidação do espaço urbano-arquitetônico, em meados do século XX, destacando não só os vestígios coloniais, em sua maioria eram destinados ao uso residencial, e aos usos públicos. Se do primeiro traçado da cidade, mas, também algumas edificações que permanecem praticamente íntegras, até hoje, testemunhas desse processo de formação e consolidação da cidade, como a Fortaleza e a Igreja de São José.

A cidade cresceu, passou por várias transformações no que tange à ocupação do solo, surgiram novos bairros, seguindo parcialmente o traçado original do núcleo histórico, foram delimitados os usos conforme o crescimento da cidade e a sua espacialidade. No início do

⁷⁶ *Genius loci* é um conceito romano, de acordo com as crenças romanas qualquer ser ‘independente’ tem seu ‘genius’, o seu espírito guardião. Este espírito dá vida às pessoas e aos lugares, acompanha-os do nascimento até a morte e determina seu caráter ou essência. Cf. NORBERG-SHULZ, Christian, *Genius Loci, Towards a Phenomenology of architecture*, Ed. Rizzoli, New York, 1984, p.18.

⁷⁷ Conforme Márcia Chuva “A análise histórica como instrumento para preservação é fundamental se tivermos como objetivo a compreensão do presente. O objeto da preservação só o é devido à valoração que nós, homens do presente, lhe dispensamos. Os olhos que veem um monumento pertencem a um período histórico diferente, possuem diferentes valores daqueles que viram seu surgimento. E é exatamente isso que lhe concede importância histórica, que lhe concede a categoria de documento histórico. O documento é sempre necessariamente vivo.” SANTOS; Apud: CHUVA, 1995, p. 24.

século XX, as construções não possuíam monumentalidade, se comparadas às outras regiões e cidades, tendo em vista que a ocupação da cidade foi tardia, como em outras capitais da Região Norte.

Em decorrência dos estudos já realizados pelo IPHAN, como o Inventário de Bens e Imóveis-INBI-SU de Macapá, é possível fazer uma varredura dos bens históricos já consolidados como patrimônio cultural, no senso comum ou aqueles apropriados pela população, e aqueles que possuem potencial para proteção a partir da trajetória institucional, de forma a contribuir para a proteção desses bens, para a proposição de medidas que possam coibir a acelerada destruição desses bens, e conservar a natureza histórica, tanto do que já foi tombado, quanto daquilo que representa a identidade do lugar, pois esses elementos estão inteiramente interligados com a formação da cidade. Todos esses fatores são relevantes para subsidiar a proposta de proteção do centro antigo de Macapá, além das informações obtidas por meio da documentação histórica, dos levantamentos e das entrevistas.

Evidentemente, que a proposta de proteção aqui apresentada inclui a Fortaleza de São José, em conjunto com o traçado urbano e os elementos naturais como a paisagem do Rio Amazonas, tendo em vista a sua interação.

Macapá não possui um centro histórico totalmente íntegro por consequência da aplicação tardia de políticas públicas, mas existem edificações isoladas que possuem potencial histórico e que podem conformar o que poderia chamado de conjunto histórico da cidade e seu entorno.

Entendendo que o centro histórico de Macapá representa um lugar, que é formado por uma paisagem, que compreende o Rio Amazonas, com o qual forma uma relação muito peculiar entre cidade e meio ambiente, percebi ao longo de todo o processo de construção desta pesquisa, que a cidade, ou o lugar, não precisa necessariamente ter vários bens tombados para valor: o que adianta ter um centro histórico com inúmeros bens tombados, se a população gostaria de estar morando em um lugar mais sofisticado, ou que o poder público se ausente de tal responsabilidade da preservação dos bens culturais locais.

Em relação ao centro antigo de Macapá, vejo uma cidade com um potencial histórico riquíssimo e cuja memória temos a responsabilidade de garantir. O que se pode dizer deste centro histórico, é que a população reconhece esse espaço como detentor de cultura.

A presente proposta de proteção inclui, principalmente, bens de natureza material, com ênfase nos bens imóveis, tendo em vista o que determina o Edital do Mestrado, e considerando a minha área de formação profissional.

Na análise urbana referente ao patrimônio da cidade, consideramos os bairros Central, Laginho, Santa Rita e Trem⁷⁸, incluindo a área ao redor da Fortaleza de São José, a Igreja de São José, a primeira construção da cidade, edificada logo em seguida à vila, e o primeiro traçado urbano de Macapá.

Para melhor entendimento da proposta de proteção do centro da cidade de Macapá, apresentamos os ‘Diagramas’ a seguir, indicando os elementos mencionados. Iniciamos a nossa narrativa pelo centro da cidade, quando encontramos a orla, que se delinea em uma paisagem de contemplação do Rio Amazonas, onde tudo começou. Em seguida, a disposição das ruas e avenidas e os monumentos vão fornecendo a compreensão sobre a cidade, como a Rua Cândido Mendes (Diagrama 01) onde estão situadas a Fortaleza de Macapá, as praças Veiga Cabral e Barão do Rio Branco e o Mercado Central; na Avenida FAB (Diagrama 02), no trecho inicial, que começa na Beira Rio, estão localizadas a Residência Governamental, a Escola Barão do Rio Branco, o Cine Territorial, a Escola Industrial, o Antigo Ginásio Masculino, a Praça da Bandeira e o Hospital Geral; na Rua São José (Diagrama 03), se situam a Piscina Territorial, o Conjunto Residencial da Vila São José e a Igreja São José de Macapá, e, finalmente, na Avenida Beira Rio, visualiza-se o Macapá Hotel.

⁷⁸ Bairros que surgiram na década de 1960, quase duzentos anos após o núcleo inicial.



Diagrama 01. Bens imóveis localizados na Rua Cândido Mendes. Adaptação do diagrama: Jaqueline Brito. Fonte fotográfica: INBI-SU 2009.

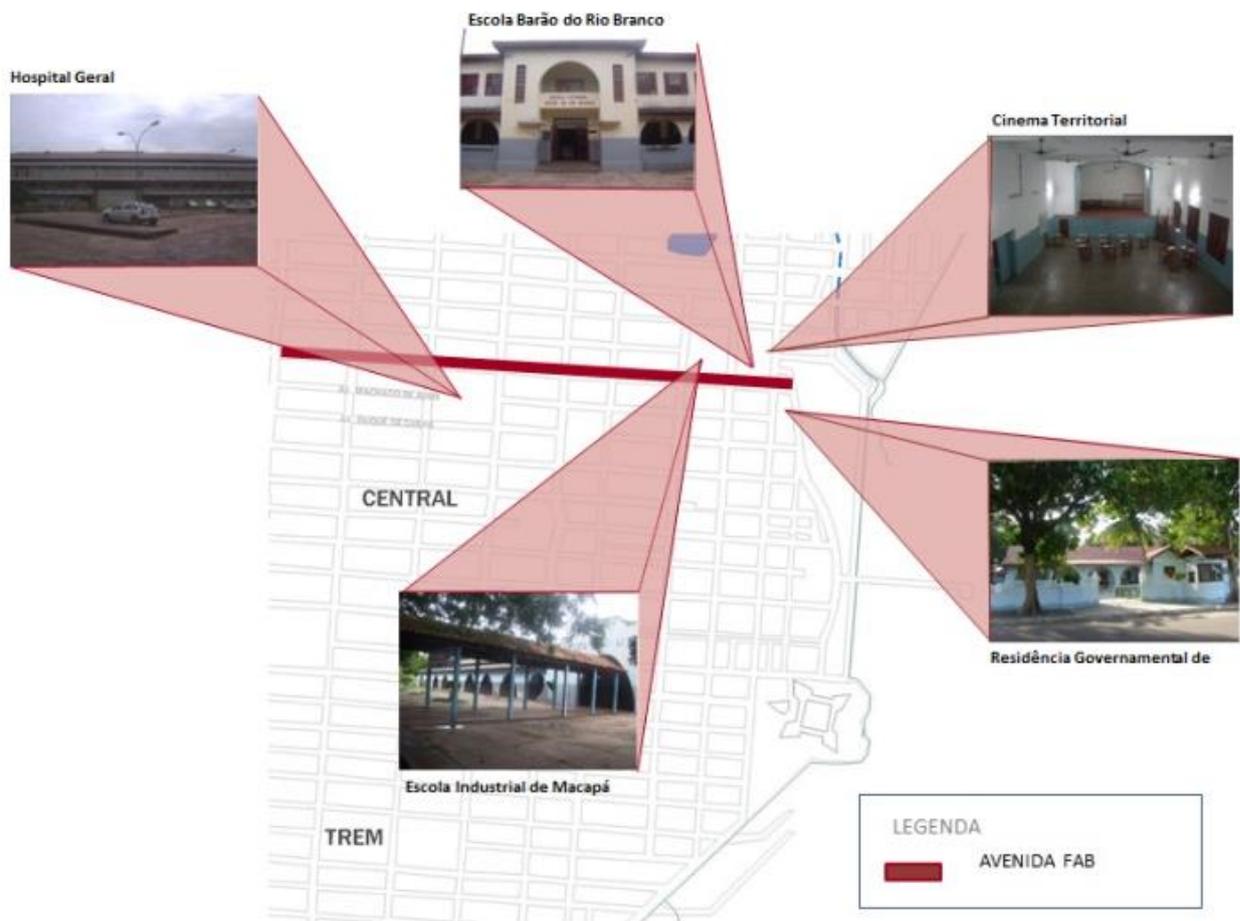


Diagrama 02. Bens imóveis localizados na Avenida FAB. Adaptação do diagrama: Jaqueline Brito. Fonte fotográfica: INBI-SU 2009.



Diagrama 03. Bens imóveis localizados na Rua São José. Adaptação do diagrama: Jaqueline Brito, Fonte fotográfica: INBI-SU 2009.



Mapa 08 – Bens imóveis, localizados na cidade de Macapá. Adaptação gráfica: Jaqueline Brito. Fonte fotográfica: INBI-SU/2009.

Com base nas análises documentais e das entrevistas realizadas, que fundamentam a área de proteção proposta, defendemos que sejam mantidas as características originais dos prédios históricos selecionados, dos equipamentos urbanos e logradouros, bem como as praças, as vias, os largos que conformam a área antiga, para que não se percam mais ainda características propostas nas primeiras plantas coloniais do século XVII, ou seja, a disposição urbana, visando manter o projeto original, composto pelas duas praças (Barão do Rio Branco e Veiga Cabral) e pela Igreja São José de Macapá, assim como as edificações circundantes, correspondente ao início do século XX, referenciadas ao antigo Território Federal do Amapá.

Para atribuir valor ao centro antigo de Macapá, levando em consideração a memória da população, primeiramente, precisamos analisar: *o que define o centro histórico de Macapá?*

Questiona-se a quem cabe determinar o que deve ser preservado, em outras palavras, como romper com padrões pré-estabelecidos no campo da proteção de bens culturais. O patrimônio cultural não deve se restringir à história oficial, deve ser usado como instrumento de referência para inclusão de novas práticas culturais de todos os povos e etnias. Os bens culturais selecionados precisam fazer sentido para os grupos vinculados a eles, pois não adianta impor referências a uma determinada sociedade. Portanto, entende-se que *“todo objeto do passado pode ser convertido em testemunho histórico sem que para isso tenha tido, na origem uma destinação memorial”*. (CHOAY, 2001, p.26).

O conceito de referência cultural nos remete a um determinado contexto, por exemplo, quando um determinado grupo perde suas referências dizemos que perdeu a sua identidade; da mesma forma, como acontece com determinadas populações que tem a cultura como pilar de suas vidas, sendo a referência norteadora, de determinado espaço, podendo ser um monumento ou uma manifestação cultural.

Márcia Sant’Anna (2004) ressalta que o Poder Público, ao estabelecer padrões que não que condizem com as práticas sociais, separa as relações culturais da população daquelas estabelecidas pelo Estado, criando normas de como preservar essas práticas relacionadas ao patrimônio cultural. Em outras palavras, a cultura não deve ser usada apenas como política de Estado, não deve ser imposta, o Estado não deve “escolher” isoladamente e definir os padrões culturais de um lugar, sem fazer uma consulta prévia à população local; a cultura deve ser o reflexo das manifestações culturais estabelecidas pelos grupos da respectiva região, cidade, lugar e espaço.

No sentido de enriquecer a proposta de proteção do centro histórico de Macapá, destacamos as referências culturais intrínsecas às relações entre os bens de natureza material e imaterial, como mostra Antônio Augusto Arantes (2000, p. 131):

A implantação dessa linha de ação governamental enquanto política pública pressupõe a identificação dos amplos acervos de bens patrimoniais intangíveis vigentes ou conservados na memória social. Mas como proceder? Inventários de bens arquitetônicos e de objetos de arte vêm sendo realizados no Brasil há várias décadas. Mas como identificar referências e significações e valores enraizados em práticas sociais muitas vezes sequer afloram por inteiro à consciência dos atores sociais? Como segmentar e identificar sistematicamente os componentes de uma realidade que é por natureza fluida e dinâmica? (...) A exigência constitucional de abarcar, com as políticas de patrimônio, tanto bens de natureza material (móveis ou imóveis) quanto imaterial (populares ou de elite), criou, por sua vez, a fundamentação jurídica que faltava para que se desse outro passo decisivo e profundamente inovador no plano conceitual. Efetivamente, transcendendo essas dicotomias (móvel e imóvel, material e imaterial) por vezes incômodas e inadequadas – mas que encontram na história desse campo de atuação a sua origem e razão de ser – é possível agora por em prática uma compreensão mais integrada e menos reificadora do patrimônio, que abriga e fortalece a sua condição de ser, para dizer com um só conceito, referências das identidades sociais. (ARANTES, 2000, p. 130-131)

Nesse contexto está a ‘documentação’ material da cidade, envolvendo todo o processo histórico, inclusive, as manifestações culturais. Portanto, optamos por trabalhar com esse patrimônio, a fim de enriquecer as anteriores propostas de tombamento para o centro antigo de Macapá, com base nos diferentes conceitos aderidos ao espaço da cidade.

Assim, complementarmente à proposta de proteção do centro histórico de Macapá, dentre as manifestações culturais que ocorrem na cidade as festas religiosas, destacamos as comemorações ao padroeiro da cidade São José de Macapá e o Círio de Nossa Senhora de Nazaré, forte influência da vizinha cidade de Belém; o Marabaixo, o batuque e os festejos relacionados ao Divino Espírito Santo, festa que envolve a religião católica e também se mistura com celebrações distintas que envolvem muitos grupos de comunidades quilombolas de diversos lugares da cidade, se destacando as dos bairros do Curiaú, Laguinho e Santa Rita.

Outros aspectos que podem ser destacados na cidade são os chamados “pontos pitorescos”: a orla da cidade, compreendida pela praia do Araxá; a Beira Rio onde se delinea uma paisagem de contemplação do Rio Amazonas, aspecto que, sem dúvida, condicionou o traçado urbano, sendo um lugar atraente para o turismo, e que funciona como “marco”⁷⁹ da cidade; e o trapiche Eliezer Levir que, conjuntamente com a Fortaleza de São José, vira cenário de manifestações culturais, como da missa realizada em frente à Igreja São José, no aniversário da cidade de Macapá, tornando-se palco para o encontro das bandeiras do Marabaixo⁸⁰, esse evento está relacionado a década de 1943 quando o Governador Janary

⁷⁹ De acordo com Kevin Lynch, em “A Imagem da Cidade”, baseado em um extenso estudo realizado em três cidades americanas, a maneira como percebemos a cidade e as suas partes constituintes. Lynch identificou, que os elementos que as pessoas utilizam para estruturar sua imagem da cidade podem ser agrupados em cinco grandes tipos: caminhos, limites, bairros, pontos nodais e *marcos*. Disponível em: <http://urbanidades.arq.br/2008/03/kevin-lynch-e-a-imagem-da-cidade/>, acesso em 01 de jul. de 2014.

⁸⁰ “Em comemoração aos 257 anos de Macapá, a Confraria Tucuju, o Projeto Banheiro do Brilho-de-fogo e grupos de Marabaixo, preparam um festejo com orações e muito marabaixo, na frente da Igreja São José. A programação começa às 8h, com a Missa em Ação de Graças na antiga catedral, seguido do Encontro das

Nunes retirou os moradores do centro e os levou para os bairros do Laguinho e Favela (atual bairro Santa Rita), logo o festejo tornou-se uma grande celebração no encontro dessas duas comunidades, que é realizado todos os anos.

Outras manifestações culturais também fazem parte do imaginário da cidade, tais como, aquelas que ocorrem durante o carnaval no centro da cidade: a Banda, que é um carnaval de rua, que mantém a tradição há vários anos, e que conta com a participação de pessoas de todas as idades, que saem vestidas com fantasias, alegorias e bonecos, percorrendo as principais ruas e avenidas dos bairros adjacentes ao centro; também neste período, grupos de músicas fazem apresentações no Largo dos Inocentes (atrás da Igreja São José de Macapá). O local, ao longo dos anos, virou palco de diversas atrações, tanto de cantores locais e de entidades ligadas à cultura regional, como das secretarias de cultura do estado e município, e também de entidades como a Confraria Tucuju e o SESC-AP, que contribuem para o resgate cultural da cidade.

3.4.2 Diretrizes para a gestão da área

Nas cidades brasileiras, tem sido um grande desafio propor estratégias de gestão, tendo como premissa a preservação do patrimônio cultural e edificado, ainda mais quando nos deparamos com uma cidade que possui uma imensa diversidade cultural. Para que esse acervo seja preservado precisamos rever alguns conceitos já estabelecidos e procurar novas ferramentas de gestão.

Bandeiras, e depois sai o cortejo do Banzeiro do Brilho-de-Fogo, pelas ruas do centro da cidade até a praça Floriano Peixoto, onde estará acontecendo a pescaria, realizada pela Prefeitura de Macapá.

Missa em Ação de Graças - Às 8h as portas da Igreja São José estarão abertas para receber os fiéis com a celebração do padre Aldenor Bejamim, seguindo o ritual onde pioneiros entram carregando símbolos da cidade, como as bandeiras do estado do Amapá e do município de Macapá, a imagem do santo padroeiro e um cacho de bacaba. A cantora Juliele, o tenor Mauro Silva, o músico José Maria e a cantora Mayara confirmaram presença na entoação dos cânticos. Encontro das Bandeiras - O cruzamento das bandeiras do marabaixo dos bairros Laguinho e da Favela simboliza a histórica saída dos negros que moravam no centro de Macapá, quando a cidade começou a se expandir e os prédios e residências oficiais foram construídos. Na época, em 1943, os primeiros moradores de Macapá foram povoar os dois bairros. O Encontro das Bandeiras relembra a saída das famílias e marca o reencontro delas, tocando as caixas e cantando os ladrões de marabaixo, assim como saíram. Os grupos de marabaixo Berço do Marabaixo, Marabaixo do Laguinho, Artur Sacaca e Ancestrais confirmaram presença.

Cortejo do Banzeiro do Brilho-de-Fogo - Após o Encontro das Bandeiras, mais de 100 batuqueiros do Banzeiro do Brilho-de-Fogo, mulheres que formam o Cordão das Açucenas e as crianças do Jardim do Banzeiro, fazem um grande arrastão cultural pelas ruas, cantando e tocando músicas regionais, fazendo pequenas paradas na frente da casa de pioneiros, chamando todos para a praça Floriano Peixoto, onde estará acontecendo a pescaria, atendimento social e de saúde.” Disponível em: <<http://www.diariodoamapa.com.br/cadernos/editorias-ii/nota-10/item/1593-257-anos-de-macapa-tera-missa-encontro-das-bandeiras-e-cortejo-do-banzeiro>>. Acesso em: 05 de Fev. de 2015.

A área central de Macapá, onde se concentra a maior parte dos bens culturais⁸¹, possui um dinamismo em relação à sua ocupação, característica evidenciada pela convivência com as edificações contemporâneas. As intervenções urbanas pontuais nessa área preservaram algumas edificações importantes, no entanto, vejo como positivas as intervenções feitas na década de 1950, porque impulsionaram o crescimento da área central e dos bairros adjacentes, que, na época, possuíam uma péssima infraestrutura. Mas toda intervenção precisa seguir os parâmetros urbanísticos.

Nas últimas décadas do século XX, principalmente na década de 1990, percebemos o aumento dos gabaritos das edificações e das demolições de prédios históricos para dar lugar a prédios comerciais. Essa situação vem se agravando desde 2004 até os dias atuais, após a edição do Plano Diretor Municipal, que ocasionou um “boom” na construção civil na cidade e o descumprimento do Código Municipal, que deveria dar ênfase à preservação do antigo centro de Macapá. Muitas obras eram aprovadas por meio de Termos de Ajustamento de Conduta (TAC), que a meu ver simbolizam uma cicatriz em relação às leis urbanísticas, porque, depois de construída, uma edificação, muitas vezes, pode “quebrar” o contexto histórico daquele espaço; então são os bens históricos que precisam se adequar àquele novo prédio, quando, na verdade, deveria ocorrer o contrário.

Acredito que apesar de ter um centro histórico que pode ser considerado como ‘descaracterizado’, a interação dos bens com a sociedade e desta com a cidade é relevante, porque esses bens históricos são muito utilizados pela população, porém, essa temporalidade histórica, no que se refere ao que é contemporâneo e ao que é histórico, talvez não faça parte do imaginário da população, não porque não há valor a ser atribuído, mas porque talvez as pessoas não se reconheçam nessa história. Mas, por outro lado, percebemos que existe um interesse de preservação do centro antigo da cidade, as pessoas querem que os bens sejam preservados. A cidade tem vida, tem uso, não é uma ‘cidade atração’ ou muito menos uma ‘vitrine’.

Conforme visto nos exemplos apresentados a partir da comparação das fotografias de décadas passadas com as de hoje, no que se refere à estética das fachadas e aos logradouros públicos, percebe-se que as intervenções mudaram drasticamente a leitura de algumas ruas, que formam, hoje, o centro comercial de Macapá.

Em Macapá, existe certo equilíbrio entre a volumetria das edificações históricas e a das atuais. Como estão localizadas em espaços mistos, na área central convivem as vocações

⁸¹ Conforme Diagramas 03,04 e 05.

comercial e turística, mas, cada vez mais rapidamente, o centro está virando um espaço de lazer.

Um dos grandes problemas da área são as intervenções urbanas recentes, que interferem na harmonia da cidade porque não atendem aos pressupostos do Código de Obras do município, dificultando a leitura da cidade. Daí se depreende que fazer o planejamento urbano de uma área que ainda está em estudo para tombamento significa trabalhar com instrumentos de gestão voltados para a salvaguarda de um centro histórico, imprescindíveis para gestão de qualquer cidade. De acordo com Sant'Anna *"De fato, eles são postos como os pontos centrais do planejamento urbano e territorial, da política habitacional, da qualidade de vida, da identidade urbana e, por fim, do equilíbrio emocional e do desenvolvimento intelectual das populações"*. (1995, p.56).

Em relação às legislações municipais podemos verificar algumas contradições, no que tange às competências e à aplicabilidade das leis e decretos. Por exemplo, foi publicada a Lei nº 1.831/2010, que dispõe sobre o Estatuto da Proteção do Patrimônio Histórico, Artístico e Cultural do município de Macapá e as penalidades a quem infringir a lei (artigo 37), mas ainda não foi criado o setor responsável pela sua aplicação⁸², conforme pode ser verificado no Decreto nº 3.785/2011, da Prefeitura Municipal de Macapá-PMM, que prevê *"o processo de aplicação das penalidades previstas na Lei nº 1.831/2010"*.

Para compreender melhor as ações a serem realizadas para atingir aos objetivos propostos, nos baseamos no Roteiro de Políticas Públicas *"Cidades e políticas públicas de cultura: diagnóstico, reflexão e proposições"*, que propõe:

- Apontar as principais lacunas, no que tange as políticas culturais no município que se refere à proteção do patrimônio material, aos bens imóveis da cidade de

⁸² O Decreto nº 4.907/2013, no artigo 1º estabelece: "Criar o Conselho do Patrimônio Histórico, Artístico e Cultural do Município de Macapá.", cujos membros foram empossados em "Na noite da última terça-feira, 28, o Prefeito Clécio Luís recebeu no Palácio Laurindo Banha os treze membros que serão empossados no Conselho Municipal do Patrimônio Histórico, Artístico e Cultural de Macapá, no dia 04 de fevereiro. O Conselho foi criado com base no Estatuto da Proteção do Patrimônio Histórico, Artístico e Cultural do Município de Macapá (Lei nº 1.831/2010) e regulamentado pelo Decreto nº 3.878/2013-PMM, de 27 de agosto de 2013." O Conselho é o instrumento vinculado à Fundação Municipal de Cultura (FUMCULT), responsável por institucionalizar a relação entre a Administração Municipal e os setores da sociedade civil relacionados à cultura patrimonial. O Conselho tem caráter consultivo e deliberativo e na sua composição conta com a participação de representantes dos seguintes órgãos: no âmbito municipal, por representantes dos órgãos responsáveis pela área da Cultura, do Meio Ambiente e do Turismo; um representante da Universidade Federal do Amapá (Unifap); um representante do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (Iphan), a atual Superintendente do IPHAN no Amapá, Juliana Morrilhas, e mais oito membros nomeados pelo prefeito, extraídos de lista tríplice, e encaminhados por entidades representativas da área cultural e demais segmentos afins.

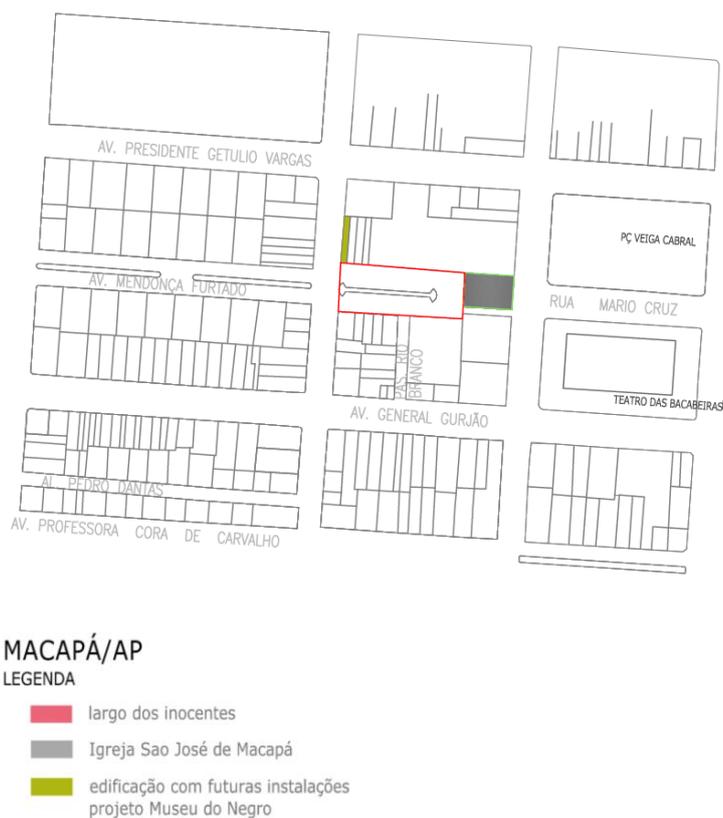
Disponível em <http://www.macapa.ap.gov.br/noticia.php?cod=1211>.

Macapá, como as edificações remanescentes que formam o centro antigo da cidade;

- Fazer o levantamento das ações realizadas e em andamento, e propor melhorias;
- Criar o arquivo público municipal, para subsidiar os estudos e as pesquisas relacionadas à história e à documentação da cidade;
- Realizar concursos públicos para secretarias municipais e estaduais de cultura, visando à constituição de equipe técnica especializada, necessária à criação de Grupos de Trabalhos – GT, para realizar ações – como a elaboração de pesquisas, de inventários a nível local -, que alavanquem a proteção e a tutela dos bens imóveis no âmbito municipal;
- Integrar ao Sistema Municipal de Cultura, os projetos que possam ser fomentadores de cultura, como a criação do Museu do Negro, já em andamento, localizado no Largo dos Inocentes;
- Promover a restauração dos lugares que antes foram muito valorizados, como o Cine Territorial, localizado ao lado da escola Barão do Rio Branco, na Avenida FAB;
- Debater com a sociedade civil e entidades públicas – grupos técnicos organizados pelas entidades públicas e privadas com apoio da universidade e do IPHAN -, os projetos de fomento ao patrimônio cultural, no intuito de preservar a memória da cidade, através de uma análise multidisciplinar;
- Formatar um plano de metas por parte do estado e município, consolidando projetos e propostas para preservação do patrimônio cultural, a partir das etapas já apontados anteriormente: formação da agenda; elaboração; formulação; implementação; execução; acompanhamento e avaliação das ações. (DRUMONT, 2012, p.77-89):

A partir da análise das entrevistas realizadas também percebi que a valorização do centro antigo da cidade está diretamente ligada aos tipos de ações destinadas a esses locais. Por exemplo, no centro antigo está localizado o Largo dos Inocentes (Mapa 09), que atualmente é utilizado como um lugar de manifestações culturais promovidas pelos diferentes âmbitos do poder público. Lá está situada uma edificação antiga, onde está sendo criado - através do Instituto Brasileiro de Museus (IBRAM) e com o fomento da Fundação Municipal

de Cultura (FUMCULT) - o Museu do Negro, deixando de ser um imóvel abandonado e passando a se integrar ao contexto histórico e documental da cidade.



Mapa 09. Largo dos Inocentes. Fonte/edição: Jaqueline Brito.

Outra ação importante está ligada à motivação e ao interesse das instituições públicas locais para o fomento e incentivo do audiovisual local, a fim de evitar a perda de importantes equipamentos culturais da cidade, como o Cine João XXIII, um cine auditório, que foi demolido em 2014, segundo informações obtidas nas entrevistas com os gestores públicos no âmbito do município.

O turismo pode ser um importante instrumento para alavancar lugares históricos, mas o fundamental do atrativo turístico é que o processo alcance toda a sociedade, e que a cidade não sirva apenas de vitrine. É importante ressaltar e considerar alguns aspectos para que haja efetivamente um processo legítimo, interno à cidade, de valorização das coisas locais.

Beni⁸³ afirma que os atrativos culturais no Brasil, particularmente aqueles ligados ao patrimônio histórico, ainda são subutilizados turisticamente. *Como encaminhar, então, um processo de reapropriação pela população de seus bens culturais?*

É muito complexo administrar todas as relações no espaço urbano. É perceptível que desde o século XVIII, o desenvolvimento da cidade de Macapá, não foi tão acentuado, se comparado a outras cidades da Região Norte, mas afetou consideravelmente a qualidade de vida e estrutura urbana existente. Essas relações espaciais envolvem principalmente os indivíduos, e se não houver zelo em fortalecer a cultura local, pode-se, de uma forma abusiva, impor intervenções para ao desenvolvimento urbano da cidade de Macapá, sem se dar o devido valor ao centro antigo da cidade.

⁸³ BENI, Mário Carlos. Análise estrutural do Turismo, São Paulo: Ed. SENAC, 1998. P. 87. Apud: SIMÃO, Op. Cit., 2006, p. 68.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Uma cidade histórica constitui em si um monumento', mas ao mesmo tempo é um tecido vivo: tal é o duplo postulado que permite a síntese das figuras reverencial e museal da conservação urbana e sobre o qual Giovannoni funda uma doutrina de conservação e restauração do patrimônio urbano. Pode-se resumi-la em três grandes princípios. Em primeiro lugar, todo fragmento urbano antigo deve ser integrado num plano diretor (*piano regolatore*) local, regional e territorial, que simboliza sua relação com a vida presente. Nesse sentido, seu valor de uso é legitimado, ao mesmo tempo, do ponto de vista técnico, por um trabalho de articulação com as grandes redes primárias de ordenação, e do ponto de vista humano, ' pela manutenção do caráter social da população (CHOAY, 2001, p.200)

Na presente pesquisa, enfoquei o patrimônio cultural, no contexto urbano da cidade de Macapá que, sendo uma cidade com característica amazônica, se torna diferenciada, tanto pelas características regionais e morfologia urbana, quanto pelo caráter histórico da sua formação. Considerando a área que esta inserida, o traçado urbano do centro antigo (testemunho da antiga Vila de Macapá), podemos constatar que é um sítio urbano heterogêneo porque as edificações ali inseridas, em sua maior parte encontram-se descaracterizadas, por ter sido tardia sua preservação.

Constatamos, também, que as políticas públicas relacionadas à preservação do patrimônio cultural podem ser específicas, tanto relativas aos elementos históricos, como também à memória social deste lugar, para se manter o patrimônio edificado que constitui o centro histórico de Macapá, onde a Fortaleza de São José, tombada em âmbito nacional, atua como principal elemento/ *marco* da cidade. Sendo a Fortaleza o elemento balizador para a criação de novos instrumentos de gestão do patrimônio e planejamento urbano, assim como os elementos ambientais e sociais, que juntos, garantem que a ambiência do bem tombado, é imprescindível que os parâmetros propostos dialoguem com a cidade, fazendo parte do próprio planejamento urbano.

Não houve o intuito de enobrecer um setor da cidade, muito pelo contrário, pretendi identificar - a partir de depoimentos dos moradores e usuários da área e da experiência dos agentes culturais que atuam nela, garantindo seus valores e a identidade individual e coletiva - os pontos principais para evitar que a área histórica se torne alvo da especulação imobiliária e de projetos mal sucedidos, mas que as propostas de intervenções no centro histórico passem a considerar a evolução urbana da cidade e contem com estudos de viabilidade dos novos projetos, e o acompanhamento da implantação destes do IPHAN e órgãos afins.

Propõe-se pensar as normas de proteção da cidade em nível de macro parcelamento, com o intuito de proteger toda a área de ambiência da Fortaleza e Centro histórico de Macapá,

a partir da análise/estudo da “cidade como documentos de processos de ocupação do território e de produção do espaço urbano”. (SANT’ANNA, 1995),

Com o término da pesquisa, esperamos contribuir para a etapa seguinte, isto é, para a continuidade dos estudos visando o tombamento do “Centro histórico da cidade de Macapá-AP”, em andamento na Instituição, medida que poderá promover uma maior valorização da cidade, como patrimônio histórico.

REFERENCIAS BIBLIOGRÁFICAS

AMAPÁ, 1. mapa, **características morfoclimáticas do município de Macapá**. Disponível em: < <http://pt.wikipedia.org/wiki/Macap%C3%A1>> Acesso em: 03 de jan. 2013.

AMARAL, Alexandre [et al]. **Do lado de cá: fragmentos de historia do Amapá**. – Belém: Ed. Açaí. 2011.

ARANTES, Antônio. **Patrimônio Imaterial e Referências Culturais**. - Revista TB. Rio de Janeiro, out- dez. 2001.

ARAUJO, Renata Malcher de. **As cidades da Amazônia no século XVIII: Belém, Macapá e Mazagão**. 2. ed. Porto: FAUP/ Publicações-cidade do Porto,1998.

BARREIRO, Josiane Loyola. **Vício de iniciativa no processo legislativo Municipal**. p.1, Disponível em: http://www.direitopublico.com.br/revistas/15200602/josiane_loyola_-_vicio_de_iniciativa_no_processo_legislativo_municipal.pdf. Acesso em: 21 de set. de 2014.

BASTOS, Cecília Maria Chaves Brito. **Conflitos ambientais urbanos em áreas de ressaca: um estudo da comunidade Negra da Lagoa do Índios em Macapá/AP**. Universidade de Brasília- UNB, - dissertação de mestrado, Brasília, 2006.

BRASIL. Constituição da República Federativa do Brasil 1988. Brasília: Senado Federal,Subsecretaria de Edições Técnicas, 2004.

BECKER, Berta K. **Amazônia: geopolítica na virada do III Milênio**. Rio de Janeiro; Garamond, 2004.

BOURDIEU, Pierre. Efeitos de Lugar. In: **A miséria do mundo. Petrópolis; Vozes, 1997**.

CALABRE, Lia. **Políticas Culturais no Brasil: Balanço e perspectivas**. Trabalho apresentado. In: III ENECULT – Encontro de Estudos Multidisciplinares em Cultura, realizado entre os dias 23 a 25 de maio de 2007, na Faculdade de Comunicação/UFBA, Salvador-Bahia-Brasil.

CAMILO, Janaina Valéria Pinto. **Homens e Pedras no desenho das Fronteiras: a construção da Fortaleza de São José de Macapá (1764-1782)**. Campinas, SP: [s.n], 2003.

CASTRIOTA, Leonardo Barci. **Patrimônio Cultural: conceitos, políticas, instrumentos.** – São Paulo: Annablume; Belo Horizonte: IEDS, 2009.

CHOAY, Françoise. Monumento e Monumento Histórico. In: **A alegoria do Patrimônio.** São Paulo: Estação Liberdade, 2006.

CHUVA, Márcia. Fundando a nação: **A representação de um Brasil barroco, moderno e civilizado.** Topoi . Rio de Janeiro; v. 4, n.7, jul.-dez. 2003. < Disponível em: <http://www.revistatopoi.org/numeros_antteriores/Topoi%2007/topoi7a4.pdf> Acesso em: 03 out.2012.

CHUVA, Márcia; PESSÔA, José. Informação nº 106/86, apresentada pelos autores em 21/0786, à Diretoria de Tombamento e Conservação (DTC/SPHAN/Pró – memória). Apensa ao processo de tombamento nº 1.163 T- 85. (N. do E). Cf. IPHAN. In: Caderno de Documentos nº2: **Estudos de Tombamento** - Centro Histórico São Francisco do Sul. IPHAN/MINC; Rio de Janeiro, 2005.

COLE, H.J. & ASSOCIADOS. **Planejamento urbano, turístico e arquitetura.** Rio de Janeiro: Cole, 1979.

FONSECA, Maria Cecília Londres. **O Patrimônio em Processo: Trajetória da Política Federal de Preservação no Brasil.** –UFMG- Biblioteca Universitária; 2 ed, 2005.

_____ Referências Culturais: Base para Novas Políticas de Patrimônio. In: **O Registro do Patrimônio Imaterial:** dossiê final das atividades da Comissão e do Grupo de Trabalho do Patrimônio Imaterial. Brasília: IPHAN, 2012 (Edições do Patrimônio).

FLORES, Joaquim. **Centros Históricos e Planos Municipais de Ordenamento do Território.** In: VIII Encontro Nacional dos Municípios com Centro Histórico,p.6, -Porto, 2003. Disponível em: <https://www.academia.edu/799997/Planos_de_Salvaguarda_e_Reabilitacao_de_Centros_Historicos_em_Portugal>. Acesso em: 17 de agosto de 2014.

FUNDAÇÃO JOÃO PINHEIRO. **Plano Desenvolvimento Urbano de Macapá.** 2 v. Território Federal do Amapá, 1973.

GODOY. Paulo Roberto. A Cidade no Brasil – Período Colonial. In: Revista online, **Caminhos de Geografia** – Programa de Pós Graduação em Geografia. Uberlândia. 2011. v. 12. São Paulo: n. 38. p. 8 – 15. Disponível em: <http://www.ig.ufu.br/revista/caminhos.html>.

GOMES, Flávio S. Fronteiras e Mocambos: o protesto negro na Guiana brasileira. In. GOMES, Flávio S.(org.). **Nas Terras do Cabo Norte: Fronteiras, Colonização e Escravidão na Guiana Brasileira, Séculos XVIII – XIX**. Editora Universitária/ UFPA, 1999.

GRUNBILF DO BRASIL. **Relatório**: Plano Urbanístico da Cidade de Macapá. São Paulo, 1960 (Território Federal do Amapá).

HALBWACHS, Maurice. Memória Individual e Memória Coletiva. In: **A memória coletiva**. São Paulo: Centauro, 2006.

_____ **Memória Individual e Memória Coletiva**, São Paulo: Vertice, 1990.

HOLZER, Werther. **Um Estudo Fenomenológico da Paisagem e do Lugar: A Crônica dos viajantes no Brasil do Século XVI**. FFCLH/USP: São Paulo, 1998, p. 77 In: RELPH, Edward. (1946): Place and Placelessness. London: Pion.

IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. Diretoria de Geociências. Projeto Levantamento e Classificação do Uso da Terra/relatório técnico: **uso da terra no estado do Amapá**. Rio de Janeiro, IBGE: 2004.

INBI-SU. Inventário de Conhecimento dos Bens Imóveis da Cidade de Macapá/AP- **Dossiê Macapá- AP**, IPHAN, Macapá: 2009.

IPHAN - **Carta de Veneza**, In: II Congresso Internacional de arquitetos e técnicos dos monumentos históricos, ICOMOS – Conselho Internacional de Monumentos e sítios Escritório. 1934.

_____ Portaria nº 422, de Novembro de 2011. **Dispõe sobre a delimitação para a área de entorno da Fortaleza de São José de Macapá**, situada no Município de Macapá, Estado do Amapá, bem objeto de tombamento federal pelo instituto do Patrimônio Histórico e Artístico nacional. – IPHAN. Brasília, 2011.

_____ **Manual de Procedimentos para Fiscalização e Intervenções no Patrimônio Edificado**, 2º edição revisado e ampliada: Brasília, 2010.

_____ Manual SICG- **Sistema Integrado de Conhecimento e Gestão**: Brasília, 2009.

_____ **Inventário Nacional de Bens e Imóveis da Cidade de Macapá- 2009.**

_____ **Era uma vez o morro dos castelo**/José Antônio Nonato, Nubia Melhem Santos. – Rio de Janeiro: IPHAN, 2000.

_____ **Carta de Atenas.** In: Congresso Internacional de Arquitetura Moderna. Assembleia do CIAM, 1933.

_____. **Sistema Nacional de Patrimônio Cultural.** Disponível em: <portal.iphan.gov.br/montarPaginaSecao.do?id=14330&retorno=paginaIphan> acesso em: 15 de agosto de 2014.

_____. Superintendência do Iphan no Amapá. **Questionário de Consulta para subsidiar análise para conformação da lista indicativa brasileira ao patrimônio Mundial.** Macapá, 2008.

_____. Recomendação de Naioróbi. In: 19º Sessão UNESCO – Organização das Nações Unidas, a Ciência e a Cultura. **Recomendação relativa à salvaguarda dos conjuntos históricos e a sua função na vida contemporânea,** 1976.

_____. **A paris de Haussmann o artista da destruição.** Disponível em: <http://noticias.terra.com.br>, em 12 de maio de 2014.

_____. Caderno de Documentos nº 2: **Estudos de Tombamento** - Centro Histórico São Francisco do Sul. IPHAN/MINC; Rio de Janeiro, 2005.

LEGEN, Johan Van. **O manual do arquiteto descalço.** Porto Alegre: livraria do arquiteto, 1º. Ed, 2008.

LE GOFF, Jaques. Memória; Documento/Monumento. In: **História e Memória.** Campinas: Editora da Unicamp, 2003.

LIMA, A, Faro. Coerência e ambiguidade: o Centro Histórico de Belém e o Cotidiano da cidade. In: Patrimônio: **Práticas e Reflexões** - Programa de Especialização em Patrimônio Artigos (2005 e 2006), Copedoc/ IPHAN, 2009.

MARICATO, Ermínia. **Metrópole na Periferia do capitalismo**, São Paulo, Hucitec, 1996.

MINISTÉRIO DA CULTURA - Sistema Nacional de Cultura – SNC, **Guias de orientações para os municípios**, MinC- SAI, 2011.

_____. **Acordo de Cooperação Federativa**. – Brasília, DF.

MINC/IPHAN. **Relatório de Gestão 2010**. Brasília-DF, março de 2010, p. 19. Disponível em: <http://portal.iphan.gov.br/portal/baixaFcdAnexo.do?id=1743>>. Acesso em: 4 de jun. de 2014.

MINC. **Entidades vinculadas**. Disponível em: <http://www.cultura.gov.br/entidades-vinculadas>, acesso: 15 de agosto de 2014.

_____. **Entidades vinculadas**. Disponível em: <http://www.cultura.gov.br/entidades-vinculadas>, acesso: 02 de março de 2010.

MEDRADO, Daniel Lopes. **Direitos transindividuais no processo coletivo**. Disponível em <<http://www.lfg.com.br>>. Acesso em: 27 de setembro de 2008.

MOTTA, Lia. A apropriação do patrimônio: do estético-estilístico nacional ao consumo visual global. In: ARANTES, Antônio Augusto. **O espaço da diferença**, Campinas: Papiрус, 2000.

MOTTA, Lia. **Patrimônio urbano e memória social, práticas discursivas e seletivas de preservação cultural 1975 a 1990**. - Dissertação de Mestrado em Memória Social e Documento. Rio de Janeiro: UNIRIO, 2000.

_____. **O Patrimônio das Cidades**, In: Artigo baseado na comunicação proferida na mesa redonda Cidades monumentos- 5º parte, realizada no dia 15 de outubro de 2003.

MOTTA, Lia; THOMPSON, Analucia. **Entorno e Bens Tombados**. – Rio de Janeiro: IPHAN/DAF/Copedoc, 2010.

MOTTA, SILVA. Lia, Maria B. Rezende (Org.). **Inventários de Identificação: Um programa da Experiência Brasileira**. – Rio de Janeiro: IPHAN, 1998.

MOTTA, Lia. **O patrimônio cultural urbano à luz do diálogo entre história e arquitetura.** In: Revista do Patrimônio: História e Patrimônio- IPHAN, nº34- Brasília.

MORAIS, Paulo Dias. **História do Amapá: O passado é o espelho do presente.** – Macapá; JM Editora Gráfica, 2013.

NOGUEIRA, Antônio Gilberto Ramos. **Por um inventário dos Sentidos: Mário de Andrade e a concepção de Patrimônio e inventário.** – São Paulo: Hucitec: Fapesp, 2005.

NORA, Pierre. **Entre história e memória: a problemática dos lugares.** Revista Projeto História. São Paulo, v. 10, 1993. Revista do Programa de Estudos Pós-Graduados em História e do Departamento de História da PUC-SP (Pontifícia Universidade Católica de São Paulo).

NUNES, Janary. **Relatório das atividades do Governo do Território Federal do Amapá - 1944.** Rio de Janeiro, 1946.

OLIVEIRA, Lúcia Lippi. **A conquista do espaço: sertão e fronteira no pensamento brasileiro,** História, Ciências, Saúde - Manguinhos. Vol. 5 sul. O Rio de Janeiro, julho, 1998.

OLIVEIRA, David B. **O fim das grandes narrativas modernas e sua influencia sobre a concepção de patrimônio cultural.** 2013, p. 85-93 – Resumo: Disponível em: < www.politicasculturaisemrevista.ufpa.br>. Acesso em: 04 de Jul. de 2014).

PARADA, Eugenio I. “Política y Políticas Públicas”. In: SARAVIA, Henrique & FERRAREZI, Elisabete (org.). **Políticas públicas. Coletânea.** Brasília: Escola Nacional de Administração Pública, 2006.

PICANÇO, Estácio Vidal. **Informações sobre a história do Amapá (1500-1900).** Macapá: Imprensa Oficial, 1981.

PORTO, J. L.R; SILVA, G.V. Novos usos e (re) construções da condição fronteiriça amapaense. Belém: Novos cadernos NAEA/UFPA. Disponível em: < <http://www.periodicos.ufpa.br/index.php/ncn/article/viewFile/325/511>>. Acesso em: 04 de Jan. 2014.

PORTO, Jadson L. Rebelo. **Amapá: principais transformações econômicas e institucionais – 1943-2000.** Macapá: SETEC, 2003

PORTO, J. L. R & COSTA, M. A **Área de livre comércio de Macapá e Santana: Questões Geoeconômicas.** - Macapá: O Dia, 1999.

_____. **Os Territórios Federais e a sua Evolução no Brasil.** In: REVISTA DE EDUCAÇÃO, CULTURA E MEIO AMBIENTE- Março.-nº 15, Vol III, 1999.

PREFEITURA MUNICIPAL DE MACAPÁ. Decreto nº 3.785/2011- PMM. **Regulamenta o processo de aplicação das penalidades previstas na Lei nº 1.831- 2010/PMM,** de 18 de novembro de 2010, e da outras providencias. Diário oficial Municipal, Macapá, AP, 2010.

_____. Decreto nº 3.878/ 2013. **Regulamenta a Lei nº 1.831, de 18 de novembro de 2010 que autoriza a criação do Conselho Municipal do Patrimônio Cultural e Fundo de Proteção do Patrimônio Cultural de Macapá – FUNPAC.** Diário oficial Municipal, Macapá, AP, 2013.

_____.Decreto nº 4. 907/2013. **Decreta a criação do Conselho Municipal do Patrimônio Histórico, Artístico e Cultural de Macapá.** Diário oficial Municipal, Macapá, AP, 2013.

_____. Decreto nº 1831/2010. **Dispõe sobre o estatuto da proteção do patrimônio histórico, artístico e cultural do Município de Macapá.** Diário oficial Municipal, Macapá, AP, 2010.

_____. Lei. nº 1.927/ 2011. Da nova redação à Lei nº 477/92. **Que dispõe sobre a criação do Conselho Municipal de Cultura.** Diário oficial Municipal, Macapá, AP, 2011.

PRESIDENCIA DA REPUBLICA. Decreto- Lei nº25, De 30 de Novembro de 1937. **Organiza proteção do patrimônio histórico e artístico nacional.** Planalto, Rio de Janeiro, 1937.

RABELLO, Sonia. **O Estado na Preservação de Bens Culturais: o Tombamento.** Rio de Janeiro: IPHAN, 2009.

RAVENA, Nírvia. **As Grandes obras na Amazônia colonial: a Fortificação de São José de Macapá,** 1998. Monografia (Trabalho de Conclusão de Curso). Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal do Pará, Belém.

RIBEIRO, Rafael Winter. **Paisagem Cultural e Patrimônio.** 1.ed: editora do IPHAN: Rio de Janeiro, 2007.

REIS, Arthur César Ferreira. **Limites e Demarcações na Amazônia Brasileira**. 2ª ed., 2v., Belém; SECULT, 1993.

_____. Arthur Cezar Ferreira. **O território federal do Amapá, perfil histórico**. Rio de Janeiro. Imprensa Oficial, 1948.

SARAVIA, Enrique. “Introdução à teoria da política pública”. In: SARAVIA, Henrique & FERRAREZI, Elisabete (org.). **Políticas públicas. Coletânea**. Brasília: Escola Nacional de Administração Pública, 2006.

SANTOS, Helena Mendes dos; CHUVA, Márcia Regina Romeiro. IPHAN-Caderno de documentos nº 2, **Estudos de tombamento** - Ministério da Cultura. Departamento de Promoção. Rio de Janeiro: IPHAN, 1995.

SANT’ANNA, Márcia. **Da Cidade-Monumento à Cidade-Documento: A Trajetória da Norma de Preservação de Áreas Urbanas no Brasil (1937-1990)**. Dissertação de Mestrado. Salvador: UFBA, dezembro de 1995.

_____. **A cidade-atração: patrimônio e valorização de áreas centrais no Brasil dos anos 90**. In: SANTOS, Afonso Carlos Marques; KESSEL, Carlos; GUIMARAENS, Ceça. (Org.). Livro do Seminário Internacional Museus e Cidades. Rio de Janeiro: Museu Histórico Nacional, 2004, v. 1.

SANTOS, Milton. **A Natureza do espaço**, São Paulo, 4ed, EDUSP, 2006.

SANTOS, Renata, **Notas de aula** (Políticas Públicas de Preservação do Patrimônio Cultural) do Mestrado Profissional em Preservação do Patrimônio. PEP.

SANTOS, Paulo Ferreira dos. **Formação de Cidades no Brasil Colonial**. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 2001.

SARNEY, José; COSTA, Pedro. **Amapá: A terra Onde o Brasil Começa**. Brasília – DF: Coleção Brasil 500 anos. Senado Federal, 1999.

SAUER, Carl Ortwin. (1943): The morphology of landscape, In: LEIGHGLY, J. (org). **Land and Life** – A Selection from the Writings of Carl Ortwin Sauer. Berkeley: University of California Press.

SILVA, José Manuel Azevedo. **O modelo Pombalino de Colonização na Amazônia**, - Univ. Coimbra – C.H.S.C, 2002. Apud: Joaquim Nabuco, *O Direito do Brasil*, São Paulo – Rio de Janeiro, 1941.

SIMÃO, Maria Cristina Rocha. **Preservação do Patrimônio cultural em cidades**. 1º ed. 1. Reimp, - Belo Horizonte: Autêntica, 2006.

SILVA. Maura Leal. **A (onto) gênese da nação nas margens do território nacional: O projeto janarista territorial para o Amapá (1944 – 1956)**. – São Paulo; PUC, 2007. - p.84 Cf. *CORREIO DA NOITE*, 29 de dez. 1943. IN: *FOLHA DO NORTE*, 30 dez. 1943.

SOUZA, Marise Campos [arquiteta do IPHAN]. Uma visão da Abrangência da Gestão Patrimonial. In: MORI, Victor Hugo. Et al. (org.) **Patrimônio: atualizando o debate**. 1. Ed. São Paulo: IPHAN, 2006.

SIMÃO, Maria Cristina Rocha. **Preservação do patrimônio cultural em cidades**. 1. ed. 1. Reimp. - Belo Horizonte: Autêntica, 2006.

SEVERINO, Antônio Joaquim. **Metodologia do Trabalho do Científico**. 23.ed.rev. e atual. São Paulo: Cortez, 2007.

TAVARES, Maria Goretti da C. T. **A Amazônia brasileira: formação histórico-territorial e perspectivas para o século XXI**. GEOSP – Espaço e Tempo, São Paulo, nº 29 – Especial, pp. 107 – 121, 2011. Artigo: Disponível em: www.revistas.usp.br/geosp/article/view/74209/77852>. Acesso em: 01 de dez. de 2014.

TEIXEIRA, Elenaldo Celso. **O Papel das Políticas Públicas no Desenvolvimento Local e na Transformação da Realidade**. AATR-BA, 2002. Disponível em: www.dhnet.org.br/dados/cursos/aatr2/a_pdf/03_aatr_pp_papel.pdf, acesso em: 17 de agosto de 2014).

1. APÊNDICE

APENDICE - A

Ficha M101 – Contextualização Geral

1. IDENTIFICAÇÃO	
1.1. Recorte Territorial (Identificação da região estudada)	
Município de Macapá (capital)	
1.2. Recorte Temático (Identificação do tema do estudo)	
Estado de entorno da Fortaleza de São José de Macapá, portaria nº 422/11	
1.3. Identificação do Universo/ Objeto de Análise	
Área de entorno e de proteção da Fortaleza de São José de Macapá	
2. LOCALIZAÇÃO DO UNIVERSO/ OBJETO DE ANÁLISE	
2.1. UF(s)	2.2. Município (s)
AP	Macapá
2.3. Localidade (s)	Macapá
2.4. Mesorregião(ões) – Dados IBGE	2.5. Microrregião(ões) – Dados IBGE
Sudeste do Amapá	Macapá 16003
2.6. Mapa de Localização	
2.6.1. No Brasil	2.6.2. Em relação ao contexto/ limites
	
2.6.3. Na região/ estado	
	
2.7. Municípios limítrofes (nominais)	
Ao norte os municípios de Cutias, sul Santana e a oeste Pedra Branca do Amapari juntamente com o município de Serra do Navio.	
3. INFORMAÇÕES SOBRE CONTEXTO HISTÓRICO DO UNIVERSO/ OBJETO DE ANÁLISE	
<p>A Atribuição de valor do bem está relacionada à monumentalidade da representação cultural da Fortaleza de São José de Macapá. Uma vez que remete a cidade a um símbolo, o <i>marco</i>¹, tornando-se a primeira referência exponencial de formação da cidade de Macapá. Atualmente o monumento vislumbra o contraste entre a cidade (crescimento urbano) e a paisagem; o rio Amazonas.</p> <p>1.2 Breve histórico da Fortaleza de São José de Macapá:</p> <p>Fundamentada como principal instrumento de defesa da história da criação do ex-território Federal e atualmente do estado do Amapá é usado como ícone de preservação cultural, reconhecida pela UNESCO como “<i>Obras-primas do Patrimônio Oral e Imaterial da Humanidade</i>”, a Fortaleza de São José de Macapá, esta situada a margem esquerda do Amazonas, simbolizando uma das mais imponentes construções de arquitetura militar tanto do Brasil quanto da</p>	



SICC . Sistema Integrado de Conhecimento e Gestão
 Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional - Ministério da Cultura

Ficha M101 – Contextualização Geral

1. IDENTIFICAÇÃO	
1.1. Recorte Territorial (Identificação da região estudada)	Município de Macapá(capital)
1.2. Recorte Temático (Identificação do tema do estudo)	Estudo de entorno da Fortaleza de São José de Macapá, portaria nº 422/11
1.3. Identificação do Universo/ Objeto de Análise	Área de entorno e de proteção da Fortaleza de São José de Macapá
<p>América Latina. A construção da Fortaleza consolidou-se em meados da década de 40, mais iniciada somente em 29/06/1764, sendo que provavelmente tenha ocorrido sua inauguração ainda inacabada em 19 de março de 1782. Projetada pelo engº militar Frances Sebastien Le Preste, Marques de Vauban, solicitado por Henrique Antonio Galúcio, juntamente com a comissão Demarcadora de Limites. Mas em contrapartida teve sua primeira proposta de projeto em 1740 pelo então Português Manuel Luis Alves, discípulo da conhecida academia Militar de Lisboa.</p> <p>Apesar de tombada pela união a Fortaleza foi inscrita no Livro do Tombo Histórico em 1950. Na época o governo Federal percebeu a relevância do monumento, dando início ao processo de tombamento através da SPHAN, atualmente IPHAN (Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional). Dessa forma a obra FSJM tem a intenção tanto de acompanhar o empreendimento evidenciando o passado, quanto resgatar o objetivo econômico, a geração de emprego e renda, incentivando o turismo da região e o resgate do valor de memória aos moradores da cidade de Macapá. É conhecida pelos arquitetos de 'memória edificada'.</p>	
4. INFORMAÇÕES SOBRE CONTEXTO GEOGRÁFICO DO UNIVERSO/ OBJETO DE ANÁLISE	
4.1. Características ambientais (relevo, hidrografia, zonas climáticas, cobertura vegetal, altitudes, etc...)	<p>Situado no extremo Norte do País, o Estado do Amapá faz fronteira com o estado do Pará, Suriname e Guiana Francesa. No que tange às características geográficas, sua costa tem extensão de aproximadamente 650 km, sendo ainda subdividido em 2 setores. O primeiro é o costeiro atlântico ou oceânico compreendido pelos Municípios de Calçoene, Amapá, Oiapoque, Pracuúba e Tartarugalzinho. O segundo é o amazônico ou estuarino abrangendo os municípios de Cutias, Itauba, Macapá, Santana e Mazagão, (PORTO 2005, p.23).</p> <p>A capital esta inserida na macrorregião estadual e na microrregião de Macapá. Em relação aos domínios morfoclimáticos, o município de Macapá apresenta clima tipicamente amazônico, localizada em uma região tropical é cortado pela linha do equador, característico do clima quente-úmido, com chuvas torrenciais no decorrer de todo o ano, e com períodos de estiagem de Setembro a dezembro. Por estar em uma região costeira, fazendo limites ao sul com o rio Amazonas e ao norte do estado com o oceano atlântico, provido de fauna e flora diversificada, estando Macapá situado em uma região formada geologicamente por <i>latossolos amarelos</i>, oriundos de formações rochosas e solo de massapé, tornando-se um solo extremamente compactado nas áreas de terra firme denominados terciários <i>destrítico-argilosos</i>, no entanto nas antigas áreas de várzea alguns campos já aterrados, predomina um solo argiloso e sedimentado. Já ao norte do estado existe as Unidades de Conservação, onde este é setorizado com uma região denominada como faixa de fronteira, (Divisão geopolítica, que estrutura a organização do espaço amapaense em relação aos limites fronteiriços do Estado Amapá, PORTO, 2003), também denominados UPP's(Unidades de Preservação Permanente), APA's(Área de Preservação Ambiental), como o Parque Nacional Montanhas do Tumucumaque, um dos mais preservados do mundo, Platô das Guianas e ainda possui uma ampla biodiversidade e um vasto potencial hídrico. Que tem colocado em evidencia rios, como o Amazonas, mas também afluentes dos rios Araguari, Matapi, Bacia Hidrográfica do Rio Jari e ao sul com o Rio Cajari, sendo que na capital a hidrografia e bem abrangente. Dessa forma encontram-se ainda o Igarapé da Fortaleza, que separa o município de Macapá do município de Santana e a APA do Curisú.</p>

2



SICG . Sistema Integrado de Conhecimento e Gestão
Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional - Ministério da Cultura

Ficha M101 – Contextualização Geral

1. IDENTIFICAÇÃO

1.1. Recorte Territorial (Identificação da região estudada)

Município de Macapá (capital)

1.2. Recorte Temático (Identificação do tema do estudo)

Estudo de entorno da Fortaleza de São José de Macapá, portaria nº 422/11

1.3. Identificação do Universal Objeto de Análise

Área de entorno e de proteção da Fortaleza de São José de Macapá



Figura 01 – Vista da Beira Rio próximo a Fortaleza.



Figura 02 - Publicidade Agressiva em Empresas de Edifícios (Vista da ala Norte da PSJM)



Figura 03 - Excesso de informação visual (publicidade) e incremento altimétrico excessivo. (Vista da ala Oeste da PSJM).



Figura 04: vista da PSJM ao entorno da praça.



Figura 05: vista para rua Antonio Coelho de Carvalho do entorno).



Figura 06: vista aérea PSJM.

6. MAPEAMENTOS E CARTOGRAFIA DISPONÍVEIS (inserir miniaturas e/ou listar referências)



Figura 04: Mapa de lotes do entorno da Fortaleza de São José de Macapá



Figura 05: mapa de microparcelamento do entorno da Fortaleza de São José de Macapá

7. FONTES DE INFORMAÇÃO/REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS (listar)



Ficha M101 – Contextualização Geral

1. IDENTIFICAÇÃO		
1.1. Recorte Territorial (Identificação da região estudada)		
Município de Macapá(capital)		
1.2. Recorte Temático (Identificação do tema do estudo)		
Estudo de entorno da Fortaleza de São José de Macapá, portaria nº 422/11		
1.3. Identificação do Universal Objeto de Análise		
Área de entorno e de proteção da Fortaleza de São José de Macapá		
ARAUJO, Renata Malcher de. As cidades da Amazônia no século XVIII: Belém, Macapá e Mazagão. 2. ed. Porto: FAUP/ Publicações-cidade do Porto, 1998. IBGE. - Diretoria de Geociências. Projeto Levantamento e Classificação do Uso da Terra/relatório técnico: uso da terra no estado do Amapá. Rio de Janeiro, IBGE: 2004. AMAPÁ, características morfoclimáticas do município de Macapá. Disponível em: < http://pt.wikipedia.org/wiki/Macap%C3%A1 > Acesso em: 03 de Jan. 2013. PORTO, J. L.R; SILVA, G.V. Novos usos e (re) construções da condição fronteiriça amapaense. Belém: Novos cadernos NAEA/UFGA. Disponível em: < http://www.periodicos.ufpa.br/index.php/incon/article/viewFile/325/511 >. Acesso em: 04 de Jan. 2014.		
8. PALAVRAS-CHAVE		
RESTRUTURAÇÃO PATRIMONIAL DO ENTORNO DO MONUMENTO FORTALEZA DE SÃO JOSÉ DE MACAPÁ		
9. PREENCHIMENTO		
9.1. Entidade	IPHAN	9.2. Data
9.3. Responsável	Bolsista PEP: Arqª Jacqueline Ferreira de Lima Brito	04/01/2012

4



SICG . Sistema Integrado de Conhecimento e Gestão
Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional - Ministério da Cultura

Ficha M102 – Contexto Imediato

MÓDULO CONHECIMENTO

1. IDENTIFICAÇÃO		
1.1. Recorte Territorial (Identificação da região estudada)		
Município de Macapá		
1.2. Recorte Temático (Identificação do tema do estudo)		
Área de entorno Fortaleza de São José de Macapá		
1.3. Identificação do Universo/ Objeto de Análise		
Recorte decorrente a poligonal de entorno		
2. LOCALIZAÇÃO DO UNIVERSO/ OBJETO DE ANÁLISE		
2.1. UF(s)	2.2. Município (s)	2.3. Localidade (s)
AP	MACAPÁ	MACAPÁ
2.4. Mesoregião(ões) – Dados IBGE		2.5. Microrregião(ões) – Dados IBGE
Sudeste do Amapá		Macapá 16003
2.6. Mapa de Localização		
3. SINTESE HISTORICA		
<p>O litígio entre Portugal e França, por questões de fronteiras, vinha de longa data e se prolongou por muito tempo, até o laudo arbitral de Berna.</p> <p>No início do século XVIII, Francisco Xavier de Mendonça Furtado foi enviado pelo governo português para a direção do Extremo Norte com o fim de solucionar o problema de fortificação do Cabo Norte, então denominado Costa do Macapá, pois a coroa portuguesa vivia temerosa de ataque dos corsários franceses.</p> <p>Mendonça Furtado tinha, no entanto, outra preocupação: o povoamento do território. Nisto encontrava sérias dificuldades, mas nada abatia seu ânimo inicial. Voltando ao Rio Negro para os trabalhos de demarcação e estabelecimento da Capitania de São José do Rio Negro, Mendonça Furtado dirigiu-se a Macapá, instalando aí em 4 de fevereiro de 1758 a Vila de São José de Macapá; três léguas além, surgia a aldeia de Santana.</p> <p>Para defender a região contra novas ameaças dos franceses, coube a Fernando da Costa Ataíde Teive, em 29 de janeiro de 1764, o lançamento da pedra fundamental da fortaleza de São José do Macapá, o que constitui nos dias atuais um dos mais belos monumentos históricos do País. A 19 de março de 1782, dia de São José, o orago da praça, promoveu-se a inauguração oficial, cabendo à guarnição do baluarte dedicado àquele Santo as horas de dar a primeira salva. Era governador João Pereira Caldas.</p> <p>Erguida a imponente fortaleza, a vila começou a desenvolver-se, sempre gozando das vantagens inerentes à sua qualidade de centro militar, até os dias que precederam à proclamação da Independência do Brasil.</p> <p>Macapá cresceu à sombra desta fortaleza, testemunho do esforço luso-brasileiro na conquista, colonização e manutenção da Amazônia e representa a mais vigorosa afirmação do domínio português no Território do Amapá. Teve papel relevante no laudo arbitral de Berna, em 1º de dezembro de 1900.</p> <p>Em 1943 é criado o Território Federal do Amapá, tendo como capital o Município de Macapá, condição conservada quando da elevação do território à categoria de Estado, em 1988. (FONTE: transcrito e adaptado do site: <www.ibge.gov.br/cidadesat/painel/painel.php?codmun=16003> em: 05/01/2012.</p>		
4. ASPECTOS GEOGRÁFICOS (Estatísticos e Socio-econômicos)		
Estrutura Demográfica e Social do Município de Macapá		
<p>Macapá experimentou um aumento populacional médio de 4,65% a.a., no período entre 1991 e 2000 (tabela 2). Todavia, Macapá apresenta algumas características demográficas desfavoráveis que podem ser obstáculos ao seu crescimento e desenvolvimento futuro. Uma dessas características relaciona-se ao elevado percentual de dependência de sua população, em torno dos 28%, sendo que, aproximadamente, 25% é a população abaixo de 10 anos e 3% a população acima dos 65 anos, conforme dados da tabela 3. A mortalidade infantil continua sendo também uma variável desfavorável para a microrregião de Macapá e para o município de Macapá, atingindo, em 1998, respectivamente, o índice de 25,95 e 25,16 mortes antes de se completar um ano de vida, para cada mil nascidos vivos. De forma geral, as características econômicas, sociais e demográficas findaram por determinar um baixo Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) para o município, tendo Macapá alcançado um IDH de 0,750 (tabela 1), em 1991, próximo do índice médio do Brasil, de 0,742%, e superior ao próprio Estado, 0,687. (FONTE: transcrito e adaptado: Projeto de contribuição ao desenvolvimento dos principais arranjos produtivos locais potenciais dos estados da Amazônia estado do Amapá, Banco da Amazônia- IPEA/ANPEC, 2002).</p>		
5. CARACTERIZAÇÃO MORFOLÓGICA E TIPOLOGICA DO SÍTIO/ OBJETO DE ANÁLISE (Descrição)		

1



SICG . Sistema Integrado de Conhecimento e Gestão
Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional - Ministério da Cultura

Ficha M102 – Contexto Imediato

MÓDULO CONHECIMENTO

1. IDENTIFICAÇÃO	
1.1. Recorte Territorial (Identificação da região estudada)	Município de Macapá
1.2. Recorte Temático (Identificação do tema do estudo)	Área de entorno Fortaleza de São José de Macapá
1.3. Identificação do Universo/ Objeto de Análise	Recorte decorrente a poligonal de entorno
5.1. Morfologia da paisagem, características de implantação do bem.	
<p>Projetada sobre o cenário natural da Amazônia, a imensa construção de pedras constituiu, no sentido que Jacques Le Goff dá à palavra, um <i>monumento</i> fundamental para compreender a história dessa porção da América Setentrional, submetida à política mercantil do marquês de Pombal. Entretanto estudar a Fortaleza de São José de Macapá não significa percebê-la apenas como uma estrutura militar destinada à proteção da “porta” do grande rio, que trazia informações pouco satisfatórias, mas é considerá-la, sobretudo como instrumento integrante de planos políticos de Pombal, que tentava viabilizar o projeto português de proteção das minas descobertas em Vila Bela. Para tanto, era necessário garantir o poder de Portugal sobre as possessões que, outrora, pelo Tratado de Tordesilhas, que sempre provocou questionamentos acerca de sua verdadeira delimitação, pertenceram à Espanha, mas que, pelo de Madri, foi destinado a Portugal. (...) A Fortaleza de São José de Macapá, esta inserida neste contexto, integrando de maneira destacada a política de segurança implantada durante o governo do capitão general Mendonça Furtado. Além dela, foram construídas várias fortificações no litoral amazônico, com o objetivo de proteger aquela região das investidas indesejadas dos países concorrentes de Portugal, impedindo ou controlando o acesso destes para o interior do Brasil. Foi construída a margem esquerda do rio Amazonas, tendo suas obras se estendido entre 1764 e 1782.</p> <p>Foi desenhado por Henrique Antônio Gallucio, durante o governo do capitão general Fernando da Costa Ataíde Teive, sob as ordens recebidas do Marquês de Pombal. Na sua construção, teriam sido gastos 3 milhões de cruzados (...). A Fortaleza de São José foi erigida a margem esquerda do rio Amazonas, que fica na porção setentrional da América Portuguesa, valendo ressaltar que sua localização estratégica justifica a política pombalina de segurança territorial naquela região. Porém, segundo Nirvia Ravena, a vila de São José de Macapá, durante o século XVIII, enfrentava problemas com o abastecimento de gêneros alimentícios, fato consequente da imensa exploração dos agentes mercantis que representavam a Companhia do Comércio do Grão-Pará, que exportava boa parte da produção agrícola da vila, dificultando, sobremaneira, a formação de um mercado interno com produção auto-suficiente que atendesse as necessidades locais, ocasionando, segundo a autora, um elevado índice de mortalidade entre os construtores do forte, consequência direta de doenças e pestes que se alastravam pela localidade, por conta da miséria e da pobreza em que viviam. “A mão e o espírito estão correlacionados quando da ação de criar (...) a mão é ação: ela toma, ela cria, por vezes, dir-se-ia que ela pensa” (<i>Henri Fossilon, O elogio da mão</i>),</p> <p>Os engenheiros militares:</p> <p>As mãos como ferramenta de trabalho, podem ser tanto o produto do pensamento quanto a ação dos esforços daquele que ergue e consolida as formas pelo serviço braçal, porque “através delas o homem entra em contato com a solidez do pensamento. Elas o liberam. Impõe-lhe uma forma, um contorno e, dentro da própria escrita, um estilo (...). A ação da mão define o vazio do espaço e o cheio das coisas que ocupam”.</p> <p>Por isso, pensar sobre os trabalhadores da Fortaleza de São José de Macapá é tentar busca-los além das suas muralhas de pedra. É ir além da fria materialidade das formas geométricas que ocupam o espaço, pois como escreveu Bruno Zevi, a arquitetura deve ser interpretada a partir dos pressupostos sociais, que apresentam os edifícios como resultado de um programa construtivo, fundamentado na situação econômica do país e dos indivíduos que promovem as construções, no sistema de vida, nas relações de classe e nos costumes e práticas da vida cotidiana, como também a partir dos pressupostos técnicos que oferecem ao construtor o desenvolvimento das ciências e suas aplicações no artesanato e na indústria. (FONTE: transcrito e adaptado: CAMILO, Janaina Valéria Pinto. <i>Homens e pedras: no desenho das Fronteiras: A construção da Fortaleza de São José de Macapá 1764/1782</i>); UNICAMP, 2003.</p>	



Ficha M102 – Contexto Imediato

MÓDULO CONHECIMENTO

1. IDENTIFICAÇÃO

1.1. Recorte Territorial (Identificação da região estudada)

Município de Macapá

1.2. Recorte Temático (Identificação do tema do estudo)

Área de entorno Fortaleza de São José de Macapá

1.3. Identificação do Universo Objeto de Análise

Recorte decorrente a poligonal de entorno



Figura 01- Recorte de tombamento F.S.M. (Fonte: mapa Google earth Adaptação: Jacqueline Brito)

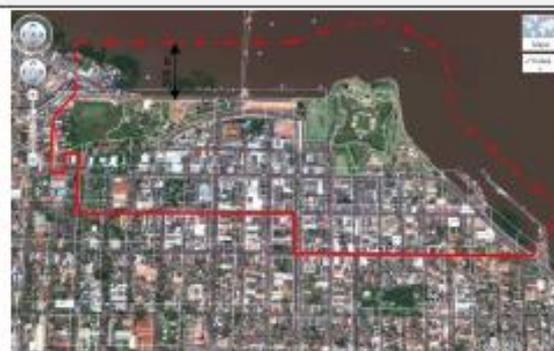


Figura 02- Poligonal de tombamento. (Fonte: mapa Google earth Adaptação: Jacqueline Brito)

6. ICONOGRAFIA HISTÓRICA (inserir miniaturas e/ou listar referências)

6.1. Imagens (repetir tantas linhas quanto forem necessárias, inserir legenda abaixo de imagem)



Ficha M102 – Contexto Imediato

MÓDULO CONHECIMENTO

1. IDENTIFICAÇÃO

1.1. Recorte Territorial (Identificação da região estudada)

Município de Macapá

1.2. Recorte Temático (Identificação do tema de estudo)

Área de entorno Fortaleza de São José de Macapá

1.3. Identificação do Universo/ Objeto de Análise

Recorte decorrente a poligonal de entorno

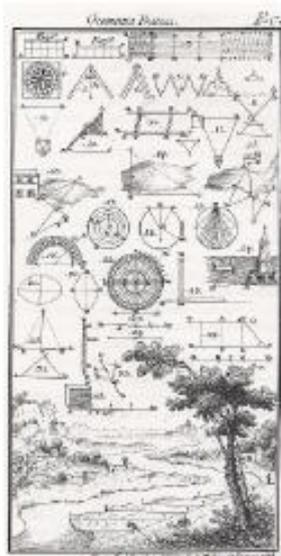


Figura 03- cartografia manuscrita.



Figura 08- Conjuntos residenciais cujas casas construídas pelo Governo territorial, em alvenaria ou madeira, serviam de residência aos diretores de serviços e influentes funcionários do Território.

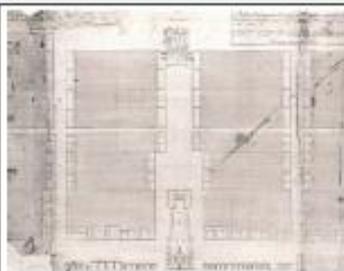


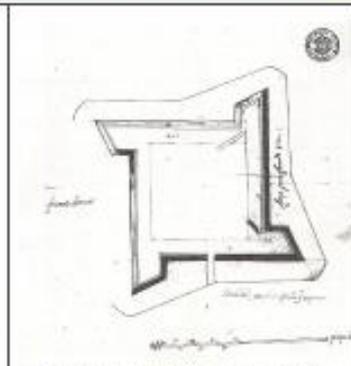
Figura 04- Planta Ichnografica das casas novas erigidas e ajuntadas a Vila de S. José de Macapá. Fonte



Figura 06- Planta e praça da vila de São José de Macapá.



Figura 09- Planta da Vila de S. José do Macapá tirada por ordem do Ill.mo e Ex. mo Sr. Manuel Bernardo de Mello e Castro Gov. or e Capp. an General do Estado do Pará (...) em 1761 pelo Capitão Eng. Gaspar João de Gronfeld.



Pl. da Foz de Paracá de 1759. Arquivo Histórico Ultramarino, Lisboa, 1911.

Figura 05- Planta da Fortaleza de Macapá (1759).

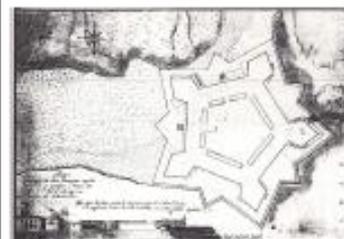


Figura 07- Mapa geográfico de um pentágono regular projetada.

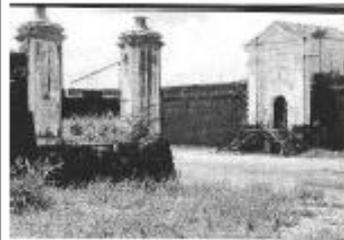


Figura 10- entrada da FSSM.



Ficha M102 – Contexto Imediato

MÓDULO CONHECIMENTO

1. IDENTIFICAÇÃO

1.1. Recorte Territorial (Identificação da região estudada)

Município de Macapá

1.2. Recorte Temático (Identificação do tema do estudo)

Área de entorno Fortaleza de São José de Macapá

1.3. Identificação do Universo/ Objeto de Análise

Recorte decorrente a poligonal de entorno

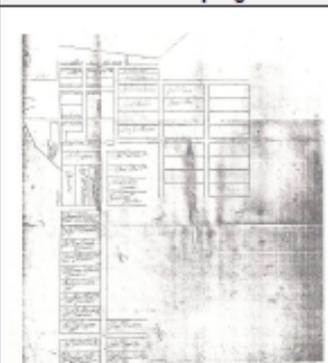


Figure 11: Mapa de povoação antiga de Macapá (1754).

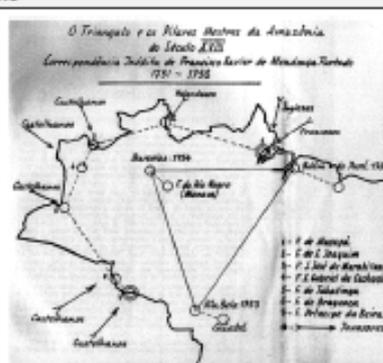


Figure 12: O triângulo e os pilares mestres da Amazônia do século XVIII.

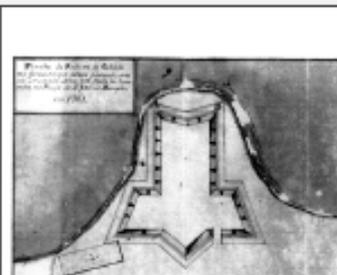


FIGURA 13: Planta do reduto de fechinas na forma em que esteve fabricado, antes de ser amunado sobre sua Ponta de terra alta, na praça de S. José de Macapá em 1761. (Fonte: arquivo público do Pará.)

ARAÚJO, Renata Malcher de. *As cidades da Amazônia no século XVIII: Belém, Macapá e Mazagão*. 2. ed. Porto: FAUP/ Publicações-cidade do Porto, 1998.

CAMILO, Janaina Valéria Pinto. *Homens e Pedras no desenho das Fronteiras: a construção da Fortaleza de São José de Macapá (1764-1782)*. Campinas, SP: [s.n.], 2003. Dissertação (Mestrado em História). Orientador: Paulo Cesar Miceli-Universidade Estadual de Campinas, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas.

MENDONÇA, Marcos Carneiro de. *A Amazônia na era Pombalina*. Rio de Janeiro, Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, 1963, 1º tomo, pág. 6 A.

REIS, Nestor Goulart. *Imagens de vilas e cidades do Brasil colonial*, (figura 09).

NUNES, Janary. *Relatório das atividades do Governo do Território Federal do Amapá - 1944*. Rio de Janeiro, 1946. (Figura 08).

7. INFORMAÇÕES SOBRE USOS E APROPRIAÇÕES DOS ESPAÇOS

O Conjunto Fortaleza de São José de Macapá possui em sua abrangência uma cidade ainda em processo de expansão. Todavia, por iniciativa conjunta entre o IPHAN e o Governo do Estado do Amapá foi concluída através do projeto de Requalificação da Área Externa da Fortaleza, uma área de lazer e paisagismo referente ao projeto da Arquiteta Rosa Kliass, que além de consolidar parte das muralhas arqueológicas, também foi retirado o antigo Circulo Militar que descaracterizava o bem. A incorporação de um projeto paisagístico contemporâneo trouxe luz ao terceiro princípio ao qual a missão atual do IPHAN se propõe: de ser suporte para contribuí-lo para o desenvolvimento socioeconômico do país. (Fonte: transcrito e adaptado Dossiê de bens imóveis de Macapá).

8. SELEÇÃO DE IMAGENS (reproduzir quantas linhas forem necessárias, legendar embaixo de foto)



Ficha M102 – Contexto Imediato

MÓDULO CONHECIMENTO

1. IDENTIFICAÇÃO

1.1. Recorte Territorial (Identificação da região estudada)

Município de Macapá

1.2. Recorte Temático (Identificação do tema do estudo)

Área de entorno Fortaleza de São José de Macapá

1.3. Identificação do Universo/Objeto de Análise

Recorte decorrente a poligonal de entorno



Figura 11- Mapeamento de imóveis do Inventário de Bens Imóveis por número de pavimentos.



Figura 12- Mapeamento de imóveis do Inventário de Bens Imóveis por usos. Fonte: Lei complementar N°077/2011.

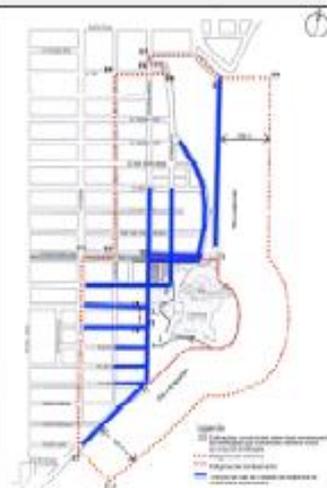


Figura 13- - Delimitação de trechos de rua da área de entorno cujas edificações lineares deverão observar diretrizes diferenciadas das demais ruas abrangidas pelo perímetro de entorno proposto para a Fortaleza de São José de Macapá. Fonte: Adaptado de Memorando nº 171/11 JKEA/Proteção/DEPAM.



Ficha M102 – Contexto Imediato

MÓDULO CONHECIMENTO

1. IDENTIFICAÇÃO

1.1. Recorte Territorial (identificação da região estudada)

Município de Macapá

1.2. Recorte Temático (identificação do tema do estudo)

Área de entorno Fortaleza de São José de Macapá

1.3. Identificação do Universal/Objeto de Análise

Recorte decorrente a poligonal de entorno



Figura 14– Croqui de modificação da visada atual panorâmica proposta pelo Atual Plano Diretor, pelas as propostas das diretrizes da Intensidade de Ocupação definida na Lei complementar Nº077/2011 da Área Urbana de Macapá a partir do Baluarte de Nsa. Da Conceição (Extremo Noroeste) da Fortaleza de São José de Macapá, tendo em vista: 23.03.11. Fonte: Parecer IPHAN nº 031/2011.



Figura 15– Croqui modificação da visada atual tendo em vista a altimetria única de 8m, proposta neste Parecer: 23.03.11. Fonte: Parecer IPHAN nº 031/2011.

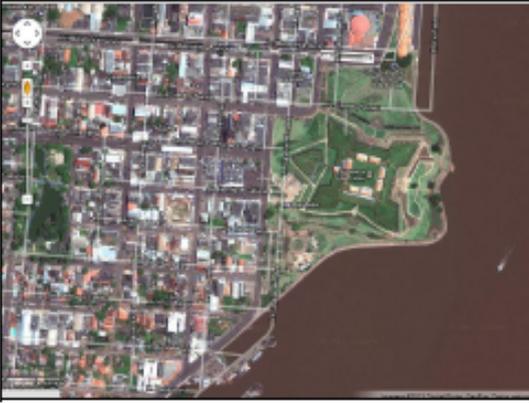
9. MAPEAMENTOS E CARTOGRAFIA (reproduzir quantas linhas forem necessárias)

9.1. Tipos de mapas (nomear)	9.2. Escala	9.3. Localização e base (meio digital, planta impressa...)	9.4. Data (dd/mm/aaaa)
x Planta cadastral	Sem escala	Figura 11- Mapeamento de imóveis do Inventário de Bens Imóveis por número de pavimentos.	Não informado
Evolução do traçado urbano			
x Usos	Sem escala	Figura 12- Mapeamento de imóveis do Inventário de Bens Imóveis por usos. Fonte: Lei complementar Nº077/2011.	Não informado
x Gabaritos		Figura 15– Croqui modificação da visada atual tendo em vista a altimetria única de 8m, proposta neste Parecer: 23.03.11. Fonte: Parecer nº 031/2011.	Não informado
Tipologias arquitetônicas	Sem escala		
Setores morfológicos			
x Setores de planejamento	Sem escala	Figura 12- Mapeamento de imóveis do Inventário de Bens Imóveis por usos. Fonte: Lei complementar Nº077/2011.	Não informado



Ficha M102 – Contexto Imediato

MÓDULO CONHECIMENTO

1. IDENTIFICAÇÃO				
1.1. Recorte Territorial (Identificação da região estudada)				
Município de Macapá				
1.2. Recorte Temático (Identificação do tema do estudo)				
Área de entorno Fortaleza de São José de Macapá				
1.3. Identificação do Universal/ Objeto de Análise				
Recorte decorrente a poligonal de entorno				
x	Perímetro de proteção	Sem escala	Figura 13- - Delimitação de trechos de rua da área de entorno cujas edificações lindeiras deverão observar diretrizes diferenciadas das demais ruas abrangidas pelo perímetro de entorno proposto para a Fortaleza de São José de Macapá. Fonte: Adaptado de Memorando nº 171/11 JKEA/Proteção/DEPAM.	Não informado
x	Perímetro de entorno	Sem escala	Figura 02- Poligonal de tombamento. (Fonte: mapa Google earth /adaptação: Jaqueline Brito)	Não informado
9.5. Mapas disponíveis (inserir imagens com legenda)			9.6. Descrição, fonte e localização do mapa	
 <p>Mapa 01- monumento Fortaleza de São José de Macapá.</p>			 <p>Situação Atual da área com Macroparcelamento (quadrantes)</p> <p>IPHAN LEGENDA: Mapa atualizado Use as referências de estar 01 e quadra 02 de parcelamento de imóveis rurais/urbanos</p> <p>Mapa 02 – mapa de macroparcelamento da área de entorno.</p>	
10. PREENCHIMENTO				
10.1. Entidade	IPHAN/AP			10.2. Data
10.3. Responsável	Bolsista PEP: Arqª Jaqueline Ferreira de Lima Brito.			04/01/2012



Ficha M103 – Informações sobre a Proteção Existente

MÓDULO CONHECIMENTO

1. IDENTIFICAÇÃO		
1.1. Recorte Territorial (Identificação da região estudada)		
Área central de Macapá/ compreendido entre: Setor de Lazer 2, Especial 3 e Comercial (L.C 077/2011).		
1.2. Recorte Temático (Identificação do tema do estudo)		
Área de entorno Fortaleza de São José de Macapá		
1.3. Identificação do Universo/ Objeto de Análise		
Recorte decorrente a poligonal de entorno		
2. LOCALIZAÇÃO DO UNIVERSO/ OBJETO DE ANÁLISE		
2.1. UF(s)	2.2. Município(s)	2.3. Localidade(s)
AP	MACAPÁ	MACAPÁ
2.4. Mesorregião(ões) – Dados IBGE		2.5. Microrregião(ões) – Dados IBGE
Sudeste do Amapá		Macapá 18003
3. INFORMAÇÕES SOBRE LEGISLAÇÃO INCIDENTE NO BEM (municipal, estadual e/ou federal)		
<p>Ao que se refere às legislações no âmbito de proteção da FSJM, quanto à preservação do patrimônio incluindo como base o Plano Diretor Municipal de Macapá, promovendo o compartilhamento onde cita as áreas de entorno de bens tombados. Desse modo verificando como dará a relação da aplicação da portaria 422/11 IPHAN, (regulamentação do artigo 18), no contexto atual da cidade, a sociedade compreenderá esse patrimônio no presente e no futuro, criando métodos eficientes de pesquisa relacionadas às novas concepções do patrimônio, revitalizando o traçado urbano e verificando de que forma isso interfira no desenvolvimento urbano de uma cidade como Macapá.</p> <p>No âmbito de proteção federal portaria nº. 187/2010 IPHAN, que dispõe sobre a fiscalização do bem material protegido pela União e fazendo cumprir o Decreto Lei 25/37, P.A 423/T/50/Inscrição 269-Livro do Tombo Histórico/Data: 22/03/1950. Tombamento-1950 – IPHAN. (reficado), Lei Estadual nº 2028/93 de delimitação de áreas de entorno, Lei Estadual de Tombamento: Resolução nº03 /2008 CONSEC de Tombamento Estadual do Monumento e Áreas de Entorno, Portaria 420/2010, Portaria 422/2011.</p> <p>Traçando o perfil de uso do solo neste trecho da cidade, composto pelo centro e pela área comercial, refletem condicionantes que devem ser analisados tanto no contexto patrimonial quanto no urbano, logo a setorização referente aos usos são muito diversos, por exemplo, no período diurno quase que na totalidade dos estabelecimentos estão funcionando, proporcionando vários usos no decorrer do dia, já no período noturno os estabelecimentos comerciais, de serviços dentre outros ficam fechados, dando ênfase aos estabelecimentos que oferecem entretenimento, compreendidos principalmente na orla, complexo Beira Rio, (intermediações da Fortaleza de São José de Macapá), sendo que o núcleo da área comercial fica em "abandono", sem uso. Esta análise foi estabelecida para mostrar o que o uso das edificações reflete no entorno do bem tombado FSJM de toda forma há um sobre uso em determinado momento do dia e em outro quase nenhum, essa desproporcionalidade precisaria ser solucionada simplesmente no arranjo de usos no período noturno principalmente de atividades que envolvam lazer, chegaríamos assim a essa proporção acionando esses espaços das mediações do entorno do bem tombado.</p>		
4. INFORMAÇÕES SOBRE O PROCESSO DE PROTEÇÃO DO IPHAN		
4.1. Número do processo	4.2. Classificação (no caso de tombamento pelo Iphan, indicar os Livros do Tombo)	4.3. Data (dd/mm/aaaa)
Processo nº 01424.000124/2011-38.	Processo nº 423-T-50	Não possui
4.4. Pareceres sobre a proteção incidente (federal, estadual e/ou municipal)		
<p>Parecer nº 031/2011 Técnica nº 001/2011/DEPAM Memorando Circular nº 021/11 GAB/DEPAM Certificado de Tombamento, Ofício nº 2428/73</p>		
4.5. Mapas, desenhos, croquis, documentos e outras informações complementares (do polígono de proteção e entorno especialmente)		



Ficha M103 – Informações sobre a Proteção Existente

MÓDULO CONHECIMENTO

1. IDENTIFICAÇÃO

1.1. Recorte Territorial (Identificação da região estudada)

Área central de Macapá/ compreendido entre: Setor de Lazer 2, Especial 3 e Comercial (L.C 077/2011).

1.2. Recorte Temático (Identificação do tema do estudo)

Área de entorno Fortaleza de São José de Macapá

1.3. Identificação do Universo/ Objeto de Análise

Recorte decorrente a poligonal de entorno



Mapa 01: macroparelamento

4.6. Fontes e localização dos documentos

Parecer 031/2011, Assunto: **Delimitação do Entorno da Fortaleza de São José de Macapá/AP e Normativas para proteção de sua ambiência e visibilidade**, 19 de agosto de 2011, Divisão Técnica/IPHAN/AP.

Plano Diretor de Macapá 2004.

Lei complementar do município de Macapá 077/2011. (legislação urbanística).

Decreto Lei 25/1937.

9. PREENCHIMENTO

9.1. Entidade	IPHAN	9.2. Data
9.3. Responsável	Bolsista PEP: Jaqueline Femeira de Lima Brito	04/01/2013



Uma breve cronologia do patrimônio cultural no Brasil, com base em Lia Calabre e Renata Santos, nos permite verificar as ações e políticas públicas iniciadas desde a criação do IPHAN:

TABELA 1 - Trajetória histórica das políticas culturais

PERÍODO	AÇÕES REALIZADAS
1930	O Brasil passa por um processo de reforma administrativa.
	Criação do Ministério da Educação e Saúde (MES).
Entre 1934 e 1945	Entre 1930-1945, durante o governo Getúlio Vargas, implantação das primeiras políticas públicas de cultura no Brasil.
	Gustavo Capanema é nomeado Ministro da Cultura.
1932	Regulamentação do setor cultural pelo Decreto. Lei nº 21.
1937	Promulgação do Decreto-Lei nº25, de 30 de dezembro de 1937, que organiza a proteção do patrimônio histórico e artístico nacional e cria a figura jurídica do tombamento a ser aplicado pelo SPHAN.
	Promulgação da Lei nº 378, de 13 de janeiro de 1937. Criação do Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (SPHAN). Inverter as linhas: o SPHAN foi criado antes da publicação do Decreto-lei nº 25/37.
1938	Criação do primeiro Conselho Nacional de Cultura.
1945	Término da 2ª Guerra Mundial; retorno da produção de aparelhos de áudio visual, como aparelhos de tv e rádio.
	Relação entre Estado e Cultura: estabelecimento de políticas culturais.
	Institucionalização da política cultural.
1959	Marco no setor da cultura: criação do Ministério de Assuntos Culturais na França.
1961	O presidente Jânio Quadros reativa o Conselho Nacional de Cultura.
1964-1967	O presidente Castelo Branco, institucionaliza–campo da produção artística e cultural, que na discussão sobre a real necessidade da elaboração de uma política nacional de cultura.
	Criado o Conselho Federal de Cultura-CFC.
1969-1974	Durante o governo do presidente Emílio Garastazu Médici (1969-1974) e gestão do ministro Jarbas Passarinho (1969 – 1973) foi elaborado o Plano de Ação Cultural (PAC).
1972	É divulgada a Carta do México.
1974- 1978	Criação do Conselho Nacional de Direito Autoral (CNDA) e do Conselho Nacional de Cinema, lançamento da campanha de defesa do folclore e criação da Fundação Nacional de Arte (FUNARTE). Durante o governo do presidente Ernesto Geisel, houve o fortalecimento a área cultural no país.
1979	Criação do Centro Nacional de Referência Cultural (CNRC), formação de um grupo de trabalho, sob a direção de Aloísio Magalhães, na época, presidente da Fundação Nacional Pró Memória (FNPM), para a elaboração de projetos na área da cultura e do produto cultural brasileiro, ampliando as ações relacionadas ao antigo MEC e FNPM.
1985	Durante o governo do presidente José Sarney, foi criado o Ministério da Cultura.
1986	Com o intuito de impulsionar o campo de produção artístico- cultural no país foi promulgada a primeira lei de incentivos fiscais para a cultura, a Lei nº 7.505, de 02 de junho de 1986, conhecida como ‘Lei Sarney’.
1990	No governo do presidente Fernando Collor de Mello o Ministério da Cultura foi extinto.

PERÍODO	AÇÕES REALIZADAS
1991	Promulgada a Lei nº 8.313, que institui o Programa Nacional de Apoio à Cultura, que ficou conhecida como 'Lei Rouanet'.
1992	No governo do presidente Itamar Franco, foi recriado o Ministério da Cultura, e algumas instituições que haviam sido extintas, como o IPHAN e a FUNARTE.
1992- 2000	No governo do presidente Fernando Henrique Cardoso, a Lei Rouanet serviu como importante instrumento de marketing cultural e investimentos, contando com a parceria da iniciativa privada.
PÓS 2000	Estabelecidas Políticas Públicas voltadas para a área cultural, com o enfoque da cultura como de bem da coletividade.
	Conforme Nestor Canclini, propõe o conceito de hibridização cultural como ferramenta para 'demolir' a concepção do mundo da cultura em três camadas: culta, popular e massiva.
	É proposta uma política de caráter universal, por Pierre Bourdieu, que distingue a necessidade natural das necessidades culturais”.
	Economia da cultura.
	São estabelecidos diálogos com as administrações municipais e estaduais, com o objetivo de criar um Sistema Nacional de Cultura.
	A Cultura é considerada fator de desenvolvimento.
2002-2006	No primeiro governo do presidente Luís Inácio Lula da Silva, na gestão do Ministro da Cultura Gilberto Gil é feita a reformulação do Ministério da Cultura.
2003	Reforma aprovada, em 12 de agosto de 2003, por meio do Decreto nº 4.805, que regulamenta a nova estrutura administrativa do Ministério, criando as seguintes Secretarias: de Articulação Institucional; de Políticas Institucionais; de Fomento e Incentivo à Cultura.
2005	Realização da I Conferência Nacional de Cultura (CNC), que foi precedida de conferências municipais e estaduais, com o objetivo de discutir a situação da cultura no país. A Conferência aconteceu em Brasília, entre os dias 13 e 16 de dezembro de 2005.
	A I CNC foi o primeiro passo para o processo de elaboração do Plano Nacional de Cultura (PNC), instituído pela Emenda Constitucional nº 48, de 1º de agosto de 2005.
	Construção do Sistema Nacional de Cultura (SNC), dentro do processo de estruturação e institucionalização do campo da cultura, – indispensável para a sustentação e operacionalização das diretrizes nacionais do PLANO NACIONAL DE CULTURA.
2010	O Congresso aprova a Lei nº 12.343, em 2 de dezembro, instituindo o Plano Nacional de Cultura (PNC) e criando o Sistema Nacional de Informações e Indicadores Culturais (SNIIC).
2012	Aprovação da PEC nº 416/2005 que institui o SNC, acrescentando o artigo 216-A da Constituição Federal, aprovada em setembro de 2012, que estabelece: “O Sistema Nacional de Cultura, organizado em regime de colaboração, de forma descentralizada e participativa, institui um processo de gestão e promoção conjunta de políticas públicas de cultura, democráticas e permanentes, pactuadas entre os entes da Federação e a sociedade, tendo por objetivo promover o desenvolvimento humano, social e econômico com pleno exercício dos direitos culturais. (Incluído pela Emenda Constitucional nº 71, de 2012)”.

2. ANEXOS

Anexo A- Art. 58. PLANO DIRETOR DO MUNICÍPIO DE MACAPÁ- 2004.



Prefeitura Municipal de Macapá

PLANO DIRETOR DE DESENVOLVIMENTO URBANO E AMBIENTAL DE MACAPÁ

Subseção VI Patrimônio Cultural e Paisagístico

Art. 58 Integram o patrimônio cultural e paisagístico do Município de Macapá os bens imóveis de valor histórico ou cultural, os sítios arqueológicos, os quilombos, os espaços históricos ou de manifestações culturais e as paisagens urbanas relevantes de Macapá:

- I - Fortaleza de São José de Macapá, tombada pelo governo federal;
- II - Igreja de São José de Macapá;
- III - prédio da antiga Intendência (Museu Histórico Joaquim Caetano da Silva);
- IV - prédio do antigo Fórum (sede da OAB);
- V - Mercado Municipal;
- VI - traçado original da antiga praça e vila de São José de Macapá;
- VII - Marco Zero;
- VIII - Teatro das Bacabeiras;
- IX - Centro de Cultura Negra, no bairro Laguinho;
- X - Museu Sacaca;
- XI - Feira do Ribeirinho, no bairro Perpétuo Socorro;
- XII - orla do rio Amazonas;
- XIII - Lagoa dos Índios;
- XIV - Poço do Mato, no bairro Pacoval;
- XV - Quilombo do Curiaú;
- XVI - sítio arqueológico do Curiaú, na Área de Proteção Ambiental (APA) do Rio Curiaú;
- XVII - sítio arqueológico do Pacoval, no bairro Pacoval;
- XVIII - sítio arqueológico da UNIFAP, no terreno da Universidade Federal do Amapá;
- XIX - sítio arqueológico de Fátima do Maruanum, em Maruanum;
- XX - sítio arqueológico de Ambé, em Pedreira;
- XXI - demais bens históricos, espaços de manifestação cultural e sítios arqueológicos a serem integrados.

§ 1^a Os sítios arqueológicos do Município de Macapá submetem-se à lei federal que dispõe sobre a proteção dos sítios arqueológicos.

§ 2^a O Município buscará promover a articulação com o setor responsável pela proteção do Patrimônio Cultural do Estado do Amapá para definição das áreas de abrangência dos sítios arqueológicos e implementação de medidas que viabilizem sua proteção e seu aproveitamento turístico.

§ 3^a Na implementação de medidas referentes à proteção e ao aproveitamento turístico dos sítios arqueológicos do Município de Macapá, deverão ser garantidos:

- I - envolvimento do Município e da população local na tomada de decisões;
- II - usufruto das vantagens que possam advir dessas medidas pelas comunidades locais;
- III - instalações próprias para armazenamento e exposição de peças originárias das prospecções nos sítios arqueológicos.

§ 4^a Na área de entorno da Fortaleza de São José deverão ser atendidas as exigências impostas pelo órgão de proteção do patrimônio histórico e artístico federal.

Art. 59 O Município protegerá os bens históricos e os espaços de manifestação cultural de relevância municipal que integram o Patrimônio Cultural e Paisagístico do Município de Macapá.



GOVERNO DO ESTADO DO AMAPÁ
CONSELHO ESTADUAL DE CULTURA

**TERMO DE REGISTRO Nº001
REGISTRO DO TOMBAMENTO DA FORTALEZA DE SÃO JOSÉ DE MACAPÁ**

Aos dois dias do mês de setembro de 2008, terça-feira, o Conselho Estadual de Cultura procedeu à lavratura do registro de tombamento da Fortaleza de São José, atendendo solicitação da Secretaria de Estado da Cultura do Estado do Amapá, expressa no ofício nº0515/08-GAB/SECULT. A Fortaleza de São José de Macapá foi tombada pelo Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional – IPHAN, no dia vinte e dois de março de 1950 à folha número quarenta e seis, sob o número duzentos e sessenta e nove, no Livro do Tombo Histórico instituído pelo Decreto-lei nº vinte e cinco, de trinta de novembro de mil novecentos e trinta e sete. O imóvel é de propriedade da União Federal e serventia concedida ao Governo do Território Federal do Amapá, que, transformado em estado pela Constituição de mil novecentos e oitenta e oito, foi efetivamente instalado a primeiro de janeiro de mil novecentos e noventa e um com a posse do Governador Annibal Barcelos, eleito no ano anterior. À época de seu tombamento, a Fortaleza de São José de Macapá tinha os seguintes limites: ao norte, o Igarapé do Igarapé; ao Sul, o rio Amazonas, reentrância denominada praia do Elesbão; a Oeste, a Rua Cândido Mendes e a Leste, o braço norte do rio Amazonas. Em 1977, com o aterro do Igarapé do Igarapé, a área de entorno da Fortaleza passou a corresponder a 56.700 m², limitando-se a norte com a Avenida Coaracy Nunes aberta sobre o aterro. Os demais limites foram mantidos e expressos no Decreto nº80. 447, de vinte e oito de setembro de mil novecentos e setenta e sete, baixado pelo Presidente da República, General Ernesto Geisel. O decreto em epígrafe autorizava o registro, em nome da União Federal, "do imóvel constituído por terreno e benfeitorias da Fortaleza de São José". Na forma do Decreto nº2028, de 26 de dezembro de 1993, baixado pelo Governador Annibal Barcelos, foram delimitadas as áreas de entorno da Fortaleza de São José de Macapá; **I – Área não edificante** – delimitada pelo poligonal que tem como ponto inicial (P1) a interseção da margem do rio Amazonas com o prolongamento do passeio frente à fachada leste do Banco do Brasil, (P2), por onde por 60 metros (P3), inflete a 90° (noventa graus) na direção oeste até o eixo da passagem Cabralzinho (P4), inflete na direção sul até a interseção com o eixo da Av. Coaracy Nunes (P5), segue por esta até a interseção com o eixo da Av. Cândido Mendes (P6), inflete a 90° na direção oeste seguindo até encontrar o prolongamento da linha de testada do Mercado (P8), inflete a 90° na direção sul até a interseção com o eixo da Av. Henrique Gallúcio (P9), inflete a 90° na direção leste seguindo até a interseção com o eixo da Av. Cândido Mendes (P10), inflete a 90° na direção sul seguindo até a interseção dessa avenida com a margem do rio Amazonas (P11). **II – Área de Preservação Ambiental** – A área de preservação ambiental é delimitada pelo polígono que tem como inicial (P1), no encontro do eixo da Av. Mendonça Júnior com o rio Amazonas, seguindo pela sua margem no sentido norte até encontrar o prolongamento do eixo da Av. Padre Júlio Maria Lombaerd (P12), por onde segue até o eixo da rua São José (P13), inflete à esquerda e segue até encontrar o rio Amazonas (P14); **III – Área de Preservação Fluvial** – A área de preservação fluvial corresponde ao trecho do rio Amazonas compreendendo entre os pontos iniciais (P1) e final (P11) da zona de proteção rigorosa. Nos termos do Art. 2º do Decreto nº2028/1993, "para efeito de realização de qualquer projeto nas áreas de entorno da Fortaleza

de São José de Macapá, além do prévio e indispensável exame a ser feito pela Coordenação Regional do Instituto Brasileiro do Patrimônio Cultural, deverão ser obedecidas as seguintes normas: **I – Área não edificante** – Nessa área é vedada qualquer tipo de construção, sendo admitida a implantação de tratamento paisagístico, com a utilização de elementos vegetais cujo porte não resulte em barreiras visuais em relação à Fortaleza. **II – Área de Preservação Ambiental** – Nessa área o gabarito máximo permitido é de três pavimentos, correspondentes a altura total de 11 (onze) metros, medidos do nível médio do passeio. Os volumes relativos a caixas d'água e/ou casa de máquinas poderão ter altura superior à estabelecida no item anterior, desde que estejam recuadas no mínimo 3 metros da testada principal. **III – Área de Preservação Fluvial** – Na área de preservação fluvial fica vedada a execução de aterros ou a construção de estruturas destinadas a trapiches ou cais de acostamento. Considerando o exposto, o Conselho Estadual de Cultura deliberou em sessão plenária realizada neste dia, o tombamento estadual da Fortaleza de São José e de seu entorno definido pelo Decreto nº2028 de 26 de novembro de 1993 conforme as coordenadas constantes em documentos específicos existentes no acervo documental da própria Fortaleza. Por ser verdade e em cumprimento ao disposto no Art. 3º da Lei 0886, de 25 de abril de 2005, eu, Nilson Montoril de Araújo, Presidente do Conselho Estadual de Cultura do Estado do Amapá – CONSEC/AP, lavrei o presente registro que vai por mim datado e assinado.

Macapá, 02 de setembro de 2008.


Nilson Montoril de Araújo
Presidente/ConseC



GOVERNO DO ESTADO DO AMAPÁ
CONSELHO ESTADUAL DE CULTURA
AV. PROFª CORA DE CARVALHO, 1842 - CENTRO
TEL: (96) 3212-1130/3212-1110 - MACAPÁ-AP

DELIBERAÇÃO PLENÁRIA
Nº. 001/2008-CONSEC

REGISTRO DO TOMBAMENTO DA
FORTALEZA SÃO JOSÉ DE MACAPÁ E
TOMBAMENTO DE SUAS ÁREAS DE
ENTORNO.

O Conselho Estadual de Cultura, usando das suas atribuições que lhe são conferidas pela Lei nº0886 de 25 de abril de 2005 e;

Considerando a descrição de perímetro contido no Decreto Federal nº.80.447 de 28 de setembro de 1977;

Considerando os termos do Decreto Estadual nº.2028 de 26 de novembro de 1993;

Considerando o ofício nº515/2008-GAB/SECULT de 17 de junho de 2008.

DELIBERA:

Art. 1º - Em cumprimento ao disposto no Art.3º da Lei Estadual nº.0886, de 25 de abril de 2005, que se faça o registro do tombamento da Fortaleza de São José, lavrado pelo Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional - IPHAN, no Livro do Tombo das Belas Artes e no Livro de Tombo Histórico a 22 de março de 1950, conforme estabelece o Decreto-Lei nº25, de 30 de novembro de 1937, Art.4º, nº2, constando no Termo de Registro de Tombamento, no Tombamento das Áreas de Entorno e na Síntese do Registro os seguintes dados:

I. Registro de Tombamento.

Aos vinte e um dias do mês de agosto de 2008, quinta-feira, o Conselho Estadual de Cultura procedeu à lavratura do registro de tombamento da Fortaleza de São José de Macapá, atendendo solicitação da Secretaria de Estado da Cultura do Estado do Amapá, expressa no ofício nº515/2008-GAB/SECULT. A Fortaleza de São José de Macapá foi tombada pelo Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional - IPHAN, no dia vinte e dois de março de 1950 à folha número quarenta e seis, sob o número duzentos e sessenta e nove, no Livro do Tombo Histórico instituído pelo Decreto-lei nº.vinte e cinco, de trinta de novembro de mil novecentos e trinta e sete. O imóvel é de propriedade da União Federal e serventia concedida ao Governo do Território Federal do Amapá, que, transformado em Estado pela Constituição de mil novecentos e oitenta e oito, foi efetivamente instalado a primeiro de janeiro de mil novecentos e noventa e um com a posse do Governador Annibal Barcellos, eleito no ano anterior. À época de seu tombamento, a Fortaleza de São José de Macapá tinha os seguintes limites: ao norte, o Igarapé do Igapó; ao Sul, o rio Amazonas, reentrância denominada praia do Elesbão; a Oeste, a Rua Cândido Mendes e a Leste, o braço norte do rio Amazonas. Em 1977, com o aterro do Igarapé do Igapó, a área de entorno da Fortaleza passou a corresponder a 56.700 m², limitando-se a norte com a Avenida Coaracy Nunes aberta sobre o aterro. Os demais limites foram mantidos e expressos no Decreto nº80.447, de vinte e oito de setembro de mil novecentos e setenta e sete, baixado pelo Presidente da



GOVERNO DO ESTADO DO AMAPÁ
CONSELHO ESTADUAL DE CULTURA
AV. PROFª CORA DE CARVALHO, 1842 – CENTRO
TEL: (96) 3212-1130/3212-1110 – MACAPÁ-AP

República, General Ernesto Geisel. O decreto em epigrafe autorizava o registro, em nome da União Federal, "do imóvel constituído por terreno e benfeitorias da Fortaleza de São José".

II. Tombamento das Áreas de Entorno:

Na forma do Decreto nº2028, de 26 de dezembro de 1993, baixado pelo Governador Annibal Barcellos, foram delimitadas as áreas de entorno da Fortaleza de São José de Macapá; **I – Área não edificante** – delimitada pelo poligonal que tem como ponto inicial (P1) a interseção da margem do rio Amazonas com o prolongamento do passeio frente à fachada leste do Banco do Brasil, (P2), por onde por 60 metros (P3), inflete a 90º (noventa graus) na direção oeste até o eixo da passagem Cabralzinho (P4), inflete na direção sul até a interseção com o eixo da Av. Coaracy Nunes (P5), segue por esta até a interseção com o eixo da Av. Cândido Mendes (P6), inflete a 90º na direção oeste seguindo até encontrar o prolongamento da linha de testada do Mercado (P8), inflete a 90º na direção sul até a interseção com o eixo da Av. Henrique Gallúcio (P9), inflete a 90º na direção leste seguindo até a interseção com o eixo da Av. Cândido Mendes (P10), inflete a 90º na direção sul seguindo até a interseção dessa avenida com a margem do rio Amazonas (P11). **II – Área de Preservação Ambiental** – A área de preservação ambiental é delimitada pelo polígono que tem como inicial (P1), no encontro do eixo da Av. Mendonça Júnior com o rio Amazonas, seguindo pela sua margem no sentido norte até encontrar o prolongamento do eixo da Av. Padre Júlio Maria Lombaerd (P12), por onde segue até o eixo da rua São José (P13), inflete à esquerda e segue até encontrar o rio Amazonas (P14); **III – Área de Preservação Fluvial** – A área de preservação fluvial corresponde ao trecho do rio Amazonas compreendido entre os pontos iniciais (P1) e final (P11) da zona de proteção rigorosa. Nos termos do Art. 2º do Decreto nº2028/1993, "para efeito de realização de qualquer projeto nas áreas de entorno da Fortaleza de São José de Macapá, além do prévio e indispensável exame a ser feito pela Coordenação Regional do Instituto Brasileiro do Patrimônio Cultural, deverão ser obedecidas as seguintes normas: **I – Área não edificante** – Nessa área é vedada qualquer tipo de construção, sendo admitida a implantação de tratamento paisagístico, com a utilização de elementos vegetais cujo porte não resulte em barreiras visuais em relação à Fortaleza. **II – Área de Preservação Ambiental** – Nessa área o gabarito máximo permitido é de três pavimentos, correspondentes a altura total de 11 (onze) metros, medidos do nível médio do passeio. Os volumes relativos a caixas d'água e/ou casa de máquinas poderão ter altura superior à estabelecida no item anterior, desde que estejam recuadas no mínimo 3 metros da testada principal. **III – Área de Preservação Fluvial** – Na área de preservação fluvial fica vedada a execução de aterros ou a construção de estruturas destinadas a trapiches ou cais de acostamento. Considerando o exposto, o Conselho Estadual de Cultura deliberou em sessão plenária realizada neste dia, o tombamento estadual da Fortaleza de São José e de seu entorno definido pelo Decreto nº2028 de 26 de novembro de 1993 conforme as coordenadas constantes em documentos específicos existentes no acervo documental da própria Fortaleza. Por ser verdade e em cumprimento ao disposto no Art. 3º da Lei 0886, de 25 de abril de 2005, eu, Nilson Montoril de Araújo, Presidente do Conselho Estadual de Cultura do Estado do Amapá – CONSEC/AP, lavrei o presente registro que vai por mim datado e assinado.

III. Síntese do Registro.

III.1 – Referências do IPHAN

Nº. de ordem: 01

Obra: Fortaleza de São José

Natureza da Obra: Arquitetura Militar

Localização: Cidade de Macapá

Nº. do Processo-IPHAN: 425.T

Proprietário: União-Federal – serventia do Governo do Amapá

Caráter do Tombamento: Voluntário, decorrente de solicitação do Governo do Território do Amapá.



*GOVERNO DO ESTADO DO AMAPÁ
CONSELHO ESTADUAL DE CULTURA
AV. PROFª CORA DE CARVALHO, 1842 - CENTRO
TEL: (96) 3212-1130/3212-1110 - MACAPÁ-AP

Data do Tombamento: 22 de março de 1950

Observação: A obra em questão foi tombada pelo Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, no Livro do Tombo Histórico instituído pelo Decreto-lei nº25, de 30 de novembro de 1937, às folhas 46.

III.2 - Referências do Conselho de Cultura

Nº. de ordem: 01

Obra: Fortaleza de São José

Natureza da Obra: Arquitetura Militar

Localização: Cidade de Macapá

Processo: 003/2008-CONSEC, de 17/06/2008

Proprietário: União Federal, serventia do Governo do Estado do Amapá

Caráter do Registro: De ofício formulado pela SECULT
Nº.0515/2008

Decreto-lei Estadual nº2028/1993

Processo Federal nº451.T/1950-IPHAN

Data do Registro: 21 de agosto de 2008.

Observação: O registro do bem foi feito no Livro de Tombo de Monumentos, Sítios e Paisagens Naturais na forma do Art. 5º, item IV, Lei nº0886, de 25 de abril de 2005, lavrado à folha 001 após Deliberação Plenária em sessão do dia 21 de agosto de 2008.

IV. Memorial descritivo expedido pela Secretária do Patrimônio da União/Delegacia do Estado do Pará/Amapá a pedido do Governo do Estado do Amapá.

IV.1 - Descrição do Perímetro focado no teor do Decreto Federal nº80.447, de 28/9/1977.

Partindo do ponto IR6, definido pela Coordenada Plana UTM 10003572.402 m Norte e 494.702.518 m Leste, referindo-se ao Meridiano Central 51.º W Gr., seguindo com o azimute plano de 166º40'07" e distância de 74,882 metros, chega-se ao ponto P-10; deste, seguindo com o azimute plano de 191º16'08" e distância de 56,904 metros, chega-se ao ponto IR43; deste, seguindo com o azimute plano de 168º39'26" e distância de 79,212 metros, chega-se ao ponto P-9; deste, seguindo com o azimute plano de 218º05'30" e distância de 38,652 metros, chega-se ao ponto P-8; deste, seguindo com azimute de 266º02'55" e distância de 159,626 metros, chega-se ao ponto P-7; deste, seguindo com o azimute plano de 247º02'56" e distância de 215,000 metros, chega-se ao ponto IR42a; deste, seguindo com o azimute plano de 05º32'45" e distância de 354,918 metros, chega-se ao ponto IR42A; deste, seguindo com o azimute plano de 93º06'06" e distância de 93,470 metros, chega-se ao ponto IR26; deste, seguindo com o azimute plano de 93º49'30" e distância de 191,292 metros, chega-se ao ponto IR49; deste, seguindo com o azimute plano de 95º22'27" e distância de 41,028 metros, chega-se ao ponto IR6, ponto inicial da descrição deste perímetro.

IV.2 - Confrontações

Norte: com a Avenida Mendonça Júnior; **Leste:** com a Margem Esquerda do Rio Amazonas; **Sul:** com a Margem Esquerda do Rio Amazonas; **Oeste:** com a Rua Cândido Mendes e Mercado Central.



GOVERNO DO ESTADO DO AMAPÁ
 CONSELHO ESTADUAL DE CULTURA
 AV. PROFª CORA DE CARVALHO, 1842 - CENTRO
 TEL: (96) 3212-1130/3212-1110 - MACAPÁ-AP

IV.3 - Memorial Descritivo Sintético
 Proprietário: União Federal (Decreto nº 80.447)
 Interessado: Governo do Estado do Amapá
 Imóvel: Urbano
 Estado: Amapá
 Município: Macapá
Terreno Poligonal
 Área: 97593,339 m²;
 Fortaleza: 22574,512 m²;
 Revelim: 2209,364 m²;
 Laboratório de Qualidade Ambiental: 234,5411 m².

LADOS		AZIMUTE DE QUADRICULA	RUMO MAGNÉTICO	DISTÂNCIA (m)
IR6	P-10	166°40'07"	13°19'53"SE	74.882
P-10	IR43	191°16'08"	11°16'08"SW	56.904
IR43	P-9	168°39'26"	11°20'34"SE	79.212
P-9	P-8	218°05'30"	38°05'30"SW	38.652
P-8	P-7	266°02'55"	86°02'55"SW	159.626
P-7	IR42A	247°02'56"	67°02'56"SW	215.000
IR42A	IR24A	5°32'45"	5°32'45"SW	354.918
IR24A	IR26	93°06'06"	86°53'54"SE	93.470
IR26	IR49	98°49'30"	86°10'30"SE	191.292
IR49	IR6	95°22'27"	84°37'33"SE	41.028

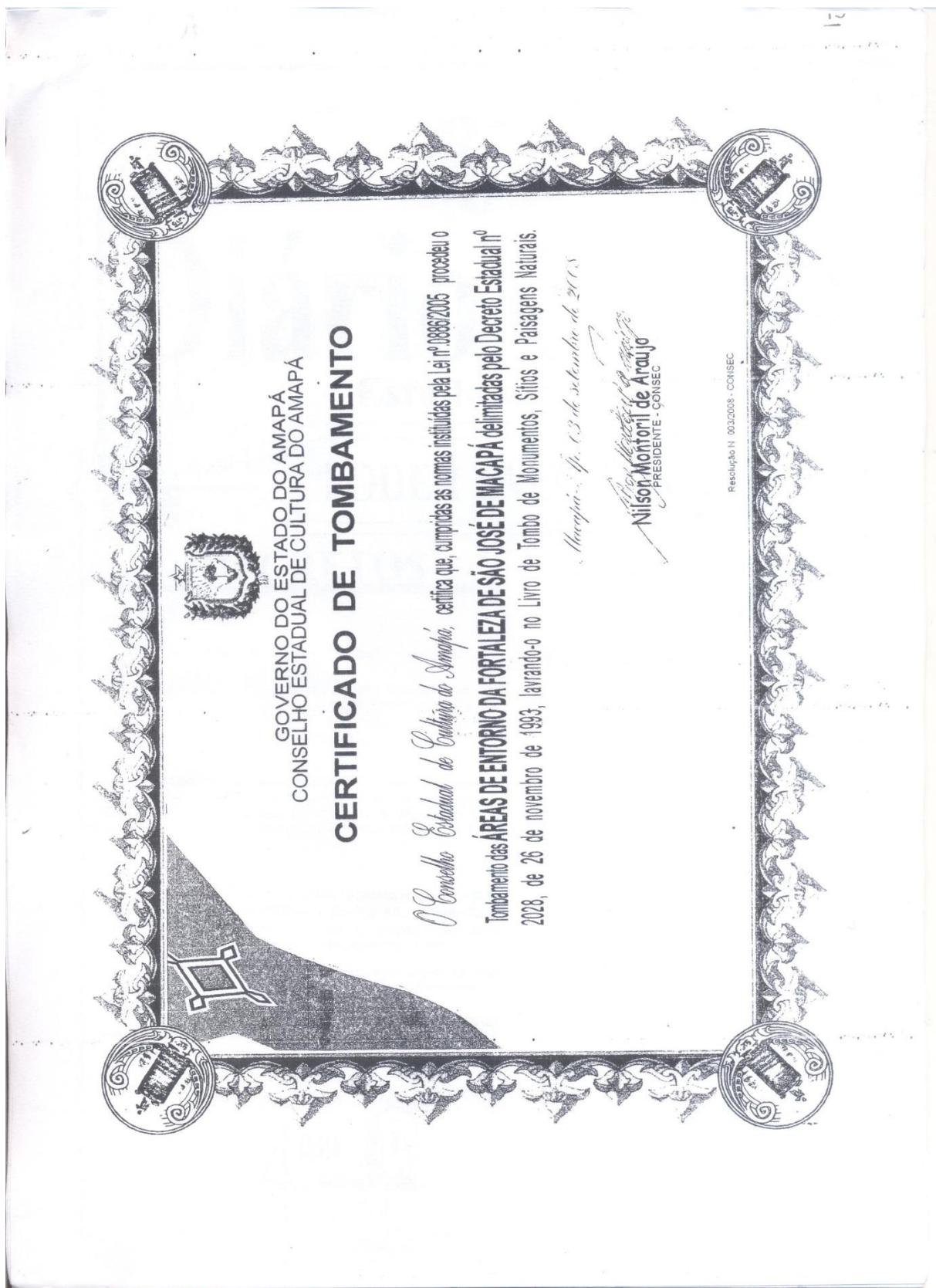
Art. 2º - O Conselho Estadual de Cultura fará a Lavratura do Registro de Tombamento e Tombamento das Áreas de Entorno no Livro de Tombo de monumentos, sítios e paisagens naturais especificado no item IV do Art. 5º da Lei nº 0886/2005 e expedirá Certificados concernentes aos dois feitos.

Art. 3º - Recomendar a Secretaria de Estado da Cultura que, mediante estudos técnicos realizados em parceria com o IPHAN examine a necessidade de reerratificação da área tombada e entorno da Fortaleza de São de Macapá, assim como a anexação do Trapiche Eliezer Levy na Área de Preservação Fluvial.

Plenário do Conselho Estadual de Cultura, em Macapá-AP, 21 de agosto de 2008.

Nilson Montoni de Araújo
 Nilson Montoni de Araújo
José Queiroz Pastana
 José Queiroz Pastana
Zaide Soledade Santos e Silva
 Zaide Soledade Santos e Silva
João de Deus de Souza Filho
 João de Deus de Souza Filho
Fernando Rodrigues dos Santos
 Fernando Rodrigues dos Santos
Eliete Assis Silva Santos
 Eliete Assis Silva Santos

Aluizo da Silva de Carvalho
 Aluizo da Silva de Carvalho
Maria Alves de Sa
 Maria Alves de Sa
Erivaldo Costa e Silva
 Erivaldo Costa e Silva
Antonio Munhoz Lopes
 Antonio Munhoz Lopes
Ana Cláudia Pereira Carvalho
 Ana Cláudia Pereira Carvalho
Manoel Bispo Corrêa
 Manoel Bispo Corrêa



GOVERNO DO ESTADO DO AMAPÁ
CONSELHO ESTADUAL DE CULTURA DO AMAPÁ

CERTIFICADO DE TOMBAMENTO

O Conselho Estadual de Cultura do Amapá, certifica que, cumpridas as normas instituídas pela Lei nº 0666/2005, procedeu o Tombamento das **ÁREAS DE ENTORNO DA FORTALEZA DE SÃO JOSÉ DE MACAPÁ** delimitadas pelo Decreto Estadual nº 2028, de 26 de novembro de 1993, lavrando-o no Livro de Tombo de Monumentos, Sítios e Paisagens Naturais.

Macapá, 09 de setembro de 2008.

Nilson Montoril de Araújo
PRESIDENTE - CONSEC

Resolução N.º 003/2008 - CONSEC



GOVERNO DO ESTADO DO AMAPÁ
CONSELHO ESTADUAL DE CULTURA

RESOLUÇÃO
Nº003/2008-CONSEC

TOMBA AS ÁREAS DE
ENTORNO DA FORTALEZA
SÃO JOSÉ DE MACAPÁ

O Conselho Estadual de Cultura, no uso de suas atribuições legais, especificamente a presente no Inciso III, do Art. 5º da Lei Estadual nº0886 de 25 de abril de 2005, bem como no dispositivo do Art. 68 de seu Regimento e,

Considerando os termos do Decreto Federal nº80. 447, de 28 de setembro de 1977, que autorizaram o registro da Fortaleza em nome da União Federal e fixou sua primeira área de entorno;

Considerando o teor do Decreto Estadual nº2028, de 26 de novembro de 1993, que criou as áreas "não edificantes", "de proteção ambiental" e "de preservação fluvial" no entorno da Fortaleza de São José de Macapá;

Considerando o disposto na Deliberação Plenária nº001/2008.

RESOLVE:

Art. 1º - Efetuar o tombamento das áreas de entorno da Fortaleza São José de Macapá, assim delimitadas pelo Decreto Nº. 2028/1993:

I. Área não edificante

Esta área é delimitada pelo poligonal que tem como ponto inicial (P1) a interseção da margem do rio Amazonas com o prolongamento do eixo da Av. Mendonça Júnior, seguindo por este até encontrar o prolongamento do passeio frente à fachada leste do Banco do Brasil, (P2) por onde segue por 60 metros (P3), inflete a 90º na direção oeste até o eixo da passagem Cabralzinho (P4), inflete a 90º na direção sul até a interseção com o eixo da Av. Coaracy Nunes (P5), segue por esta até a interseção com o eixo da Av. Cândido Mendes (P6), inflete a 90º na direção sul seguindo até a interseção com o eixo da Av. Antônio C. Carvalho (P7), inflete a 90º da direção oeste seguindo até encontrar o prolongamento da linha de testada do Mercado (P8), inflete a 90º na direção sul até a interseção com o eixo da Av. Henrique Gallucio (P9), inflete a 90º na direção leste seguindo até a interseção com o eixo da Av. Cândido Mendes (P10), inflete a 90º na direção sul seguindo até a interseção dessa avenida com a margem do rio Amazonas (P11).

II. Área de Preservação Ambiental

A área de preservação ambiental é delimitada pelo polígono que tem como ponto inicial (P1), no encontro do eixo da Av. Mendonça Júnior com o rio Amazonas, seguindo pela sua margem no sentido norte até encontrar o prolongamento do eixo da Av. Padre Júlio Maria Lombaerd (P12), por onde segue até o eixo da Rua São José (P13), inflete à esquerda e segue até encontrar o rio Amazonas (P14).



**GOVERNO DO ESTADO DO AMAPÁ
CONSELHO ESTADUAL DE CULTURA**

III. Área de Preservação Fluvial

A área de preservação fluvial corresponde ao trecho do rio Amazonas compreendido entre o ponto inicial (P1) e final (P11) da zona de proteção rigorosa.

Art. 2º - Nenhum projeto poderá ser executado nas áreas de entorno da Fortaleza de São José de Macapá sem o prévio e indispensável exame a ser realizado pelo Instituto do Patrimônio Histórico Artístico e Nacional, pela Secretaria de Estado da Cultura e a obediência as seguintes normas:

I. Área não edificante

Nessa área é vedado qualquer tipo de construção, sendo admitida a implantação de tratamento paisagístico, com a utilização de elementos vegetais cujo porte não resulte em barreiras visuais em relação à Fortaleza.

II. Área de Preservação Ambiental

Nessa área o gabarito máximo permitido é de três pavimentos, correspondentes à altura total de 11 metros, medidos do nível médio do passeio.

Os volumes relativos a caixas d'água e/ou casa de máquinas poderão ter altura superior à estabelecida no item anterior, desde que estejam recuadas no mínimo 3 metros da testada principal.

III. Área de Preservação Fluvial

Na área de preservação fluvial fica vedada à execução de aterros ou a construção de estruturas destinadas a trapiches ou cais de acostamento.

Art. 3º - Recomendar a Secretaria de Estado da Cultura que, mediante estudos técnicos realizados em parceria com o IPHAN, examine a necessidade de rerratificação da área tombada e entorno da Fortaleza de São José de Macapá.

Parágrafo-Único – Quando da realização dos estudos de rerratificação, seja anexado a área de Preservação Fluvial o Trapiche Eliezer Levy.

Art. 4º - O registro de tombamento das áreas de entorno da Fortaleza de São José de Macapá será lavrado pelo Conselho Estadual de Cultura no livro de tombo de monumentos, sítios e paisagens naturais.

Art. 5º - Esta Resolução entrará em vigor, revogadas as disposições em contrário, depois de homologada pelo Governador do Estado e publicada no Diário Oficial.

GABINETE DO PRESIDENTE DO CONSELHO ESTADUAL DE CULTURA, em Macapá, aos 22 dias do mês de agosto de 2008.


NILSON MONTORIL DE ARAUJO

Presidente/CONSEC



GOVERNO DO ESTADO DO AMAPÁ

DECRETO Nº 2892 DE 01 DE SETEMBRO DE 2008

O GOVERNADOR DO ESTADO DO AMAPÁ, usando das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 119, inciso VIII, da Constituição do Estado do Amapá, e tendo em vista os termos do Ofício nº 093/2008-Consec, e

Considerando o § 2º, do art. 2º, da Lei nº 0886, de 25 de abril de 2005,

RESOLVE:

Art. 1º Homologar a Resolução nº 003/2008-CONSEC, que efetua o tombamento das áreas de entorno da Fortaleza de São José de Macapá.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.
Macapá, 01 de setembro de 2008


ANTÔNIO WALDEZ GÓES DA SILVA
Governador

Anexo G – Acordo de Cooperação Federativa entre si firmam a União, por Intermédio do Ministério da Cultura.



Ministério da Cultura
Secretaria de Articulação Institucional

**ACORDO DE COOPERAÇÃO FEDERATIVA
QUE ENTRE SI FIRMAM A UNIÃO, POR
INTERMÉDIO DO MINISTÉRIO DA CULTURA
- MINC E O MUNICÍPIO DE MACAPÁ
/AP, VISANDO AO DESENVOLVIMENTO DO
SISTEMA NACIONAL DE CULTURA.**

A **UNIÃO**, por intermédio do **MINISTÉRIO DA CULTURA – MinC**, inscrito no CNPJ/MF sob o nº 01.264.142/0002-00, situado na Esplanada dos Ministérios, Bloco “B”, Brasília – Distrito Federal, neste ato representado pelo Secretário de Articulação Institucional, **João Roberto Costa do Nascimento, brasileiro, casado, residente e domiciliado em Brasília, carteira de identidade nº 708.632 SDS/PE, CPF/MF nº 046.188.074-15**, nomeado pela Portaria Nº 448, de 2 de fevereiro de 2011, e conforme delegação de competência da Portaria Nº47, de 17 de julho de 2009 e o **MUNICÍPIO DE MACAPÁ/AP, CNPJ/MF sob o nº 05.995.766/0001-77, representado por CLÉCIO LUÍS VILHENA VIEIRA, Prefeito(a) Municipal, BRASILEIRO, DIVORCIADO, residente e domiciliado(a) AV.PRESIDENTE GETÚLIO VARGAS,1702,CENTRAL, carteira de identidade nº 285330, CPF/MF nº 341.755.042-49**, firmam o presente Acordo de Cooperação Federativa, que irá reger-se pelas disposições da Lei nº 8.666/93 em especial o artigo 116, da Lei nº 8.313/91 e demais disposições legais pertinentes, no que couber, tendo como justas e acordadas as seguintes cláusulas e condições:

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO

O presente Acordo de Cooperação Federativa tem por objeto estabelecer as condições e orientar a instrumentalização necessária para o desenvolvimento do Sistema Nacional de Cultura – SNC com implementação coordenada e/ou conjunta de programas, projetos e ações, no âmbito da competência do Município.

CLÁUSULA SEGUNDA – DO SISTEMA NACIONAL DE CULTURA

O Sistema Nacional de Cultura (SNC) se constitui num instrumento de articulação, gestão, informação, formação, fomento e promoção de políticas públicas de cultura com participação e controle da sociedade civil, envolvendo todos os entes federados. Tem como objetivo formular e implantar políticas públicas de cultura, democráticas e permanentes, pactuadas entre os entes da federação e a sociedade civil, promovendo o desenvolvimento – humano, social e

econômico - com pleno exercício dos direitos culturais e amplo acesso a bens e a serviços culturais.

Parágrafo Primeiro. Constitui a estrutura do SNC, nas respectivas esferas de governo, órgãos gestores da cultura, conselhos de política cultural, conferências de cultura, sistemas de financiamento, em especial, fundos de fomento à cultura, planos de cultura, sistemas setoriais de cultura, comissões intergestores, sistemas de informações e indicadores culturais e programas de formação na área da cultura.

Parágrafo Segundo. Os Órgãos Gestores devem apresentar periodicamente relatórios de gestão para avaliação nas instâncias de controle social do SNC.

Parágrafo Terceiro. As diretrizes de gestão cultural serão definidas por meio das respectivas Conferências e Conselhos de Política Cultural, compostos por no mínimo, 50% de representantes da sociedade civil, eleitos democraticamente.

CLÁUSULA TERCEIRA – DOS PRINCÍPIOS DO SNC:

O Sistema Nacional de Cultura - SNC rege-se pelos seguintes princípios:

- a) **diversidade** das expressões culturais;
- b) **universalização** do acesso aos bens e serviços culturais;
- c) **fomento** à produção, difusão e circulação de conhecimento e bens culturais;
- d) **cooperação** entre os entes federados, os agentes públicos e privados atuantes na área cultural;
- e) **integração e interação** na execução das políticas, programas, projetos e ações desenvolvidas;
- f) **complementaridade** nos papéis dos agentes culturais;
- g) **transversalidade** das políticas culturais;
- h) **autonomia** dos entes federados e das instituições da sociedade civil;
- i) **transparência** e compartilhamento das informações;
- j) **democratização** dos processos decisórios com participação e controle social;
- k) **descentralização** articulada e pactuada da gestão, dos recursos e das ações; e
- l) **ampliação progressiva dos recursos** contidos nos orçamentos públicos para a cultura.

CLÁUSULA QUARTA – DOS OBJETIVOS DO SNC:

O SNC, atendendo as diretrizes previstas no Plano Nacional de Cultura, tem por objetivos:

- a) Articular os entes federados visando o desenvolvimento de políticas, programas, projetos e ações conjuntas no campo da cultura.
- b) Estabelecer um processo democrático de participação na gestão das políticas e dos recursos.



Ministério da Cultura
Secretaria de Articulação Institucional

- públicos na área cultural;
- c) Promover a articulação e implementação de políticas públicas que promovam a interação da cultura com as demais áreas sociais, destacando seu papel estratégico no processo de desenvolvimento;
 - d) Promover o intercâmbio entre os entes federados para a formação, capacitação e circulação de bens e serviços culturais, viabilizando a cooperação técnica entre estes;
 - e) Criar instrumentos de gestão para acompanhamento e avaliação das políticas públicas de cultura desenvolvidas no âmbito do SNC;
 - f) Estabelecer parcerias entre os setores público e privado nas áreas de gestão e de promoção da cultura;

CLÁUSULA QUINTA – DOS COMPROMISSOS PACTUADOS

Para o alcance dos objetivos propostos, os partícipes, no âmbito de suas competências, comprometem-se a promover as condições institucionais voltadas para:

- a) Implantação dos Sistemas setoriais de Cultura, com vistas à articulação e integração das diversas áreas da cultura brasileira, atendendo sempre os princípios de participação e controle social;
- b) Elaboração e efetivação dos planos de cultura nas respectivas esferas de competência;
- c) Realização de conferências de cultura no âmbito de suas competências, para fortalecimento do processo participativo de discussão de políticas públicas de cultura, conforme cláusula sétima deste Acordo de Cooperação;
- d) Fortalecimento, integração e otimização dos mecanismos de financiamento específicos para cultura, nas suas esferas administrativas;
- e) Criação, instalação, implementação e/ou fortalecimento de um processo participativo de formulação de políticas públicas de cultura, estimulando a criação de Fóruns, Colegiados e Conselhos de Política Cultural, que atuarão de forma integrada;
- f) Criação e implantação, ou manutenção de órgão específico de gestão da política cultural em sua esfera administrativa;
- g) Criação e implementação de comissões intergestores para operacionalização do Sistema Nacional de Cultura;
- h) Implantação e publicização do Sistema Nacional de Informações e Indicadores Culturais, conforme cláusula décima deste acordo de cooperação;
- i) Integração de programas e projetos de capacitação e aprimoramento de setores e instituições culturais específicos; e
- j) Fomento ao fluxo de projetos em circuitos culturais;

Parágrafo Único. Os resultados devem ser concretizados durante a vigência deste acordo de cooperação.

CLÁUSULA SEXTA – DAS OBRIGAÇÕES DOS PARTICIPES

São obrigações dos partícipes:

I – Ao MINISTÉRIO DA CULTURA - MinC incumbe:

- a) Coordenar e desenvolver o Sistema Nacional de Cultura - SNC;
- b) Criar condições de natureza legal, administrativa, participativa e orçamentária para desenvolvimento do Sistema Nacional de Cultura;
- c) Apoiar a criação, a implementação e o desenvolvimento dos Sistemas Estaduais, Municipais e Distrital de Cultura;
- d) Elaborar, em conjunto com a sociedade, institucionalizar e implementar o Plano Nacional de Cultura;
- e) Manter ativo e fortalecer o Conselho Nacional de Política Cultural;
- f) Realizar, pelo menos a cada quatro anos, as Conferências Nacionais de Cultura;
- g) Apoiar a realização das conferências estaduais, municipais e distrital de Cultura;
- h) Criar e implementar a Comissão Intergestores Tripartite para operacionalização do Sistema Nacional de Cultura;
- i) Implantar e coordenar o Sistema Nacional de Informações e Indicadores Culturais;
- j) Criar e implementar o Programa Nacional de Formação na Área da Cultura e articular, em âmbito nacional, a formação de uma rede de instituições de formação na área da cultura;
- k) Criar o Sistema Nacional de Financiamento à Cultura, aprimorando, articulando e fortalecendo os diversos mecanismos de financiamento da cultura, em especial, o Fundo Nacional da Cultura, no âmbito da União;
- l) Compartilhar recursos para a execução de programas, projetos e ações culturais, no âmbito do SNC, nos termos da Portaria Interministerial MP/MF/CGU nº127/08;
- m) Acompanhar a execução de programas e projetos culturais, no âmbito do SNC;
- n) Fomentar e regulamentar a constituição de sistemas setoriais nacionais de cultura;
- o) Fomentar, no que couber, a integração/consórcio de Estados e de Municípios para a promoção de metas culturais;
- p) Designar formalmente responsável pelo acompanhamento dos compromissos decorrentes do pactuado neste Acordo e em seus Planos de Trabalhos.

II – Ao MUNICÍPIO incumbe:

- a) Criar, coordenar e desenvolver o Sistema Municipal de Cultura – SMC;
- b) Integrar-se ao Sistema Nacional de Cultura;
- c) Criar condições de natureza legal, administrativa, participativa e orçamentária para sua integração ao Sistema Nacional de Cultura;
- d) Integrar-se ao Sistema Estadual de Cultura;
- e) Apoiar a criação e implementação da Comissão Intergestores Bipartite para operacionalização do Sistema Estadual de Cultura;
- f) Elaborar, em conjunto com a sociedade, institucionalizar e implementar o Plano Municipal de Cultura;

- g) Criar e implantar ou reestruturar o Conselho Municipal de Política Cultural, garantindo o funcionamento e a composição de, no mínimo, 50% de representantes da Sociedade Civil, eleitos democraticamente;
- h) Fomentar a participação social por meio da criação de Fóruns Municipais de Cultura;
- i) Criar e implantar, manter ou reestruturar o Sistema Municipal de Financiamento à Cultura, em especial o Fundo Municipal de Cultura, garantindo recursos para o seu funcionamento;
- j) Realizar as Conferências Municipais de Cultura, previamente às Conferências Estaduais e Nacionais, seguindo o calendário estabelecido pelo Ministério da Cultura;
- k) Apoiar a realização e participar das Conferências Estaduais e Nacionais de Cultura;
- l) Compartilhar recursos para a execução de programas, de projetos e de ações culturais no âmbito do SNC;
- m) Compartilhar informações por meio do Sistema Nacional de Informações e Indicadores Culturais disponibilizado pela União;
- n) Apoiar e participar do Programa Estadual de Formação na Área da Cultura;
- o) Implantar e regulamentar as normas específicas locais dos sistemas setoriais de cultura;
- p) Promover a integração com outros Municípios, com o Estado e a União, para a promoção de metas culturais conjuntas, inclusive por meio de consórcios públicos;
- q) Designar formalmente responsável pelo acompanhamento dos compromissos decorrentes deste Acordo e de seus Planos de Trabalho.

Parágrafo Primeiro. Os compromissos a serem desenvolvidos em decorrência deste Acordo de Cooperação, consideradas as obrigações de cada partícipe, serão detalhados em Plano de Trabalho, parte integrante deste instrumento, e do qual constará o rol de atividades, o cronograma de execução e metas a serem atingidas.

Parágrafo Segundo. A elaboração dos Planos de Trabalho deverá ser realizada em comum acordo entre as partes, a partir da publicação deste Acordo de Cooperação no Diário Oficial da União.

Parágrafo Terceiro – O Plano de Trabalho deve ser executado em até dois anos, a partir da publicação deste Acordo de Cooperação no Diário Oficial da União.

CLAUSULA SÉTIMA – DA IMPLEMENTAÇÃO DE PROGRAMAS

A implementação coordenada e/ou conjunta de programas, projetos e ações, negociada entre as partes, será formalizada em instrumentos específicos, os quais serão parte integrante deste, independente de transcrição.

CLÁUSULA OITAVA - DAS CONFERÊNCIAS

As Conferências de Cultura deverão ser convocadas pelo Poder Executivo, no âmbito das respectivas esferas de atuação, com a finalidade de definir as diretrizes e prioridades dos planos

de cultura.

Parágrafo Único. O Ministério da Cultura coordenará e convocará as Conferências Nacionais de Cultura, a serem realizadas, pelo menos a cada quatro anos, definindo o período para realização das Conferências Municipais e Estaduais, que a antecederão.

CLÁUSULA NONA – DOS CONSELHOS

Os Conselhos de Política Cultural constituem espaços de pactuação de políticas públicas de cultura, devendo apresentar, pelo menos, as seguintes competências:

- a) Elaborar e aprovar os planos de cultura a partir das orientações aprovadas nas conferências, no âmbito das respectivas esferas de atuação;
- b) Acompanhar a execução dos respectivos planos de cultura;
- c) Apreciar e aprovar as diretrizes dos Fundos de Cultura no âmbito das respectivas esferas de competência;
- d) Fiscalizar a aplicação dos recursos recebidos em decorrência das transferências entre os entes da federação;
- e) Acompanhar o cumprimento das diretrizes e instrumentos de financiamento da cultura.

Parágrafo Único. Os Conselhos de Política Cultural terão caráter deliberativo e consultivo e serão compostos por no mínimo 50% de representantes da sociedade civil, eleitos democraticamente.

CLÁUSULA DÉCIMA – DO SISTEMA NACIONAL DE INFORMAÇÕES E INDICADORES CULTURAIS

O Sistema Nacional de Informações e Indicadores Culturais será constituído de bancos de dados, disponibilizados ao público, referentes a bens, aos serviços, à infraestrutura, aos investimentos, à produção, ao acesso, ao consumo, aos agentes, aos programas, às instituições, à gestão cultural, entre outras.

Parágrafo Primeiro. Caberá ao Ministério da Cultura desenvolver, implantar e manter o Sistema Nacional de Informações e Indicadores Culturais, responsabilizando-se pelo gerenciamento do sistema informatizado e pela publicização das informações.

Parágrafo Segundo. Caberá ao Município designar responsável pela alimentação das informações no Sistema Nacional de Informações e Indicadores Culturais, conforme orientação do Ministério da Cultura.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – DO ACOMPANHAMENTO

Cada partícipe designará pessoa ou órgão responsável para o acompanhamento deste Acordo de Cooperação, o qual terá incumbência de dar cumprimento às obrigações pactuadas, detalhadas em metas descritas no Plano de Trabalho e encaminhamento dos assuntos pertinentes.

Parágrafo Único. O Município encaminhará ao Ministério da Cultura, no prazo de 30 dias após a publicação do instrumento, a indicação do responsável, preferencialmente o dirigente do órgão específico de gestão da política cultural no âmbito municipal, que será responsável por:

- a) Desenvolver os compromissos pactuados no Plano de Trabalho para alcance dos objetivos do Sistema Nacional de Cultura;
- b) Atuar na interlocução com o Governo Federal e demais entes da Federação no sentido de desenvolver o Sistema Nacional de Cultura;
- c) Coordenar o processo de realização das conferências municipais de cultura;
- d) Fornecer e atualizar as informações solicitadas para o Sistema Nacional de Informações e Indicadores Culturais;
- e) Participar das atividades e ações executadas pelo Ministério da Cultura, relativas ao Sistema Nacional de Cultura, quando for solicitado.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – DA DIVULGAÇÃO

Os partícipes deverão dar, de forma pública e impessoal, ampla divulgação das ações e dos resultados alcançados em decorrência deste Acordo de Cooperação, de modo a manter a sociedade informada e integrada ao Sistema Nacional de Cultura.

Parágrafo Único. Utilizar e respeitar os padrões de identidade visual do SNC, de programas, de projetos e de ações desenvolvidas em conjunto, aplicando as regras vigentes durante os períodos eleitorais.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – DA VIGÊNCIA E MODIFICAÇÃO

O prazo de vigência do presente Acordo de Cooperação é por tempo indeterminado, iniciando-se a partir da data de sua celebração, podendo sua redação ser alterada a qualquer tempo mediante termos aditivos.

Parágrafo Primeiro. Eventuais dúvidas ou controvérsias decorrentes da aplicação deste Acordo ou de seus anexos deverão ser dirimidas entre as partes.

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA – DA RESCISÃO



Ministério da Cultura
Secretaria de Articulação Institucional

O presente instrumento poderá ser denunciado ou rescindido pelos partícipes a qualquer momento, ficando as partes responsáveis pelas obrigações assumidas durante o tempo de vigência.

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA – DO FORO

O Foro para dirimir litígios na execução deste Acordo de Cooperação é o da Justiça Federal, Seção de Brasília, Distrito Federal.

E por estarem de pleno acordo, firmam o presente Acordo de Cooperação em duas vias de igual teor e forma, perante as testemunhas abaixo qualificadas:

Brasília - DF, de de 20 .

JOÃO ROBERTO COSTA DO
NASCIMENTO
Secretário de Articulação Institucional - SAI
Ministério da Cultura - MinC


Nome: **CLÉCIO LUÍS VILHENA VIEIRA**
Prefeito(a) do Município de MACAPÁ/AP

Testemunhas:


Nome:
RG: 005.264-AP


Nome:
RG: 190698-AP



MUNICÍPIO DE MACAPÁ - PREFEITURA MUNICIPAL
GABINETE DO PREFEITO

DECRETO Nº 3.785/2011 – P M M

Regulamenta o processo de aplicação das penalidades previstas na Lei nº 1.831-2010/PMM, de 18 de novembro de 2010, e dá outras providências.

A **PREFEITA MUNICIPAL DE MACAPÁ**, em exercício, no uso de suas atribuições legais que lhe são conferidas pelo Art. 222, Parágrafo único, inciso I, da Lei Orgânica do Município de Macapá e,

Considerando que compete ao Município de Macapá, através da Coordenadoria Municipal e Cultura, a implantação e a execução da política de preservação, proteção e valorização do patrimônio histórico, artístico e cultural do Município de Macapá, nos termos do Decreto nº 1.264/2006-PMM, de 17 de julho de 2006;

Considerando a necessidade de ser regulamentado o processo de fiscalização do aludido patrimônio, com vistas a coibir os atos que prejudiquem a manutenção da memória original e a preservação estética, cultural e histórica dos bens materiais e imateriais do Município de Macapá.

DECRETA:

Art. 1º As penalidades previstas no Art. 37, da Lei nº 1.831/2006 - PMM, de 18 de novembro de 2010, serão aplicadas, isoladas ou cumulativamente, através de processo fiscal de responsabilidade da Coordenadoria Municipal de Cultura.

✓ **Art. 2º** O processo fiscal terá início mediante auto de infração ou ato administrativo.

Parágrafo único. A multa será aplicada em processo iniciado pelo auto de infração.

Art. 3º O auto de infração deverá conter:

- I – nome do infrator e seu domicílio;
- II – local, data e hora da lavratura do ato de infração;
- III – menção do fato que constitui infração e do dispositivo legal violado;
- IV – penalidade a ser aplicada; e,
- V – notificação do infrator para, querendo, contestar os motivos e a lavratura do auto de infração no prazo máximo de 30 (trinta) dias, da data de ciência do ato.



MUNICÍPIO DE MACAPÁ - PREFEITURA MUNICIPAL
GABINETE DO PREFEITO

Parágrafo único. Além das informações enumeradas neste Artigo, o auto de infração que implique em pagamento de multa deverá conter:

- I - o valor venal do bem tombado;
- II - a estimativa do dano;
- III - o percentual correspondente à multa; e,
- IV - o valor líquido da penalidade.

Art. 4º O infrator poderá apresentar defesa no prazo máximo de 30 (trinta) dias, contados da ciência da infração, ao Coordenador Municipal de Cultura, ou recolher o valor da multa aplicada através de Documento de Arrecadação do Município de Macapá, expedido pela Secretaria Municipal de Finanças.

Art. 5º Da decisão proferida pelo Coordenador Municipal de Cultura, caberá recurso voluntário ao Conselho Municipal do Patrimônio Cultural, com efeito suspensivo, no prazo de 10 (dez) dias, contados da ciência da decisão.

§ 1º O recurso será interposto perante a autoridade prolatora da decisão, que o encaminhará ao Conselho Municipal do Patrimônio Cultural no prazo de 03 (três) dias úteis.

§ 2º Julgado improcedente o recurso, a decisão deverá ser cumprida pelo recorrente no prazo de 10 (dez) dias, a contar da intimação.

Art. 6º O processo originado por ato administrativo terá o mesmo rito processual do processo iniciado por auto de infração.

Art. 7º O DAM - Documento de Arrecadação Municipal, será expedido pela Secretaria Municipal de Finanças sempre que a penalidade for pecuniária, com valores previamente definidos por Câmara Temática do Conselho Municipal do Patrimônio Cultural, através de resolução que subsidiará decreto municipal e contará:

- I - identificação do infrator;
- II - identificação do órgão emissor;
- III - código de recolhimento;
- IV - identificação da penalidade;
- V - número de parcelas;
- VI - data do vencimento;
- VII - número do processo de referência;
- VIII - valor e data do vencimento;
- IX - percentual de multa pelo atraso; e,
- X - prazo máximo para recolhimento após o atraso.



MUNICÍPIO DE MACAPÁ - PREFEITURA MUNICIPAL
GABINETE DO PREFEITO

Art. 8º Para efeito de identificação da infração aplicada, bem como para o cadastro geral de penalidades da Secretaria Municipal de Finanças, serão adotadas, no DAM, as seguintes referências:

I – de valores pecuniários:

- a) multa;
- b) indenizações;
- c) multa por atraso no recolhimento da infração pecuniária; e,
- d) juros.

II – quanto a espécie do bem:

- a) bem imóvel;
- b) bem móvel; e,
- c) bem infungível.

Art. 9º Os recursos oriundos da aplicação das multas e indenizações por atos infracionais de que trata a Lei nº 1.831/2010 – PMM, serão creditados à conta do Fundo de Proteção do Patrimônio Cultural de Macapá.

Art. 10. Aplicam-se, subsidiariamente, ao processo fiscal previsto na Lei nº 1.831/2010 - PMM, ora regulamentada por este Decreto, as disposições específicas da Lei Complementar nº 10/1998 - PMM e da Lei Complementar nº 027/2004 - PMM.

Art. 11. Este Decreto entra em vigor a partir da data de sua publicação.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE.

Palácio LAURINDO DOS SANTOS BANHA, em Macapá-AP, 07 de junho de 2011.


MARIA HELENA BARBOSA GUERRA
PREFEITA MUNICIPAL DE MACAPÁ - em exercício



**PREFEITURA DE MACAPÁ – GOVERNO MUNICIPAL
GABINETE DO PREFEITO**

DECRETO Nº 3.878/2013-PMM.

REGULAMENTA A LEI Nº. 1.831, DE 18 DE NOVEMBRO DE 2010 QUE AUTORIZA A CRIAÇÃO DO CONSELHO MUNICIPAL DO PATRIMÔNIO CULTURAL E FUNDO DE PROTEÇÃO DO PATRIMÔNIO CULTURAL DE MACAPÁ – FUNPAC, DO MUNICÍPIO DE MACAPÁ, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O **PREFEITO DO MUNICÍPIO DE MACAPÁ**, no exercício das atribuições que lhes são conferidas pelo inciso I, do Artigo. 222 e inciso V, do Artigo. 269, da Lei Orgânica do Município de Macapá e,

Considerando, a edição da Lei nº. 1.831, de 18 de novembro de 2010, que dispõe sobre o estatuto da proteção do patrimônio histórico, artístico e cultural do Município de Macapá;

Considerando, o artigo 3º da referida lei, que dispõe que o Município procederá à proteção e preservação dos bens que constituem o seu patrimônio histórico, artístico e cultural, através do Conselho Municipal do Patrimônio Cultural;

Considerando, o disposto no artigo 5º da referida lei, que autoriza a criação, no âmbito do Poder Executivo Municipal, do Conselho Municipal do Patrimônio Cultural; e,

Considerando, ainda, o disposto no artigo 40 da referida lei, que autoriza a instituição do Fundo de Proteção do Patrimônio Cultural de Macapá, gerido e representado pelo Conselho Municipal do Patrimônio Cultural.

DECRETA:

CAPÍTULO I

DISPOSIÇÕES GERAIS

Art. 1º. Fica criado o Conselho Municipal do Patrimônio Cultural – COMUPAC, órgão que, no âmbito da Fundação Municipal de Cultura – FUMCULT, institucionaliza a relação entre a Administração Municipal e os setores da sociedade civil ligados à Cultura, participando da elaboração e da fiscalização da política cultural do Município de Macapá.



**PREFEITURA DE MACAPÁ - GOVERNO MUNICIPAL
GABINETE DO PREFEITO**

Art.2º. Fica instituído o Fundo de Proteção do Patrimônio Cultural de Macapá – FUNPAC, gerido e representado ativa e passivamente pelo Conselho Municipal do Patrimônio Cultural, cujos recursos serão destinados à execução de serviços e obras de manutenção e reparo dos bens tombados, a fundo perdido ou não, assim como a sua aquisição na forma deste regulamento.

CAPÍTULO II

DO CONSELHO MUNICIPAL DO PATRIMÔNIO CULTURAL – CUMUPAC

Seção I

Da Competência

Art. 3º Ao Conselho Municipal do Patrimônio Cultural – COMUPAC, órgão de caráter consultivo e deliberativo, compete:

I - propor, acompanhar, avaliar e fiscalizar ações de políticas públicas para o desenvolvimento de ações em favor do patrimônio cultural, a partir de iniciativas governamentais, facultada a parceria com agentes privados, sempre em observância à prevalência do interesse público;

II - fomentar estudos, eventos, atividades permanentes e pesquisas na área do patrimônio cultural;

III - propor e analisar políticas de geração, captação e alocação de recursos para o setor de patrimônio cultural municipal;

IV - colaborar na articulação das ações entre organismos públicos e privados para a preservação e divulgação do patrimônio cultural municipal;

V - emitir e analisar pareceres sobre questões relativas à proteção do patrimônio cultural municipal;

VI - estudar e sugerir medidas que visem à expansão e ao aperfeiçoamento das atividades e investimentos realizados pela Fundação Municipal de Cultura, no que se refere à proteção do patrimônio cultural municipal;

VII - incentivar a permanente atualização do cadastro das entidades culturais do município;

VIII - buscar articulação com outros Conselhos e entidades afins, objetivando intercâmbios, acúmulo de experiências e ações conjuntas quando possível;

IX - definir diretrizes e acompanhar as políticas culturais a serem implementadas pela administração pública municipal no âmbito do patrimônio cultural;

X - elaborar e aprovar seu regimento interno.



**PREFEITURA DE MACAPÁ - GOVERNO MUNICIPAL
GABINETE DO PREFEITO**

XI - definir critérios para o estabelecimento de convênios entre a administração pública municipal e organizações públicas ou privadas, a serem firmados por intermédio da Fundação Municipal de Cultura, no âmbito da implementação de políticas públicas de natureza cultural.

Seção II

Da Composição

Art. 4º O Conselho Municipal do Patrimônio Cultural – COMUPAC será composto por 13 (treze) membros, observada a representatividade do Poder Público Municipal e da sociedade civil, definidos na forma a seguir:

I – Diretor (a) Presidente da Fundação Municipal de Cultura - FUMCULT;

II - um representante da Secretaria Municipal de Meio Ambiente – SEMAM;

III - um representante do Instituto Municipal de Turismo – MACAPATUR;

IV - um representante da Universidade Federal do Amapá – UNIFAP;

V - um representante do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional – IPHAN;

VI - 08 (oito) representantes da sociedade civil.

§1º - Os representantes definidos nos incisos II a V serão indicados pelos dirigentes dos respectivos órgãos.

§2º - Os 08 (oito) representantes da sociedade civil, na forma prevista no inciso VI deste artigo, serão nomeados pelo Prefeito Municipal dentre nomes extraídos de listas triplas encaminhadas por entidades representativas da área cultural e demais segmentos afins, devendo haver necessariamente:

I - um historiador;

II - um arquiteto;

III - um sociólogo;

IV - um antropólogo;

V - um museólogo.

§3º - Os representantes descritos nos incisos I a V, do parágrafo §2º deverão estar devidamente inscritos nos conselhos representativos das respectivas classes profissionais.



**PREFEITURA DE MACAPÁ - GOVERNO MUNICIPAL
GABINETE DO PREFEITO**

§4º - Os demais representantes, na forma prevista no inciso VI deste artigo, serão nomeados pelo Prefeito Municipal dentre as diversas profissões, saberes e ofícios populares ligadas às áreas culturais e de meio ambiente.

§5º - Havendo necessidade, o Conselho Municipal do Patrimônio Cultural – COMUPAC poderá valer-se de parecer técnico de especialista na área ou de pessoas de reconhecido saber sobre o tema ou ainda representantes da comunidade de interesse do bem em análise, para melhor fundamentar suas decisões.

Art. 5º. Os treze membros do Conselho Municipal do Patrimônio Cultural – COMUPAC serão designados por meio de Portaria, expedida pelo Prefeito Municipal.

Art. 6º. O exercício do mandato de membro do Conselho Municipal do Patrimônio Cultural – COMUPAC é considerado de relevante interesse público, e de caráter gratuito, ficando vedada a percepção de salário, gratificação ou vantagem a qualquer título.

Art. 7º. Os membros do Conselho Municipal do Patrimônio Cultural – COMUPAC terão mandato de dois anos, renovável uma única vez por igual período.

Art. 8º. Os Conselheiros elegerão, dentre os membros nomeados pelo Prefeito Municipal, na forma prevista no inciso VI do artigo 3º deste Decreto, um Presidente e um Secretário, responsáveis pela condução dos trabalhos de elaboração do Regimento Interno do Conselho Municipal do Patrimônio Cultural – COMUPAC.

Art. 9º. Os membros do Conselho Municipal do Patrimônio Cultural – COMUPAC terão o prazo de quarenta e cinco dias, a contar da posse dos Conselheiros pelo Prefeito Municipal, para elaborar e aprovar o Regimento Interno do Conselho.

Art. 10. As reuniões do Conselho Municipal de Proteção do Patrimônio Histórico, Artístico, e Cultural do Município de Macapá, serão instaladas com a presença de, no mínimo, 50% (cinquenta por cento) dos conselheiros.

Art. 11. As decisões do Conselho Municipal de Proteção do Patrimônio Histórico, Artístico, e Cultural do Município de Macapá serão tomadas por maioria simples dos votos.

Art. 12. A Fundação Municipal de Cultura prestará apoio técnico e administrativo ao Conselho Municipal de Proteção do Patrimônio Cultural.

CAPÍTULO III

DO FUNDO DE PROTEÇÃO DO PATRIMÔNIO CULTURAL DE MACAPÁ

Art. 13. O Fundo de Proteção do Patrimônio Cultural de Macapá – FUNPAC, cuja criação foi autorizada pela Lei Municipal nº. 1.831, de 18 de novembro de 2010, vinculado à Fundação Municipal de Cultura, fica instituído nos termos deste decreto.

Art. 14. Os recursos do Fundo de Proteção do Patrimônio Cultural de Macapá – FUNPAC, serão destinados à execução de serviços e obras de manutenção e reparos dos bens tombados.



**PREFEITURA DE MACAPÁ - GOVERNO MUNICIPAL
GABINETE DO PREFEITO**

Art. 15. O Fundo de Proteção do Patrimônio Cultural de Macapá – FUNPAC é constituído de recursos provenientes de:

- I – doações e legados de terceiros;
- II – o produto das multas aplicadas com base em lei;
- III – rendimentos provenientes da aplicação dos seus recursos;
- IV- quaisquer outros recursos ou rendas que lhe sejam destinados.

Art. 16. Os recursos provenientes das receitas relacionadas no artigo anterior serão aplicados, mediante decisão da Fundação Municipal de Cultura, nas ações de preservação e conservação a serem realizadas nos bens culturais protegidos.

Parágrafo único. A aplicação dos recursos do Fundo de Proteção do Patrimônio Cultural de Macapá – FUNPAC na forma prevista no “caput” deste artigo, observará os requisitos e condições fixados em regulamento específico, expedido pelo Conselho Municipal do Patrimônio Cultural em até 90 (noventa) dias, a contar da posse dos Conselheiros.

Art. 17. Ficarão a cargo dos recursos do Fundo de Proteção do Patrimônio Cultural de Macapá – FUNPAC, os ônus e encargos sociais decorrentes da arrecadação dos recursos.

CAPITULO IV

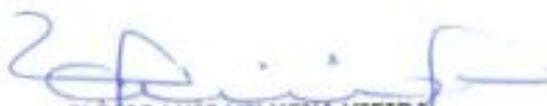
DISPOSIÇÕES FINAIS

Art. 18. O Regimento Interno do Conselho Municipal de Cultura determinará a periodicidade das reuniões e a forma de sua convocação, bem como das reuniões extraordinárias e das instâncias que o compõem.

Art. 19. Este decreto entra em vigor **na data de sua publicação**.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE.

Palácio **LAURINDO DOS SANTOS BANHA**, em Macapá-AP, 27 de AGOSTO 2013.


CLECIO LUIS VILHENA VIEIRA
PREFEITO DO MUNICÍPIO DE MACAPÁ



**MUNICÍPIO DE MACAPÁ - PREFEITURA MUNICIPAL
GABINETE DO PREFEITO**

DECRETO Nº 4.907/2013 - PMM

O **PREFEITO DO MUNICÍPIO DE MACAPÁ**, no uso de suas atribuições legais que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município de Macapá e com base na Lei Municipal 1.831, de 18 de novembro de 2010, que versa sobre o Estatuto da Proteção do Patrimônio Histórico, Artístico e Cultural do Município de Macapá; bem como, em atendimento à sua regulamentação, assegurada pelo Decreto nº 3.878/2013-PMM, de 27 de agosto de 2013.

DECRETA:

Art. 1º CRIAR o Conselho Municipal do Patrimônio Histórico, Artístico e Cultural de Macapá.

Parágrafo único. O Conselho Municipal do Patrimônio Histórico, Artístico e Cultural de Macapá é o instrumento vinculado à Fundação Municipal de Cultura - FUMCULT, responsável por institucionalizar a relação entre a Administração Municipal e os setores da sociedade civil relacionados à cultura patrimonial, conforme assegura o Decreto 3.878/2013-PMM, de 27 de agosto de 2013.

Art. 2º Fica determinado que, para que o Conselho Municipal do Patrimônio Histórico, Artístico e Cultural de Macapá tenha condições materiais e políticas necessárias para realizar seu trabalho, todas as unidades da Administração Municipal deverão atender as suas demandas quando solicitados dados e informações com precisão e diligência.

Art. 3º As condições físicas e materiais necessários para o funcionamento do Conselho Municipal do Patrimônio Histórico, Artístico e Cultural de Macapá serão asseguradas pela Fundação Municipal de Cultura.

Art. 4º O Conselho Municipal do Patrimônio Histórico, Artístico e Cultural de Macapá terá, a partir da data de sua posse, 45 (quarenta e cinco) dias para apresentar o Regimento Interno, visando a sua efetiva implantação.

Art. 5º O Conselho Municipal do Patrimônio Histórico, Artístico e Cultural de Macapá terá mandato de dois anos, renovável por igual período uma única vez, a contar da data de sua posse, que deverá ocorrer em no máximo 30 (trinta) dias após a publicação da presente portaria.

Art. 6º O Conselho Municipal do Patrimônio Histórico, Artístico e Cultural de Macapá, em sua primeira formação, tendo atendido aos critérios previstos em Lei, será composto pelos seguintes integrantes:



MUNICÍPIO DE MACAPÁ - PREFEITURA MUNICIPAL
GABINETE DO PREFEITO

Nº. Ord.	Membros
01	MÁRCIA CHRISTINA PINHEIRO CORRÊA
02	EDIGLEUMA PICANÇO BACELAR
03	ARLENA SORAIA FERREIRA DA SILVA
04	JOÃO BATISTA GOMES DE OLIVEIRA
05	JULIANA MORILHAS SILVANI
06	SIDNEY DA SILVA LOBATO
07	ELIZEU CORRÊA DOS SANTOS
08	DECLIOMÁ LOBATO PEREIRA
09	JOSÉ HENRIQUE DA SILVA COSTA
10	ANTÔNIO MARIA MENEZES DE MACEDO
11	MILLENY CHAVES RODRIGUES
12	PIEIDADE LINO VIDEIRA
13	FÁTIMA LÚCIA GUEDES DANTAS

Art. 7º Esta Portaria entra em vigor a partir da data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE.

Palácio **LAURINDO DOS SANTOS BANHA**, em Macapá-AP., 30 de DEZEMBRO de 2013.



CLÉCIO LUÍS VILHENA VIEIRA
PREFEITO DO MUNICÍPIO DE MACAPÁ



MUNICÍPIO DE MACAPÁ – PREFEITURA MUNICIPAL

LEI Nº 1.927/2011 - PMM

DÁ NOVA REDAÇÃO À LEI Nº
477/92-PMM, DE 13 DE JULHO DE
1992 QUE DISPÕE SOBRE A
CRIAÇÃO DO CONSELHO
MUNICIPAL DE CULTURA.

O PREFEITO MUNICIPAL DE MACAPÁ:

Faço saber que a Câmara Municipal de Macapá, aprovou e eu sanciono a seguinte
Lei:

Art. 1º A Lei nº 477/92-PMM, de 13 de julho de 1992, que dispõe sobre a criação do Conselho Municipal de Cultura, passa a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 1º Fica criado o Conselho Municipal de Cultura, órgão de deliberação coletiva, normativa, orientador e fiscalizador das atividades culturais do Município de Macapá, com base no disposto do art. 308, da Lei Orgânica Municipal.

Parágrafo único: A nomenclatura Conselho Municipal de Cultura e a sigla COMUC se equivalem para efeito de costumação.

Art. 2º O Conselho Municipal de Cultura, com sede no Município de Macapá, compõe-se de 20 (vinte) membros titulares e de 06 (seis) suplentes, nomeados pelo Prefeito, com mandato de 02 (dois) anos, vedada a reeleição.

§ 1º Fica a critério do Prefeito Municipal a livre escolha de 9 (nove) membros titulares e 03 (três) suplentes, dentre os mencionados no caput deste artigo, atendidas as exigências de efetiva participação e notório conhecimento cultural local.

§ 2º Os outros 10 (dez) membros titulares e 03 (três) suplentes serão eleitos pelos segmentos culturais, a saber:

- I - artes cênicas;
- II - música;
- III - dança;
- IV - literatura;
- V - cultura popular;
- VI - cultura afro-descendente;
- VII - capoeira;
- VIII - artes visuais;
- IX - artesanato;
- X - cultura religiosa;

9

11/07/2011



MUNICÍPIO DE MACAPÁ – PREFEITURA MUNICIPAL

- XI – áudio visual (suplente);
- XII – cultura digital (suplente);
- XIII – hip hop (suplente).

§ 3º Nomeados os membros do Conselho Municipal de Cultura, a este dar-se-á posse imediatamente para o início de suas atividades, eleição e posse do Presidente e do Vice-Presidente, composição das Câmaras e das Comissões e elaboração e aprovação do calendário anual de atividades.

§ 4º Os cargos de Presidente e Vice-Presidente do Conselho Municipal de Cultura de Macapá, serão preenchidos através de eleição por maioria absoluta dos votos dos conselheiros titulares e terão validade de 02 (dois) anos.

§ 5º Após a eleição serão encaminhados ao Prefeito Municipal os nomes dos candidatos eleitos para os cargos de Presidente e Vice-Presidente do COMUC para fins de nomeação.

§ 6º O nome do ocupante ao cargo de Secretário Geral será escolhido pelo Presidente do Conselho e nomeado através de Decreto pelo Prefeito Municipal.

Art. 3º O Conselho Municipal de Cultura de Macapá é composto dos seguintes órgãos:

- I - Plenário;
- II - Presidência;
- III - Câmaras Temáticas:
 - a) Câmara de Letras e Artes;
 - b) Câmara de Ciências Humanas;
 - c) Câmara de Patrimônio Histórico, Arqueológico e Cultural;
- IV - Comissão de Legislação, Planejamento e Normas;
- V - Secretaria Geral.

Parágrafo único. Sempre que necessário, poderão ser constituídas Comissões Especiais de natureza temporária.

Art. 4º A estrutura administrativa do Conselho Municipal de Cultura, será constituída do cargo de presidente, com remuneração equivalente ao CC-02 e de secretário geral com remuneração equivalente ao CC-01, os quais desde já são autorizados a serem incluídos na estrutura de cargos e salários do Poder Executivo Municipal.

Art. 5º O Conselho Municipal de Cultura terá instalações próprias e poderá requisitar servidores necessários ao atendimento de seus serviços administrativos e técnicos.

4



MUNICÍPIO DE MACAPÁ – PREFEITURA MUNICIPAL

Art. 6º Os membros do Conselho terão direito a remuneração de presença pela participação no órgão de deliberação coletiva, correspondente ao percentual de 50% (cinquenta por cento) incidente sobre o valor do salário mínimo.

Parágrafo Único. A remuneração de que trata o caput deste artigo será em decorrência da efetiva participação do conselho às reuniões ordinárias e extraordinárias do Plenário do Conselho Municipal de Cultura até o limite de 02 (duas) reuniões mensais.

Art. 7º Ao Conselho Municipal de Cultura de Macapá compete:

- I - estabelecer diretrizes para definição da política cultural do Município de Macapá;
- II - elaborar e aprovar os Planos de Cultura do Município de Macapá, a partir das orientações aprovadas na Conferência Municipal, baseando-se nas diretrizes aqui estabelecidas;
- III - acompanhar a execução dos respectivos planos de cultura;
- IV - apreciar e aprovar as diretrizes do Fundo Municipal de Arte e Cultura do Município de Macapá;
- V - fiscalizar a aplicação dos recursos recebidos em decorrência das transferências entre os entes da Federação;
- VI - acompanhar o cumprimento das diretrizes e instrumentos de financiamento da cultura;
- VII - propor a concessão de auxílios, de acordo com as dotações orçamentárias específicas a instituições com fins culturais de caráter oficiais ou particulares, tendo em vista a preservação do patrimônio cultural e natural do Município de Macapá, bem como a produção e circulação de bens artísticos e científicos em conformidade com Inciso XIV do mesmo diploma legal;
- VIII - promover campanhas que objetivem o desenvolvimento cultural e artístico do Município, programando comemorações cívicas, propondo ou providenciando para que sejam erguidos ou restaurados monumentos;
- IX - analisar e deliberar a respeito de publicações de trabalhos memoráveis nos segmentos das artes, das ciências e das letras propostos ao órgão gestor do sistema cultural do Município;
- X - analisar e emitir parecer sobre projetos que pleiteiem recursos decorrentes da Lei de Incentivo à Cultura Municipal e do Fundo Municipal de Arte e Cultura de Macapá;
- XI - promover sindicância, por meio de comissões especiais, nas instituições com fins culturais incluídas no Plano Municipal de Cultura, ou beneficiadas pela Lei de Incentivo à Cultura e pelo Fundo Municipal de Arte e Cultura de Macapá, tendo em vista o bom emprego dos recursos recebidos;
- XII - adotar medidas necessárias para a defesa e conservação de Patrimônio Histórico, Arqueológico e Cultural do Município;
- XIII - elaborar o Plano de Cadastro Cultural do Município, tendo em vista a concessão

9

SECRETARIA DE CULTURA E PATRIMÔNIO HISTÓRICO



MUNICÍPIO DE MACAPÁ – PREFEITURA MUNICIPAL

de serfido a entidades, artistas, técnicos, e produtores culturais com efeito ao acesso às subvenções e auxílios financeiros oriundos do executivo Municipal.

XIV - colaborar com a Coordenadora Municipal de Cultura na elaboração do Plano Municipal de Cultura, ou a qualquer outro órgão congênere que a venha substituir;

XV - emitir parecer sobre assuntos de natureza cultural que sejam submetidos a sua deliberação;

XVI - organizar e dirigir os seus serviços administrativos;

XVII - eleger seu Presidente e Vice-Presidente;

XVIII - manter intercâmbio com o Conselho Estadual de Cultura, Conselho Nacional de Cultura e demais Municípios;

XIX - publicar boletins de suas atividades, bem como informações e estudos sobre problemas culturais;

XX - colaborar com o Conselho Estadual de Cultura, como órgão consultivo de assessoramento, na formulação, execução e fiscalização do Plano Municipal de Cultura;

XXI - exercer outras atividades que lhe sejam inerentes;

Art. 8º A regulamentação da presente lei no que couber, será realizada por ato do Prefeito.

Art. 9º As despesas decorrentes desta lei correrão por conta de recursos consignados no orçamento do Município."

Art. 2º Esta lei entra em vigor a data de sua publicação.

Palácio LAURINDO DOS SANTOS BANHA, em 09 de dezembro de 2011.


ANTÔNIO ROBERTO RODRIGUES GÓES DA SILVA

Prefeito Municipal de Macapá



Município de Macapá

Diário Oficial

DECRETO Nº 526/91 DE 27 DE NOVEMBRO DE 1991 - ANO VIII - Nº 1933

Macapá - Amapá - 21 de dezembro de 2011



PREFEITURA DE MACAPÁ
Antonio Roberto Rodrigues Góes da Silva
Prefeito de Macapá
Maria Helena Barbosa Guerra
Vice-Prefeita de Macapá
Raimundo Guedes de Araújo
Secretário Municipal do Gabinete do Prefeito
Heilton Correa Medeiros
Comandante da Guarda Municipal

SECRETARIOS

Alberto Pereira Góes
Secretário Especial da Governadoria - SÉGOV
Eliete Nascimento Borges
Secretária Especial de Coord. das Sub-Prefeituras
Otacilio Pereira Barbosa
Secretário Municipal para Assuntos Excepcionais - SEMAE
Arbólio de Oliveira Melreles
Secretário Municipal de Administração - SEMAD
Aulo Cayo de Lacerda Mira
Secretário Municipal de Finanças - SEMFI
Joselito Santos Abrantes
Secretário Municipal de Planejamento e Coord. Geral - SEMPLA
Maria Helena Barbosa Guerra
Secretária Municipal de Educação - SEMED
Paula Nice Moura da Silva Souza
Secretária Municipal de Assistência Social e do Trabalho - SEMAST
Araclécio Costa dos Santos Pinheiro
Secretária Municipal de Desenvolvimento Econômico - SEMDEC
Eduardo Monteiro de Jesus
Secretário Municipal de Saúde - SEMSA
Marcos Alberto de Souza Juci
Secretário Municipal de Obras - SEMOB
Eraldo da Silva Trindade
Secretário Municipal de Manutenção Urbânica - SEMUR
Carlos Henrique da Silva Nery
Secretário Municipal de Desenv. Urbano e Habitacional - SEMDUH
Marcelo Waldeck Ribeiro
Secretário Municipal do Meio Ambiente - SENAM
Vicente Manoel Pereira Gomes
Procurador Geral do Município - PROCGM
Márcia Valéria Barbosa Guerra
Concededora Geral do Município - CDRGEM
Odete de Fatima Thomas Noronha
Controladora Geral do Município - CODEM

DIRETORES DE EMPRESAS

Joselito Santos Abrantes
Diretor Presidente da URRAM (Liquidação)
Antonio de Oliveira Melreles (Acumulando)
Diretor Presidente da Macapárev
Carlos Sergio dos Santos Monteiro
Diretor Presidente da EMTU
Jorge Campos Soares
Diretor Presidente da EMDESUR

EXPEDIENTE

O D.O.M. poderá ser encontrado na Divisão de Imprensa Oficial do Município, Departamento de Administração Financeira da SEMAD-PMM.

REMESSAS DE MATÉRIAS

As matérias a serem publicadas no Diário Oficial do Município, somente serão aceitas se apresentadas das seguintes medidas: 6 cm de largura para 2 colunas, 17 cm de largura para 1 coluna no caso de balanços, tabelas e quadros.

RECLAMAÇÕES

Deverão ser dirigidas por escrito, ao GAB da Secretaria Municipal de Administração- SEMAD/PMM, até 8(oito) dias após a publicação.

LEIS

LEI Nº 1.921/ 2011-PMM.

Altera e acrescenta dispositivos a Lei Municipal nº 1.699 de 10 de agosto de 2009, que dispõe sobre o Fundo Municipal de Apoio a Arte e Cultura do Município de Macapá - FUMARC.

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE MACAPÁ

Faço saber que a Câmara Municipal de Macapá, aprovou e eu sanciono a seguinte lei:

Art. 1º. Os dispositivos a seguir mencionados da Lei nº. 1.699 de 10 de agosto de 2009, passam a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 1º. Fica criado o Fundo Municipal de Apoio a Arte e Cultura do Município de Macapá - FUMARC, vinculado à Fundação Municipal de Cultura ou a qualquer outro órgão congênero que substituí-lo, para apoiar a pesquisa, criação e circulação de obras e atividades artísticas e/ou culturais através de:

I - projetos artísticos e/ou culturais propostos por pessoas físicas ou jurídicas, com ou sem fins lucrativos, e que tenham residência ou sede no Município de Macapá por no mínimo 03 (três) anos;
II - programas públicos estabelecidos em leis municipais que, através de concursos públicos, destinem recursos no Orçamento do Município para projetos de artistas e produtores culturais locais;
III - ações consideradas estratégicas pelo Conselho Municipal de Cultura.

§ 3º fica vedada a concessão de recurso do fundo a obras, produtos, eventos ou a quaisquer projetos destinados a circuitos ou coleções particulares, bem como, a institutos, fundações ou associações vinculadas a organizações privadas que tenham fins lucrativos, e não tenha na arte e na cultura uma de suas principais atividades.

Art. 2º

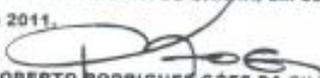
II - dança e folguedos juninos;
III - teatro, circo, ópera e congêneres de artes cênicas;
IV - produção cinematográfica, fotográfica, videográfica, documentário e congêneres;
V - livro e literatura;
VI - cartunismo;
VII - artes visuais, artesanato e congêneres;
VIII - folclore e tradições populares;
IX - informação e documentação;
X - bibliotecas e centros culturais;
XI - acervo e patrimônio histórico e cultural;
XII - museologia;

Art. 1º Fica autorizado o Poder Executivo Municipal a instituir a Campanha "Dê Sinal de Vida", no âmbito do Município de Macapá.

Parágrafo único. A campanha visará a educação e conscientização dos pedestres para a necessidade de levantar a mão ao atravessar a faixa e os motoristas de dar a preferência para o pedestre na faixa.

Art. 3º O Poder Executivo Municipal terá 30 (trinta) dias para efetivar esta Lei.

Palácio LAURINDO DOS SANTOS BANHA, em 05 de dezembro de 2011.


ANTÔNIO ROBERTO RODRIGUES GÓES DA SILVA

Prefeito Municipal de Macapá

LEI Nº 1.924/2011-PMM

DISPÕE SOBRE INCLUSÃO NO CALENDÁRIO DE EVENTOS DO MUNICÍPIO, O PRÊMIO DENOMINADO "AMAPÁ EM DESTAQUE."

O PREFEITO MUNICIPAL DE MACAPÁ:

Faço saber que a Câmara Municipal de Macapá, aprovou e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º Autoriza o Poder Executivo Municipal incluir no calendário de Eventos do Município, o "Prêmio Amapá em Destaque".

Art. 2º Fica facultado ao Município, realizar convênios e assessoramentos, para a realização do evento.

Art. 3º Na realização de qualquer convênio, os organizadores deverão prestar contas com o Município em até seis meses.

Art. 4º O evento deverá obedecer à data de sua realização, que ocorrerá no dia 07 de dezembro de cada ano.

Art. 5º As despesas decorrentes do cumprimento desta Lei serão indicadas pelo Poder Executivo Municipal.

Art. 6º Esta Lei entrará em Vigor na data de sua publicação.

Palácio LAURINDO DOS SANTOS BANHA, em 05 de dezembro de 2011.


ANTÔNIO ROBERTO RODRIGUES GÓES DA SILVA
Prefeito Municipal de Macapá

LEI Nº 1.925/2011-PMM

DISPÕE SOBRE A OBRIGATORIEDADE DA DISCIPLINA "CULTURA DO AMAPÁ" NO CURRÍCULO ESCOLAR DAS ESCOLAS DA REDE MUNICIPAL DE ENSINO.

O PREFEITO MUNICIPAL DE MACAPÁ:

Faço saber que a Câmara Municipal de Macapá, aprovou e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º É obrigatória a oferta da disciplina "Cultura do Amapá" nas escolas da rede Municipal de ensino do Município a partir do ano letivo de 2011.

Parágrafo único. A alteração curricular necessária será elaborada pela Secretaria Municipal de Educação de acordo com as normas da Secretaria de Estado de Educação dos Egrégios Conselhos de Educação afins.

Art. 2º A carga horária anual será definida de maneira compatível para alunos do Pré-escolar e do Ensino Fundamental, visando atender as demandas educacionais de cada nível de ensino.

Art. 3º O Executivo Municipal regulamentará a presente Lei no prazo de até 60 (sessenta) dias, após a data de sua publicação.

Art. 4º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Palácio LAURINDO DOS SANTOS BANHA, em 05 de dezembro de 2011.


ANTÔNIO ROBERTO RODRIGUES GÓES DA SILVA
Prefeito Municipal de Macapá

LEI Nº 1.926/2011-PMM

INCLUI NO CALENDÁRIO DE EVENTOS DO MUNICÍPIO DE MACAPÁ O EVENTO "VIRADA CULTURAL".

O PREFEITO MUNICIPAL DE MACAPÁ:

Faço saber que a Câmara Municipal de Macapá, aprovou e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º Fica incluído no Calendário de Eventos do Município de Macapá, o evento Virada Cultural, o qual deverá ser realizado anualmente no segundo final de semana do mês de novembro.

§ 1º A Virada Cultural deverá sempre ocorrer no período das 15:00 horas de Sábado até as 15:00 do Domingo.

§ 2º A Virada Cultural ocorrerá em espaços públicos, podendo ocorrer em espaços particulares.

Art. 2º Fica autorizado o Poder Executivo Municipal a firmar convênios com entidades públicas e privadas para realização e divulgação do presente evento cultural.

Art. 3º A presente Lei deverá ser regulamentada no prazo de 30 (trinta) dias após a data de sua publicação.

Art. 4º Esta Lei entra em vigor na data da sua publicação.

Palácio LAURINDO DOS SANTOS BANHA, em 05 de dezembro de 2011.


ANTÔNIO ROBERTO RODRIGUES GÓES DA SILVA
Prefeito Municipal de Macapá

LEI Nº 1.927/2011 - PMM

DÁ NOVA REDAÇÃO À LEI Nº 477/92-PMM, DE 13 DE JULHO DE 1992 QUE DISPÕE SOBRE A CRIAÇÃO DO CONSELHO MUNICIPAL DE CULTURA.

O PREFEITO MUNICIPAL DE MACAPÁ:

Faço saber que a Câmara Municipal de Macapá, aprovou e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º A Lei nº 477/92-PMM, de 13 de julho de 1992, que dispõe sobre a criação do Conselho Municipal de Cultura, passa a vigorar com a seguinte redação:

Art. 1º Fica criado o Conselho Municipal de Cultura, órgão de deliberação coletiva, normativa, orientador e fiscalizador das atividades culturais do Município de Macapá, com base no disposto do art. 308, da Lei Orgânica Municipal.

Parágrafo único. A nomenclatura Conselho Municipal de Cultura e a sigla COMUC se equivalem para efeito de comunicação.

Art. 2º O Conselho Municipal de Cultura, com sede no Município de Macapá, compõe-se de 20 (vinte) membros titulares e de 06 (seis) suplentes, nomeados pelo Prefeito, com mandato de 02 (dois) anos, vedada a reeleição.

§ 1º Fica a critério do Prefeito Municipal a livre escolha de 9 (nove) membros titulares e 03 (três) suplentes, dentre os mencionados no caput deste artigo, atendidas as exigências de efetiva participação e notório conhecimento cultural local.

§ 2º Os outros 10 (dez) membros titulares e 03 (três) suplentes serão eleitos pelos segmentos culturais, a saber:

- I - artes cênicas;
- II - música;
- III - dança;
- IV - literatura;
- V - cultura popular;
- VI - cultura afro-descendente;
- VII - capoeira;
- VIII - artes visuais;
- IX - artesanato;
- X - cultura religiosa;
- XI - áudio visual (suplente);
- XII - cultura digital (suplente);
- XIII - hip hop (suplente).

§ 3º Nomeados os membros do Conselho Municipal de Cultura, a este dar-se-á posse imediatamente para o início de suas atividades, eleição e posse do Presidente e do Vice-Presidente, composição das Câmaras e das Comissões e elaboração e aprovação do calendário anual de atividades.

§ 4º Os cargos de Presidente e Vice-Presidente do Conselho Municipal de Cultura de Macapá, serão

preenchidos através de eleição por maioria absoluta dos votos dos conselheiros titulares e terão validade de 02 (dois) anos.

§ 5º Após a eleição serão encaminhados ao Prefeito Municipal os nomes dos candidatos eleitos para os cargos de Presidente e Vice-Presidente do COMUC para fins de nomeação.

§ 6º O nome do ocupante do cargo de Secretário Geral será escolhido pelo Presidente do Conselho e nomeado através de Decreto pelo Prefeito Municipal.

Art. 3º O Conselho Municipal de Cultura de Macapá é composto dos seguintes órgãos:

- I - Plenário;
- II - Presidência;
- III - Câmaras Temáticas:
 - a) Câmara de Letras e Artes;
 - b) Câmara de Ciências Humanas;
 - c) Câmara de Patrimônio Histórico, Arqueológico e Cultural;
- IV - Comissão de Legislação, Planejamento e Normas;
- V - Secretaria Geral.

Parágrafo único. Sempre que necessário, poderão ser constituídas Comissões Especiais de natureza temporária.

Art. 4º A estrutura administrativa do Conselho Municipal de Cultura, será constituída do cargo de presidente, com remuneração equivalente ao CC-02 e de secretário geral com remuneração equivalente ao CC-01, os quais desde já são autorizados a serem incluídos na estrutura de cargos e salários do Poder Executivo Municipal.

Art. 5º O Conselho Municipal de Cultura terá instalações próprias e poderá requisitar servidores necessários ao atendimento de seus serviços administrativos e técnicos.

Art. 6º Os membros do Conselho terão direito à remuneração de presença pela participação no órgão de deliberação coletiva, correspondente ao percentual de 60% (cinquenta por cento) incidente sobre o valor do salário mínimo.

Parágrafo Único. A remuneração de que trata o caput deste artigo será em decorrência da efetiva participação do conselheiro às reuniões ordinárias e extraordinárias do Plenário do Conselho Municipal de Cultura até o limite de 02 (duas) reuniões mensais.

Art. 7º Ao Conselho Municipal de Cultura de Macapá compete:

- I - estabelecer diretrizes para definição da política cultural do Município de Macapá;
- II - elaborar e aprovar os Planos de Cultura do Município de Macapá, a partir das orientações

aprovadas na Conferência Municipal, baseando-se nas diretrizes aqui estabelecidas;

III - acompanhar a execução dos respectivos planos de cultura;

IV - apreciar e aprovar as diretrizes do Fundo Municipal de Arte e Cultura do Município de Macapá;

V - fiscalizar a aplicação dos recursos recebidos em decorrência das transferências entre os entes da Federação;

VI - acompanhar o cumprimento das diretrizes e instrumentos de financiamento da cultura;

VII - propor a concessão de auxílios, de acordo com as dotações orçamentárias específicas às instituições com fins culturais de caráter oficiais ou particulares, tendo em vista a preservação do patrimônio cultural e natural do Município de Macapá, bem como a produção e circulação de bens artísticos e científicos em conformidade com inciso XIV do mesmo diploma legal;

VIII - promover campanhas que objetivem o desenvolvimento cultural e artístico do Município, programando comemorações cívicas, propondo ou providenciando para que sejam erguidos ou restaurados monumentos;

IX - analisar e deliberar a respeito de publicações de trabalhos memoráveis nos segmentos das artes, das ciências e das letras propostos ao órgão gestor do sistema cultural do Município;

X - analisar e emitir parecer sobre projetos que pleiteiem recursos decorrentes da Lei de Incentivo à Cultura Municipal e do Fundo Municipal de Arte e Cultura de Macapá;

XI - promover sindicância, por meio de comissões especiais, nas instituições com fins culturais incluídas no Plano Municipal de Cultura, ou beneficiadas pela Lei de Incentivo à Cultura e pelo Fundo Municipal de Arte e Cultura de Macapá, tendo em vista o bom emprego dos recursos recebidos;

XII - adotar medidas necessárias para a defesa e conservação de Patrimônio Histórico, Arqueológico e Cultural do Município;

XIII - elaborar o Plano de Cadastro Cultural do Município, tendo em vista a concessão de certificado a entidades, artistas, técnicos, e produtores culturais com efeito ao acesso às subvenções e auxílios financeiros oriundos do executivo Municipal;

XIV - colaborar com a Coordenadoria Municipal de Cultura na elaboração do Plano Municipal de Cultura, ou a qualquer outro órgão congêneres que a venha substituir;

XV - emitir parecer sobre assuntos de natureza

cultural que sejam submetidos a sua deliberação;

XVI - organizar e dirigir os seus serviços administrativos;

XVII - eleger seu Presidente e Vice-Presidente;

XVIII - manter intercâmbio com o Conselho Estadual de Cultura, Conselho Nacional de Cultura e demais Municípios;

XIX - publicar boletins de suas atividades, bem como informações e estudos sobre problemas culturais;

XX - colaborar com o Conselho Estadual de Cultura, como órgão consultivo de assessoramento, na formulação, execução e fiscalização do Plano Municipal de Cultura;

XXI - exercer outras atividades que lhe sejam inerentes;

Art. 8º A regulamentação da presente lei no que couber, será realizada por ato do Prefeito.

Art. 9º As despesas decorrentes desta lei correrão por conta de recursos consignados no orçamento do Município."

Art. 2º Esta lei entra em vigor a data de sua publicação.

Palácio LAURINDO DOS SANTOS BANHA, em 09 de dezembro de 2011.


ANTÔNIO ROBERTO RODRIGUES GÓES DA SILVA
Prefeito Municipal de Macapá

LEI Nº 1.928/2011 - PMM

ALTERA DISPOSITIVO DA LEI Nº 1.549/2007-PMM, DE 27 DE FEVEREIRO DE 2007 QUE DISPÕE SOBRE A CRIAÇÃO DO CONSELHO MUNICIPAL DE MEIO AMBIENTE - COMDEMA.

O PREFEITO MUNICIPAL DE MACAPÁ:

Faço saber que a Câmara Municipal de Macapá, aprovou e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º O inciso XX, do art. 3º da Lei 1.549, de 27 de fevereiro de 2007, passa a vigorar com a seguinte redação:

"XX - decidir, juntamente com o órgão executivo de meio ambiente, sobre a aplicação dos recursos provenientes do Fundo Especial de Recursos para o Meio Ambiente do Município de Macapá - FERMMAM."

Art. 2º O caput do art.4º da Lei 1.549, de 27 de fevereiro de 2007 passa a vigorar com a seguinte redação:

"Art. 4º O Conselho Municipal de Meio Ambiente - COMDEMA reunir-se-á, ordinariamente uma vez a cada dois meses, na forma prevista em seu Regimento Interno, e, em caráter extraordinário, sempre que convocado pelo seu Presidente, por iniciativa própria ou a requerimento de pelo menos 50% (cinquenta por cento) de seus membros titulares."

LEI Nº 1.831/2010-PM

DISPÕE SOBRE O ESTATUTO DA PROTEÇÃO DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO, ARTÍSTICO E CULTURAL DO MUNICÍPIO DE MACAPÁ.

O PREFEITO MUNICIPAL DE MACAPÁ:

Faço saber que a Câmara Municipal de Macapá, aprovou e eu sanciono a seguinte Lei:

CAPÍTULO I

DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

Art. 1º Fica assegurada a preservação do patrimônio histórico, artístico e cultural do Município de Macapá como dever de todos os seus cidadãos.

Parágrafo único. O Poder Público Municipal dispensará proteção especial ao patrimônio histórico, artístico e cultural do Município, segundo os preceitos desta Lei e de regulamentos para tal fim.

Art. 2º O patrimônio histórico, artístico e cultural do Município de Macapá é constituído por bens móveis e imóveis, de natureza material ou imaterial, tomados individualmente ou em conjunto, existentes em seu território e cuja preservação seja de interesse público, dado o seu valor histórico, artístico, ecológico, bibliográfico, documental, religioso, folclórico, etnográfico, arqueológico, paleontológico, paisagístico, turístico, científico e estético.

Art. 3º O Município procederá a proteção e preservação dos bens que constituem o seu patrimônio histórico, artístico e cultural segundo os procedimentos e regulamentações desta Lei, através do Conselho Municipal do Patrimônio Cultural.

Art. 4º Fica instituído o Livro do Tombo Municipal destinado à inscrição dos bens de natureza material e os livros de registro de bens imateriais que o Conselho Municipal do Patrimônio Cultural considerar de interesse de preservação para o Município.

Parágrafo único. O Livro Tombo e os livros de registro serão disponibilizados também na versão digitalizada e atualizada para consulta na rede mundial de computadores (Internet).

CAPÍTULO II

DO CONSELHO MUNICIPAL DO PATRIMÔNIO CULTURAL

Art. 5º Fica autorizada a criação, no âmbito do Poder Executivo Municipal, do Conselho Municipal do Patrimônio Cultural, de caráter deliberativo e consultivo, integrante da Coordenadoria Municipal de Cultura ou órgão sucessor.

§ 1º O conselho será composto por treze membros, dentre eles o dirigente do órgão responsável pela cultura no âmbito do Município, um representante do órgão municipal responsável pelo Meio Ambiente e um do órgão municipal responsável pelo Turismo, um representante da Universidade Federal do Amapá, um representante do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional - IPHAN e mais oito membros nomeados pelo Prefeito Municipal, extraídos de listas triplíces encaminhadas por entidades representativas da área cultural e demais seguimentos afins.

§ 2º Entre os sete membros nomeados pelo Prefeito deverá haver, pelo menos, um historiador, um arquiteto, um sociólogo, antropólogo e um museólogo, devidamente inscritos em suas entidades de classe representativas, e os demais serão escolhidos nas diversas profissões, saberes e ofícios populares ligadas às áreas culturais e de meio ambiente.

§ 3º Havendo necessidade, o Conselho poderá valer-se de parecer técnico de especialista na área ou de pessoas de reconhecido saber sobre o tema ou representantes da comunidade de interesse do bem em análise para melhor fundamentar suas decisões.

§ 4º O exercício das funções de Conselheiro é considerado de relevante interesse público, de caráter gratuito, ficando vedada a percepção de salário, gratificação ou vantagem e qualquer título.

§ 5º O Conselho elegerá, dentre os membros nomeados pelo Prefeito, um presidente e um secretário, e ainda elaborará o seu regimento interno no prazo de 45 (quarenta e cinco) dias a contar da posse, pelo Prefeito, de seus Conselheiros.

CAPÍTULO III

DO PROCESSO DE TOMBAMENTO DOS BENS MATERIAIS

Art. 6º Para inscrição no Livro do Tombo será instaurado processo que se inicia por iniciativa:

- a) do órgão Municipal de Cultura;
- b) do Poder Legislativo;
- c) do proprietário do bem;
- d) de qualquer do povo.

Parágrafo único. Nos casos das alíneas "c" e "d" deste artigo, o requerimento será dirigido ao órgão Municipal de Cultura.

Art. 7º Os requerimentos do Poder Legislativo, proprietária, ou de qualquer do povo, poderão ser indeferidos pelo órgão Municipal de Cultura com fundamento em parecer técnico, caso em que caberá recurso ao Conselho Municipal do Patrimônio Cultural.

Parágrafo único. O pedido de tombamento será instruído com documentação e descrição para individualização do bem.

Art. 8º Se a iniciativa for do órgão Municipal de Cultura ou se o requerimento para tombamento for deferido, o proprietário será notificado pelo Correlato, se for o caso, através de aviso de recebimento (AR) para, no prazo de 20 (vinte) dias, se lhe convier, oferecer impugnação.

Parágrafo único. Quando ignorado, incerto ou inacessível o lugar em que se encontrar o proprietário, a notificação far-se-á por edital, publicado uma vez no Diário Oficial e pelo menos duas vezes em jornal de circulação diária no município e por três dias em programação de grande audiência de rádio AM ou FM.

Art. 9º Nos casos em que o tombamento implicar em restrições aos bens do em torno e ambiência do bem tombado será issued o mesmo procedimento dos artigos 7º e 8º, aos respectivos proprietários.

Art. 10. Instaurado o processo de tombamento, passam a incidir sobre os bens as limitações ou restrições administrativas próprias do regimento de preservação do bem tombado, até decisão final.

Art. 11. Decorrido o prazo previsto no art. 8º, havendo ou não impugnação, o processo será encaminhado ao Conselho Municipal do Patrimônio Cultural para julgamento.

Art. 12. O Conselho Municipal do Patrimônio Cultural poderá solicitar ao órgão Municipal de Cultura, novos estudos, pareceres, vistorias ou qualquer medida que oriente o julgamento.

Parágrafo único. O prazo final para julgamento, a partir da data de entrada do processo no Conselho, será de 60 (sessenta) dias, prorrogáveis pelo mesmo período, se necessários estudos mais aprofundados e diligências.

Art. 13. A sessão de julgamento será pública, e será concedida a palavra para que seus membros, o proprietário e os particulares que tiverem proposto ou impugnado o tombamento exponham suas razões.

Art. 14. Na decisão do Conselho Municipal do Patrimônio Cultural que determinar o tombamento deverá constar:

I - descrição do bem;

II - fundamentação das características pelas quais o bem será incluído no Livro Tombo;

III - definição e delimitação da preservação e os parâmetros de futuras instalações e utilizações;

IV - as limitações impostas ao entorno e ambiência do bem tombado, quando necessário;

V - no caso de bens móveis, o procedimento para sua saída do município;

VI - no caso de tombamento de coleção de bens, relação das peças componentes da coleção e definição de medidas que garantam sua integridade.

Art. 15. A decisão do Conselho Municipal do Patrimônio Cultural que determina a inscrição definitiva do bem no Livro Tombo será publicada no Diário Oficial, no prazo de 20 (vinte) dias, oficiada ao registro de imóveis para os bens imóveis e ao registro de Títulos e Documentos para os bens móveis.

Parágrafo único. Havendo restrições impostas aos bens do entorno será oficiado o registro de imóveis para as averbações das matéris respectivas.

Art. 16. Se a decisão do Conselho for contrária ao tombamento, imediatamente serão suspensas as limitações impostas pelo artigo 10 da presente lei.

CAPÍTULO IV

DA PROTEÇÃO E CONSERVAÇÃO DE BENS TOMBADOS

Art. 17. Cabe ao proprietário do bem tombado a sua proteção e conservação, segundo os preceitos e determinações desta lei e do Conselho Municipal do Patrimônio Cultural.

Art. 18. O bem tombado não poderá ser descaracterizado, tampouco modificada sua destinação sem prévia autorização do órgão Municipal de Cultura.

§ 1º A restauração, reparação ou alteração do bem tombado, somente poderá ser feita em cumprimento aos parâmetros estabelecidos na decisão do Conselho Municipal do Patrimônio Cultural, cabendo ao órgão Municipal de Cultura a conveniente orientação e acompanhamento de sua execução.

§ 2º Havendo dúvida em relação às prescrições do Conselho Municipal do Patrimônio Cultural, haverá novo pronunciamento que, em caso de urgência, poderá ser feito, "ad referendum", pelo órgão Municipal de Cultura.

Art. 19. As construções, demolições, paisagismo no entorno ou ambiência do bem tombado deverão seguir as restrições impostas por ocasião do tombamento. Em caso de dúvida ou omissão

deverá ser ouvido o Conselho Municipal do Patrimônio Cultural.

Art. 20. Ouvido o Conselho Municipal do Patrimônio Cultural, o órgão Municipal de Cultura, poderá determinar ao proprietário a execução de obras imprescindíveis à conservação e a segurança do bem tombado, fixando prazo para o seu início e término.

§ 1º Este ato do órgão Municipal de Cultura, será de ofício ou por solicitação de qualquer do povo.

§ 2º Se o órgão municipal não determinar as obras solicitadas por qualquer do povo, no prazo de 30 (trinta) dias, caberá recurso ao Conselho Municipal do Patrimônio Cultural que decidirá sobre a determinação, no prazo de 30 (trinta) dias.

Art. 21. Se o proprietário do bem tombado não cumprir o prazo fixado para início da obra, o Município a executará, lançando em dívida ativa o montante despendido.

Art. 22. As obras de que trata o artigo anterior poderão ser dispensadas de pagamento se o proprietário não puder fazê-lo sem comprometer o próprio sustento e não tiver outro imóvel além do tombado.

Art. 23. O Poder Municipal pode limitar o uso do bem tombado, de sua vizinhança e ambiência, quando houver risco de dano, ainda que importe em cassação de alvará.

Art. 24. Os bens tombados de domínio público podem ser entregues, mediante respectivo ato de outorga, com permissão de uso a particulares, sendo estabelecidas normas precisas para a preservação, pelo Conselho Municipal do Patrimônio Cultural.

Art. 25. No caso de extravio ou furto de bem tombado, o proprietário deverá dar conhecimento do fato ao Conselho Municipal do Patrimônio Cultural, no prazo de 48 (quarenta e oito) horas.

Art. 26. O deslocamento ou transferência de propriedade do bem móvel tombado deverá ser comunicado ao órgão Municipal de Cultura, pelo proprietário, possuidor, adquirente ou interessado.

Parágrafo único. Qualquer venda judicial de bem tombado deverá ser autorizada pelo Município, cabendo a este o direito de preferência.

Art. 27. O Poder Público Municipal, ouvido o Conselho Municipal de Patrimônio Cultural, poderá reduzir a alíquota do IPTU, taxas e alvarás relativos aos bens tombados, sempre que seja indispensável à manutenção do bem, de acordo com regulamento que para isto expedirá.

§ 1º A redução de alíquota será condicionada à preservação do bem tombado.

§ 2º A redução de que trata este artigo poderá ser revogada a critério da Administração Municipal.

Art. 28. As Secretarias Municipais e demais órgãos da Administração Pública direta ou indireta, com competência para a concessão de licenças, alvarás e outras autorizações para construção, reforma e utilização, desmembramento de terrenos, poda ou derrubada de espécies vegetais, deverão consultar previamente ao órgão Municipal de Cultura, antes de qualquer deliberação, em se tratando de bens tombados, respeitando as respectivas áreas envoltórias.

CAPÍTULO V DOS BENS CULTURAIS DE NATUREZA IMATERIAL OU INTANGÍVEL

Art. 29. Ficam instituídas as formas de Registro de Bens Culturais de Natureza Imaterial ou Intangível que constituem o Patrimônio Cultural de Macapá.

§ 1º O registro dos bens culturais de natureza imaterial que constituem patrimônio cultural macapaense será efetuado em cinco livros, a saber:

I - Livro de Registro dos Saberes, onde serão inscritos conhecimentos e modos de fazer enraizados no cotidiano das comunidades;

II - Livro de Registro das Celebrações, onde serão inscritos rituais e festas que marcam a vivência coletiva do trabalho, da religiosidade, do entretenimento e de outras práticas da vida social;

III - Livro de Registro das Formas de Expressão, onde serão inscritas manifestações literárias, musicais, cênicas e lúdicas;

IV - Livro de Registro dos Lugares, onde serão inscritos mercados, feiras, santuários, praças e demais espaços onde se concentram e se produzem práticas culturais coletivas;

V - Livro de Registro de Mestres de Artes e Ofícios, onde serão inscritos nomes das pessoas, com notório e reconhecido saber específicos, responsáveis pela confecção de artefatos, ofícios, artes e cerimônias.

§ 2º Outros livros de registro poderão ser abertos para a inscrição de bens culturais de natureza imaterial que constituam patrimônio cultural macapaense e não se enquadrem nos livros definidos no parágrafo anterior.

§ 3º Os livros de que trata este artigo serão digitalizados, atualizados e disponibilizados para consulta na rede mundial de computadores (Internet).

Art. 30. O pedido de instauração do processo de registro de bens culturais de natureza imaterial cabe, além dos órgãos e entidades

públicas da área cultural, a qualquer cidadão, sociedade ou associação civil sem prejuízo das previsões do art. 6º da presente Lei.

Art. 31. As propostas de registro, instruídas com documentação pertinente, serão dirigidas ao órgão Municipal de Cultura.

§ 1º O órgão Municipal de Cultura, sempre que necessário, orientará os proponentes na montagem do processo.

§ 2º O órgão Municipal de Cultura emitirá parecer sobre a proposta de registro que será publicado no Diário Oficial, em jornal de circulação diária e na programação de rádio AM e FM para fins de manifestação de interessados.

§ 3º Decorridos 30 (trinta) dias da publicação e veiculação do parecer, o processo será encaminhado ao Conselho Municipal do Patrimônio Cultural que o incluirá na pauta de julgamento da sua próxima reunião.

Art. 32. No caso de decisão favorável do Conselho Municipal do Patrimônio Cultural, o objeto da proteção será inscrito no livro correspondente e receberá o título de Patrimônio Cultural de Macapá.

Parágrafo único. Caberá ao Conselho Municipal do Patrimônio Cultural determinar a abertura, quando for o caso, de novo Livro de Registro, em atendimento ao disposto no § 2º do art. 29 desta Lei.

Art. 33. As decisões do Conselho serão publicadas no Diário Oficial e disponibilizadas na rede mundial de computadores (Internet).

Art. 34. Os processos de registros ficarão sob a guarda do órgão Municipal de Cultura.

Art. 35. O órgão Municipal de Cultura fará a reavaliação dos bens culturais registrados, pelo menos a cada cinco anos, e a encaminhará ao Conselho Municipal do Patrimônio Cultural, que decidirá sobre a revalidação do título de Patrimônio Cultural de Macapá, tendo em vista, sempre, o registro como referência histórica do bem e sua relevância para a memória local e regional, e a identidade e formação cultural das comunidades macapaenses.

Parágrafo único. Negada a revalidação, será mantido apenas o registro, como referência cultural de seu tempo.

Art. 36. Fica obrigado o poder executivo municipal a instituir, no âmbito do órgão Municipal de Cultura, o Programa de preservação do Patrimônio Imaterial, visando à implementação de política específica de inventário, referenciamento e valorização desse patrimônio.

Parágrafo único. O Conselho Municipal do Patrimônio Cultural estabelecerá as bases para o desenvolvimento do Programa de que trata este artigo.

CAPÍTULO VI

DAS PENALIDADES

Art. 37. A infração a qualquer dispositivo da presente lei implicará em multa, que será objeto de regulamentação.

Parágrafo único. A aplicação da multa não desobriga a conservação, restauração ou reconstrução do bem tombado.

Art. 38. Todas as obras e coisas construídas ou colocadas em desacordo com os parâmetros estabelecidos no tombamento ou sem observância da ambiência ou visualização do bem tombado deverão ser demolidas ou retradas.

Parágrafo único. Se o responsável não o fizer no prazo determinado pelo órgão Municipal de Cultura, o Poder Público o fará e será ressarcido pelo responsável.

Art. 39. Todo aquele que, por ação ou omissão, causar dano a bem tombado responderá pelos custos de restauração ou reconstrução e por perdas e danos, sem prejuízo da responsabilidade criminal.

CAPÍTULO VII

DO FUNDO DE PROTEÇÃO DO PATRIMÔNIO CULTURAL DE MACAPÁ

Art. 40. Fica autorizado o Poder Executivo Municipal a instituir o Fundo de Proteção do Patrimônio Cultural de Macapá, gerido e representado ativa e passivamente pelo Conselho Municipal do Patrimônio Cultural, cujos recursos serão destinados à execução de serviços e obras de manutenção e reparos dos bens tombados, a fundo perdido ou não, assim como a sua aquisição na forma a ser estipulada em regulamento.

Art. 41. Constituirão receita do Fundo de Proteção do Patrimônio Cultural de Macapá:

- I - doações e legados de terceiros;
- II - o produto das multas aplicadas com base nesta lei;
- III - os rendimentos provenientes da aplicação dos seus recursos;
- IV - quaisquer outros recursos ou rendas que lhe sejam destinados.

Art. 42. O Fundo de Proteção do Patrimônio Cultural de Macapá poderá firmar contrato de financiamento ativo ou passivo, bem como celebrar convênios e acordos, com pessoas físicas ou jurídicas tendo por objetivos as finalidades do fundo.

Art. 43. O Fundo de Proteção do Patrimônio Cultural de Macapá funcionará junto ao órgão

Municipal de Cultura, sob a orientação do Conselho Municipal do Patrimônio Cultural, valendo-se de pessoal daquele órgão.

Art. 44. Aplicar-se-ão ao Fundo de Proteção do Patrimônio Cultural de Macapá as normas legais de controle, prestação e tomadas de contas em geral, sem prejuízo de competência específica do Tribunal de Contas do Estado.

Art. 45. Os relatórios de atividades, direitos e despesas do Fundo de Proteção do Patrimônio Cultural de Macapá serão apresentados semestralmente à Secretaria Municipal da Fazenda.

CAPÍTULO VIII

DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

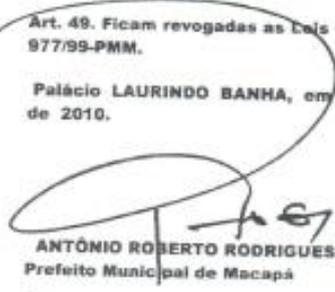
Art. 46. O Poder Público Municipal fica autorizado a elaborar um Plano de Salvaguarda para cada bem tombado ou inscrito nos livros de registro, a fim de garantir os meios de sua proteção e difusão.

Art. 47. O Poder Público Municipal elaborará regulamento da presente Lei, naquilo que for necessário, no prazo de 60 (sessenta) dias.

Art. 48. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 49. Ficam revogadas as Leis n.ºs. 386/90-PMM e 977/99-PMM.

Palácio LAURINDO BANHA, em 18 de novembro de 2010.


ANTÔNIO ROBERTO RODRIGUES GÓES DA SILVA
Prefeito Municipal de Macapá

LEI N° 1.838/2010-PMM

AUTORIZA O PODER
EXECUTIVO A FORNECER
BLOQUEADOR SOLAR
AOS SERVIDORES
PÚBLICOS MUNICIPAIS E
PRESTADORES DE
SERVIÇOS DO MUNICÍPIO
DE MACAPÁ QUE
EXERÇAM SUAS
FUNÇÕES COM
EXPOSIÇÃO AOS RAIOS
SOLARES.

O PREFEITO MUNICIPAL DE MACAPÁ:

Faço saber que a Câmara Municipal de Macapá aprovou, e eu sanciono a seguinte lei:

Art. 1º Fica o Poder Executivo autorizado a fornecer, sem ônus, bloqueador solar aos servidores públicos municipais cuja atividades são desenvolvidas em ambiente externo e com exposição aos raios solares.

Parágrafo único. A presente obrigação se estende as empresas prestadoras de serviços do Município de Macapá cujos funcionários trabalhem em ambiente externo e com exposição aos raios solares, cabendo a regulamentação determina a forma e prazo de adequação.

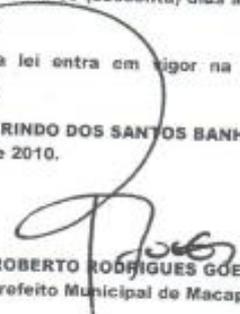
Art. 2º O bloqueador solar fornecido deverá ser no mínimo fator de proteção solar 15 (quinze) ou mais.

Art. 3º Fica autorizado a realização de convênio ou parceria entre a Prefeitura Municipal de Macapá e órgão público e/ou empresa privada para a aquisição dos bloqueadores solares.

Art. 4º Esta lei será regulamentada pelo Poder Executivo em até 60 (sessenta) dias a partir de sua publicação.

Art. 5º Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Palácio LAURINDO DOS SANTOS BANHA, em 10 de dezembro de 2010.


ANTÔNIO ROBERTO RODRIGUES GÓES DA SILVA
Prefeito Municipal de Macapá

GMM

PORTARIA N° 061 / 2010 - GMM

O COMANDANTE GERAL DA GUARDA MUNICIPAL DE MACAPÁ, usando de suas atribuições legais que lhe são conferidas pelo Art. 228, incisos I, III, IV, V, da Lei Orgânica do Município e o disposto no Decreto n° 0305/2003-PMM.

RESOLVE:

Art. 1º DESIGNAR o Servidor SILVIO DA FORSECA RANOS, Matrícula n° 100082-9, Inspetor Municipal, para responder pela Divisão Administrativa - DIAD/GMM, em substituição ao seu titular, OSENILDO AMARAL CORDEIRO, que se encontra em Férias no período de 01 de Julho a 30 de Julho de 2010, correspondente ao período aquisitivo de (2010).

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor a contar de 01 de julho de 2010, revogadas as disposições em contrário.

DÊ-SE CIÊNCIA, REGISTRE-SE E PUBLIQUE-SE.

COMANDO DA GUARDA MUNICIPAL DE MACAPÁ, 30 de Junho de 2010.


AUGUSTO CEZAR SOUSA DO NASCIMENTO - INSP./GMM
Comandante Geral da Guarda Municipal de Macapá



Decreto-lei nº 25, de 30 de novembro de 1937

ORGANIZA A PROTEÇÃO DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO E ARTÍSTICO NACIONAL

O Presidente da República dos Estados Unidos do Brasil, usando da atribuição que lhe confere o art. 180 da Constituição, decreta:

CAPÍTULO I

Do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional

Artigo 1º - Constitui o patrimônio histórico e artístico nacional o conjunto dos bens móveis e imóveis existentes no País e cuja conservação seja de interesse público, quer por sua vinculação a fatos memoráveis da história do Brasil, quer por seu excepcional valor arqueológico ou etnográfico, bibliográfico ou artístico.

§ 1º - Os bens a que se refere o presente artigo só serão considerados parte integrante do patrimônio histórico e artístico nacional depois de inscritos separada ou agrupadamente num dos quatro Livros do Tombo, de que trata o Art. 4º desta lei.

§ 2º - Equiparam-se aos bens a que se refere o presente artigo e são também sujeitos a tombamento os monumentos naturais, bem como os sítios e paisagens que importe conservar e proteger pela feição notável com que tenham sido dotados pela Natureza ou agenciados pela indústria humana.

Artigo 2º - A presente lei se aplica às coisas pertencentes às pessoas naturais, bem como às pessoas jurídicas de direito privado e de direito público interno.

Artigo 3º - Excluem-se do patrimônio histórico e artístico nacional as obras de origem estrangeira:

- 1º) que pertençam às representações diplomáticas ou consulares acreditadas no País;
- 2º) que adorem quaisquer veículos pertencentes a empresas estrangeiras, que façam carreira no País;
- 3º) que se incluam entre os bens referidos no art. 10 da Introdução ao Código Civil, e que continuem sujeitas à lei pessoal do proprietário;
- 4º) que pertençam a casas de comércio de objetos históricos ou artísticos;



5º) que sejam trazidas para exposições comemorativas, educativas ou comerciais;

6º) que sejam importadas por empresas estrangeiras expressamente para adorno dos respectivos estabelecimentos.

Parágrafo único: As obras mencionadas nas alíneas 4 e 5 terão guia de licença para livre trânsito, fornecida pelo Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional.

CAPÍTULO II

Do Tombamento

Artigo 4º - O Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional possuirá quatro Livros do Tombo, nos quais serão inscritas as obras a que se refere o art. 1º desta lei, a saber:

1º) no Livro do Tombo Arqueológico, Etnográfico e Paisagístico, as coisas pertencentes às categorias de arte arqueológica, etnográfica, ameríndia e popular, e bem assim as mencionadas no § 2º do citado art. 1º;

2º) no Livro do Tombo Histórico, as coisas de interesse histórico e as obras de arte histórica;

3º) no Livro do Tombo das Belas-Artes, as coisas de arte erudita nacional ou estrangeira;

4º) no Livro do Tombo das Artes Aplicadas, as obras que se incluírem na categoria das artes aplicadas, nacionais ou estrangeiras.

§ 1º - Cada um dos Livros do Tombo poderá ter vários volumes.

§ 2º - Os bens, que se incluem nas categorias enumeradas nas alíneas 1, 2, 3 e 4 do presente artigo, serão definidos e especificados no regulamento que for expedido para execução da presente lei.

Artigo 5º - O tombamento dos bens pertencentes à União, aos Estados e aos Municípios se fará de ofício por ordem do Diretor do Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, mas deverá ser notificado à entidade a quem pertencer, ou sob cuja guarda estiver a coisa tombada, a fim de produzir os necessários efeitos.

Artigo 6º - O tombamento de coisa pertencente à pessoa natural ou à pessoa jurídica de direito privado se fará voluntária ou compulsoriamente.

Artigo 7º - Proceder-se-á ao tombamento voluntário sempre que o proprietário o pedir e a coisa se revestir dos requisitos necessários para constituir parte integrante do patrimônio histórico e artístico nacional a juízo do Conselho Consultivo do Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, ou sempre que o mesmo proprietário anuir, por escrito, à notificação, que se lhe fizer, para inscrição da coisa em qualquer dos Livros do Tombo.



Artigo 8º - Proceder-se-á ao tombamento compulsório quando o proprietário se recusar a anuir à inscrição da coisa.

Artigo 9º - O tombamento compulsório se fará de acordo com o seguinte processo:

1º) O Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, por seu órgão competente, notificará o proprietário para anuir ao tombamento, dentro do prazo de quinze dias, a contar do recebimento da notificação, ou para, se o quiser impugnar, oferecer dentro do mesmo prazo as razões de sua impugnação;

2º) no caso de não haver impugnação dentro do prazo assinado, que é fatal, o diretor do Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional mandará por simples despacho que proceda à inscrição da coisa no competente Livro do Tombo;

3º) se a impugnação for oferecida dentro do prazo assinado, far-se-á vista da mesma, dentro de outros quinze dias fatais, ao órgão de que houver emanado a iniciativa do tombamento, a fim de sustentá-la. Em seguida, independentemente de custas, será o processo remetido ao Conselho Consultivo do Serviço do Patrimônio Histórico Nacional, que proferirá decisão a respeito, dentro do prazo de sessenta dias, a contar do seu recebimento. Dessa decisão não caberá recurso.

Artigo 10 - O tombamento dos bens, a que se refere o art. 6º desta lei, será considerado provisório ou definitivo, conforme esteja o respectivo processo iniciado pela notificação ou concluído pela inscrição dos referidos bens no competente Livro do Tombo.

Parágrafo único - Para todos os efeitos, salvo a disposição do art. 13 desta lei, o tombamento provisório se equipará ao definitivo.

CAPÍTULO III

Dos efeitos do tombamento

Artigo 11 - As coisas tombadas, que pertençam à União, aos Estados ou aos Municípios, inalienáveis por natureza, só poderão ser transferidas de uma à outra das referidas entidades.

Parágrafo único. Feita a transferência, dela deve o adquirente dar imediato conhecimento ao Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional.

Artigo 12 - A alienabilidade das obras históricas ou artísticas tombadas, de propriedade de pessoas naturais ou jurídicas de direito privado, sofrerá as restrições constantes da presente lei.

Artigo 13 - O tombamento definitivo dos bens de propriedade particular será, por iniciativa do órgão competente do Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, transcrito para os devidos efeitos em livro a cargo dos oficiais do registro de imóveis e averbado ao lado da transcrição do domínio.



§ 1º - No caso de transferência de propriedade dos bens de que trata este artigo, deverá o adquirente, dentro do prazo de trinta dias, sob pena de multa de dez por cento sobre o respectivo valor, fazê-la constar do registro, ainda que se trate de transmissão judicial ou *causa mortis*.

§ 2º - Na hipótese de deslocação de tais bens, deverá o proprietário, dentro do mesmo prazo e sob pena da mesma multa, inscrevê-los no registro do lugar para que tiveram sido deslocados.

§ 3º - A transferência deve ser comunicada pelo adquirente, e a deslocação pelo proprietário, ao Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, dentro do mesmo prazo e sob a mesma pena.

Artigo 14 - A coisa tombada não poderá sair do País, senão por curto prazo, sem transferência de domínio e para fim de intercâmbio cultural, a juízo do Conselho Consultivo do Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional.

Artigo 15 - Tentada, a não ser no caso previsto no artigo anterior, a exportação para fora do País, da coisa tombada, será esta seqüestrada pela União ou pelo Estado em que se encontrar.

§ 1º - Apurada a responsabilidade do proprietário, ser-lhe-á imposta a multa de cinquenta por cento do valor da coisa, que permanecerá seqüestrada em garantia do pagamento, e até que este se faça.

§ 2º - No caso de reincidência, a multa será elevada ao dobro.

§ 3º - A pessoa que tentar a exportação de coisa tombada, além de incidir na multa a que se referem os parágrafos anteriores, incorrerá nas penas cominadas no Código Penal para o crime de contrabando.

Artigo 16 - No caso de extravio ou furto de qualquer objeto tombado, o respectivo proprietário deverá dar conhecimento do fato ao Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, dentro do prazo de cinco dias, sob pena de multa de dez por cento sobre o valor da coisa.

Artigo 17 - As coisas tombadas não poderão, em caso nenhum, ser destruídas, demolidas ou mutiladas, nem, sem prévia autorização especial do Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, ser reparadas, pintadas ou restauradas, sob pena de multa de cinquenta por cento do dano causado.

Parágrafo único: Tratando-se de bens pertencentes à União, aos Estados ou aos Municípios, a autoridade responsável pela infração do presente artigo incorrerá pessoalmente na multa.

Artigo 18 - Sem prévia autorização do Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, não se poderá, na vizinhança da coisa tombada, fazer construção que lhe impeça ou reduza a



visibilidade, nem nela colocar anúncios ou cartazes, sob pena de ser mandada destruir a obra ou retirar o objeto, impondo-se neste caso multa de cinqüenta por cento do valor do mesmo objeto.

Artigo 19 - O proprietário de coisa tombada, que não dispuser de recursos para proceder às obras de conservação e reparação que a mesma requerer, levará ao conhecimento do Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional e necessidade das mencionadas obras, sob pena de multa correspondente ao dobro da importância em que for avaliado o dano sofrido pela mesma coisa.

§ 1º - Recebida a comunicação, e consideradas necessárias as obras, o diretor do Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional mandará executá-las, a expensas da União, devendo as mesmas ser iniciadas dentro do prazo de seis meses, ou providenciará para que seja feita a desapropriação da coisa.

§ 2º - À falta de qualquer das providências previstas no parágrafo anterior, poderá o proprietário requerer que seja cancelado o tombamento da coisa.

§ 3º - Uma vez que verifique haver urgência na realização de obras e conservação ou reparação em qualquer coisa tombada, poderá o Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional tomar a iniciativa de projetá-las e executá-las, a expensas da União, independentemente da comunicação a que alude este artigo, por parte do proprietário.

Artigo 20 - As coisas tombadas ficam sujeitas à vigilância permanente do Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, que poderá inspecioná-las sempre que for julgado conveniente, não podendo os respectivos proprietários ou responsáveis criar obstáculos à inspeção, sob pena de multa de cem mil réis, elevada ao dobro em caso de reincidência.

Artigo 21 - Os atentados cometidos contra os bens de que trata o art. 1º desta lei são equiparados aos cometidos contra o patrimônio nacional.

CAPÍTULO IV

Do direito de preferência

Artigo 22 - Em face da alienação, onerosa de bens tombados, pertencentes a pessoas naturais ou a pessoas jurídicas de direito privado, a União, os Estados e os Municípios terão, nesta ordem, o direito de preferência.

§ 1º - Tal alienação não será permitida sem que previamente sejam os bens oferecidos, pelo mesmo preço, à União, bem como ao Estado e ao Município em que se encontrarem. O proprietário deverá notificar os titulares do direito de preferência a usá-lo, dentro de trinta dias, sob pena de perdê-lo.

§ 2º - É nula a alienação realizada com violação do disposto no parágrafo anterior, ficando qualquer dos titulares do direito de preferência habilitado a seqüestrar a coisa e a impor a multa de



vinte por cento do seu valor ao transmitente e ao adquirente, que serão por ela solidariamente responsáveis. A nulidade será pronunciada, na forma da lei, pelo juiz que conceder o sequestro, o qual só será levantado depois de paga a multa e se qualquer dos titulares do direito de preferência não tiver adquirido a coisa no prazo de trinta dias.

§ 3º - O direito de preferência não inibe o proprietário de gravar livremente a coisa tombada, de penhor, anticrese ou hipoteca.

§ 4º - Nenhuma venda judicial de bens tombados se poderá realizar sem que, previamente, os titulares do direito de preferência sejam disso notificados judicialmente, não podendo os editais de praça ser expedidos, sob pena de nulidade, antes de feita a notificação.

§ 5º - Aos titulares do direito de preferência assistirá o direito de remissão, se dela não lançarem mão, até a assinatura do auto de arrematação ou até a sentença de adjudicação, as pessoas que, na forma da lei, tiverem a faculdade de remir.

§ 6º - O direito de remissão por parte da União, bem como do Estado e do Município em que os bens se encontrarem, poderá ser exercido, dentro de cinco dias a partir da assinatura do auto de arrematação ou da sentença de adjudicação, não se podendo extrair a carta enquanto não se esgotar este prazo, salvo se o arrematante ou o adjudicante for qualquer dos titulares do direito de preferência.

CAPÍTULO V

Disposições gerais

Artigo 23 - O Poder Executivo providenciará a realização de acordos entre a União e os Estados, para melhor coordenação e desenvolvimento das atividades relativas à proteção do patrimônio histórico e artístico nacional e para a uniformização da legislação estadual complementar sobre o mesmo assunto.

Artigo 24 - A União manterá, para conservação e exposição de obras históricas e artísticas de sua propriedade, além do Museu Histórico Nacional e do Museu Nacional de Belas Artes, tantos outros museus nacionais quantos se tomarem necessários, devendo outrossim providenciar no sentido a favorecer a instituição de museus estaduais e municipais, com finalidades similares.

Artigo 25 - O Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional procurará entendimentos com as autoridades eclesiásticas, instituições científicas, históricas ou artísticas e pessoas naturais e jurídicas, com o objetivo de obter a cooperação das mesmas em benefício do patrimônio histórico e artístico nacional.

Artigo 26 - Os negociantes de antigüidade, de obras de arte de qualquer natureza, de manuscritos e livros antigos ou raros são obrigados a um registro especial no Serviço do Patrimônio



Histórico e Artístico Nacional, cumprindo-lhes outrossim apresentar semestralmente ao mesmo relações completas das coisas históricas e artísticas que possuírem.

Artigo 27 - Sempre que os agentes de leilões tiverem de vender objetos de natureza idêntica à dos mencionados no artigo anterior, deverão apresentar a respectiva relação ao órgão competente do Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, sob pena de incidirem na multa de cinquenta por cento sobre o valor dos objetos vendidos.

Artigo 28 - Nenhum objeto de natureza idêntica à dos referidos no art. 26 desta lei poderá ser posto à venda pelos comerciantes ou agentes de leilões, sem que tenha sido previamente autenticado pelo Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, ou por perito em que o mesmo se louvar, sob pena de multa de cinquenta por cento sobre o valor atribuído ao objeto.

Parágrafo único: A autenticação do mencionado objeto será feita mediante o pagamento de uma taxa de peritagem de cinco por cento sobre o valor da coisa, se este for inferior ou equivalente a um conto de réis, e de mais cinco mil-réis por conto de réis ou fração que exceder.

Artigo 29 - O titular do direito de preferência goza de privilégio especial sobre o valor produzido em praça por bens tombados, quanto ao pagamento de multas impostas em virtude de infrações da presente lei.

Parágrafo único - Só terão prioridade sobre o privilégio a que se refere este artigo os créditos inscritos no registro competente antes do tombamento da coisa pelo Serviço Nacional do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional.

Artigo 30 - Revogam-se as disposições em contrário. Rio de Janeiro, em 30 de novembro de 1937; 116º da Independência e 49º da República.

Getúlio Vargas

Gustavo Capanema

Programa 2027 Cultura: Preservação, Promoção e Acesso

Valor Global

INDICADORES Denominação e Unidade de Medida	Referência	
	Data	Índice
Proporção dos gastos em cultura no gasto total (%)	31/12/2009	2
Oferta de equipamentos culturais (índice numérico)	31/12/2009	3,19
Livros lidos por leitor/ano (unidade)	31/12/2008	4,7

Objetivo 0621 Promover, preservar e difundir o patrimônio e as expressões culturais afro-brasileiras.

42000 - Ministério da Cultura

Metas

Fomentar, valorizar e preservar a cultura e o patrimônio afro-brasileiro através da execução de 250 projetos específicos

Implantação do Centro Nacional de Informação e Referência da Cultura Negra

Realizar 10 pesquisas, estudos e levantamentos sobre a cultura e o patrimônio afro-brasileiro de forma a subsidiar políticas públicas de inserção da comunidade negra no sistema político, social e econômico

Realizar ações para o desenvolvimento sustentável de 1.635 comunidades remanescentes de quilombos, tradicionais e de terreiros

Objetivo 0779 Formular e desenvolver política pública de cultura com participação social e articulação intersetorial e federativa.

42000 - Ministério da Cultura

Metas

100% dos estados integrados ao Sistema Nacional de Cultura

30% municípios integrados ao Sistema Nacional de Cultura

III conferência nacional de cultura realizada em 2013

Implementação da Plataforma do Sistema Nacional de Informações e Indicadores Culturais

Plano Nacional de Cultura com seu sistema de monitoramento e avaliação implantados

Objetivo 0780 Promover a cidadania e a diversidade das expressões culturais e o acesso ao conhecimento e aos meios de expressão e fruição cultural.

42000 - Ministério da Cultura

Metas

Elaborar novos instrumentos legais e aperfeiçoar os instrumentos já existentes, no campo da proteção dos conhecimentos e das expressões populares e tradicionais

Implantação de 20 escolas técnicas de cultura

Implantação de 35 núcleos de Cidadania Cultural

Implantar Central de Atendimento ao proponente, com núcleos descentralizados em todas as representações regionais do MinC

Implementar plataforma digital de amplo acesso para medição e monitoramento das condições de acesso à cultura

Realização de 36 seminários ou oficinas, em âmbito nacional, estadual e municipal, para formação, qualificação e capacitação da participação de agentes públicos e da sociedade civil em instâncias colegiadas e na formulação e acompanhamento da política cultural

Realizar cartografia da diversidade cultural brasileira, identificando territórios culturais, agentes e grupos, instituindo a categoria de micro-territórios como unidades básicas promotoras de singularidades simbólicas e identitárias

Objetivo 0781 Promover a economia criativa contribuindo para o desenvolvimento econômico e sociocultural sustentável.

42000 - Ministério da Cultura

Metas

Conduzir e implementar o Plano Nacional de Economia Criativa (PNEC)

Metas	
Criação e implantação de Instituição Pública para regulação de direitos intelectuais	
Disponibilização de Linha de crédito específica para os setores criativos ofertada por bancos oficiais	
Implementação de Política Autoral	
Implementar 30 incubadoras de empreendimentos criativos	
Implementar 60 birôs de serviços para suporte, assessoria e consultoria de empreendedores e empreendimentos criativos	
Instalação do Conselho Interministerial para o Desenvolvimento da Economia Criativa	
Mapear e institucionalizar 30 bacias criativas distribuídas nas cinco regiões do país	
Mapear e institucionalizar 30 polos criativos, distribuídos nas cinco regiões do país	
Qualificar 60.000 profissionais criativos	
Realizar 01 circuito nacional de feiras de livros implantado em parceria com o setor produtivo do livro	
Realizar o registro de 160.000 obras intelectuais	

Objetivo 0782 Promover o acesso ao livro e à leitura e a formação de mediadores, no âmbito da implementação do Plano Nacional do Livro e Leitura e do fomento à criação de planos correlatos nos estados e municípios.

42000 - Ministério da Cultura

Metas	
Apoiar 130 projetos sociais de leitura	
Apoiar 2000 pontos de leitura	
Apoiar 400 bibliotecas comunitárias	
Conceder 400 bolsas de incentivo à criação, formação, produção, difusão e intercâmbio literário	
Apoio a formação de 12.000 agentes de leitura	
Criação da Rede Popular do Livro Acessível	
Criação do Instituto Nacional do Livro e da Leitura	
Criação do programa Livro Popular	
Modernizar ou implantar 241 bibliotecas públicas	

Objetivo 0783 Preservar, identificar, proteger e promover o patrimônio cultural brasileiro, fortalecendo identidades e criando condições para sua sustentabilidade.

42000 - Ministério da Cultura

Metas	
Apoiar 237 projetos sobre patrimônio cultural por meio de ações de fomento	
Autorizar a realização de 45.668 obras e serviços de manutenção, conservação e restauração em bens do Patrimônio Cultural	
Capacitar 883 profissionais na área de preservação do patrimônio cultural	
Financiar 240 contratos para projetos de conservação de bens imóveis privados	
Produzir e distribuir 111.383 exemplares de material sobre o patrimônio cultural	
Realizar 12.531 procedimentos de fiscalização e monitoramento de bens do patrimônio cultural	
Realizar 97 ações de salvaguarda de bens de natureza imaterial	
Realizar 140 projetos de intervenção em bens de natureza material	
Realizar 168 ações de reconhecimento de bens culturais de natureza material e imaterial	
Realizar 321 ações de identificação de bens culturais de natureza material e imaterial	
Realizar 314 obras e serviços de conservação e manutenção de bens culturais protegidos	

Objetivo 0784 Promover o direito à memória dos cidadãos brasileiros, preservando, ampliando e difundindo os acervos museológicos, bibliográficos, documentais e arquivísticos e apoiando a modernização e expansão de suas instituições, redes, unidades e serviços.

42000 - Ministério da Cultura

Metas	
120 novos municípios dispor de ao menos uma unidade museológica	
15,5 milhões de visitantes anualmente nos museus brasileiros	
Aumentar em 30% o público atendido no acesso aos acervos que compõem o patrimônio bibliográfico e arquivístico brasileiro	
Modernizar 100 unidades museológicas	
Realização de 800 oficinas de capacitação no setor museal, com 24.000 pessoas capacitadas	

Objetivo 0785 Regular, fiscalizar e fomentar a indústria audiovisual, visando ao seu desenvolvimento, ao fortalecimento das empresas nacionais, à ampliação da produção, inovação e difusão das obras e dos serviços audiovisuais brasileiros, assim como à garantia de acesso à população.

12000 - Ministério da Cultura

Metas

11% de participação da produção nacional no mercado cinematográfico do Brasil

5 elos da cadeia produtiva do audiovisual - formação, produção, distribuição, exibição e preservação - mapeados e com dados sistematizados

Ampliar em 1000 unidades os espaços não-comerciais de exibição de conteúdos audiovisuais, em todo o território nacional

Ampliar em 20% a exibição das obras brasileiras no segmento de TV por assinatura

Apoiar a realização de 4 pesquisas para o setor audiovisual

Expandir em 20% o total de salas do circuito comercial de cinema nas regiões Norte e Nordeste

Implantar o Canal da Cultura

Lançamento de média anual de 75 filmes brasileiros no circuito comercial de salas de exibição

Realizar 10 atividades de formação, capacitação e qualificação do setor audiovisual, de acordo com os potenciais macrorregionais

Objetivo 0786 Fomentar a criação, difusão, intercâmbio e fruição de bens, serviços e expressões artísticas e aperfeiçoar e monitorar os instrumentos de incentivo fiscal à produção e ao consumo cultural.

12000 - Ministério da Cultura

Metas

Acesso de 1,2 milhão de visitantes aos Espaços Culturais da União

Capacitação de 16,8 mil artistas, técnicos e produtores de arte e cultura

Disponibilização do vale-cultura a 6 milhões de brasileiros

Fomento a 3,6 mil Projeto de Produção, Difusão e Circulação de Projetos, Atividades e Eventos Artísticos

Implementação do Programa Nacional de Cultura - PROCULTURA

Promoção de 521 Eventos de Intercâmbio entre Artistas, Técnicos e Agentes Culturais

Objetivo 0787 Implantar, ampliar, modernizar, recuperar e articular a gestão e o uso de espaços destinados a atividades culturais, esportivas e de lazer, com ênfase em áreas de alta vulnerabilidade social das cidades brasileiras.

12000 - Ministério da Cultura

Metas

Implantar e induzir a gestão 240 Espaços Mais Cultura

Implantar e induzir a gestão de 1000 Praças dos Esportes e da Cultura em municípios caracterizados pela baixa presença de equipamentos e pela alta vulnerabilidade social

Objetivo 0788 Produzir e difundir pesquisas e conhecimento constitutivo da cultura brasileira e desenvolver política nacional de integração entre cultura e educação.

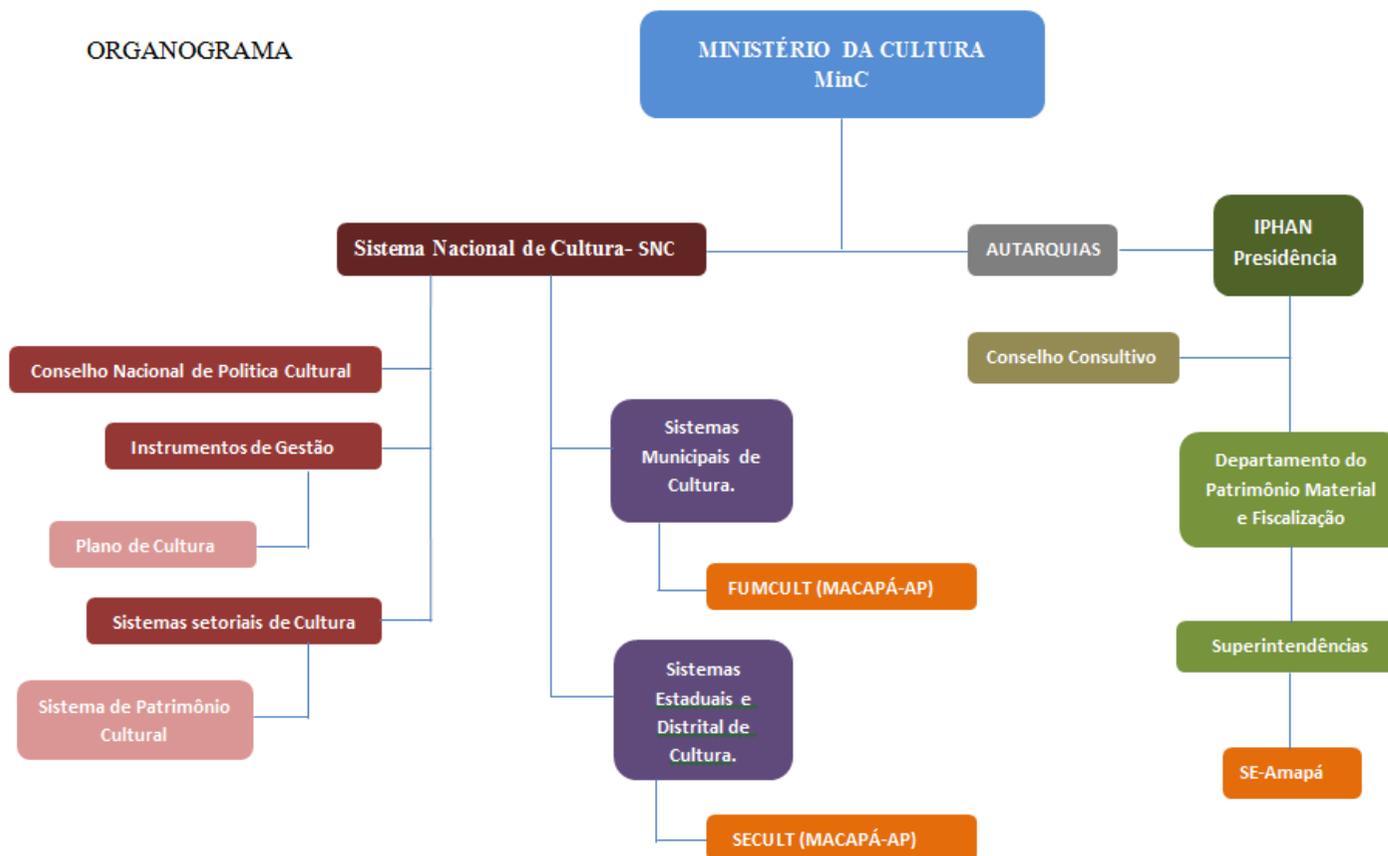
12000 - Ministério da Cultura

Metas

Implementar o Programa Mais Cultura nas escolas

Produzir e difundir 316 estudos, pesquisas e eventos sobre a cultura no Brasil

Anexo O – Organograma Sistema MINC.



Fonte: dados obtidos no site do MinC e IPHAN. Elaboração gráfica: Jaqueline Brito.

• **Pesquisa do Mestrado Profissional em Preservação-Mestrado PEP/IPHAN**

Tema: MACAPÁ: A CIDADE QUANTO DOCUMENTO HISTÓRICO: TRAÇANDO POLITICAS PUBLICAS PARA GESTÃO DO PATRIMÔNIO EDIFICADO E URBANO.

Entrevistadora: Jaqueline Ferreira de Lima Brito.

Tipo de entrevista (gênero): semiaberta.

Local e duração da entrevista: Sala da Secretaria Estadual de Cultura- SECULT, 69min. 31 seg.

1. Dados do colaborador

Nome completo: **Gestor 01**

Local e data de nascimento: **Macapá – AP**

Profissão atual: Historiador e coordenador da CPPH SECULT/GEA.

2. Dados dos contatos e da entrevista

Indicação do contato: FUMCULT

Data do contato: 01/08/2014

Data(s) da(s) entrevista (s): 01/08/2004

Local da(s) entrevista(s): Sala da Secretaria Estadual de Cultura- SECULT.

3. Dados do andamento das etapas e de preparo do documento final

a. Primeira transcrição: **Jaqueline Ferreira de Lima Brito.**

b. Revisão: **Jaqueline Ferreira de Lima Brito.**

Jaqueline - Sou mestranda na área de preservação do patrimônio cultural pelo IPHAN, onde minha pesquisa abordara MACAPÁ: A CIDADE QUANTO DOCUMENTO HISTÓRICO: TRAÇANDO POLITICAS PUBLICAS PARA GESTÃO DO PATRIMÔNIO EDIFICADO E URBANO. Sou arquiteta e urbanista e a proposta da pesquisa é relacionar as politicas publicas para área correspondente ao centro antigo de Macapá, e trabalhar com a proposta de centro histórico. Sabemos que o IPHAN tem critérios em relação aos tombamentos e ao que difere ao decreto lei 25/1937, sendo a Fortaleza de São José de Macapá o único bem tombado no município. Em se tratando desses critérios ditados pelo IPHAN sabemos que as edificações arquitetônicas da cidade de Macapá não possuem monumentalidade, isso é uma realidade, com exceção da Fortaleza, logo a proposta do meu trabalho vem pela seguinte questão como fazer a atribuição de valor já que não poderei faze-lo conforme o decreto lei 25\37, trabalhando o centro histórico com a ideia de cidade documento, ao logo deste capitulo vou falar das politicas publicas e traçar propostas de preservação para fins de tombamento. Logo gostaria de saber quais as ações que SECULT esta trabalhando, para que eu possa trabalhar nas minhas propostas. Sobre o Sistema Nacional de Cultura? É atribuição desta secretaria?

Gestor 01 - Sim, sim é aqui na secretaria, aqui na gerencia de projeto quem trabalha e a secretaria, é aqui na GEP, o sistema quem trabalha é aqui na secretaria.

Jaqueline - Neste caso o estado esta incluído no Sistema Nacional de Cultura?

Gestor 01 – Sim, inclusive o estado é um dos únicos que estão incluídos no sistema, (pausa atender celular).

Jaqueline – Pois tem o sistema nacional, estadual e municipal de cultura?

Gestor 01 – Assim... A partir do momento que o estado esta incluído neste sistema ele passa a ter um registro, um registro que é publicado inclusive no diário oficial da união, para que estado esteja incluído (lendo mensagem no celular) mandei mensagem para o Borges perguntando se o estado esta incluído no SNC, ele respondeu sim inclusive foi publicado no D.O.U., pois preciso do numero para escrever um projeto, foi publicado em 2011, então a resposta é sim, o estado faz parte.

Jaqueline - Então faz parte este sistema desta secretaria?

Gestor 01 – Sim.

Jaqueline - Então já que este sistema faz parte dessa secretaria...

Gestor 01 - Temos o sistema municipal que integrado forma o sistema estadual.

Jaqueline – Sim era isso que eu já ia perguntar, em relação ao Sistema Estadual de Cultura...

Gestor 01 – Então este sistema, já estruturado se insere...

Jaqueline – Já integrado né?

Gestor 01 - ... no sistema nacional, detalhe a partir de 2015, é, todos os município só poderá acessar os recursos do ministério da cultura através do sistema, se não estiver integrado, dançou!!

Jaqueline – Então o município esta aderido a algum desses componentes do SNC?

Gestor 01 – Se for pra falar desta questão do sistema...

Jaqueline – Sim.

Jaqueline – Em relação a esses componentes mínimos aderidos pelo estado e município do SNC...

Gestor 01 - Você pode falar com ele, que poderá lhe ajudar muito...

Jaqueline – Então seriam essas perguntas que eu faria em relação a essa atuação da secretaria, se a SECULT é considerado um órgão gestor ou equivalente? é que “ o órgão de gestão a cultura nos municípios pode ter varias características”: então sobre isso posso perguntar tudo pra ele?

Gestor 01 - Sim, pode perguntar tudo pra ele, lhe responde.

Jaqueline – Ok.

Jaqueline – Então tudo relacionado as politicas publicas pergunto para o senhor Borges?

Gestor 01 – Sim, exatamente.

Jaqueline - Existe alguma projeto de parceria entre a SECULT e FUMCULT ?

Gestor 01 - Não, legalmente não, mas existem conversas, diálogos. Inclusive estivemos a frente a um tempo atrás da implantação do museu do negro, que seria ali no largo dos inocentes, trabalhamos um projeto, acionamos a universidade a UNIFAP, porque o problema nosso aqui, é

a carência de profissional, a gente fez algumas coisas mais, não conseguimos caminha pois a própria FUMCULT ela atrasou alguns prazos, e tal, mas, assim é necessário, é estritamente necessário né, mas oficialmente nos não tem.

Gestor 01 – Bem, você vai me fazer mais alguma pergunta, ou a gente vai falar sobre o (não audível)

Jaqueline – Quais ações relacionadas ao patrimônio material têm sido visualizadas por esta secretaria?

Jaqueline – O Estado considera o centro antigo de Macapá como centro histórico?

Jaqueline – O Plano diretor do município de Macapá possui uma listagem do patrimônio cultural, o Estado tem algum levantamento em relação a estes bens culturais?

Gestor 01 – É o seguinte, como você falou em relação a apontar propostas, quem sabe você não faça um diagnóstico que até nos beneficie, o problema que nós temos hoje no estado do Amapá, isso inclui prefeitura e municípios, até mesmo a própria capital e os funcionários do estado. Nós temos uma carência enorme de profissional nesta área, dado essa carência aqui no quadro da secretaria no temos uma outra situação, uma estruturação errônea dessa secretaria, temos carência aqui do profissional em Macapá, nos temos uma estrutura dentro da secretaria que ela não foi desenvolvida, não foi criada, pra atender a essa nossa demanda, e com o quadro de pessoal reduzidíssimo, por exemplo hoje se você me perguntar quem trabalha na coordenação de patrimônio histórico, é o coordenador e o secretário, antes quando a gente tinha... é porque eu já fui coordenadora, nós vínhamos fazendo alguns trabalhos, que era basicamente eu, e o secretário que era o René na época, (pausa para falar com um funcionário) aí nos temos essa carência que é natural da área, temos uma estrutura que a organização dela, não está, não foi desenvolvida para criar políticas públicas na área de patrimônio, o quadro de pessoal é pequeno, então desde muito tempo, quando eu assumir aqui em 2011, eu encontrei essas distorções, e como o quadro era pequeno, o nosso caminhar sempre foi muito lento, muito lento, mas uma das primeiras coisas que a gente fez, uma das primeiras assim, em tese, foi elaborar, reorganizar a estrutura da secretaria, para encaminhar ao governador, para que ele pudesse, aprovar, mandar pra assembleia para aprovar essa nova estrutura da secretaria, onde minha proposta, agora não está aqui comigo, era da criação, na proposta que está lá no palácio, é a criação de um núcleo técnico para cada coordenação porque cada coordenação tem uma demanda diferente, por exemplo essa que é de patrimônio trabalha patrimônio, museu e arquivo público, se é ADC, é biblioteca, centro de convenções, e por aí vai. CPMI, museu do cuarri, e tal algumas coisas, e isso aí também está distorcido, mas foram criadas, as coordenações foram reestruturadas, e cada coordenação teria um núcleo técnico diferenciado, na nossa nos teríamos: arquitetos, engenheiro, bacharel em direito, arqueólogo, museólogo, arquivologista, arquivista, ou seja, profissionais específicos da área, que pudessem atender a esta demanda, e que a gente sabe quando vai falar de política pública, a gente não vai brincar com a coisa, eu não posso

chamar alguém pra traçar e elaborar um projeto de patrimônio se não tiver conhecimento mínimo na área de arquitetura, se não tiver conhecimento mínimo na área de legislação, principalmente patrimonial, tem que ter conhecimento de engenheiro, museólogo então, existe uma demanda, porque caso contrario, a gente vai ficar marcando passo, é o que acontece, ai pode ser uma frustração para teu trabalho, ou você mesmo vai relatar , não, existir já existi um passo maior que foi a reestruturação da secretaria que a gente esta no aguardo em assembleia ainda, não votou, que agente ainda tem essa politicagem aqui no estado infelizmente, o que é melhoria e beneficio eles querem escanear, né infelizmente.

Jaqueline – A vantagem que eu tenho na condição de pesquisadora, e de não ter essa preocupação no que se refere à política...

Gestor 01 – Sim, eu também não tenho essa preocupação, mas poderia se ter já agilizado isso, e dentro desta proposta assim que aprovar, o governador fizesse o concurso para o estado, porque tudo que é patrimônio material dentro do estado pertence a esta coordenação, como é que essa coordenação vai da conta se ela não tiver um quadro de pessoal, então automaticamente a aprovação desse novo organograma, a realização do concurso do quadro permanente da SECULT, porque na secretaria da cultura não existe um servidor permanente, se não me engando, salvaguarda há uns sete meses uma única servidora que era lotada da SEED agente administrativo, foi transferido para SECULT, se não me engano e a Luciane, não tem nenhum, se de repente muda gestão, vai todo mundo ser exonerado do cargo, todos os contratos saem, então que politica publica eu posso efetivar tendo tanto quadro assim perene, um quadro sazonal, entra e sai, e temos outro problema grave da politicagem, é não da continuidade a um trabalho que esta sendo feito, não se da pra não se da louros aos outros, isso é ridículo, então essa ação de reestruturação da secretaria e efetivar, a realização do concurso, já é um grande passo para politica publica na área de patrimônio. É porque, por exemplo hoje, eu inicio um projeto, nos iniciamos um projeto que inclusive lançamos assim, começamos as ações a mais de um mês e meio, sábado a gente fez a primeira reunião com os prefeitos, representantes do município, pra implantação dos arquivos municipais.

Jaqueline – Nossa, essa implantação dos arquivos é muito importante.

Gestor 01 – Minha filha, eu sou formada em história, ou seja, se nos não tivermos pesquisa no estado, é porque nos não temos fonte.

Jaqueline- mais da metade do meu trabalho se baseia em referencia histórica.

Gestor 01 – Fonte, nós não temos fonte, se você não tem fonte como é que você vai fazer uma pesquisa, é complicadíssimo. (pausa falando com funcionário). Onde nos paramos, pois é, em relação à estruturação desses arquivos e a criação do arquivo publico do estado, só que, no entanto, eu sou cedida, sou do quadro do estado, não sou contrato, já fui coordenadora, agora estou na condição de técnica, sou professora do estado há 20 anos, mas já sou professora há 22 anos, estou quase pra me aposentar graças a Deus, só que com a saída do antigo secretario,

pediu para que eu ficasse, porque eu já trabalhava na área, mas como técnica, mas se por uma eventualidade muda a gestão, eles não achem interessante a minha permanência aqui, agente vai de novo interromper um trabalho, um trabalho que já vem sendo construído ah quase dois anos, é trabalho pra caramba, ou seja, a maior política publica, é a garantia dessa reestruturação e esse concurso, mas se sincero, então na área de patrimônio o que temos aqui, são alguns prédios que foram feitos levantamentos, isso antes de mim, que quem encaminhou pra cá foi o Conselho de Cultura, são 11 patrimônios que eles levantaram, foram: a igreja, colégio do Barão, complexo do largo dos inocentes, a escola Santana Rioli que não é tão antiga mais, mas esta dentro do período histórico.

Jaqueline – Está no eixo do antigo território federal do Amapá.

Gestor 01 - Sim, então foram 11 patrimônios feitos levantamentos, para que a secretaria iniciasse o processo de tombamento, ai o que a gente conversou, bom nos não temos técnicos pra fazer isso, eu teria ou que solicitar através de um termo de cooperação com algumas instituições publicas, universidade, procuradoria, conselho federal de arquitetura, faríamos um termo de cooperação técnica, para que eles trabalhassem para fazer esse levantamento necessário para que começássemos um processo, no entanto, a gente não conseguiu nem sair do termo de cooperação técnico, porque, porque, por exemplo, teu chefe, vamos dizer que você faz parte do conselho regional de arquitetura, o CAU, você tem suas atividades, ai você se propõe, o conselho dispõe um profissional, mas você tem suas atividade, então você só vai desenvolver isso quando tiver um tempo, porque ninguém trabalha de graça, então se nos queremos fazer um política publica de verdade é garantir uma reestruturação e concurso, porque nos criamos duas comissões, em decreto criado pelo governador, de março de 2011, ate ano passado pra construção do PROJEDAP, que é o programa de gestão documental, nenhuma funcionou, foram um grupo de três pessoas apenas, que fizeram este programa de gestão documental, que eram todos os servidores daqui, eu, a gerente do arquivo e a chefe da unidade, então todos os entes que foram convidados a participar universidade federal do Amapá, SEPLAN, eles que possuem muito documento, SEAD, SEED, Procuradoria Geral.

Jaqueline – A Seplan possui esse acervo?

Gestor 01 – Sim, possui, mas que você não conseguiu nem abrir a porta de tanto documento empurram e não consegue abrir, desabando de tanto documento.

Jaqueline – Tem um material que eu consegui no Rio de Janeiro, sobre o Amapá da década de 1950, no acervo da Biblioteca Noronha Santos do IPHAN.

Gestor 01 – Por exemplo, se nos tivéssemos um arquivo público, inclusive Rio de Janeiro, anexo de Brasília, e de Belém do Pará só disseram que iriam mandar essa documentação a partir do momento que, agente tiver um lugar pra guardar, então se a agente não te, e é com isso que a agente esta trabalhando, estamos correndo atrás disso, para reestruturar este arquivo publico, construir ter um projeto todo prontinho, falta recurso, vai sair muito caro, então se você tivesse a

fonte de pesquisa, seria muito fácil né, sem contar que teve muita gente que sentou na mesma cadeira, foi pra lá “trabalhar”, pegou a documentação assim e guardou, e o arquivo público aqui não esta com esses documentos, e eles disseram que não vão, mas entregar, anão ser que, enato vontade pra essa questão dos 11 elementos que foram levantados pelo CONSEC, para que a agente pudesse fazer o tombamento, ai a gente faz nossa avaliação em relação do que é tombamento, então hoje em dia existe vários prosseguimentos pra que você proteja aquele patrimônio, o tombamento em si não resguarda, um exemplo clássico foi a fortaleza de são José de Macapá que foi tombada em 1950, e ficou abandonada, é claro você tem uma legislação federal que da um certo resguardo em relação a isso, ao patrimônio, mas por varias vezes ela foi invadida, o mato tomou conta, varias coisas foram deterioradas lá dentro, por falta de políticas para salvaguarda aqui, e da própria UNIÃO. Só que o estado em 1997, eu sempre falo isso, o governador (...) na época usou recurso do próprio estado e reestruturou todo patrimônio, entreguem em 2002 para população ainda incompleto (atendendo telefone) foi uma ação preciso se não estaria bem pior do que hoje, (atendendo telefone). Essa ação, eu julgo que foram políticas que, foi uma ação isolada, mas que ali protegeu salvaguardou aquele nosso maior patrimônio, acho que foi muito decisivo, só que de lá pra cá nem essas ações isoladas foram feitas, ai a gente entra numa secretaria e se depara com essa estrutura e com essa dificuldade, fica muito mais complicado. Eu sou representante da região norte em patrimônio, no fórum nacional do patrimônio histórico no Brasil, O Amapá é o representante da região norte, e como eu sou na época registrada como coordenadora e continuo ainda como técnica, dentro do fórum, aí continuo como representante, nos fizemos uma proposta na primeira reunião do fórum em Recife, e na segunda reunião do fórum na Bahia, só que com as questões financeiras e orçamentarias da secretaria, não pude mais participar, nos já estamos na quinta reunião do fórum, e nos o Amapá de novo estamos de fora, ate então eu participava, e a proposta encaminhada, foi como eu sou professora conhecemos essas questões de sala de aula, hoje temos uma disciplina chamada OT, atividades diversificadas, em alguns núcleos fora do estado do Amapá, tem a disciplina de ensino religioso, a gente tem algumas controvérsias e acha que não são tão necessárias, então a gente fez como proposta para o fórum para ser encaminhada ao ministério da educação a disciplina chamada educação patrimonial, foi proposta nossa, foi encaminhado para que fosse colocado na grade curricular, dos alunos da primeira serie a quarta, porque é onde inicia a formação do caráter da criança, o respeito, porque depois da quinta em diante é mais complicado.

Jaqueline - É verdade.

Gestor 01 – Então essa disciplina ia ser uma disciplina tipo transversal, como é feito dentro da educação do patrimônio, da educação patrimonial, por que quando a agente fala em patrimônio material, você fala dos prédios, da arquitetura, das esculturas, você fala de tudo, inclusive da arqueologia, e do patrimônio documental, isso é um documento que é físico, então para que este

cidadão pudesse ter respeito pelo que, porque o custo da manutenção é mais caro que o da preservação, a gente sabe disso, o reparo é muito mais caro que a preservação, eu acho que é muito mais eficiente você tornar um cidadão consciente da responsabilidade, do sentimento de pertencimento, porque esse que é seu grande norte lá, o sentimento de pertencimento e a valorização pelo que é dele, que faz parte da sua cultura é muito mais importante do que eu ir lá concertar e o cidadão.

Jaqueline - Eu digo assim que a pessoa só cuida daquilo que ela gosta, gostar da cidade,

Gestor 01 – Exatamente, você vê o completo lá do centro histórico, não existe um complexo pomposo, não existe aquelas edificações que vislumbram os olhos, mas ela tem uma importância histórica imensa, pra formação da sociedade amapaense, mas porque nós não conseguimos perceber essa importância, porque não foi trabalhado, eu como cidadão amapaense nunca estudei história do Amapá, e muito menos, na formação, inclusive meu TCC foi a respeito do sistema didático da história no Amapá, eu desde o primeiro até o 3º ano do ensino médio, nunca estudei história do Amapá.

Jaqueline- isso demonstra uma lacuna no ensino da história no estado?

Gestor 01 – Nós mencionávamos algumas coisas que aconteciam no contexto do Brasil, criação do museu da base aérea no contexto da segunda guerra mundial, mas você não vê a sociedade amapaense ali, você vê apenas uma base aérea ali que foi construída para servir isso, pronto. Mas e o povo amapaense, foi na época que quando fui fazer meu TCC, porque eu tenho tanto empenho em ajudar a construir esse arquivo público, hoje passar imperceptível, a população passa ao lado deste complexo, deste contexto histórico que foi o início da capital do urbano, da capital amapaense, e eles não formam um conglomerado, eles estão dispersos em vários lugares do município, mas que compõe este mesmo contexto, eu posso te dizer pra gente ser bem positivo, nós temos um atraso, na área do conhecimento, o Amapá é muito recente, a partir da década de 1980, 1989, que a gente começa a ver os primeiros núcleos de pesquisa a serem instalados aqui, a universidade, lá em 1990, ou seja, é muito difícil vir um pesquisador de fora tratar o assunto aqui de dentro, então quando a gente cria essa academia aqui, a gente já tem pessoas se questionando passam a utilizar da cientificidade para trabalhar o seu cotidiano, então como isso é uma coisa muito recente no Amapá, agora que a gente vai começar a ver isso, com a dificuldade de acesso a documento, e isso dificulta a chegar a um trabalho, apresentar pra sociedade, a partir do momento que você pega esse trabalho e apresenta, o complexo, a gente gosta muito da entrelinhas, da coisa cotidiana, a partir do momento que você apresenta isso, a sociedade se interessa, e aí, aí a gente caminha para um trabalho de educação patrimonial. Então eu acho que é sim interessante a sua pesquisa, o que eu puder contribuir, mais ainda na medida do possível, posso sim, ao passo que você precisar, temos um quantitativo pequeno de bens levantados, e ainda não temos nenhum bem tombado a nível estadual, nós temos uma legislação estadual de patrimônio, da deputada (...), a lei do arquivo já está pronta, já está toda

estruturada, mas a dela ainda não, para fazermos essas alterações precisamos ter uma equipe técnica, como a lei de arquivo é ruim, que fere a isonomia dos poderes, atropela as ações, não é boa, esta é sobre patrimônio histórico desta deputada, a lei que criou o CONSEC, que foi vinculado a Secretaria de Cultura e foi criado também uma Câmara dentro do CONSEC, que inclusive, o levantamento desses 11 bens levantados era a câmara do patrimônio mais aqui a CPH, que ia trabalhar isso e o CONSEC ficou responsável, pra montar a equipe técnica através do termo de cooperação, para que pudessem dar os pareceres, essa reunião para montar esta comissão foi agora recente, início de 2013 mas que ate agora ainda nada caminhou, e eles não conseguiram ninguém para fazer o termo de cooperação técnica, são outros profissionais da área, o que nos precisamos, criar uma equipe técnica, que é o que mais precisamos, Para que nos possamos fazer o levantamento. Jaqueline, quando falamos em patrimônio não podemos falar só desse aqui do entorno da Fortaleza, e sim no levantamento de patrimônio na capital inteira, no estado inteiro, nos temos viajado ultimamente: Mazagão, Amapá, e nos temos arquitetura bem antiga, que precisa de uma intervenção politica e do estado pra isso, mas não temos pessoal pra isso, de boa vontade não da pra nós fazermos amadorismo,

Jaqueline - Na minha pesquisa não existe um recorte, no caso da área central, essa área foi escolhida principalmente para resguardar as edificações ainda existentes, algumas destas do período colonial, outras correspondentes ao antigo território, dessa forma assim como a fortaleza é tombada, e possui uma portaria de entorno, a pesquisa visa fazer propostas também para proteção dessa área, porque sabemos que a especulação imobiliária é grande, e tem atingido essa área de forma significativa, mesmo existindo o plano diretor municipal, ainda existem alguma divergentes no que tange essas portarias, objetiva-se transpor todas essas legislações, tanto urbanísticas, quando do IPHAN, do estado e município visando o mesmo proposito, na proteção dos bens culturais assegurando o desenvolvimento urbano e cultural da cidade de Macapá, já existe algumas demolições perceptíveis na cidade de edificações antigas, um exemplo de uma casa no largo dos inocentes, já foi colocado um tapume pela FUMCULT, aparentemente a casa ainda esta intacta, esta escrito que vai ser o novo museu do negro.

Gestor 01 – É lá que ia se construído o Museu do Negro, nos fizemos um projeto em três dias, para que a gente pudesse inserir no IBRAM, e tínhamos um prazo e entregamos, íamos fazer através dele, porque ele tem também um projeto da base aérea na própria Fumcult, mas perderam o prazo e acabaram não acessando o recurso.

4. Dados do colaborador

Nome completo: **Gestor 02**

Local e data de nascimento: Macapá – AP

Profissão atual: Artista plástico e funcionário da Fundação Municipal de Cultura FUMCULT.

5. Dados dos contatos e da entrevista

Indicação do contato: FUMCULT

Data do contato: 01/08/2014

Contato: (96) -

Data(s) da(s) entrevista (s): 06/08/2004

Local da(s) entrevista(s): Sala da Fundação Municipal de Cultura – FUMCULT.

6. Dados do andamento das etapas e de preparo do documento final

c. Primeira transcrição: Jaqueline Ferreira de Lima Brito.

d. Revisão: Jaqueline Ferreira de Lima Brito.

Jaqueline – Sou mestranda na área de preservação do patrimônio cultural pelo IPHAN, onde minha pesquisa abordara MACAPÁ: A CIDADE QUANTO DOCUMENTO HISTÓRICO: TRAÇANDO POLITICAS PUBLICAS PARA GESTÃO DO PATRIMÔNIO EDIFICADO E URBANO. Sou arquiteta e urbanista e a proposta da pesquisa é relacionar as politicas publicas para área correspondente ao centro antigo de Macapá, e trabalhar com a proposta de centro histórico. Sabemos que o IPHAN tem critérios em relação aos tombamentos e ao que difere ao decreto lei 25/1937, sendo a Fortaleza de São José de Macapá o único bem tombado no município. Em se tratando desses critérios ditados pelo IPHAN sabemos que as edificações arquitetônicas da cidade de Macapá não possuem monumentalidade, isso é uma realidade, com exceção da Fortaleza, logo a proposta do meu trabalho vem pela seguinte questão como fazer a atribuição de valor já que não poderei fazê-lo conforme o Decreto-lei nº 25/37, trabalhando o centro histórico com a ideia de cidade documento, ao logo deste capitulo vou falar das politicas públicas e traçar propostas de preservação para fins de tombamento. Logo gostaria de saber quais as ações que FUMCULT esta trabalhando, para que eu possa trabalhar nas minhas propostas.

Gestor 02 – Isso é legal, porque a gente tem vários projetos aqui na fundação, a gente vai fazer uma ambientação, a gente está implementando uma ambientação artística, lá na biblioteca municipal que vamos inaugurar na zona, provavelmente é a associação de artesão que vai fazer essa ambientação, eu acho que pode ser um ótimo contato para trabalha com projeto, a gente precisa de um parecer de um arquiteto, as vezes a gente não tem isso aqui, é muito bom ter uma arquiteta interessada...(falando com funcionário) .

Jaqueline – O município esta aderido ao Sistema Nacional de Cultura-SNC ?

Gestor 02 – Sim.

Jaqueline – Porque eu fiz essa pergunta na SECULT, e eles disseram que sim também, é a FUMCULT ou SECULT que representa o sistema e essas politicas?

Gestor 02 – O certo seria que o município auxiliasse o estado é pra ter um Sistema Estadual de Cultura, mas quem faz a articulação com o SNC é a SECULT. A gente participa dos eventos organizados pelo estado, quem faz esse monitoramento é a SECULT.

Jaqueline – Eu fiz essa pergunta lá, porque eu estava olhando o manual do SNC, ele se refere primeiramente ao município.

Gestor 02 – Quem tem que aderir é o município, só que na hora de fazer o monitoramento é a SECULT quem faz.

Jaqueline – O município está incluído a algum desses componentes do SNC? Cinco requisitos mínimos para os municípios:

Jaqueline – Órgão gestor (secretaria da cultura ou equivalente).

Gestor 02 – Sim.

Jaqueline – Existe o Conselho Municipal de Política Cultural?

Gestor 02 – Sim.

Gestor 02 – Nós temos a lei do Conselho Municipal de Política Pública, mas a lei esta com vício em origem, essa lei de criação de conselho esta passando por uma revisão, e a gente também o conselho municipal de patrimônio cultural, foi nomeado pelo prefeito, mas de fato ainda não começou a funcionar, que é a partir desse conselho municipal de patrimônio cultural que esperamos que funcione o Fundo Nacional de Cultura, as políticas de patrimônio, ano passado foi criado, estamos aguardando, pois a Fundação não tem estrutura, antes tínhamos uma biblioteca, foi tirado, agora foi implantado na zona norte, agora estamos estruturando essa sala, para que tenha as reuniões do conselho municipal de patrimônio.

Jaqueline – Essa biblioteca fica na zona norte?

Gestor 02 – Fica na zona norte, próximo à rodovia norte sul, fica anexo ao prédio da justiça federal.

Jaqueline – E a Conferência Municipal de Cultura ?

Gestor 02 – Fizemos a terceira conferência, foi em agosto de 2012.

Jaqueline – Plano Municipal de Cultura.

Gestor 02 – ...

Jaqueline – Sistema Municipal de Financiamento a Cultura, (com o Fundo de Cultura).

Gestor 02 – Não possui, precisamos primeiramente resolver essas pendencias do conselho municipal de cultura.

Jaqueline – Atualmente esta secretaria FUNCULT/ SECULT é considerado um órgão gestor ou equivalente? É que “o órgão de gestão a cultura nos municípios pode ter varias características”:

- () ser uma secretaria exclusiva;
- (x) uma secretaria em conjunto com outras políticas setoriais;
- () um setor subordinado a outra secretaria;
- (x) um setor subordinado direto ao prefeito;

() uma fundação pública;

() ou nenhuma das anteriores, cite qual?

Gestor 02 – A secretaria possui certa autonomia, de ser secretaria, ela discute as políticas culturais, esta vinculado ao gabinete do prefeito, assim também não esta subordinada, e sim em conjunto com outras secretarias, por exemplo, se é uma coisa mais ligada a cultura como demanda de outras secretarias, como a secretaria de turismo, possui outras secretarias que não possuem orçamento próprio assim como a Improir, ai recorrem a fundação de cultura, temos essa relação de uma secretaria que esta vinculada ao gabinete do prefeito mas, também trabalhando em conjunto com outras secretarias e institutos dando suporte.

Jaqueline – Quais as ações que a secretaria esta desenvolvendo atualmente, no fomento do patrimônio cultural no estado ou município?

Gestor 02 – O que a gente recebe muito aqui na fundação, solicitação de apoio e patrocínio, devido a demanda cultural, esse apoio financeiro, a questão das políticas públicas a gente ainda não é tão desenvolvido ainda, porque nosso quadro ainda é muito reduzido ainda, da fundação, estamos passando por um período assim, nossa de estagnação mesmo, e aos poucos temos conversado ai, para conferencia municipal de cultura, com a nomeação do conselho municipal de patrimônio, com essa revisão da lei do conselho municipal de cultura, então estamos fazendo esta caminhada aos poucos, essa caminhada que é lenta, ela é um avanço porque nunca foi feito isso antes.

Jaqueline – Eu retirei essas perguntas do manual do sistema nacional de cultura, a respeito dessas diretrizes e políticas publicas no município, fazendo um diagnostico.

Jaqueline – Em relação à regulamentação da Lei nº 1.831, de 18 de novembro de 2010, referente ao Estatuto da Proteção do Patrimônio Histórico, Artístico e Cultural do Município de Macapá. Como anda essa atuação?

Gestor 02 – Existe a 1.831/2010, ai tem o Decreto nº 3.878/13 que vem regulamentar esta lei, que é do patrimônio, do conselho municipal do patrimônio cultural e fundo de proteção do patrimônio cultural do município de Macapá e o outro da lei municipal, do conselho municipal, pois existe o conselho do patrimônio e fundo municipal de cultura e do conselho municipal de cultura. Que é a primeira que fala do conselho municipal de cultura que é a 477/92 de 13 de junho de 1992, que fala da criação do CMC, aí a nova Lei nº 1.927/11 da uma nova redação a lei, mas ainda esta passando por revisão.

Jaqueline – Existe alguma projeto de parceria entre a SECULT/FUMCULT ?

Gestor 02 – Direto de parceria, não temos, às vezes em algumas ações, que são coordenadas pela SECULT, eles solicitam um apoio, em algumas mobilizações.

Jaqueline – O município considera o centro antigo de Macapá como centro histórico?

Gestor 02 – Sim.

Jaqueline – O município está fazendo algum levantamento, o que está sendo feito para valorizar e proteger esses imóveis, do período colonial e os remanescentes do período do antigo território, que são a maioria? Possui alguma ação e levantamento? Sabemos que existe no plano diretor municipal de Macapá 2004 uma listagem desses patrimônios listados pelo município, tem algum projeto?

Gestor 02 – Sim, se considera como centro histórico, estamos fazendo algumas ações informalmente, no centro histórico, possui uma vontade política da prefeitura, a partir da preservação de tombamento e registro, iniciando a partir do largo dos inocentes, enquanto registro de lugar, registrar a memória do largo dos inocentes, dentro dessas políticas, a agente está sempre participando das ações, do entorno, bem recente a CTMAC, instalou radares próximo a igreja de São José, para justamente diminuir esta velocidade do trânsito, onde acaba comprometendo a estrutura, existe um pensamento de repente bloquear, fazer uma modificação do trânsito, para que os veículos não circulem tão próximo dos prédios, em uma das indagações iniciais, foram implantadas, foram a instalação desses radares para diminuir a velocidade do trânsito lá, mas que também a gente aguarda muito, que seja uma ação, que possa ser feita a partir desse conselho municipal de patrimônio, que vai ter os fundos, saber como faz os estudos, os inventários dos patrimônios do município, estamos assim, muito aguardando o funcionamento do conselho, para que essas políticas partam do conselho municipal do patrimônio.

Jaqueline – Bom, pelo que já vi já possui essas legislações, já tem algo em andamento, já se pode visualizar isso. A ideia do meu trabalho é fazer a valorização desses bens principalmente no âmbito municipal e estadual, pois enquanto no IPHAN não existe a possibilidade do tombamento desses bens, no máximo uma proposta de rerratificação da área de tombamento da Fortaleza que o mesmo já encontra em proposta em processo, logo o meu trabalho enfoca também essas ações locais, que a gente tem um patrimônio de importância principalmente para a população local, mesmo não tendo o conceito de monumentalidade a nível federal, mas para questão local isso é riquíssimo, essa é a grande proposta do trabalho, visar políticas públicas, e as propostas.

Gestor 02 – Houve uns estudos bem recente agora, do seguimento cultural do áudio visual, foi quando demoliram o cine João XXIII, era um Cine Auditório, que era da casa paroquial, demoliram e venderam o espaço do prédio, perdemos, até as residências antigas aos poucos vão sendo descaracterizadas e demolidas.

Jaqueline – O Plano diretor do município de Macapá possui uma listagem do patrimônio cultural, o Estado tem algum levantamento em relação a estes bens culturais?

Gestor 02 – Ainda não há, mas espero que seja desenvolvida a partir de fato do Conselho Municipal de Patrimônio Cultural. O que temos na Fundação também, a gente trabalha com patrimônio e educação patrimonial, tem a parte da criação de leis, tem outra divisão em outro

departamento, o departamento de incentivo a cultura, que é a divisão de educação e preservação do patrimonial, mas não funciona, às vezes uma pessoa ou departamento ou divisão acaba adquirindo funções que seriam bem específicas do patrimônio que acabam resolvendo outras atividades da Fundação e da carência do nosso quadro, também o nosso quadro é muito reduzido, então as vezes precisamos cobrir outras funções que a agente acaba não focando no patrimônio, que é uma questão da gestão, desde a sensibilidade, se a divisão é de educação patrimonial vamos focar, tipo Macapá verão, uma pessoa que deveria esta focada com as questões de educação patrimonial, acabam sendo remanejadas, chamadas para resolver outra situação.

Jaqueline – A fundação possui esse departamento de patrimônio material, existe alguma equipe? Ou vocês ainda estão criando esta equipe? Ate para subsidia estas pesquisas.

Gestor 02 – Nós temos que criar, como já falei nosso quadro é reduzido, a agente ate brinca, que muitos departamento e divisões acabam sendo “equipes”, a divisão é uma pessoa, teria uma divisão de preservação e educação patrimonial, essa divisão deveria ser formada por uma equipe.

Jaqueline – Na minha pesquisa não existe um recorte, no caso da área central, essa área foi escolhida principalmente para resguardar as edificações ainda existentes, algumas destas do período colonial, outras correspondentes ao antigo território, dessa forma assim como a fortaleza é tombada, e possui uma portaria de entorno, a pesquisa visa fazer propostas também para proteção dessa área, porque sabemos que a especulação imobiliária é grande, e tem atingido essa área de forma significativa, mesmo existindo o plano diretor municipal, ainda existem alguma divergentes no que tange essas portarias, objetiva-se transpor todas essas legislações, tanto urbanísticas, quando do IPHAN, do estado e município visando o mesmo proposito, na proteção dos bens culturais assegurando o desenvolvimento urbano e cultural da cidade de Macapá, já existem algumas demolições perceptíveis na cidade de edificações antigas, um exemplo de uma casa no largo dos inocentes, já foi colocado um tapume pela FUMCULT, aparentemente a casa ainda esta intacta, esta escrito que vai ser o novo museu do negro, existe algum projeto?

Gestor 02 – Eu ainda não tive acesso a aquele projeto, tenho ate que procurar, é ate uma inquietação vê aquele prédio coberto por mato, uma obra municipal, mas ainda não passou aqui pela fundação de cultura, não quer dizer que é da fundação, ainda não conseguimos localizar qual secretaria que esta partindo, não conseguir localizar a secretaria que esta coordenando, vê se é pelo SEMOB ou pela Improir.

Jaqueline – Qual a relação da secretaria?

Gestor 02 – Como não temos arquiteto , quando precisamos de projeto, a gente provoca a SEMOB, a gente vai implantar agora, está pra inaugurar agora em setembro, o céu das artes, que

é um programa Federal, para celebrar cultura, vamos inaugurar no Infraero II, a prefeitura recebe os recursos, para revitalizar esta praça, quem cuida da gestão dessas obras é a SEMOB.

Jaqueline – existe alguma ação isolada para outros imóveis?

Gestor 02 – não existe, mas tem uma questão de reforma da igreja São José e, por exemplo, a pintura e manutenção da pedra dos guindastes, recebemos o ofício da paróquia. Pois a pessoa que faz a pintura, não fez porque não dá pra colocar escada porque pode cair. E agora a implantação do museu do negro do largo dos inocentes.

Jaqueline – Existe alguma proposta de lei em andamento?

Gestor 02 – Ainda não, só existe essa revisão da lei do conselho municipal de cultura, a gente aguarda quando houver a criação do Conselho Municipal do Patrimônio.

Gestor 02 – uma coisa que temos desenvolvido bastante, inauguramos recentemente o Conjunto Oscar Santos, fazemos uma valorizada e retomada do nome, acaba criando um memorial, dar nome a um bairro, bem recente, agora estamos com o residencial São José, estamos providenciando alguém da área de história ou de patrimônio, para dar nome em homenagem aos mestres de ofício, vai ser no buritizal, então precisaríamos de uma pesquisa para dar esses nomes, para não colocarmos qualquer nome, precisaríamos de um estudo, para saber qual esses nomes e desses mestres de ofício. A Confraria Tucuju, meio que faz a gestão do Largo dos Inocentes.

• **ENTREVISTAS REALIZADAS** ⁸⁴

Nome completo: **Alcinéa Cavalcante** – Entrevista realizada em 17-02-2009.

Endereço atual (Rua, nº): Av. Almirante Barroso, Entre Leopoldo Machado e Hamilton Silva, nº 691

Bairro: Santa Rita – Macapá/AP

Profissão atual: Professora aposentada, Jornalista.

Juliana: O trabalho que viemos fazer não foi só de pesquisa sobre a construção deles, mas também o que e eles significam para os moradores, qual o valor que eles têm. Se eles realmente devem ser tombados enquanto algo significativo para as pessoas, para a memória da cidade, se eles realmente devem ser tombados [inaudível], na memória das pessoas, na história da cidade. Então gostaria de saber o que a senhora acha assim desses bens...

Alcinéa: O Mercado Central eu acho um máximo. É um dos poucos prédios antigos que restam. O Mercado Central antigamente era aonde as pessoas se encontravam, era praticamente um ponto de encontro. Quase não existia açougue, não existia supermercado, então tudo se comprava no Mercado Central. Aí funcionava bem assim, como um ponto de encontro das famílias no sábado de manhã, que iam comprar a comida, a carne, aí tinha verdura, tinham tudo! Logo do lado tinha o Mercado de Peixe. Eu me lembro bem que eu ia com minha mãe no mercado de manhã cedinho e a gente voltava 10, 11 horas da manhã, que ela ficava lá conversando como todo mundo, todo mundo se encontrava ali no Mercado Central. Esse Bar do Pedro era muito famoso, frequentado assim pelos boêmios, pelos intelectuais e tal. O Macapá Hotel mudou muito, o prédio antigo era mais bonitinho. Foi derrubado e foi construído esse

⁸⁴ Projeto: **Inventário de Conhecimento dos Bens Imóveis da Cidade de Macapá/AP - 2ª Etapa**. Instituição patrocinadora: SR/IPHAN no PA e AP. Coordenadora do Projeto: Marília Ribeiro Teixeira; entrevistadores: Juliana da Mata Cunha e Jakson Silva da Silva. Tipo de entrevista (gênero): História Oral Temática.

encontro. Quase não existia açougue, não existia supermercado, então tudo se comprava no Mercado Central. Aí funcionava bem assim, como um ponto de encontro das famílias no sábado de manhã, que iam comprar a comida, a carne, aí tinha verdura, tinham tudo! Logo do lado tinha o Mercado de Peixe. Eu me lembro bem que eu ia com minha mãe no mercado de manhã cedinho e a gente voltava 10, 11 horas da manhã, que ela ficava lá conversando como todo mundo, todo mundo se encontrava ali no Mercado Central. Esse Bar do Pedro era muito famoso, freqüentado assim pelos boêmios, pelos intelectuais e tal. O Macapá Hotel mudou muito, o prédio antigo era mais bonitinho. Foi derrubado e foi construído esse quando a Rede Novo Hotel arrendou, aqui no Macapá Hotel funcionou o Museu Histórico Científico Joaquim Caetano da Cruz, então as pessoas que vinham, os turistas que vinham, eles já conheciam o museu, já visitavam o museu, quem dirigia o museu na época era o cientista Valdomiro Gomes, ele era cientista, músico, artista plástico, ele era um monte de coisa. Funcionava a barbearia mais famosa da cidade, que era a barbearia do Atrichio, então era lá que o governador cortava o cabelo, fazia a barba.

Jakson: E você fala assim, naquela época assim quando?

Alcinéa: 50, 60.... Janary Nunes.

Jakson: Janary Nunes. Já não era mais, né?

Alcinéa: É.

Jakson: Então a época é 70?

Alcinéa: É 60, 70 né. Mas aí eu já tenho fotos do Janary jogando xadrez aí, porque também o Macapá Hotel, ele tinha um salão de danças, então no domingo tinha assim festa e era assim, pra alta sociedade, nesse salão também tinha à prática de xadrez, o Janary jogava muito xadrez! Aí nesse hotel se hospedou: seleção brasileira de futebol, vice-presidente da República que veio visita o Amapá. Tinha uma pracinha, a rua entre o hotel e o quebra mar, ali do rio Amazonas, tinha uma pracinha, com bancos, as pessoas gostavam muito de senta lá. Macapá só tinha duas sorveterias, que era a do Macapá Hotel e do Santa Helena. Então no domingo, por exemplo, na minha época de adolescente, qual era à programação de domingo, ia ao cinema na sessão da tarde, saía do cinema ia todo mundo ali por Macapá Hotel, parava no Macapá Hotel comprava sorvete e depois caminhava no trapiche, igual uma procissão, era o programa da juventude. Então, quer dizer ele tem toda essa história, mas agora acho que perdeu muito da magia, quando derrubaram e fizeram esse outro aí.

A Intendência, esse prédio ta em restauração há mais de dez anos, ai funciona ou deveria funcionar o museu, o Museu Histórico Joaquim Caetano da Silva, ele passou pra ir. Ta em restauração. Aí já foi delegacia de polícia, já foi um monte de coisa, eu andei muito pouco por lá. A Praça Veiga Cabral, eu acho assim que ela deve ser tombada, a Praça Veiga Cabral, porque ela vem assim, era praça matriz, eram lá os campeonatos de futebol, tudo acontecia naquela praça, depois recebeu o nome de Praça Veiga Cabral. Era a praça mais bonita daquela época, talvez ainda hoje é uma praça muito bonita, tinha um coreto, a banda do Mestre Oscar, vocês já ouviram falar?

Juliana: Ainda não!

Alcinéa: O Mestre Oscar é uma figura que já morreu, mas é um ícone e tinha a bandinha, inclusive era do GM, Ginásio de Macapá, então à bandinha do mestre Oscar era super famosa, saiu daqui participou de concursos nacionais, ganhou! Essa bandinha ela se apresentava no coreto.

Jakson: Essa praça assim, freqüência dela, diversidade cultural, quem utilizava dessa praça?

Alcinéa: Tinha o outro lado da praça que também era chamado de praça que é onde estar o Teatro das Bacabeiras, mas na época era chamado de Praça Veiga Cabral, como assim duas quadras uma, com banco, com coreto e tal e a outra, praticamente com aquele campo livre e era aonde aconteciam os grandes shows, Cauby Peixoto...

Juliana: Aonde construíram o teatro?

Alcinéa: Aonde construíram o teatro. Aí acontecia o arraial de São José, o arraial do Círio, tudo acontecia ai nessa praça.

Jakson: Na Praça Veiga Cabral. Dá pra ver que lá não tinha tantos bancos, era mais ampla pra acontecer esses encontros.

Alcinéa: Não, mas os shows eram aqui do outro lado, nessa época quando a praça era assim. Isso aqui funcionava como um campo de futebol, não tinha o Estádio Glicério Marques, então esse campeonato era realizado aí na praça, todos às competições esportivas eram realizadas aí, depois à praça foi urbanizada, colocada bancos e tal e outro lado ficou praticamente assim, aí eram aonde aconteciam os shows. Igreja de São José, essa aqui tem que ser mesmo tombada é o prédio mais antigo daqui, mais antigo que a Fortaleza.

Jakson: Mais antigo que a Fortaleza! E ela fica aonde, a Igreja de São José?

Juliana: Em frente à praça.

Alcinéa: Em frente à praça. E lá inclusive estão enterrados assim os moradores mais ilustres da época, dentro da igreja.

Jakson: Assim, esses moradores mais ilustres que você fala, eram os administradores? Os capitães?

Alcinéa: Administradores, essas pessoas assim mais conhecidas mesmo Então a igreja era muito bonita. Teve uma época em que um governador falou em derrubar, porque ela fica assim no meio da rua, teve um governador que falou em derrubar a igreja pra que a rua pudesse seguir e aí à comunidade se revoltou.

Jakson: A comunidade, quando foi essa época que eles queriam?

Alcinéa: Foi logo pelo início de 80.

Jakson: Foi o prefeito?

Alcinéa: Foi o governador. Jorge Nova da Costa. O prefeito era um homem super católico e de repente. Tentou mais não avançou, por que quando ele falou a turma gritou logo, então não foi adiante.

Jakson: A turma toda a cidade, assim, se mobilizou?

Alcinéa: Toda a cidade, aí gritou.

Juliana: O Largo dos Inocentes?

Alcinéa: O Largo dos Inocentes fica atrás da igreja e era conhecido como Formigueiro, eu não tenho assim muita história do Largo dos Inocentes. Mas a Confraria Tucuju que fica lá no largo, vocês procuram a Telma Duarte, ela tem toda a história do largo.

Jakson: E o que é essa Confraria?

Alcinéa: É tipo uma Associação que foi criada tipo, fazer um resgate da nossa cultura, valorizar, por exemplo, festejava muito o aniversário da cidade, o aniversário de Macapá. A Confraria Tucuju tá sempre festejando o aniversário da cidade.

Juliana: De que época é mais ou menos essa confraria?

Alcinéa: A confraria é recente, tem 16 anos. Se faz muita coisa lá na confraria. Um dia desses foi feito um batalha de confete, Domingo retrasado. Porque antigamente aqui não tinha desfile de escola de samba, era batalha de confeite, então a confraria resgatou isso.

Jakson: Tinha até um bar, lá no bairro do Trem, né?

Alcinéa: Barrigudo.

Jakson: Tinha lá essas batalhas de confetes, né?

Alcinéa: Batalhas de confetes tinha no Macapá Hotel, tinha na Farmácia do Serrano, no Barrigudo e no Capique.

Jakson: Esses todos eram no Bairro do Trem?

Alcinéa: Não! Centro, Trem e Santa Rita que era a favela.

Jakson: Era a antiga favela?

Alcinéa: Isso aqui aonde nós estamos era o Bairro da Favela.

Juliana: Esse bairro aqui era o Bairro Santa Rita?

Alcinéa: É. O Bairro é Santa Rita, mas a gente não gosta. A gente gosta da santa, mas não gosta do nome do bairro.

Juliana: E quando foi que mudou de nome mais ou menos?

Alcinéa: Isso aí faz muitos anos, a Igreja ela se fortaleceu muito. A Igreja, ela sempre teve muito poder, então o vereador que era muito católico sei lá, resolveu apresentar o projeto de lei mudando os nomes dos bairros, por exemplo, aqui era bairro da Favela, isso aqui nunca foi uma Favela, não era Favela! Por que aqui a Mendonça Furtado é uma ladeira, e então quando o Território foi criado o Janary trouxe muito carioca pra cá, então quando eles viram a ladeira, eles falaram em morro. E como isso aqui não era habitado, só era habitado aquilo ali àquelas casas da Praça Barão, praticamente, só pra li que era a cidade. Então isso aqui era um morro e quando viram, ficou o morro, morro da favela, esse tipo de coisa, Aí tinha o bairro do Laguinho, bairro não sei do que, bom um vereador deve ta fazendo o que uns trinta anos mais ou menos, ele foi na corta da Igreja saiu mudando os nomes do bairro, isso aqui que era Favela, ficou Santa Rita, o bairro da Vacaria virou Santa Inez, o Igarapé das Mulheres que inclusive tem muitas poesias, virou Perpetuo Socorro, o Laguinho virou São Benedito, depois o povo do Laguinho conseguiu que voltasse pra Laguinho, entendeu. Eles foram...

Juliana: Ah, então os moradores não aceitavam muito essas mudanças dos nomes?

Alcinéa: Eles foram dando os nomes dos santos nos bairros. O Jacareacanga virou Jesus de Nazaré.

Jakson: Mas você acha tipo, esse bairro aqui, o Bairro da Favela, ele foi ocupado mais por esses operários que viram do Rio de Janeiro também?

Alcinéa: Não! Os operários eles quando viram a ladeira eles chamaram de Morro, igual como tem lá por Laguinho que chamam Morro do Sapo, não tem nada haver com os operários, então esse bairro se formou com os negros, ali na Praça Barão era aonde estava concentrada, praticamente a maioria da população. Aí o Janary quis aquele espaço pra construir essas casas, vocês têm ai pra pesquisar também. Pra quê construíram o Conjunto Residencial da Praça Barão? Pra abrigar os assessores dele, que ele estava trazendo do rio, os funcionários todos. Aí o que ele faz, ele chama o povo que mora ali e oferece terreno pra li que é o Laguinho e pra cá, então Favela. Então os negros se dividiram foi uma parte pro Laguinho e uma parte pra Favela.

Juliana: Eles aceitaram logo assim ou teve alguma resistência?

Alcinéa: Não! Aceitaram, tem muita história aí entendeu, por exemplo, tem um ladrão de mar-baixo que a gente chama de ladrão o versos a música, então tem um “ladrão de Marabaixo” que diz: “Pra onde tu vai rapaz nesse caminho sozinho vou fazer minhas moradas lá no campo do Laquinho”, era chamado de Laguinho por que tinha uma lago, tinha um lago por que era uma área de campo, “Campos do Laguinho” e pra cá como tinha a subida era o morro da Favela e tem esse Marabaixo. O pessoal conta que alguns negros não queriam sair dali, mas o líder deles que era o Mestre Julião... agora vai mexer com o Mestre Julião que e aí a gente apanha ...o Mestre Julião, o Janary deu um telefone a ele.

Jakson: Tem uma histórica que do bairro ele era o único que tinha telefone na casa dele, né?

Alcinéa: Exatamente. Se a gente for falar dele o pessoal dele bate na gente.

Jakson: Então essa mudança, você fala da troca de bairro. Esse era o Bairro da Favela que agora é Santa Inez, né?

Alcinéa: Que agora é Santa Rita.

Jakson: Santa Rita, isso. Foi mais uma tentativa da igreja de tentar freira assim? Tipo, já que vieram pra cá muitos negros?

Alcinéa: Não! Não é porque quando mudou, mudou vários bairros, não foi só esse. Aí esse inclusive não era mais habitado por negros. A igreja assim [inaudível] e assim foi.

Jakson: E isso tudo no período do Janary Nunes?

Alcinéa: Não, não. Isso foi há uns trinta anos. O Janary é lá de quarenta e três.

Juliana: [inaudível]?

Alcinéa: [inaudível]

Juliana: Tem o conjunto da Mendonça Furtado que eu não estou com as fotos.

Alcinéa: A Mendonça Furtado era uma vila também toda de madeira, eu tenho as fotos delas, eu tenho as fotos aí, ainda deve ter uma ou duas casas iguais, que aí depois o pessoal foi comprando, né. Aí foram construindo de alvenaria derrubando e tal. Até o que em 96, 97 uma das casas que abrigavam os índios aqui quando eles vinham da aldeia fazer tratamento aqui, ficavam lá em uma dessas casas.

Juliana: Mas os moradores todos já teve também terem mudados?

Alcinéa: Deve ter uma ou duas lá ainda.

Juliana: Quem morava nessas casas? Você sabe se eram funcionários da época do Janary?

Alcinéa: Eram funcionário, inclusive, a gente que mora lá, é ainda daquela época que derrubou.

Juliana: E os funcionários que vinham do Rio de Janeiro?

Alcinéa: No início quando o território foi criado, o Janary teve que trazer gente do Rio e do Pará.

Juliana: Não veio gente do Maranhão?

Alcinéa: Não.

Juliana: Foi mais do Rio do Janeiro e do Pará?

Jakson: Mais essas pessoas que vieram pelo Janary foi mais pra assumirem os cargos administrativos, que no caso ele tava, né?

Alcinéa: Por exemplo, pra lecionar, não tinha professores.

Jakson: Ele teve estruturando isso na verdade, né?

Alcinéa: Por exemplo, minha mãe inclusive veio pra cá, quando eu tinha 17, 18 anos, praticamente todos os professores, ele trouxe daí do Pará.

Juliana: A sua mãe veio do Pará?

Alcinéa: A minha mãe veio do Pará, o meu pai veio do Pará. Todo mundo veio do Pará. Uma parte era do Rio de Janeiro, mas grande parte do Pará. Por que não tinha profissionais.

Jakson: Já era território do Amapá?

Alcinéa: Não. O Território, ele é criado dia 13 de Setembro de 1943. Aí o Janary é nomeado o primeiro Governador e pra botar a coisa pra funcionar ele teve que trazer gente de Belém. Ele mandava anunciar lá em Belém, fazia anúncios nos jornais que estava precisando de professores, de burocratas, de não sei o que.

Juliana: A sua mãe ainda e viva?

Alcinéa: Não.

Juliana: Aí ela contava pra você?

Alcinéa: É. A minha sogra, a minha sogra morreu. A minha sogra morreu também com 93 anos.

Jakson: Temos ainda o Colégio Amapaense.

Alcinéa: Pois é. O Colégio Amapaense. Ele era chamado de colégio padrão.

Jakson: Colégio Padrão?

Alcinéa: Ele tinha... as escolas de 2º grau eram IEPA, o 2º grau era o pedagógico, [inaudível] e o Colégio Amapaense [inaudível] aquele que preparava exclusivamente pro vestibular, [inaudível] tinha que fazer o vestibular em Belém, há maioria ia pra Belém [inaudível] e o pessoal daqui chegava em Belém e passava no vestibular sem ter feito cursinho nem nada, por isso era chamado Padrão. Realmente que estudava aí no Colégio Amapaense dava peia em qualquer um lá de fora. Eu indico pra vocês inclusive conversar com o Professor Munhoz. Munhoz lecionou vinte anos no Colégio Amapaense. Ele mora aqui no Amapá uns 30 anos.

Juliana: Mas ele não é daqui?

Alcinéa: Ele é do Pará.

Jakson: Ele veio nessa política do Janary?

Alcinéa: Aí eu não sei quando foi que ele veio, mas ele tem muito tempo daqui, já tá velhinho, foi professor de várias gerações aqui. Sexta-Feira lá na biblioteca, tivemos um sarau em homenagem a ele. Foi assim, super emocionante. O cara tá velho lá, pra dizer que foi aluno do Munhoz.

Juliana: E o Hospital ainda tá assim?

Alcinéa: Não. Já foi modificado.

Juliana: Era o único hospital da cidade?

Alcinéa: Era. Foi o primeiro hospital. Tudo acontecia lá. Aí modificou né! Era pequeno. Aí mudaram a fachada lá por dentro.

Jakson: O Hospital Geral fica no bairro do Centro?

Alcinéa: É aqui na Avenida FAB, bem aqui pertinho.

Jakson: E agora funciona um hospital ainda lá?

Alcinéa: É. Só que o nome mudou. Parece que é Hospital das Clínicas, eu não sei. Mas aí o pessoal ainda chama de Hospital Geral.

Jakson: E quem administrava o hospital?

Alcinéa: Era o governo.

Jakson: Agora ainda continua público?

Alcinéa: Continua.

Juliana: Em relação ao Estádio Municipal? Tem alguma história assim?

Alcinéa: O Estádio? [inaudível] antes os campeonatos eram lá na praça Veiga Cabral. Com a inauguração do estádio passaram aqui pro estádio. No primeiro jogo, na inauguração... Aí veio a Seleção Paraense.

Jakson: Quando ela veio?

Alcinéa: 14 de Janeiro de 51, se eu não me engano. É o estádio mais antigo do país. Ele é mais antigo que o Maracanã. Ele foi inaugurado no mesmo ano que o Maracanã, só que ele foi inaugurado em Janeiro e o Maracanã, se eu não me engano foi em Junho. Foi alguns meses depois, então é o mais antigo, o Estádio Glicério Marques.

Jakson: E o primeiro jogo? Qual foram os times que jogaram?

Alcinéa: Foi a Seleção Amapaense contra a Seleção Paraense e a Seleção Paraense Ganhou de 1x0. Um dia desse eu coloquei no meu blog, se vocês puxarem lá no arquivo, eu conto a história dele. Inclusive, eu coloquei a foto da seleção paraense... Não. Botei a foto da Seleção Amapaense, botei a escalação da seleção paraense. Diz até quem fez o primeiro gol.

Jakson: Quem fez o primeiro gol?

Alcinéa: Foi lá da Seleção Paraense. Então, aí ele não tinha iluminação, então por muito tempo os jogos eram de dia, aí em pleno campeonato tendo uma rodada dupla começava duas horas da tarde, então só de uma tarde, e a principal às quatro. Aí em 75 foi que ele ganhou uma iluminação, o gramado que foi considerado uma dos melhores do país. A Seleção Brasileira de amadores veio jogar aqui, veio pra reinauguração. O Remo, Paysandu vinham aqui, ficavam tudo de boca aberta por causa do gramado e da iluminação, por causa que não tinha nada de parecido lá no Baenão e nem na Curuzu. Então é isso, jogou o Garrincha, jogou Dario.

Jakson: Então o estádio, assim, pra cidade de Macapá tem um símbolo muito grande, né?

Alcinéa: Além, dos jogos, aí no estádio tinha show, por exemplo, o Roberto Carlos no auge da fama, aí veio fazer um show aqui, aonde é no estádio. Como tem no Rio os grandes shows no Maracanã, aqui eram no Glicério Marques. Os grandes shows.

Jakson: Toda Cidade freqüentava dava pra vê que pelo menos na inauguração tava lotado.

Alcinéa: O foto da inauguração.

Juliana: Ainda hoje ele funcionar como estádio?

Alcinéa: Funciona. Agora o que a prefeitura fez, ele é da prefeitura. O que à prefeitura fez: de um lado do estádio derrubou as arquibancadas, construíram um quadra e uma escola. E o pessoal agora de vez em quando, tem gente que fala vamos tirar a escola de lá, e voltar às arquibancadas, e é muito freqüentado, por exemplo, a escola de samba dos Piratas da Batucada ensaia aí no estádio, toda noite!

Jakson: No Estádio Municipal?

Alcinéa: Agora têm por um lado uma vantagem e por outro a desvantagem essa a escola foi construída lá dentro.

Juliana: Mais ainda tem o espaço aonde ocorrem estes jogos?

Alcinéa: O campo ainda continua, portanto que o campeonato amapaense realizado aí, até por que o Zerão tá abandonado, agora só tem a arquibancada de lá.

Jakson: Mas Dona Alcinéa, qual foi o motivo, qual foi o discurso que a prefeitura municipal usou pra construir à escola, para os moradores?

Alcinéa: 1990, o Governador Dito Garcia resolveu construir um Peralta, que é um estádio muito grande só que está abandonado, e o Zerão, e o Zerão tinha o apelo turístico, porque a linha que dividi o campo é exatamente a linha que dividi o Equador, então é um no hemisfério norte é um no hemisfério sul, o porta pé inicial e dado exatamente no meio do rio, só que aí não o Glicério Marques tá pequeno, então construir o Zerão, os grandes jogos, os grandes clássicos no Zerão e os jogos menores aí no Glicério Marques, aí foi construído o Zerão, foi feito só um monte de arquibancada, aquela pressa por Collor vim inaugurar, entendeu! E o Collor veio inaugurou e tal, depois disso largaram o Zerão, teve alguns jogos, alguns campeonatos realizados lá, mas não concluíram o Zerão, não tinha manutenção, foi se deteriorando, aí ultimamente o presidente da Federação de Futebol resolveu fazer os campeonatos aqui por Glicério Marques, por que o zeram não oferecia condição, agora ta ai numa confusão danada, por que(...).

Jakson: Mas isso. O estádio do Zerão foi assim, por que a cidade tava crescendo pra ali, né?

Alcinéa: Não, não!

Juliana: Foi mais pelo apelo?

Alcinéa: Qual é outra cidade que pode ter um estádio no meio do mundo?

Jakson: No meio do mundo, né? Mas mesmo assim à tradição voltou aqui para ao Estádio Municipal, né?

Alcinéa: É! Até por que ele tem muita história. A apresentação de ginastas era lá, então ele tem toda uma história.

Jakson: Uma história assim, né?

Alcinéa: Concurso de quadrilha junina era lá, acontecia lá.

Jakson: Muito Bom.

Juliana: E a Praça Barão do Rio Branco?

Alcinéa: A Praça Barão do Rio Branco. O pessoal reclama que tinha um sapo que roubaram de lá. Tinha um artista plástico que fez um sapo muito bonito, roubaram esse sapo de lá. Era uma praça muito freqüentada também, como a Veiga Cabral que é uma praça muito antiga. Além do mais fica pertinho da residência defronte com à Escola Barão do Rio Branco, de esquina com o Ginásio de Macapá, é uma praça super freqüentada, com quadra de esporte, quadra de vôlei, de basquete, de futebol de salão. Ela ocupa duas quadras entendeu [inaudível] fica na principal avenida, que é à Avenida da FAB, por onde obrigatoriamente todo mundo têm que passar.

Juliana: E uma praça assim, que às pessoas apenas passam ou elas ainda freqüentam?

Alcinéa: De um lado elas passam ou param pra pegar o ônibus do outro freqüentam por causa das quadras de esporte, você passa à noite por lá é movimentado.

Jakson: É mais uma praça de lazer?

Alcinéa: Toda praça é lazer, né! Ela tem, né, essa importância. Tinha uma Palmeira Imperial.

Juliana: Ela era mais arborizada?

Alcinéa: Era mais arborizada.

Juliana: Aí depois foram tirando as árvores?

Alcinéa: É.... tirando tudo. Agora tem um projeto aí de re-urbanização.

Jakson: E o sapo da praça não apareceu até hoje?

Juliana: Esse sapo era o quê? Era de concreto, de madeira?

Alcinéa: Concreto. Ficava aqui quase de frente ao Correio, que essa praça o lado dela é de frente pro o correio, então aonde tem lá a placa da praça e o busto do Barão do Rio Branco, aí de um lado, na frente desse monumento aí tinha o sapo.

Juliana: E esse sapo representava alguma coisa?

Alcinéa: Eu não sei o que representava bem, o pessoal, tem uma gente que não se conforma até hoje. Tenho um amigo poeta que até hoje, que toda vez que ele passa lá, ele reclama.

Jakson: Quem foi o artista que fez o sapo?

Alcinéa: Não sei! Mas não era daqui.

Jakson: Mas não era costume, né, fazer um sapo na praça?

Alcinéa: Aqui também não! Nem tinha praça.

Jakson: 1935 não foi quando ela foi construída?

Juliana: Ela é do período colonial, na verdade, essa e a Praça Veiga Cabral, elas são mais antigas e tal, mas agora eu não sei a reforma se foi no período do Janary.

Alcinéa: Tem lá a placa dele direitinho quando ela foi inaugurada. Na frente dos correios que tá a placa.

Juliana: Os correios ficam em que parte? Para o lado das casas, da escola, das residências?

Alcinéa: Para o lado das casas. Tem um papelzinho aí pra riscar? Essa aqui é a Avenida FAB, neste sentido como se fosse a Almirante Barroso. Aqui é a Cândido Mendes, que é a rua do comércio, aqui é a São José, aí a praça, a rua que seguiu aqui e a praça continua aqui, em dois blocos. Aqui neste bloco tem

parada de ônibus, banco, tinha a Palmeira Imperial; nesse outro bloco são as quadras de esportes, aí bem aqui se eu não me engano, o nome da rua é Coriolano Jucá ou Iracema Carval Nunes e aqui fica o correio.

Juliana: E a escola fica por aqui também, né? A Barão do Rio Branco?

Alcinéa: Não. Fica o correio aqui, bem aqui de frente por correio fica o monumento que tem a placa. O Barão fica aqui, aqui fica à Escola Barão do Rio Branco. As casas ficam tudo aqui do lado do correios, aí vêm e aqui, as casas.

Juliana: Esse prédio do correios não mudou muito também?

Alcinéa: Não mudou muito também.

Jakson: Ele sempre funcionou como correios, até hoje?

Alcinéa: Até hoje ele funcionou! Ele por dentro é claro tá mais bonito, foi trocado piso, essas coisas, mas por fora a fachada é a mesma. Eles tiveram cuidado de manter a fachada.

Jakson: E assim, você sente, por exemplo, no caso do correios, sente que o governo daqui, a prefeitura municipal, ela tem alguma política de conservar estes patrimônios, pra memória da cidade?

Alcinéa: Olha, no caso do correios eu acho que não cabe a prefeitura nem ao governo do estado, por que se trata de uma empresa do governo federal, né. Agora se o governo estadual, se o governo municipal tem à preocupação em preservar a memória da cidade, não tem! Tanto você vai vê Macapá quase não tem prédios antigos, por que, o que acontece, todo governador que vem pra cá, eles eram nomeados, não tinha eleição, não era ainda território federal, não tinha eleição, o governador era nomeado pelo presidente da República, então ele mandava pra cá, o amigo dele pra cá e era militar, porque aqui era considerado área de fronteira internacional. Então Amapá, ele era militar da marinha. O cara vinha passava duas, três, quatro anos, sei lá. [Inaudível] Presidente da República. Vinha outro. Então não tinha compromisso nem um com essa terra, então, fazia um negócio o outro chegava e derrubava, sabe. Os prédios antigos mesmos, só resta à Intendência, à Fortaleza, por que não dar pra derrubar à Fortaleza, essas coisas que são da época que Macapá era vila e que esta terra pertencia ao Pará. Aí em 1943, é desmembrado do Pará e criado o território. Então os governadores que vêm pra cá, eles começam a demolir, aí a gente falava, eu nasci depois, lembra! 1956, mas eu sempre me interessei muito por isso, tinha a questão do meu pai da minha mãe, aí depois quando eu já tava numa certa idade, eu me metia no meio do pessoal aqui reclamavam, os caras chegam aqui, derrubam tudo, por que eles não são daqui, eles não têm compromisso nem uma com o povo daqui, com a história daqui. Em 1990, o Amapá é levado à categoria do Estado. Em 1988, com a constituição de 88. Então em 90 se da à primeira eleição.

Jakson: Quem foi que ganhou pra governador?

Alcinéa: O Barcellos. Que já tinha sido governador, por que ele era da marinha, mas aí ele foi um governador que trabalhou muito e aí quando terminou aqui, ele continuou aqui, não foi embora, depois se elegeu deputado federal, então foi o primeiro governador eleito. Aí depois foi eleito o Capi, o Capi que mudou o IEPI, mudou o Hospital Geral, a fachada, mudou aí um bocado de coisa. Quando era o pessoal de fora mudava, porque não conhecia nossa história, quando era o pessoal daqui muda também.

Jakson: Pelo interesse? Você imagina do quê?

Alcinéa: Não sei. Acho que pura idiotice mesmo.

Juliana: Em relação a essa história de Macapá, da cidade, você sente que as pessoas conhecem essa história da cidade, tem livros que falam ou tá mais na memória das pessoas?

Alcinéa: Tá mais na memória.

Juliana: Vocês sentem que elas sentem saudade de alguma coisa?

Alcinéa: Sentem.

Juliana: Elas têm falta desses prédios que foram derrubados, vocês comentam ainda? E tem preocupação com a preservação desses prédios?

Alcinéa: Aí que surge a Confraria Tucuju. Pra lutar por isso.

Juliana: Pra buscar, legitimar a identidade que ta expressa nesses bens, né? Pra conservar aquilo que ainda resta.

Alcinéa: Exatamente.

Juliana: E a Escola Barão do Rio Branco? A sua mãe lecionou em que escola dessas?

Alcinéa: Ah, a minha mãe lecionou lá no Barão do Rio Branco, no Alexandre Tavares.

Juliana: E o que ela contava?

Alcinéa: Minha mãe lecionou por outras escolas, por aqui Coaracy Nunes, José de Anchieta. Eu não cheguei a estudar no Barão do Rio Branco, mas todo mundo queria estudar no Barão do Rio Branco.

Juliana: Era? Era uma escola com referência?

Alcinéa: Era de referência. Colégio Amapaense. Quem tava no ginásio ou científico queria ir por Colégio Amapaense, o Barão, quem tava no primário, por que naquela época, o hoje é ensino fundamental, mas naquela época era primário. Queria estudar no Barão, porque era referência, por que lá tinha os melhores professores, tudo de melhor tinha lá no Barão.

Juliana: Hoje ainda é referência?

Alcinéa: Ainda é!

Jakson: Quem estudava no Barão do Rio Branco, assim, filhos?

Juliana: Era específico?

Alcinéa: Não. Pro que era talvez uma questão de bairro, né. Nós morávamos no bairro do Trem, estávamos lá no Alexandre. Agora o Barão tinha os melhores professores, talvez por ser à escola mais antiga.

Juliana: Era do Estado?

Alcinéa: Do estado.

Juliana: E ainda hoje é do Estado?

Alcinéa: É do estado. Aí no Barão do Rio Branco, nessa área do Barão do Rio Branco é aonde tá o Cine Teatro Territorial. O Cine Teatro Territorial, esse sim. O Cine Teatro Territorial, era o único que tinha aqui, era esse, então qualquer peça teatral era encenada lá, é... festival, o primeiro festival amapaense, foi realizado lá, é... o que mais? Qualquer show, show pequeno né. Os grandes era aí no estádio. Show pequeno era lá, aqueles programas de calouros era tudo lá. Eu fiz parte do teatro infantil, era lá que a gente se apresentava, depois, claro que ele é muito pequeno, mas praquela época, cidade pequena pouca gente, então ele era suficiente, bons filmes passavam lá embora divisem cinema, tinha o Cine Macapá e o Cine Jovem de Cristo. Mas lá também passava filme, claro que ele ficou muito pequeno, depois, foi construído o Centro de Conversões do Teatro das Bacabeiras, não se falou mais no Cine Teatro

Territorial. Que deveria ter restaurado e aproveitado como um teatro experimental, como instrumento de formação de platéia.

Juliana: Mais hoje ele tá desativado?

Alcinéa: Tá desativado há muito tempo.

Juliana: E não funciona mais nada lá dentro?

Jakson: Hoje em dia tudo se concentrou lá no Teatro das Bacabeiras, né?.

Alcinéa: É no Teatro das Bacabeiras. E lá, por exemplo, se você é um canto que tá começando, aí vai dá à idéia de vazio, por que, é um teatro mais ou menos grande, então, aí é um custo, por exemplo, muito alto, pra um show muito pequeno, isso poderia ser feito no Cine Teatro Territorial.

Jakson: E o Fórum da Cidade? O Fórum é antigo?

Alcinéa: É. De 45.

Juliana: Agora funciona a OAB, né?

Alcinéa: Funciona a OAB, quem cedeu pra OAB foi o Chico Garcia em 90, o governador Chico Garcia, ele era advogado e cedeu pra OAB. Um tempo desses a gente andou brigando, coloquei lá no meu blog, por que colocaram um grade lá em cima.

Jakson: Sim, colocaram aqui.

Alcinéa: Aí eu coloquei, têm uns Leões, eu fotografei bem um leão assim atrás da grade dizendo que a OAB prendeu leão. A escadaria do Fórum o pessoal usava muito, pra senta, pra fica batendo papo, lê um livro. Tudo quanto é mãe adorava levar seu filho pequeno pra bater foto no leão. Então o que tem assim de moleque posando ao lado do leão, e de repente a OAB meteu essa grade, ai a turma reclamou, mas o cara da OAB não tirou, não tirou. E assim, tem toda uma história, ele foi o primeiro fórum daqui, aí que acontecia os casamentos, às condenações, as repartições.

Juliana: Então tem muitas histórias?

Alcinéa: E naquela época, por exemplo, por que hoje, quando eu casei era assim, alias quando você casa na Igreja já com efeito civil, antigamente não, você tinha que casar no fórum e sair de lá e casar na Igreja. Então na maioria das vezes a gente fazia esse casamento no mesmo dia, ia casar no fórum de lá os noivos, os convidados iam pra igreja, pra fazer o casamento católico, depois não, só o da igreja já valia como civil. Então que dizer muita gente casou aí.

Jakson: Deixa eu pergunta pra senhora. Nós falamos muito aqui sobre o fórum, que ele guarda muitas histórias, mas quem foram as pessoas que vieram construir o fórum? A mão-de-obra?

Juliana: No caso ele é da época do Janary.

Alcinéa: Não, ele é ou do Janary ou do segundo governador.

Juliana: Depois do Janary?

Alcinéa: Já não lembro se ele é do Janary ou do Pauxis Nunes.

Jakson: A idéia de que o Janary, tinha assim. Tinha no Jornal Amapá, esse jornal Amapá, ontem eu fui na da UNIFAP, lá encontrei uma monografia que dizia, que o discurso do Janary era de sanear, educar e povoar. Você pode dizer que foram esses operários do Rio de Janeiro que ele trouxe? Mão escrava negra?

Alcinéa: Não, por que quando ele chegou aqui não havia mais escravidão. Era 1943, à escravidão já tinha acabado há muito tempo. Agora, o Janary trouxe esses operários não, por que Macapá era uma cidade habitada, o que acontece na hora que é criado o território não tinha professor, não tinha médico, não tinha mão-de-obra especializada. Agora questão de operários aí tinha, tinha o próprio macapaense e outros que vieram, mas por que vieram, na hora que você cria um território ou um Estado, veja o que aconteceu com Tocantins, Mato Grosso do Sul, na hora que você cria o que resta do Brasil, foi criado ali um Estado, eu vou pra lá, por que tinha emprego e vêm, por que realmente têm, né. Criado o território do Amapá, então tinha que construir hospital, escola, tudo isso. Aí os outros estados, [Inaudível] Eu vou lá pro Amapá. Então quer dizer, não foi assim, os operários que o Janary, trouxe. Eles é que vieram, entendeu, e se juntaram aos daqui.

Jakson: Com a idéia que após a formação do território do Amapá, uma chance de melhoras de vida né. Melhores condições. A idéia de enriquecer, né?

Alcinéa: Sempre tem a busca pelo emprego, sempre há busca pelo emprego.

Jakson: Quem você sente assim, os maiores que vieram aqui? Os nordestinos?

Alcinéa: Não! Pra cá quando o território foi criado há maioria foi do Pará. O Pará e Rio de Janeiro. Tem muito desempregado do Pará, é exatamente por isso, foram trabalhar na construção civil, o território foi criado, então tem muita coisa a ser construída. Aí os nordestinos vieram pra cá a partir da elevação do território a categoria de Estado. Aí o com acontece quando o Amapá foi elevado a categoria de Estado, o povo lá do resto do Brasil, que a imprensa não informa nem nada, achou que estava sendo criado um Estado, então que estava tudo pra ser feito, tipo como o Tocantins, por que o Tocantins não chegou a ser território, ele foi logo dividido. Então os caras acharam: -“Bom não tem nada, vamos pra lá”, e o Sarney pra nosso azar se elege senador, então os maranhenses disseram “É lá que tem emprego”, e eles vieram.

Juliana: Ele é senador daqui desde aquela época?

Alcinéa: De 90. Então, só que não tinha nada pra ser feito, já tava tudo pronto aqui, por que já era território, mas aí a mídia, a imprensa nacional, acho que não informava isso, o pessoal lá fora ainda pensa que no Amapá, tem índios na rua, onça, esse tipo de coisa, aí vem pra cá, ainda mais com o Sarney, aí o maranhense, disse “É pra lá que eu vou”, que “lá vai ter emprego”, chegou aqui não tem emprego, aí o que aconteceu surgiram aí um monte de bairros, né! É gente morando no alagado, é gente morando na ponte, é gente morando nas áreas de ressacas, é gente sem educação, sem emprego, sem saúde, por que a infra-estrutura que tem aqui não agüenta todo esse povo, né. Aí também começou à bandidagem, aí por que desempregado e com filho pra criar, não arranja emprego de jeito nem um! Acaba indo pro crime, aí você vê as crianças estão fora da escola, os pais desempregados, crianças estão aí vendendo amendoim, reparando carro, à noite cheirando cola, vivendo na rua, coisa que não tinha aqui.

Juliana: Voltando um pouquinho nessa época do Janary, eu tava lendo um relatório quando ele vem pra cá, antes dele vir pra cá, fez todo um estudo pra criação dessa infra-estrutura. Eu tava vendo das pessoas que ele contratou, os funcionários públicos que ele contratou, ele também buscava contratar as pessoas, tipo, a partir de uma certa idade, entendeu, homens de 25 anos, tinha mais ou menos uma perfil assim. Vocês sabem de alguma coisa assim?

Alcinéa: Até por que naquela época era muito difícil de encontrar alguém com, com 21 anos que tivesse qualificação.

Juliana: Ele também tinha muita preocupação com pessoas que viessem e não quisessem ficar, ele queria pessoas que viessem pra ficar aqui, trabalhando mesmo.

Alcinéa: Chegava [Inaudível].

Jakson: Do Estado?

Juliana: E a sua mãe lecionou aqui, desde 17 anos aqui?

Alcinéa: 17, 18 anos, mais ou menos.

Jakson: Então é nesse cenário aqui, que você falou que o Amapá passa por dois momentos de migração, primeiro que é esse paraense o segundo foi o dos nordestinos. Então assim, como a cidade estava no processo de construção de suas instituições, como era o Fórum, eu fiquei sabendo também através de outras histórias, tipo, o companheiro, o nosso anfitrião Arinaldo, falou que a partir dessas construções muitas pessoas que moravam no centro foram remanejadas por bairro do Laguinho, né?

Alcinéa: Mas é aquilo que falei no início da nossa conversa que pra construir essas casas, aí na Veiga Cabral, ele chamou o pessoal e distribuiu terrenos no Laguinho e na Favela.

Jakson: No Laguinho e na Favela, né?

Juliana: A residência do governador foi construída também na época do Janary?

Alcinéa: Eu acho que foi. Aí eu não tenho da residência do Governador.

Juliana: Ainda funciona como residência do governador até hoje?

Alcinéa: Funciona. E a fachada dela é praticamente a mesma até hoje, aí como ela é pequena e o terreno é muito grande, então eles construíram outros blocos, mas ainda é assim.

Jakson: E o cinema?

Alcinéa: Esse Cine Teatro Territorial.

Jakson: Foi aquele que você falou então, né? Você falou a história, né, que acontecia mini-pequenas peças de teatro.

Juliana: Você tem fotos deles?

Alcinéa: Não! Aí a piscina né. Acho que não funciona lá.

Juliana: Tem a piscina ainda lá no terreno também?

Alcinéa: Agora quando eu falo em piscina; tem a piscina mesmo aonde a gente nadava, tem também o clube.

Juliana: Mas faz parte de um clube o cine territorial?

Alcinéa: Não, fica tudo no mesmo complexo: O Cine Territorial, Escola Barão do Rio Branco, a piscina territorial e o clube aonde tinham as festas. E dessa piscina territorial saiu, o campeão brasileiro de 1956, o Amapá foi campeão brasileiro de natação. Mas tem campeão brasileiro ainda vivo.

Jakson: Quem foi?

Alcinéa: Ademias Trajano é um deles.

Jakson: Ah, então foi mais de um?

Alcinéa: Foi.

Juliana: Tinha muito incentivo o esporte?

Alcinéa: Tinha.

Juliana: O ginásio.

Alcinéa: Esse aí não é o ginásio de Macapá. Esse aí é o ginásio de esporte Avertino Ramos. É novo.

Juliana: De que época?

Alcinéa: É novo por que o outro ginásio de esporte que é o Paulo Conrado, construído muito antes que esse. Aí têm que ver se tu quer o ginásio de Macapá, que é uma escola.

Juliana: E é esse aqui? Esse que você fala que é mais antigo é o....

Alcinéa: Não. Ginásio Paulo Conrado, mas é de esporte.

Jakson: Chegamos aqui à Rádio Difusora, né?

Alcinéa: Aí o ginásio Avertino Ramos, ginásio de esporte, O Ginásio Paulo Conrado, que é ginásio de esporte, bem mais antigo que esse. Agora tem o ginásio de Macapá, que é a escola. Lá no ginásio de Macapá só estudava homem, que é igualzinho o ginásio feminino que é Santana Rioli. O prédio é igualzinho. Aí o Ginásio de Macapá era masculino e o Santana Rioli era feminino.

Juliana: São da mesma época?

Alcinéa: São iguais os prédios.

Juliana: Ainda funciona como escola?

Alcinéa: Todos os dois. Aí o ginásio de Macapá é da época daquele programa do Getúlio Vargas, se eu não me engano, [Inaudível] mais orientado para o trabalho, então o aluno, ele terminava o curso ginásial, que corresponde hoje a oitava série do primeiro grau, ele já saía com um profissão: sapateiro, tipógrafo, torneiro mecânico ou marceneiro. Era como à escola Técnica do Pará, há antiga, a escola industrial do Pará, porque depois virou escola técnica. Ia estudar lá, quando terminava já saía com uma profissão.

Jakson: Era o cidadão trabalhador, construído no Estado Novo. O Janari também teve assim uma ligação muito com o Estado Novo, com o discurso mesmo de tentar essa integração dos territórios do Brasil e até a utilização de jornal mesmo, o Amapá?

Alcinéa: Porque o “Amapá”, era o jornal oficial do governo, era na verdade o Diário Oficial, por que todo governo tem que ter o diário oficial, então, só que naquela época do território, aí era assim, [Inaudível] o expediente, né. Ai não trazia notícias também, não por que o jornal Amapá era expresso na imprensa oficial, ordem ditada pelo governo.

Juliana: Era o único jornal?

Alcinéa: Tinha. Macapá sempre teve muitos jornais, [Inaudível] o primeiro jornal daqui tem mais de cem anos, não funciona mais.

Jakson: Tem até um jornal curioso. Eu tava na internet pesquisando sobre os bairros, foi agora esse tempo, os moradores do bairro Santa Inez, próximo à orla, criaram até um jornal comunitário também.

Alcinéa: Não, aí foi o governo, o governo que criou a comunicação comunitária, [Inaudível] o governo, então na verdade se tu pegar, foi praticamente feito pela comunicação social do governo, mas é claro que eles contam muitas histórias.

Juliana: E a Rádio Difusora? Ela era utilizada pelo mesmo sentido?

Alcinéa: A Rádio Difusora é a emissora oficial do governo, é a primeira emissora de rádio daqui, ela tem quase 60 anos, primeira emissora de rádio daqui. Eu tenho um amigo, ele tá quase todo dia aqui em casa, ele foi diretor dessa rádio. Meu pai foi diretor dessa rádio.

Jakson: Então ela tem então sessenta anos? Década de 40.

Alcinéa: É, deixa eu ver. 96 foi cinquentenário dela. Ela tem 60 e pouco anos.

Jakson: Essa aqui então é a nova? Bem diferente, né, as fotos?

Alcinéa: Não por que este aqui é o Parque Transmissor.

Juliana: Então não é no mesmo lugar? É em outro lugar?

Alcinéa: Não. Por que o parque transmissor de rádio, ela nunca tem o parque transmissor no mesmo lugar aonde funciona os estúdios, por causa de radioatividade, né. Então tem que ficar num lugar mais isolado, então esse aqui é o parque transmissor.

Juliana: Mas o prédio da rádio sempre foi nesse?

Alcinéa: Não.

Juliana: Também não?

Alcinéa: Já mudou três vezes esse prédio. Já derrubaram e reconstruíram.

Juliana: E ainda funciona como rádio?

Alcinéa: Funciona.

Jakson: Sempre funcionou lá, só que sofreu essas alterações com o tempo?

Alcinéa: É. Aí de vez em quando ficava muito velho, muito feio, aí derrubavam, passava a rádio pra um outro lugar, aí construíam outro prédio, passava a rádio pra ali. Então já tá no terceiro prédio.

Juliana: Você acha que é importante a rádio difusora?

Alcinéa: Como prédio, não. Como valor arquitetônico nenhum.

Juliana: Enquanto o valor pras pessoas?

Alcinéa: Aí sim, difusora. Nas cidades da Amazônia o único meio de comunicação é o rádio, não tem como, por que você não tem como mandar uma mensagem, como fazer chegar alguma informação, lá numa comunidade ribeirinha, se não for pelo rádio, por que lá não chega jornal, lá não chega televisão. E-mail nem pensar, celular só se for [Inaudível]. Então, que dizer, na Amazônia o rádio, ele é muito importante. Aí a difusora, ela tem toda essa importância, além do que, por exemplo, como emissora de rádio, logo, que ela foi fundada, aí ela tinha um tal de carnê social, era uma coisa que as rádios tinham antigamente, que era programa assim, de aniversário.

Jakson: De anúncio?

Alcinéa: Tinha o anúncio, que é outra coisa, né. Aí toda a programação de música, todo serviço de utilidade pública. É se você perder um documento, você ia lá, na rádio, aí deixava lá o seu nome teu documento, perdeu, aí era anunciado, perdeu o documento do fulano e tal, se eu tivesse achado o documento, eu ia deixar lá na rádio, pra ser anunciado. Tem um documentário que já foi premiado nacionalmente, que é Alô, *Alô Amazônia*, no caso. Tem o [Inaudível] Martins, é professor universitário, escritor, é a tese dele de mestrado, *Alô, Alô Amazônia*. Ele publicou um livro agora: *Alô, Alô Amazônia: a*

importância do Rádio da Amazônia, e até hoje, por que com as comunidades mesmo assim, lá dentro só chega informação através do rádio.

Jakson: Assim, então a rádio é muito utilizada? Desde quando ela foi fundada, você acha que até hoje ela é utilizada pra essas coisas?

Alcinéa: E vai continuar.

Jakson: Informação e assistência também mais voltado assim pra população?

Alcinéa: E vai continuar na Amazônia não tem escapatória, rádio AM nunca, na cidade todo mundo escuta. [Inaudível] A audiência numa rádio AM, na cidade, ela é muito baixa. Grande é de FM, mas lá no interior ela é alta.

Juliana: A Escola Santana Riote.

Alcinéa: Ela fica pertinho da Igreja da Conceição.

Juliana: Nós passamos por lá já. Que era o Ginásio Feminino, né? Tem alguma memória sobre lá?

Alcinéa: Não, porque eu nunca estudei por lá, nunca andei muito por lá.

Juliana: E o Cine Paroquial?

Alcinéa: O Cine Paroquial é lá perto, tinham três cinemas aqui, se quiser anotar o endereço.

Juliana: Não. O endereço a gente tem.

Alcinéa: Aí tinham uns três cinemas aqui, na época, tirando o Cine Territorial, por que não passava filme. O Cine Territorial entrava num circuito. Cine Macapá, o Cine João XXIII que era do Estado, aquele complexo ali daquela via e o Cine Paroquial que também era do Estado, [Inaudível] na época, O Cine Paroquial era o cinema dos pobres. A elite de Macapá ia tudinho ali pro João XXIII. Porque o Bairro do Trem era considerado, era chamado o bairro proletário, o bairro operário. Tu vê que é lá que têm a vila operária. Então fica assim, os pobres pra cá e os mais ou menos pra cá.

Jakson: E o Cine Paroquial ficava no bairro?

Alcinéa: No bairro do Trem. Ainda existe esse prédio.

Juliana: Você acha que é relevante também?

Alcinéa: Acho que é.

Juliana: Tem a praça da Igreja Nossa Senhora da Conceição. A praça é bastante freqüentada lá?

Alcinéa: É. E agora no carnaval Deus que me livre, por que lá na praça também, tem o campo de futebol, por que as praças aqui geralmente tem o campo de futebol e é lá que tem o jogo de solteiros e casados. Começou lá. Tem muitos anos esse campeonato.

Juliana: Como é esse campeonato? Esse campeonato é tradicional?

Alcinéa: É. Tem muitos anos.

Juliana: Funciona em que período assim?

Alcinéa: Agora eu não sei. Ir tem, inclusive foi matéria recentemente do Globo Esporte, a maior copa do mundo que é feita ali, que é copa [Inaudível]. Ela existe também há muitos anos, muitos anos, há mais de trinta, quarenta anos, sei lá. Que é uma copa do mundo, só que claro os times todos daqui, os nomes do

time é Argentina, Uruguai, Paraguai, Brasil, México e tal. E Recentemente no Globo Esporte saiu uma matéria sobre a maior copa do mundo, que é realizada aqui, que é nessa praça e agora que é nessa segunda feira de carnaval tem o futebol fantasia, que também é tradicional lá, entendeu? Essa programação do futebol a fantasia começa de manhã cedinho. Aí os homens vão todos vestidos de mulher, aí um tá grávida, aí ele vai parir lá, aí é feito toda aquela encenação, nenê nascendo, corre com maca, aí depois é distribuído um caldo, uma feijoada, aí de tarde tem o jogo, eles todos fantasiados de mulher.

Jakson: Na praça, né?

Alcinéa: Rola o dia inteiro essa programação, sempre é na Segunda-Feira de carnaval, é tradicional tanto que ela entra no calendário oficial.

Jakson: Muito tradicional mesmo, né?

Juliana: E a igreja? As pessoas freqüentam muito? Ela é uma referência?

Alcinéa: Eu acho que sim. Eu acho essa igreja linda, eu já fui lá algumas vezes, eu acho assim essa igreja muito linda, eu quase não vou, por que eu não sou católica, sou messiânica, mas aí eu conheço, entre várias igrejas, principalmente, igreja que eu acho muito bonita, como à de lá de São José, a catedral, a de Fátima, de São Benedito, eu conheço quase todas as igrejas, e essa é eu acho a coisa mais linda, e deve ser muito freqüentada, por que como é uma igreja muito antiga, e o bairro do Trem é muito populoso, deve ser muito freqüentada.

Juliana: E a Vila Operária?

Alcinéa: Essa vila operária, ela fica perto da igreja, atravessou a praça. Aí tem acho que já tem poucas casas como eram antes.

Juliana: Era de alvenaria?

Alcinéa: Não. Eram de madeiras, era de madeira. E o tempo, o sogro do irmão do meu marido, o sogro do meu cunhado, ele mora em uma dessas casas.

Juliana: Ele é morador antigo?

Alcinéa: Morador antigo. Ele já tem uns 80 anos.

Juliana: Mas será que ele concede entrevista?

Alcinéa: Fala. Fala sim.

Jakson: Você poderia nos dar o contato?

Alcinéa: O nome dele é Serafim, eu não sei se ele tem telefone, mas a filha dele mora aqui na AV. Leopoldo Machado, 1769.

Juliana: Como é o nome dela?]

Alcinéa: Idineia, mas vocês vão encontrar lá na frente da casa o tempo todo, o Moacidio, que ele tem uma barquinha do jogo do bicho, saiu aqui, dobrou na Leopoldo, aqui pertinho de casa. Eu acho que é a terceira casa, aí tu vê uma banquinha do jogo do bicho, tá lá o Moacidio que é o genro dele.

Juliana: Aí tem o conjunto Barão do Rio Branco. Não funciona mais residência, nessas casas? Funciona?

Alcinéa: Não. O pessoal derrubou tudo isso daqui.

Juliana: Tem algumas casinhas, mas são ocupados por órgãos?

Alcinéa: É! O pessoal derrubou tudo pra fazer...

Juliana: Tem mais o conjunto da Procópio Rola.

Alcinéa: Pois é, esse conjunto da Procópio Rola. Por que tem dois, tem a Vila Cuba e o outro mais adiante.

Juliana: Essa aqui é a que fica atrás da Igreja São José, no Formigueiro? Não, essa é a Mendonça Furtado, antigo Formigueiro, né?

Alcinéa: A Procópio Rola tem dois conjuntos, um que era chamado Vila Cuba e outro, eu não como é o nome.

Jakson: Esses conjuntos foram todos feitos pra abrigar operários?

Alcinéa: Os operários não, funcionários públicos.

Juliana: E o Cemitério?

Alcinéa: Se vocês forem lá vão pegar dengue.

Jakson: Tá abandonado?

Alcinéa: Não é abandonado. Aquele cemitério fica no centro da cidade. É o seguinte: a questão de vaso, né. Então todo ano o cemitério é o maior foco de dengue.

Juliana: Deve ser o cemitério que todo mundo tem parente lá também?

Jakson: Muito freqüentado então?

Alcinéa: Era o Nossa Senhora da Conceição. Tem ele, que é o mais antigo, o Nossa Senhora da Conceição, vocês vão encontrar lá sepulturas que têm mais de cem anos. Na época que Macapá era vila. [Inaudível] Repelente.

Jakson: De uma forma mais geral o cemitério, o que você se lembra pegando tudo assim, esses monumentos, volta a lembrança assim na sua cabeça, tipo, de uma política ou de uma época que a história da cidade tava sendo construída, e que os moradores daquela época estavam presenciando, essa história, e agora parece que essa história já não, ta perdendo uma pouco dela?

Alcinéa: Não se perdendo. Agora parece que está se resgatando, por que vamos ver: tem a história da vila de Macapá, tem os prédios antigos, como a Intendência, a Igreja e a Fortaleza. Depois, veio a época do território, em que são construídos prédios, como Barão do Rio Branco, Colégio Amapaense, essas coisas aí. E se começa destruir os prédio antigos, aonde é a biblioteca pública era um prédio parecido com o da Intendência, funcionou o palácio do governo... E fizeram a biblioteca, derrubaram muitos prédios. As casinhas, aquelas casinhas de barro, aquilo era pra preservar no centro histórico de Macapá. No nosso centro histórico não têm nada.

Juliana: Você consegue citar outros lugares, outros bens que não estão nesta lista e também são importantes?

Alcinéa: Olha deveria, tem um prédio do lado da rádio difusora, é onde funciona o Centro de Ensino Emília [Inaudível]. Não sei se já mudou e nome. É um prédio bastante antigo, mas, não é da época vila, mas já é da época do território. Agora ele é igual [Inaudível] funcionou o palácio do governo, funcionou a Rádio Difusora. Quando o prédio da rádio entrou em reforma a rádio funcionou ali. Aí então era o prédio que sempre tinha alguma coisa funcionando, desde os anos 80 pra cá, ele funciona como um centro de

educação de adulto, mas antes foi o palácio do governo ali, foi outras coisas, foi outros órgãos importantes, o prédio é bastante. Eu acho que deveria.

Juliana: Consegue lembrar de outros também? Por mais que não tenha uma arquitetura bonita, mas que seja importante pra memória da cidade, uma importância pra história.

Alcinéa: Olha, eu posso ligar depois, mas assim.

Juliana: Assim, neste período em que os negros foram transferidos da Rua da Praia pros bairros da Favela, do Laguinho, eles [Inaudível].

Alcinéa: Não, não sobrou mais nada! Não sobrou praticamente mais nada.

Juliana: Tem histórias, lendas, assim, relacionadas a esses bairros ou o bairro do Centro mesmo?

Alcinéa: Olha, por exemplo, aqui, bem aqui nessa rua [Inaudível] Aqui era só negro, só a nossa família praticamente que não era. E ainda não era assim, porque a minha avó era [Inaudível]. Mudaram tudo. Aí eles foram se mudando. É aquela história, né: os filhos vão crescendo, vão casando, os pais morrem, aí vendem a casa pra dividir e foram construindo outras coisas. Ali a Mendonça Furtado, logo aqui pertinho era praticamente só Chale, diziam que era uma arquitetura muito parecida com a da Martinica, por que veio pra cá muitos negros da Martinica e Guadalupe. Tinha uma população do chamado crioulo [Inaudível] e hoje praticamente não têm mais coisas, praticamente nada.

Jakson: Mas ainda tem coisas que da pra gente lembrar, ó. Nós fomos visitar... eu acho que fica no bairro do Laguinho ...o poço.

Alcinéa: O Poço do Mato.

Jakson: A gente viu que tá meio fechado e deserto, assim, um pouco.

Alcinéa: [Inaudível]

Juliana: Mas tem uma lenda associada alguma coisa a esse Poço do Mato, algumas histórias assim?

Alcinéa: História tem um bocado, história de visagem, historia de sapo. Aí lá o poço do mato, aí, ele perdeu à função por isso que ele está desativado, agora, tinha que ter alguma coisa ali pra preservar.

Jakson: O Poço do Laguinho, né? Eu vi que as pessoas já não dão tanta importância pra aquele poço, por que talvez tenham água encanada nas casas.

Alcinéa: Não. É como eu te digo: perdeu a função. O [Inaudível] não vai querer tirar a água encanada pra coloca naquele poço. O que é que tem que fazer ali? Tem que urbanizar aquela área, fazer ali uma pracinha ou algum monumento assim, entendeu, a placa lá poço do mato pra usar lá ele.

Jakson: Ele ainda, na verdade, se tirar a tampa, né, ainda tá?

Alcinéa: Mas olha [Inaudível] quem vai ficar lá?

Jakson: [Inaudível].

Alcinéa: Deveriam urbanizar ali em torno do poço, fazer tipo uma pracinha, botar uma placa no poço do mato. Contar a historinha dele, por que foi aberto aquele poço. Quantas casas eram abastecidas com a água daquele poço, até quando ele funcionou. Depois inventavam aquele negócio de jogar a moedinha lá.

Jakson: O poço, na época que foram removidos era um lugar pra eles, de se encontrar ali, talvez, no poço?

Juliana: Você conhece moradores antigos do Laguinho?

Alcinéa: Conheço.

Juliana: Aqueles que foram remanejados?

Alcinéa: O pessoal do Julião Ramos tá tudo aí.

Jakson: Esse período foi na política Janarista já, né?

Juliana: Você tem o contato deles? Telefone?

Alcinéa: Como Macapá é esse pedaço aqui, o Laguinho, a Favela, o Trem, quando a gente quer falar com fulano vai lá, na casa dele.

Jakson: Endereço.

Nome completo: **Nilson Montoril de Araújo** – Entrevista realizada em 19-02-2014

Endereço atual (Rua,nº): Av. Iracema Carvão Lins, Nº 584

Bairro: Centro – Macapá/AP

Profissão atual: Historiador e Presidente do Conselho Estadual de Cultura

Montoril: Por exemplo, o Mercado Central, ele é de 1953, 03 de Setembro de 1953. O Janari, ele tinha o hábito de inaugurar obras em datas, assim, importantes, né. 25 de Janeiro, instalação do governo do território, era a primeira delas. Depois, 19 de Março não era uma festa religiosa, ele não se prendia muito à ela, mas, por exemplo, 15 de Maio feito de Cabralzinho, isso aí ele evidenciava, né. 21 de Abril dia de Cabralzinho, dia do Tiradentes! Aí vinha 19 de Abril Getúlio Vargas, o aniversário do Getúlio Vargas. 20 de Abril aniversário do Barão do Rio Branco, 1 de Junho era à data de aniversário dele, depois, tinha o 7 de Setembro, 13 de Setembro, ir o 1 de dezembro que é do Lauro Suíço. Inclusive em 1950, ele fez uma festa muito bonita aqui com a presença do pessoal do Instituto Histórico e Geográfico do Brasil. Academia de Letra do Pará e a brasileira, foi quando eles ergueram aquele monumento lá na Barão do Rio Branco, sabe! O monumento foi de 1950, dia 20 de Abril que era o aniversário do Barão do Rio Branco. E tem uma entidade que era Amigos do Mercado Central. Vocês vão encontra o Luiz Nery! Ele é um dos proprietários daquele bar, que tem ali, é um nome muito interessante, na época eles mudaram, o pessoal... voltaram, Bar Du Pedro. Eles tão fazendo um trabalho de resgate da memória do Mercado Central interessantíssima, eu tenho alguma coisa escrita, sobre isso! E tenho um artigo que foi feito por... com base nesses trabalhos dos Amigos da Casa Central. Até algumas coisas ficaram omissas ali, mas eles retratam bem! Inclusive dA até pra desenha aquilo ali, do Mercado Central. Depois num outro momento surgiram aqueles prédios ao lado, 3 de um lado, 3 do outro. Atividades complementares do Mercado Central, esse aqui não tem problema, ele não é tão velho, mas ele é expressivo né.

Macapá Hotel, não tem mais nada, infelizmente! Ele foi demolido, foi derrubado. O atual Macapá Hotel, ele abrangeu inclusive umas das primeiras ruas de Macapá, perto do Rio. Por que a pessoa vê, por exemplo, alguma foto da antiga rua da praia e pode ter a idéia que Macapá surgiu lá, e não surgiu! Por uma questão de defesa, estratégia de defesa, as cidades ficavam sempre recuadas do rio, né! Por que no caso de presença de força inimiga, eles vão fazer ali, logo, né! Os pontos mais importantes, mais expressivos da Vila, por exemplo, a vila de Macapá surgiu da Praça de São José. E antes, povo de Macapá surgiu aqui, tinha o Forte, o Forte de faxina, ela não tinha muralha, tudo uns 40 centímetros, só! Os canhões apontados por rio e 1738 e depois em 1751, quando chegaram 86 açorianos, eles foram se estabelecendo neste sentido aqui, por que aqui tinha o forte e tinha o forte, o material bélico, o depósito de material bélico. O depósito! E pra cá pra esse lado ficava as Igrejas e as casas, dos colonos que foram feitas assim, Taipa. (...) Sentidos da luz, e é onde eles ficavam tem casa dos escravos, dos índios, então tudo surgiu aqui. Por aqui vocês não alcançaram isso, mas quem vêm pela Cândido Mendes, é essa aqui! Rua Tiradentes, Rua Cândido Mendes, tá aqui! Há Cândido Mendes antigamente era Barão do Rio

Branco, o nome dessa rua aqui! E na época da Colonização era Rua Formosa. Os nomes eram assim, uns nomes bem pitorescos, então ela vinha aqui e quando ela chagava na Cora de Carvalho, já era um alagado danado, essa parte todinha era um igapó tremendo, isso aqui a Maré enchia virava um lago, a Maré baixava voltava ao normal. O Igarapé que cassava ao lado da Fortaleza hoje tá, com o traçado do canal, mas ele avançava muito mais do que na Odilardo, ele vinha morrer atrás do hospital, passava aqui a Presidente Vargas, vinha morrer atrás do Hospital Geral.

Juliana: Atrás do Hospital Geral.

Montoril: È ele vinha por aqui, olha! Saia daqui todo tortuoso, né! passava aqui, e aqui do lado da Fortaleza e aí vinha, ele dava uma entrada assim, um pouco na Cândido Mendes, saia lá pela Tiradentes, Eliezer Levi, passava pela Júlio Maria Lombaerdes entre a Eliezer Levy e aqui a General Rondon, nessa quadra aqui ficava a olaria do Governo. Então o próprio barro eles tiraram daqui do igarapé, tiraram direto daqui, aí eles seguia e quando chega mais ou menos na Odilardo Silva, ele começava a correr, assim, neste sentido. Tanto que o SESC, Serviço Especial da Saúde Pública, quando esteve aqui! 43, 45 ele ainda tava aqui, quando ele suspendeu o escritório, por que aí já era Território Federal, não tinha... saúde, mas aí eles continuaram vindo aqui prestar assistência, ir o plano na forma que eles sugeriram ao governo, é que esse igarapé fosse realmente canalizado, não foi feita! Só que a partir a Odilardo Silva, eles não seqüenciaram a obra, ela deveria ter avançado um pouco mais, até pegar uma reta aqui, deveria vim aqui Mendonça Junior, né. Até mais ou menos... Odilardo Silva, aqui! De forma que ele vinha assim, ele saia de trás do hospital, o canal, e vinha até aqui na Mendonça Junior.

Jakson: Aí esse canal foi aterrado, assim, na época do Janary?

Montoril: Não mais muito depois.

Juliana: Foi bem após ainda!

Montoril: Foi depois! Por exemplo, minha calçada, não sei se vocês já tiveram oportunidade de presenciar, se não a minha calçada mais outras. Vocês sabem ali aonde ficava a Tele Amapá? A Justiça do Trabalho?

Juliana: Não!

Montoril: Na... rua do Colégio Amapaense.

Jakson: Sim, Sim, sabemos!

Montoril: Você vê que a rua..., minha casa, uma calçada bem alta! È uma branca, ele fica, aquilo era o antigo cruzeiro, da Torneia do Brasil, depois, da Cruzeiro do Sul. E o aeroporto era na FAB, pegava a FAB, Procópio Rola, ia da Tiradentes até lá na Professor Tostes. Então ali quando eu comecei a fazer minha casa, à orientação foi que eu seguisse até uma boca de lobo que tinha bem no meio da rua, assim, então o nível do piso da minha casa, da minha calçada é o mesmo da boca de lobo, Tinha um lá tinha um na esquina da Tiradentes com a Cora, ir dá Cora com a São José. Olha, estava mais ou menos aqui meu Deus a altura disso aqui, o aterro era pra tem sido feito dessa altura, se ele tivesse feito o aterro conforme a altura daquela... não haveria esse alagamento quem têm no Centro de Macapá... O cara vai fazer um asfalto 10 centímetros, só faz de 3! Né. 7.

Juliana: Em que período ele foi, essa região foi aterrada mais ou menos?

Montoril: Ela começou ser aterrada depois do Janary!

Juliana: Foi logo depois?

Montoril: Bem depois! Ela começou já no período revolucionário.

Juliana: Década de 70.

Montoril: Aterrada, 1961, começou com Pauxy Nunes que era governador, foi quem transferiu o aeroporto pra lá, o pessoa dizia que ele era meio doido, ele era doido mesmo! Mas ele não era tão doido, assim, não! Transferiu pra lá o aeroporto e pessoal dizendo o Pauxy tá doido, vai criar um aeroporto longe da cidade e era longe! Por que a rua não chegava nem lá... Na cidade, ir só pra que, pra urubu descer. Então, às vezes, quando eu estou fazendo meu programa de rádio, canto eu toco no aeroporto, olha os urubus metálicos tão descendo, os pessimistas.

Juliana: E na época...

Montoril: Esse Macapá hotel não existe mais!

Juliana: Só um momento! Ir assim, quando ele veio pra cá construiu esses prédios públicos, ele remanejou as pessoas que moraram para esses outros bairros e esses bairros também eram alagados?

Montoril: È mais aqui houve um crescimento interessante. Primeiro bairro de Macapá foi mesmo o bairro Central, no centro lá. Se você pegar aqui da Cora de Carvalho, e você seguir até onde é hoje a Mateus de Azevedo Curtinho, aqui, a Mateus é aquela passa por trás da caebrim.... Poço do Mato, o poço do mato e um poção, um poço tubular da caebrim. Então neste sentido aqui e desde a rua da praia que não existe mais, ela foi incorporada pelo novo Macapá Hotel, até a Tiradentes que na época era passagem Castelo Branco, homenagem... essa área assim, toda era de terra firme. A partir da Tiradentes tem uma entrada aqui, um caminho que eles chamavam estrada do cemitério, que é hoje Mendonça Furtado, aí avançava quando chegava aqui a Odilardo Silva, já era um alagado tremendo aqui! Era uma lagoa

enorme, ali no verão a gente aí pegar bicho e bastante peixe. Essa área do comércio todinha era alagada, isso aqui todinha, então o povo foi chegando, da mesma forma como acontece hoje, eles vão se instalando em cima dessas palafitas... A mesma coisa eles fizeram aí, não queria nem saber, eles foram se instalando. Então Macapá era muito interessante porque quando você pegava ali o centro, vamos pega aqui a Cora de Carvalho, por exemplo, não sei se do Trem, até aqui, já baixando assim, né! Até aqui ainda tinha terra, daqui pra lá já não tinha mais nada, era tudo alagado à maré vinha chegar aqui em cima, onde tá aquele camelódromo, aquilo tudo ia pro fundo.

Juliana: Tipo da Cora de Carvalho na direção do trem.

Montoril: Na direção do Trem! Aí você pegava a Cândido Mendes, neste trecho até aqui na subida, depois da Coaracy Nunes, isso aqui também tudo era alagado, aqui já avançada terra firme, a partir da Coaracy Nunes tudo era alagado aqui, da Cândido Mendes começava terra firme, mas, por exemplo, aqui na Antonio Coelho de Carvalho que começa na Fortaleza, né. A terra firme já era lá adiante, se você presta bem atenção hoje aquela é uma área baixa foi colocado pouco aterro e os ônibus ficam formando aqueles mostrengos, por que não houve acomodação de terras aqui nessas áreas,

Juliana: Por isso que tem muita subida e descida...

Montoril: Também! Por que era a parte alta e o aterro que eles fizeram foi baixa, o máximo que eles desgastarem dessas áreas foi pra fazer a rua, pra rebaixa pra fazer a rua, o declive ou o aclive.

Juliana: E essas partes baixas todas ainda alagam?

Montoril: Era tudo alagado! Ainda alagada até hoje.

Juliana: E ainda alaga até hoje, né!

Montoril: Por que fizeram um aterro muito abaixo do recomendado. Então Macapá tinha um aspecto curiosíssimo, todo mundo que vinha aqui ficava encantado com aquilo, mas pra nós não tinha encantamento nem um, a Cândido Mendes era madeira, a Tiradentes era madeira, a Odilardo Silva e General Rondon ela era terra firme até onde ficava a olaria, por... Assim, tudo era alagado, aí ela tinha uma ponde aqui, até no igarapé, o pessoa que queria passar do igarapé, passava por cima de tronco de árvore (...) em outra ponte, ia sair lá na Antônio Coelho de Carvalho de novo, sabe, então era ponto! As casas tudo ligadas tudo assim, as pontes individuais, sabe.

Jakson: E isso aí é na década de 60? Após o Janary.

Montoril: O Janary saiu em 1953, até 60 o quadro ainda era aqui. A partir do Pauxy Nunes que ele ficou de 1958 a 1961, né! A partir de 1960 é que começaram a surgir algumas transformações e eles começaram a aterrar.

Juliana: Aí começaram a surgir casas de alvenaria?

Montoril: Aí já começou a construir casas de alvenaria, mas, ele no início só tirou a ponte e fizeram a rua, mas aqui por lado continuava palafita e alagava todo esse sentido aqui, sabe. Voltando aqui no caso o Macapá Hotel, não existe mais, né! A intendência Municipal era mais antiga, das construções que nós temos aqui, há exceção claro da Igreja e da Fortaleza. Por que ela não era da taipa de mão, taipa de mão é aquela que você faz aqui de pau aqui depois vai jogando o barro, encaixando ali, ela era de taipa de pilão, como é a Igreja de São Jose, você fazia forro aí colocando à argamassa e as pedras, há madeira aqui do forro que dava a idéia que ela estava bem nivelada, Belém têm muito! Então aqui na Intendência foi uma luta do coronel Coriolano Jucá e o terreno inclusive era dele, por que ele morava numa casa bem na frente, uma casa amarela. Quando a gente conversa com esse pessoal antigo a primeira coisa que eles lembram era à pensão da madame Charlotte, uma francesa aqui né! Era no estilo daquelas casas do (...) aquelas coisas, era até do meu tio aquela casa, (...) Montoril, ele tinha comprado do coronel Coriolano, mas na época que foi construído a Intendência, o coronel morava bem na frente! Aí foi erguido aquele prédio, ele foi inaugurado em 15 de Novembro de 1895, ele já passou por algumas reformas.

Juliana: Da passando agora também, né!

Montoril: Ta passando já foi inaugurado em 27. É o prédio mais antigo, ele guarda uma característica externa, mas alguma coisa dentro já mudou, não muito né! Mas já mudou alguma coisa lá, esse é uns dos mais antigos dos prédios, exceção da Fortaleza e da Igreja, ele ta relativamente preservado.

Agora fora ele, nós já não temos mais assim, há não ser os que foram construídos já no governo do Janary; entre 1944 à 02 de Fevereiro de 1956, quando ele foi pra Petrobrás (...).

Juliana: Em que época esses prédios desse período, períodos mais antigos começaram a ser mais, começaram à ser derrubados, destruídos, descaracterizados. Teve um momento assim, que eles?

Montoril: Têm alguns prédios que segundo alguns pesquisadores do Pará, eles teriam sido construídos por volta de 1778.

Juliana: Período colonial ainda.

Montoril: Vinte anos depois à elevação de Macapá a categoria de Vila. Interessante é que a gente não acha muita coisa, há não ser que o Arquivo Público tenha isso e seja provocado, mas ainda nós não tivemos um governador que tenha se disposto a provocar, a pedir esse levantamento sobre nossos prédios,

como surgiu a vila? Como é que ela foi se desenvolvendo? Os documentos que tinham aqui se perderam praticamente, tudo! E os antigos foram recolhidos pelo Arquivo Público do Pará.

Então em 1778, eu particularmente acho um período muito longo, pra que tenha sido construído, por exemplo, o Senado da Câmara que era como os espanhóis chamavam a Câmara dos Vereadores. E Portugal assimilou o termo: Senado da Câmara, onde foi construído o Senado da Câmara? Onde tá hoje a Biblioteca Pública, e esse prédio foi importante, por que ele serviu ao Senado da Câmara, 1895 com a construção do prédio da Intendência, o Senado da Câmara saiu daqui, ele já não existia mais, quem administrava a cidade era o Senado da Câmara, não tinha nem intendente e nem prefeito, era o presidente do Senado dirigia um colegiado, 4 vogais, o mais votado era o presidente, o segunda mais votado era o vice presidente, e procurador e os outros eram vogais.

Juliana: Mais o senhor assim, não chegou a vê outros prédios além destes períodos?

Montoril: É o que eu vou colocar agora! Então esse senado da Câmara foi construído ao lado da Igreja, funcionou governo, com o padre Júlio Maria Lombaerd utilizou isso esse aqui pra colocar uma escola pra órfãos, funcionou uma farmácia dirigida por ele, às exibições de filmes eram feitas aqui dentro, tudo foi o com o padre Júlio Maria Lombaerd. Depois quando o intendente, isso por que depois de 1895, foi criado o cargo de intendente, isso depois 1891, foi criado o cargo de intendente. Aí imediatamente o coronel Coriolano Jucá começou a construir o prédio, 1895, 4 anos ele inaugurou, o coronel Coriolano Jucá foi o primeiro intendente de Macapá, aí já não tinha mais o senado da câmara, tinha o conselho de intendência municipal, funcionava como órgão acesso, quando ele saiu daqui em 1895, esse prédio ficou liberado aqui e praticamente abandonado. Ficava só uma pequena farmácia. Em 1913, quando o padre Júlio chegou, ele reativou esse prédio. Agora curioso, nós tínhamos, deixa eu ver se aparece aqui, Intendência Municipal, a residência é de 45, o Colégio Amapaense é bem mais recente, Hospital Geral é 49, Glicério Marques é de 50, A Praça Barão do Rio Branco é de 50, Correios e Telégrafos é de 49, (...) Escola Barão do Rio 46, o Fórum é de 53, residência, não aqui é conjunto residencial. Referente a que é isso àquelas casas da praça.

Juliana: São aquelas casas que eram os funcionários que moravam na época do Janary.

Montoril: Aquilo ali já sumiu tudo, já está tudo descaracterizado, elas eram de taipa, tudo era de taipa, né. Aí vem aqui (...) Cinema e Piscina territorial, piscina ainda existe, cinema também que é anexo ao Barão do Rio Branco, só que está desativado. À intenção é instalar aqui o museu da imagem o do som, eu não sei porque eles não instalam, tem um cargo tem uma pessoa nomeada, ninguém trabalha neste sentido, é um lugar muito bonito, inclusive um palco. Vocês nunca entraram lá?

Juliana e Jakson: Não!

Montoril: Interessante vocês irem lá, conversando com a diretora, só pra ela permitirem que vocês entrem pra conhecer.

Juliana: Sim! Nós vamos fazer levantamento fotográfico também.

Montoril: Eles fecharam a entrada do teatro, não deviam ter feito aquilo, fechar à entrada do teatro, agora só entra por dentro do Barão, tem o palco, tem fotografias que o palco aparece, aparece à platéia, 310 cadeiras, era até gozado 4 ventiladoras, as palhetas dos ventiladoras eram de madeira. O que mais aqui, Ginásio de Macapá 1959, Rádio Difusora 1946, Santina Rioli mais ou menos essa data 47, 49, o Cine Paroquial é bem mais recente e já não funciona mais com um cinema, funciona como uma feira, a Praça Veiga Cabral é bem mais recente, passou muitos anos sem ser urbanizada, a nossa Senhora da Conceição é bem mais nova ainda do que a.... Sobre a igreja eu tenho um artigo, eu posso passar pra vocês um artigo sobre a igreja. Eu fui na sala da pedra fundamental (...) primeiro de maio de 1953, quando ela foi inaugurada (...)1955, o vigário era o padre Antônio. A praça tinha sido dada para o Trem Desportivo Clube, ia ser o estádio do Trem. Como eles não fizeram nada, o padre Antônio foi mais espeto que eles, pegou logo um terreno lá, aquele córrego Domingos Mateus não existia. Ela não passava ali, ela não cortava o braço. E a Santina Rioli começou como Escola Doméstica de Macapá, eu tenho fotos também da Escola Doméstica.

Juliana: Pois é, a maior faixa dos prédios são desse período do Janary.

Montoril: Esses aqui são do Janary.

Juliana: Época de 40, 50.

Montoril: Vila Operária esse aqui praticamente não existe mais. Conjunto Residencial da Praça do Rio Branco é dessa mesma época 45. Procópio Rola é... aquele trecho ali, é... 50 e pouco, 53, 54 55 por aí. Aquele ali até, só têm uma casa, se eu não mim engano, vocês já passaram lá, uma ou duas casas. Na avenida FAB, só têm uma casa que ainda lembra como ela era, eu também tenho fotos disto aqui. Da Iracema Carvão Nunes não têm mais nem uma, eram 10 casas ali.

Juliana: como foi que eles começaram? Teve, voltando naquela pergunta, teve um momento que desapareceram esses prédios, começaram a derrubar.

Montoril: 1970.

Juliana: Que começou uma grande transformação neste sentido, assim.

Montoril: Por que Macapá realmente era terrível, era muito feio, e até hoje eu não acho ela muito bonita, mas era agradável de se viver, por isso que a gente chamava de cidade jóia, não era por que ela fosse bonita não, por que era gostoso morar em Macapá, o sentido é esse.

Juliana: E teve alguma relação com pessoas que começaram a migrar pra cá, por algum motivo começaram a transformar as casas, modificar algumas coisas, por quê?

Montoril: 1970 o governador do território era o general Ivanhoé Gonçalves Martins, era uma pessoa muito prática, muito culta, sabe. Um típico governador que os bajuladores ficaram 6 anos na reserva, tiveram isso com ele. Ele não dava dinheiro pra carnaval. “Quem quiser brincar carnaval, vá promover a escola, que promover o governo ajuda”. Ninguém promovia, ele não dava. Durante o período dele aqui como governador, durante o carnaval a gente brincava carnaval assim. Mas não tinha desfile de escola de samba. Nós brincávamos nos bairros. E ele mandou fazer um inventário de patrimônio público no estado. E nesse inventário ele foi constatando as precariedades das construções. Elas eram... As estruturas delas eram de aquaricaria que era (...) mais no seco é muito resistente, aí eles faziam o ripamento da aquaricaria, (...) mesmo que não tinha arame, elas eram amarradas com timbó, um tipo de cipó chamado timbó açu. E o que os engenheiros constataram é que alguns prédios que foram restaurados pelo Janary, quando ele chegou aqui em 44, por exemplo, um na Presidente Vargas, onde ficava uma delegacia de polícia, onde ficou uma delegacia de polícia mas que antes era o convento das freiras da mesma congregação do padre (...) Coração Imaculado de Maria. Então tinha o convento e ao lado tinha uma escola órfãs, ela não era mista, ela era feminina, aí aqui já nesse prédio do senado da câmara da biblioteca o padre Júlio construiu uma escola pra órfãos do sexo masculino, na época o processo educacional não comportava crianças do sexo diferente, né.

Juliana: Mas ele reutilizou o prédio.

Montoril: Ele reutilizou. Aí ele mandou reformar o prédio todo sem mexer na estrutura. Faltar pedaço de barro aqui, o que mais têm é bairro aqui, tira barro, recompõem, né. Aí tem aquele processo, usa o cal, usa o óleo, óleo animal, óleo de baleia, (...) grude de feixe de guriyuba. Então eles foram e reformaram. Quando ele reformou o prédio que estava, aí da biblioteca, ele deu um outro destino pro prédio, foi a unidade Mista de Saúde de Macapá. E funcionou lá, até 1949, quando foi inaugurado o Hospital Geral.

Jakson: Então, assim, logo que o Janary chega aqui, ele começa um processo, né! Assim, quando passa a ser território de Macapá, você falou que até as datas eram, articuladas de inauguração dos prédios. Tudo isso foi um projeto pra dar esse impulso, modernizar o território de Macapá, só que isso intensificou aqui, em 1970, né. Então essa é à dada exata que as pessoas começam há ser removidas, do centro, e as pessoas começam a ser construídos, por que, até então, foram todos esses prédios que o Janary construiu.

Montoril: Não. Por que quando o Janary chegou Macapá era uma cidade desprovida de tudo, não tinha luz (elétrica), Não tinha água encanada, sabe.

Jakson: Era falta de infra-estrutura básica.

Montoril: Total. O pessoal que, dificilmente você via uma residência com sanitário instalado no quintal, não tinha! A maioria das pessoas tinha o hábito de fazer suas necessidades no mato. No mato mesmo. Eu me lembro bem de moleque, o mato era alto nas beiras das ruas. No verão que eles limpavam um pouco, mas o inverno era um matagal tremendo. Assim, poças de águas. Não tinha asfalto, não tinha nada! Quem começou o asfaltamento foi o governador que é considerado maluco, o Pauxy Nunes. O Pauxy começou o asfaltamento, o Pauxy começou o aterro das áreas baixas. Foi ele que colocou o Aeroporto pra lá. Agora imagina se ele não fosse doido. Até hoje só não recebeu uma homenagem.

Juliana: Na década de 60.

Montoril: Na década de 60 / 61. Aí pra completar o Jânio. Agora aquele sim era maluco, veio outro governador. Essas mudanças de governador são prejudiciárias. Deixa eu colocar muito bem essa questão aqui: Janary chegou aqui não havia um prédio, (...) inclusive, pra abrigar ele com a família e o pessoal do primeiro escalão.

Jakson: A comitiva. Então ele tinha um discurso assim dizendo, como é que minha comitiva vai pra essa cidade, se essa cidade não têm infra-estrutura básica pra abrigar. Essas pessoas letradas essas pessoas que gostam desse luxo.

Montoril: Não foi questão de luxo, era por que não tinha mesmo de jeito nem um.

Juliana: Questão de infra-estrutura mesmo. As casas não tinham nada.

Montoril: Todas as casas de Macapá eram de taipa. Aquele centro ali, todas elas. Não tinha assoalho, raramente você encontrava um que tinha assoalho, era chão batido, às vezes, o cara não tinha nem a delicadeza de jogar um barro ali, pra nivelar a casa. Aquelas ali do Formigueiro, aquelas ruas ali do formigueiro, aquilo ali tudinho é meu centro lá, sou daquela área ali, a gente entrava às vezes naquelas casas pra comprar açai, pra comprar farinha. O pessoal tinha roça ali, no Curiaú. Ali dentro do campo de avião você tinha que ter cuidado pra não torcer o pé num buraco daqueles. No casa o telhado era alto, quase 5 metros, o pé direito, ao (...) Então, eram umas casas fresquinhas, agradáveis, por que não tinha

forro, a telha era de barro e elas eram de enchimentos. Então um material que absorvia calor. Mas eu digo em termos de condições, não tinha um banheiro interno, nem fossa. Não tinha sanitário nem dentro, nem fora. E ele precisava, pra ele com a família. A primeira casa que construíram pra ele aqui, foi de madeira, ela era assim avarandada, ela ficava mais o menos ali, naquela esquina daquela praça Zagury, na frente da Top. Aquela rua ela não passava no lado da Intendência. A Intendência era mais ou menos uma passagem de um metro, era só uma galeria fluvial que passava ali, com as águas da chuva, aí já viu (...) de um lado de outro. Janary mandou construir a casa dele de madeira, varanda e tudo, agora um detalhe, ela era toda dividida com esteiras. Aquelas casas de arrimo. Aquilo ali eles vendiam muito, tinha muita saída na época. Então essa casa, se ela pudesse ter sido preservada, seria um marco e tanto, por que ela, era a parte externa toda de madeira, a parte interna ela era dividida. Mesma coisa que eles pegam hoje, essas peças de pré-moldados que fazem essas paredes. Eles fizeram com a esteira e o forro também era de esteira. Era perto do palácio por que quando ele chegou, não tinha nem aonde ele instalar o governo dele, ele instalou o governo dele na Intendência, ele dividiu com o prefeito, (...) Ele tava de licença quem respondia era o secretário contador, por que não tinha vice, (...) foi dono do cartório, foi prefeito e tudo. Então eles se instalaram lá dentro. Quando, pra você vê uma coisa que tá muito ligado a outra, quando o prédio da Intendência ficou pronto, o Coriolano Jucá passou pra cá, o padre Júlio utilizou esse prédio, depois, ficou (...), quando Janary chegou restaurou o prédio, instalou o Ministério de Saúde, quando, ele tinha instalado o governo dele junto com a prefeitura aqui, no prédio da Intendência. Em 1949 quando ele inaugurou aqui o Hospital Geral de Macapá, aí ele mandou naturalmente fazer algum serviço lá de restauração, de adaptação, saiu daqui do prédio da Intendência e instalou o governo aqui, aqui durante muitos anos, o governo funcionou aqui. Ele saiu daqui para aquele prédio Emílio Médici, como era chamada a casa martenal, e da casa maternal saiu ali pra Praça da Bandeira. Já no governo do geral Ivanhoé, olha o tempo.

Juliana: eles reutilizavam esses prédios, de uma certa forma, por que eram os melhores prédios que a cidade tinha também. Aí depois foi construindo esses outros.

Montoril: Agora reformas e reformas. Sem mexer na estrutura interna, olha caiu uma placa de barro ali, então manda reinstalar, recoloca. Aí já iam fazendo o que em vez de colocar, o cipó, eles já colocavam o prego, o prego enferruja. Não é a toa que o pessoal colava o cipó, se o cipó tá bem amarrado, e tá coberto diretinho pelo barro, o barro preserva o cipó. O negócio (...) Esses prédios eu fui ver, por que nessa época eu já atuava na imprensa. Aí nós fomos ver, foi formada uma comissão, com o pessoal da imprensa e nós fomos ver. E não tinha como. O relatório dos engenheiros e arquitetos foi contundente, não tinha como. Eles todos estavam condenados. Todos! Aí foi que se demoliu o prédio da biblioteca, foi demolido esse prédio que eu falei aqui.

Jakson: Deixa eu entender. Esse momento, fizeram o levantamento pra ver como estava a cidade, né.

Montoril: Fizeram o registro de todos os bens patrimonial.

Jakson: Só que eles chegaram à conclusão de que nada estava aceitável. Assim, em condições para se preservar ou para se morar, né, para se trabalhar tudo bem. Então aí que eles começam redesenhar... a cidade, ali o centro, por que ontem a gente entrevistou, agente teve uma conversa com a Dona Alcinéia, ela disse que teve uma hora que eles queriam derrubar a igreja de São José.

Juliana: Pra abrir uma avenida.

Montoril: Foi o povo que inventou isso. Da mesma forma como fizeram com o Dr. Nova, quando ele construiu o teatro. Como ele é muito carola, como ele vai muito à missa e tudo disseram que ele iria dar o prédio pra Basílica construir uma Catedral. Nunca houve isso. Mas é um negócio corrente, né? Na verdade houve essa comissão. Eu acompanhei essa comissão que concluiu que aqueles prédios não tinham mais condições. Tinha aquele da Presidente Vargas, tinha um na frente do Médici, tinham vários. O prédio da Estatística que é onde está hoje o Guanapi.

Juliana: E, eram prédios desses períodos do século XIX?

Montoril: Eram. Mais pra trás ou a partir daqui 1758. Agora imagine, vamos considerar a Igreja, 1771, ela foi inaugurada foram três anos de construção. O Senado da Câmara já tava instituído, então, como ele não pôde vir de imediato, vir pra praça, ele deve ter continuado funcionando aqui. E aos poucos eles foram sendo remanejados (...), mas eu não acredito que o senado tenha passado, por que olha se a Fortaleza começou a ser construída. Em 1764, quando foi o tempo depois da elevação de Macapá a categoria de vila. Foram 6 anos. Então eles começaram a construção aqui da fortaleza, essa área todinha já estava desativada, pela proporção da obra, então essas mais antigas são bem anteriores, 1768. Talvez isso se aplique a expansão da vila, depois da construção desse prédio da Intendência, aí ela pegou aquele restante pra chegar até (...), pra chegar até lá na frente da cidade, aonde tem a chamada Rua da Praia, talvez seja isso. Porque as casas, elas eram invariavelmente todas de taipas, você não via uma casa de madeira, era tudo de enchimento.

Juliana: Agora, deixa eu perguntar uma coisa. Nesse inventário de patrimônio público que foi feito, na década de 1970, o sinhô acompanhou não foi. Agora esses estudos que foram feitos por esses engenheiros, arquitetos em fim, eles estão, aonde estão esses estudos? Aonde a gente pode encontrar.

Montoril: Aí tem uma. Eu já fiz procuração (...), mas aqui nós temos uma marcar que diz. O Pauxy Nunes dizia isso no livro dele. Não precisa que ninguém venha de fora pra ser contra os amapaenses, os amapaenses mesmo se encarregam disso. O próprio amapaense se desfaz do amapaense, é mais fácil ele se associarem aos quem vêm de fora do que ele apoiar quem é daqui, pelo menos na época em que o Pauxy disse isso. Hoje é diferente tem à geração de vocês que é mais nova, tem outra mentalidade. Então quando eles fizeram essa avaliação constatou-se que primeiro, a presença de cupim, a estrutura abalada dos prédios, a maior parte já com o telhado ruindo por falta de recuperação. E o Governo da República, ele não passava recursos pra recuperação de prédios dessa natureza, prédios em taipas, há não ser que fossem prédios conhecidamente de natureza histórica, de interesse histórico. Nessa época ninguém tinha essa consciência, há rotatividade de gente aqui era muito grande, mudava o presidente da República; mudava o governador e mais de 70% dos secretariados. (...) Não tinha interesse então não tinha uma voz ativa. Eu na minha passagem pela imprensa naquela época, eu tive que usar uma carteirinha da Polícia Federal, como ator, eles não tinham como nos enquadrar, eu tenho ainda à carteirinha.

Jakson: Eu acho que ainda hoje, por exemplo, sair ontem, há gente encontra muita gente que não é de Macapá. Nessa época aí dessas construções, chegou muita gente pra Macapá, quem foi que chegou? O que eles vieram assumir aqui, na verdade, qual foi o papel que eles vieram assumir aqui com o povo de Macapá. Falando um pouco já desse discurso, que, na verdade, eles não tinham sentimentos por Macapá, por exemplo, os macapaenses podem têm sentimentos, já que esses sentimentos são construídos, talvez, os macapaenses possam ta negando ou talvez por não reconhecer mesmo, né. Já que nós sabemos que aqui, em Macapá, tem poucos documentos que se possa consultar sobre isso e a maioria dos acervos, são acervos privados de pessoas que guardaram. Fala um pouco sobre isso.

Montoril: Ainda agora ela perguntou aonde seria possível achar alguma coisa nesse sentido. Eu procurei naquela coleção de jornal Amapá, eu já procurei bastante a respeito disso, eu encontrei à referência sobre a comissão. Não da quem era membro da comissão, só divulga o resultado: a comissão é nomeada pelo governador [Inaudível] pra fazer à avaliação dos prédios patrimoniais de Macapá. Opinou pela demolição dos prédios. O governo não tinha recurso, ele dependia da união, à união não repassa recurso por que o prédio é de taipa, se for de alvenaria ela passa, porque ela [Inaudível] mais a duração dele é muito maior, era muito maior, você derruba um prédio em taipa pra construir outro em taipa, não havia condição nem uma. Porque, em Belém, eles recuperam, por que há maioria daqueles prédios é taipa de pilão, não é enchimento, sabe. Aqueles prédios da cidade Velha, 70% dos prédios da cidade Velha e do Comercio estão desabitados, eles tão fazendo uma campanha pra ver se eles convencem. Sujeito mora num prédio desse, construíram um conjunto habitacional, ele tem dinheiro pra morar num apartamento muito bom, ele vai fica continuando morando aqui, ele não vai nunca. Então no caso aqui, quando o Janary chegou pra implantar o território, ele foi nomeado em 27 de dezembro de 1943, tomou posse em 29, o Ministério da Justiça. Os territórios eram subordinados ao Ministério da Justiça. A partir daí ele passou a desenvolver o trabalho dele pra implantar o governo, na cidade de Amapá. Enviaram todos os cientistas. Ele argumentou o que seria Macapá, ele recebeu o Janary, isso aqui, na mão daquele cara que fez o castelo lá não sem onde. Ele recebeu 10 milhões de reais, dinheiro vivo, pra iniciar o trabalho dele. Então, [Inaudível] a honestidade do Janary, dez milhões de reais. Macapá não tinha agência bancaria, foi ele que instalou, já em 45. Então esse dinheiro ficou onde? Ele depositou em Belém. Quando ele precisava de uma quantia maior ele ia no avião de linha, por que no início o governo nem avião tinha. Depois, a aeronáutica doou um avião, então eles iam buscar a quantidade necessária. Quando havia a necessidade de alguma coisa de pronto pagamento, eram os comerciantes de Macapá que emprestavam dinheiro, [Inaudível] Tinham um bom capital. Ele sabia que em Macapá o pessoal se devotava à agricultura e alguns à pecuária. Não tinha ninguém aqui que soubesse erguer um prédio aqui de alvenaria. Aí ele começou a divulgar através da Rádio Difusora do Pará, [Inaudível] da Rádio Clube do Pará, através dos jornais, o governo do Território Federal do Amapá está necessitando de mão-de-obra terceirizada: carpintaria, alvenaria, marcenaria, né. É... alfaiates, sapateiros, tudo que ele fosse precisar aqui. A guarda territorial, ela era uma força tarefa, ela tinha os policiais, mas tinha o pessoal especializado em construção civil, por que foi à guarda territorial que restaurou a fortaleza. Carpinteiro, pedreiro. Aí começou vir uma leva danada. Vocês já devem ter ouvido alguém dizer. Eu acho até gozado, a gente respeita, né. Aquilo mexe com a sensibilidade da pessoa. Você não vai ser descortês, né. Eu já cansei de entrevistar muita gente que diz assim: “Eu vim convidado pelo governador Janary”. Assim, como se o governador Janary tivesse ido na casa dele. Era por causa disso, do convite que tinha divulgado no rádio. Você que é patriota... Aí o Janary jogava muito bem. Ele sabia mexer bem com isso aí, mexer com a sensibilidade da pessoa. “Participe desse momento histórico, não sei o que...” Aí começou a vir pra cá. Jogador de futebol então [Inaudível]. Uns cabras ruins [Inaudível], mas eles vieram. Aí, aqui foram conseguindo empregos. “Quer ir pra Macapá?” “Vamos

embora jogar futebol lá em Macapá?” “Eu te arrango emprego!”. Assim, eles vieram. Gente de diversas especialidades vieram. Então, a formação do primeiro quadro de, não digo de funcionários, de trabalhadores foi principalmente pra construção civil. Aí o pessoal fez isso quase tudo aqui.

Juliana: E a maioria veio do Pará mesmo?

Montoril: Veio do Pará.

Jakson: Nesse período, né.

Montoril: Neste período. Entre 45 e 49 foi a grande migração.

Juliana: Eram operários que vieram pra construir esses prédios. Aí eu lhe pergunto, você conhece se tinha algum planejamento arquitetônico, tinha um estilo que era primado neste período.

Montoril: A Escola Industrial de Macapá, ele começou como escola Getúlio Vargas, depois, passou Escola Industrial, é hoje lá o GM (Escola Integrada). Que já foi Ginásio de Macapá. Aquela planta só existe aqui, ela é similar a do Santana Rioli. É basicamente a mesma planta, há exceção da parte de trás que ficava as oficinas, pra matéria, metal, couro, em fim. Existia uma fundição aí na Escola Industrial. Tanta gente, depois, passou a trabalhar de ferreiro e tudo, [Inaudível] sapateiro, alfaiate.

Juliana: Na verdade tinha essa intenção de forma uma mão-de-obra pra própria cidade.

Montoril: Exatamente. Então essa planta é única. O pessoal era interno, os alunos eram internos. O Colégio Amapaense você não vê nem um em outro canto. Ela é única. A do Barão do Rio Branco também, elas todas são de autoria de um senhor chamado: José Vitor Contreiras. Teve uma participação também muito grande com recém [Inaudível] da ICOMI, sabe. Ele era arquiteto e era um empreiteiro. Então, ele fez essas plantas todas, né. Do Macapá Hotel, do primeiro Macapá Hotel.

Juliana: Ele era de onde?

Montoril: Era de Belém. Ele tinha ligações de parentesco com a esposa com doutor Ademar Pimentel Maia. Agora a turma escolhida pelo Janary, pra fazer o primeiro escalão dele, era turma de primeira. O doutor Pedro da Costa Lago foi um dos fundadores da Faculdade de Medicina. Era professor da Faculdade de Medicina do Pará. O doutor Olavo Machado de Mendonça [Inaudível], depois, tornou-se um advogado, brilhantíssimo, em Belém. Ele era da família daquele que tem até uma escola, na Governador José Malcher [Inaudível].

Juliana: Deodoro de Mendonça.

Montoril: [Inaudível] Companhia de Energia do Pará. [Inaudível] Paulo [Inaudível], eles eram todos primeiros tenentes. Aqui têm outro grande aspecto da gestão do Janary. A obediência. Obediência espartana. Eu sou o capitão. Quando ele trouxe pra cá um outro capitão que era considerado herói em Macapá, era o Humberto Pinheiro de Vasconcelos. Ele era considerado herói, por que ele era instrutor do 26º batalhão de caçadores. Ele tava dando uma aula de manusear granada. Já num determinado momento. Um desses alunos, inadvertidamente, um recruta puxou o pinho da granada, ele tomou da mão do aluno, mandou que todo mundo da avenida Tito Franco que hoje é Almirante Barroso saísse, e o pessoal com medo vai escolher lugar pra correr, teve gente que correu pra tudo quando era lado, ele queria jogar à granada pro campo de futebol e foi pra onde mais correu gente. Ele ergueu a mão e deixou a granada estourar, levou a mão dele, ele usava uma mão de [Inaudível] uma prótese. Mais os outros eram todos tenentes.

Juliana: Ele tinha engenheiros, você lembra de nomes assim?

Montoril: Tem um que mora em Belém. Eu tenho conversado com este cidadão, mas ele [Inaudível], às vezes, eu converso com ele, eu dou umas cinco voltas em torno da Batista Campos. É o doutor José Lima Neto.

Juliana: Ele era o segundo. O primeiro Diretor da Divisão de Obra daqui de Macapá, o nome dele hoje ta ligado ao Terminal Rodoviário de Belém: Hildegardo da Silva Nunes. Depois, ele foi substituído pelo Doutor Hermógenes de Lima Filho, esse cara é uma piada, ele tem 85 anos parece, ele caminha toda manhã na praça Batista Campos. Ele conheceu muito meu pai, né. Aí eu fui, me apresentei e ele disse assim: “Tudo bem Nilson, mas me acompanhe”. Ele só fala andando. Eu não tenho muito preparo físico da pra 5, 6 voltas naquela praça, de jeito nenhum né. Mais ele têm um acervo fotográfico. Olha se a gente conseguisse, seria interessante se IPHAN provocasse isso.

Juliana: Pra gente fica mais fácil por que nós somos de Belém.

Montoril: Ou se fosse o caso de vocês irem lá, fazer um contado com ele.

Juliana: José Lima Neto.

Montoril: Não é Hermógenes de Lima Filho.

Juliana: Você tem o contado dele?

Montoril: Endireita o nome dele, Hermógenes de Lima Filho. Eu acho que meu irmão tem o telefone dele. Vou pedir pra ele e passo pra vocês. Ele mora na Batista Campos. Ele me disse “Montoril, se o governo do Estado tiver interesse em arranjar os meios, eu posso até ceder o meu acervo fotográfico, pro governo copiar”. Aí ele andou me mostrando [Inaudível]. Fiquei até muito admirado, mas eu não sou de nada. Há, mas nessa época você tinha o quê. Eu sou de 1944 né. Quando eles começaram a implantar o

Território eu tinha nascido. Aliás, eles implantaram em 25 de janeiro, eu nasci em maio né. Dois de maio. Eu não tava nem vivo quando começou, né. Mas olha, de tanto eu pesquisar. E acompanhei de certo ponto, porque eu tava com 6 anos, em 1950, quando esse prédios começaram a ficar pronto, sabe. Então eu acompanhei, eu ia pra aula no Barão do Rio Branco, ainda umas obras mortas, a Escola Industrial também algumas obra mortas. A praça Barão do Rio Branco sendo feita. Foi inaugurada em 50. 50 foi o ano que eu comecei a freqüentar o [Inaudível].

Jakson: Essa época também foi o ano do surgimento do Bairro do Trem?

Montoril: Foi, porque ainda agora você perguntou sobre questão do deslocamento do pessoal. O primeiro pessoal a ser deslocado aqui, foi o pessoal da praça do largo de São João, que é hoje a Praça Barão do Rio Branco, o pessoal dominava toda aquela área na frente da cidade, inclusive onde está o Fórum, a residência, onde ta o Correio. Aquelas primeiras casas do governo, veja que são duas de um lado, Cândido Mendes passa aqui, aí são duas, aí vem o prédio do Correio, mais duas, uma ta muito parecida com que era, que é essa.

Juliana: Uma branca e verde?

Montoril: É, uma que ta aqui ao lado. Que mais se aproxima do que era, o resto esta tudo descaracterizado.

Juliana: E o senhor morava onde nessa época?

Montoril: Eu morava na General Gurjão, na casa do meu pai, ali no Formigueiro. Então, aí depois vinha aqui, eram três casas aqui, aí vinha a Iracema com a mamãe e mais três aqui, essa daqui até que não mexeram muito. São as que mais estão parecidas com que era é essa que fica no canto da FAB. E essa aqui que no lado do correio, as duas aqui, então os negros moravam aqui nessa área todinha.

Juliana: Moravam em casas, cortiços ou em taipas?

Montoril: Taipas, mesmo que esse tipo de construção, uma colada na outra, né? Então, a roça deles, por exemplo, onde tá o Barão do Rio Branco, a Major Eliezer Levy, tinha uma grande plantação de cacau e de algodão, [Inaudível] aqueles prédios do governo, ali na antiga garagem, onde tá o prédio da associação dos professores, ali o CAESA tem toda aquela área baixa, ali tudo era roça. Então, quando Janary chegou, aí tem uma outra grande injustiça que se faz que eles dizem que o Janary expulsou os pretos daqui e não tem nada disso. O Janary conversou com várias lideranças negras.

Jakson: Até o mestre Julião?[Inaudível]

Montoril: O velho Benedito Mino do Carmo, o velho Eufrásio da Silva Gaia que foi outro que eles conversaram bastante. Tinham vários, tinha uma liderança grande aqui, mas principalmente esses três aqui, que inclusive foram contratados pelo Janary pra formar uma turma de capinadores pra tirar a fortaleza do mato, que ela tava totalmente dominada pelo mato. A parte de cobertura do prédio tinha caído tudo, tinha águas portentosas lá dentro, o pessoal juntavam carneiro, boi pra pastar lá dentro, então essa turma aqui é do ..., e o Janary. Agora o porta-voz deles era o mestre Julião. O mestre Julião negociou. Nenhum deles saiu dali sem indenização. Só que a maioria se danou a comprar gado, né? Quis virá fazendeiro, né? E os outros que pensaram melhor construíram as suas casas em alvenaria. Eu conheço vários deles que construíram suas casas em alvenaria. Aplicaram melhor o dinheiro que ganharam. Todos eles ganharam emprego público [Inaudível]. Todos foram trabalhar, principalmente na Prefeitura.

Jakson: [Inaudível] quando eu cheguei aqui eu perguntei pro nosso anfitrião, Arinaldo o nome dele, como é que agente enriquece em Macapá? Ai ele falou: ´há tem que entrar pro Estado` então, tu acha que a idéia de tipo entrar no Estado é sinônimo, não tanto de enriquecer, mas de status? Já começa aqui, tipo, essa idéia veio se construindo, essa idéia de que o Estado é sinônimo de riqueza?

Montoril: Ou pelo menos de segurança.

Jakson: Estabilidade.

Montoril: Quem entrava antigamente pro governo tinha um cargo efetivo, que eles chamavam: quadro permanente. [Inaudível] No início tinha: diarista, mensalista, extranumerário, uma serie de denominações assim sabe? Então, os operários eram quase todos extranumerários, e eram diaristas, quer dizer eles recebiam no final da semana. Tem gente que me conta, eu tenho gravado isso, que quando faltava tijolo que o governo ainda não tinha construído a olaria dele aqui, ele precisava comprar tijolo nesses municípios do Pará, principalmente em Abaeté. Então quando tinha tijolo mas não tinha cimento, por exemplo, [Inaudível] aí tinha um monte de tijolo assim, que ele mandava os empregados carregarem os tijolos pra fazer um outro monte só pra não ficarem parado, era ordem do Janary, “mas rapaz não tem cimento rapaz” o governador mandou passar esse monte bem pra li, que era só pra ele não ver ninguém lá sentado de cócoras. Uma vez, conta-se até uma historia interessante que ele tinha viajado né? E o Raul Montero Valdez, que era o Secretario Geral, uma espécie de Vice-Governador. Ele ficou no governo, ele era o substituto. Ai ele chegou, estavam fazendo umas obras ai no antigo aeroporto, estavam capinando, fazendo lá uns drenos né? Colocando, antigamente os aeroportos tinham uma espécie de uma tabua, não

sei se vocês chegaram a ver, nas laterais do aeroporto tinha umas tabuas assim pintadas de branco que era justamente pra limitar a pista né? O piloto lá de cima, ele via ali e sabia que a pista tava ali naquele lugar. E era chão, era perigoso quando chovia o avião não descia aqui se não podia sofrer um acidente. Aí tinham dois camaradas que estavam encolhidos assim umas sete, sete meia na beira da pista encolhidos aí o Valdez chegou e disse: “E vocês, porque não estão trabalhando?” “Nós estamos suspensos, pegamos 15 dias” “E quem foi que suspendeu vocês?” “Foi o Capitão” “Ah bom, se foi o Capitão eu não posso fazer nada”. Só que o Valdez ta pensando que é o capitão governador né? Que nada no final ele foi saber que era o capitão do boi. Que tinha um boi aqui, um Boi Bumbá aqui. Que tinha toda essa estrutura: tinha um cabo, sargento, tenente, um capitão e o capitão era o encarregado duma turma né? Era o Nena. Ele suspendeu os dois por 15 dias. Eles passaram pelo menos 5 dias sem trabalhar, até que o doutor Valdez foi saber que não era o capitão governador né? Que tinha sido o Nena. E ele mandou chamar o Nena: “A partir de hoje você não use mais essa história de capitão, aqui só tem um capitão rapaz, que é o governador, se eu ouvir de novo vou mandar te prender”. Era assim o negocio aqui. Ora, na época Vargas ainda tava na extensão daquele mandato [Inaudível] Estado Novo. Quem era que iria se opor? Tinha uma história de um cachorro que vivia em Belém, no Ver-o-Peso. Magro rapaz, todo mundo dava nele, aí um dia chegou lá o Araguari, que era um barco do governo. Ai ele olhou assim e disse: “Rapaz, mas esse pessoal da tripulação desse navio é tudo gordinho”, aí se escondeu no navio. No meio da viagem o pessoal deu com o cachorro. “Joga na água”. “Não, vou levar”. “Vai ser nosso mascote”. Ai ele chegou aqui em Macapá, se soltou, já arranjou amizade, sumiu de lá do navio né? Mas passado uns três anos, deu uma saudade danada, ele apareceu lá no cais e embarcou no navio e quando chegou em Belém, que ele desceu no porto [Inaudível] Os cachorros do Ver-o-Peso partiram pra cima dele, pra dá nele. Ai ele disse: “E rapaz eu sou o fulano vocês não tão me conhecendo?” “E rapaz, poxa eu to [Inaudível]” ele disse: “Não eu fui pra Macapá”. “E se lá é tão bom o que é que tu viesse fazer aqui?” “Eu vim latir porque lá não pode nem latir”.

Jakson: Época Vargas né?

Montoril: É! Época Vargas. Regime de exceção era duro.

Jakson: E o Janary também teve uma grande influência, quer dizer o Vargas teve uma grande influencia no discurso né? Do Janary, esse reproduziu né? [Inaudível] até tinha o jornal do Amapá né? [Inaudível]

Montoril: Esse jornal tem muita coisa boa, você tirando os exageros tem muita coisa boa, eu por exemplo, que já tenho a condição de ser daqui, e conhecer bastante por acompanhar [Inaudível]. Mas agente faz a historia também né? E vê a historia sendo feita. Então isso pra mim já facilitou muito, e eu já fiz entrevista com muita gente que já morreu, que já ocupou cargos importantes aqui, eu tenho diversas fitas que estou começando a transcrever sabe? E tem coisas interessantíssimas sobre isso aí, agora esse ufanismo. Uma das coisas que o Janary fez, foi implantar logo uma tropa de escoteiro aqui: 1945. Instalou logo uma tropa de escoteiro. Em 1949 surgiu a segunda: escoteiro do mato. Por quê? Porque ele sabe que no escotismo, hoje em dia mudou bastante, mas aquelas normas rígidas da escola de [Inaudível], pelo menos daquele regime, daquele padrão inglês do Wander Bowers. Ele sabia que pra cá era bom. Pra evitar do moleque ficar na rua, ta depredando, ta fazendo pequenos roubos. Ele chegou a fazer um convênio com a Escola Correccional de Cutijuba, depois passou a ser um presídio, mas antes era uma Escola Correccional pra adolescentes, e ele mandou muita gente pra lá em vez de ta fazendo pequenos roubos aqui. Ai você vê. De repente, você teve aqui uma estrutura, lá atrás que funcionou tão bem e hoje em dia você não tem mais essa estrutura, ela não pode trabalhar ela não pode fazer isso, não pode fazer aquilo. E cai na marginalidade. Aqui o Janary andava cavando, quem completasse 14 anos, só não trabalhava se não quisesse. Tinha a turma do buraco que plantou essas mangueiras da cidade e outras atividades mais.

Jakson: Isso no caso seria desenvolvimento dos projetos sociais? Assim, pegando esse mesmo raciocínio de projetos sociais você diz que na época do Janary tipo sempre visava algo não deixava o individuo no ócio, mas e agora essa política dessas pessoas que você entrevistou que você pode perceber da política tipo dessa nova política aos projetos sociais mais ligados tipo ao patrimônio assim como você pode dizer que é o olhar do homem político, da política de Macapá na visão para os patrimônios assim? Porque olha, por exemplo, temos o fórum, o fórum sabemos que ele já passou por reformas, reformas. E quem foi que financiou essa reforma? Foi o Estado né? O Estado de Macapá é justamente nesse olhar que eu gostaria de pergunta pra você assim.

Montoril: É, a gente vê muita decepção da parte dessa turma antiga, porque antigamente o governo tinha dentro da Secretária da Divisão de Obras [Inaudível] tinha seus próprios funcionários e quem faziam todos esses serviços eram os funcionários públicos, o governo tinha vigilantes, tinha merendeiros, tinha zeladores, tinha tudo, tinha todas as categorias funcionais. A partir do momento que começou a surgir a terceirização, aí essa sensibilidade foi embora. Você vê, a reforma dos prédios nunca tende ao projeto original, o cara ta sempre imbuído de teatro com uma vantagem a mais, um pinhão a mais, então ele usa o

material de qualidade inferior, ele não faz propriamente como deve ser feito, ele reduz espaços e quem vai impedir são os próprios caras da secretaria de infra-estrutura aqui que são ligadíssimos a ele né?

Jakson: As pessoas são terceirizadas né?

Montoril: Então essa sensibilidade foi embora, pra eles quanto pior ficar um bem público é melhor, e a chance deles ganharem dinheiro aumenta né? Então não tão nem ai, pra querer preservar.

Juliana: E a população sente o que em relação às entrevistas?

Montoril: A população fica sem força né? A quem ela poderia recorrer, à imprensa. A nossa imprensa aqui, os americanos chamavam a imprensa de imprensa amarela, ai um cara, não me lembro o nome dele. Ai fora, no Rio de Janeiro, achou que imprensa amarela ficava fora de propósito não é amarela nos Estados Unidos. Aqui é marrom ele acha que o marrom é mais estranho é uma cor mais estranha do que o amarelo [Inaudível] uns dizem que o verde é da esperança outros dizem que não que é o amarelo e ele já chamou de imprensa marrom. Se você for ver aqui o que esse pessoal pega de dinheiro de construtora do governo, se alguém tiver acesso a folha de pagamento da Secretaria de Comunicação Social vai ficar espantado com o numero de radialistas e jornalistas que tem lá no meio.

Jakson: [Inaudível] às vezes até funcionários fantasmas né?

Montoril: Também, tem tudo, tudo que pensar tem. Então quando Janary, o Janary, o Ivanhoé, por exemplo, ele era assim uma pessoa de um principio ético muito forte. Ele ia pro radio. Ele tinha programa no radio. Eu lembro duma parada dele. Tinha uma professora de geografia, professora [Inaudível] Cibele, mora no Rio. Ai ela, uma vez houve uma manifestação em praça publica lá na Veiga Cabral, manifestação da APA (Associação dos Professores do Amapá). Ela pegou o microfone e começou a falar lá uma série de coisas, dizendo que o governo... que já tava entrando no terceiro mês que o governo não pagavam o funcionalismo. Hoje mudou, mas antigamente a prefeitura ficava janeiro, fevereiro, março e abril sem receber recursos públicos porque o prefeito era nomeado pelo governador, o dinheiro que vinha pra ela, vinha de Brasília também, vinha do Rio, Brasília. Então ela, eles passavam quatro meses sem receber, então eles davam uns vales assim pro pessoal irem se [Inaudível] mantendo, só o essencialmente necessário. Esse paternalismo, se bem que é um direito deles. Mas isso acabava até... , ai passou a adotar uma historia do caderninho, sujeito chegava com aquele caderninho lá no comerciante né? Era um negocio terrível e o Ivanhoé...

Jakson: Mas esses caderninhos quem pagavam eram os funcionários [Inaudível]?

Montoril: Era um negócio deles com os comerciantes [Inaudível]. Então o Ivanhoé, ele soube que a professora Cibele tinha reclamado em praça publica que ela tava passando necessidade. Ai ele disse: “É”. O programa dele era dia de sábado, *Fala Governador*. Ai ele disse: “Falo mesmo” ai disse: “Os professores reuniram lá na Praça Veiga Cabral, a professora Cibele que leciona geografia, ela é muito boa professora de geografia, mas de orçamento ela não sabe nada, ela tava falando mal do governo dizendo que eu não pago, que ela ta passando necessidade, mas meus amigos como é que alguém que ta passando necessidade consegue comprar uma Rural Williams novinha em folha?”. Ele era assim, ele ia pra cima. E o pessoal ficava desarmado porque ela... a Rural Willis equivalia o que hoje? A Hilux de hoje. Vocês não chegaram a ver nenhuma rural Williams? É uma caminhonete, [Inaudível] mas um pé duro né? Então voltando aqui à questão como é que agente pode fazer isso aqui pra ajudar vocês?

Juliana: O senhor tem fotografias antigas [Inaudível]?

Montoril: Eu tenho umas que mostram bem isso aqui, a Praça Barão do Rio Branco, o prédio do correio, por sinal eu tenho uma até que ilustra um trabalho feito pela Liliane, fachada assim do teatro. [Inaudível] num CD, ela tem um Cd lá, eles começaram a fazer todo levantamento de subsídios pra tombar o prédio do Museu, ai depois ela disse: “Não professor, acho melhor vocês fazerem”. Ai foi que nós fizemos, aí tivemos que fazer um tombamento parcial, principalmente a fachada dele, porque o resto já [Inaudível], internamente já mexeram tudo, o Barão do Rio Branco é um dos mais intactos, o Colégio Amapaense começou só com um bloco, já tem dois hoje, mas não inviabiliza que se faça um tombamento dele. Nós vamos fazer o tombamento da área do [Inaudível] já começamos já, do estádio de futebol, que vez por outra aparece um maluco querendo que a prefeitura transforme isso num shopping, venda pra ser construído um shopping [Inaudível]. Então nós vamos tombar só a área, a prefeitura pode fazer a construção que quiser desde que seja pra pratica esportiva e principalmente futebol. Mas que preserve a área que quando ele foi construído ai não morava ninguém pra cá era isolado da cidade, ele tinha motor de luz, ele tinha luz elétrica, ele tinha os refletores eu acho uma injustiça deixar vender essa área ai.

Jakson: E o futebol aqui em Macapá é muito forte né? Todo mundo fala do estádio municipal.

Montoril: É, mas tem um bando de perna de pau também aqui, deixei até de narrar futebol por causa disso, é tanta gente ruim.

Juliana: E como é que agente faria pra ter acesso a essas fontes? Pra conseguir isso?

Montoril: Eu vou verificar aqui, eu vou pedir pra menina tirar uma cópia, ela pode tirar uma cópia?

Juliana: Pode, pode sim. É claro.

Montoril: Vou tirar uma cópia, ai eu vou ver aqui [Inaudível].

Juliana: Tem que deixar algum documento? Alguma coisa assim?

Montoril: Não, eu tenho, sempre quando Liliane me pede alguma coisa que eu tenho né? Mas quando eu tenho tá descartado, né? Não existe mais, [Inaudível] a tendência tá preservada.

Jakson: Assim, ai que tá, também essa parte de trabalho assim, tipo, ele pode tá, sido transformado assim mas, essa segunda fase desse trabalho tá, o que vale mais é o pelo assim da memória sabe? Dos moradores, dos sentimentos dos moradores de Macapá por esses prédios, dessa construção, dessa identidade de Macapá aqui, isso no momento tá mais centrado nisso assim né Juliana? Isso que vai dar respaldo, não é tanto o que tá aqui, por exemplo, esse prédio que tá aqui que tem um valor arquitetônico, nesse momento não é o valor arquitetônico, mas sim o valor sentimental e se os macapaenses se reconhecem com esses prédios sabe? [Inaudível]

Montoril: É identidade mesmo né? Olha, o Santana Rioli ele começou com uma Escola Domestica (Escola Doméstica de Macapá) e a primeira diretora era justamente a irmã Santana Rioli.

Jakson: Uma irmã?

Montoril: É. Uma irmã.

Jakson: irmã da onde? [Inaudível]

Montoril: Nossa Senhora Menina, da Itália [Inaudível], eles vieram da Itália, passaram pela Argentina né? Eles tinha assim uma ligação muito grande assim com [Inaudível]?

Jakson: 60?

Montoril: Não, 48 por ai assim.

Juliana: Qual é a relação, no caso? Porque eu tava lendo que vieram os padres da Itália também né? E qual era a relação deles com essa política do Janary, em relação com o próprio Janary?

Montoril: Não tem muita coisa haver [Inaudível]. Acontece o seguinte, que entre 1911 e 1948 estiveram aqui os padres da Congregação do Sagrado Coração de Jesus, que são chamados os padres sacramentinos. Eles usavam assim aquela batina preta aquele chapelão de aba sabe? Crucifixo enorme no peito uma faixa [Inaudível] do lado assim. A molecada de Macapá quando viu o padre Julio pela primeira vez só faltou subir em mucajazeiro, no tucumanzeiro vocês sabe o que é? É uma árvore que tem espinho. [Inaudível] os moleques tinham um pavor dele, ele era enorme, ele era alto, depois ele deixou a barba crescer e ficou ainda mais interessante. Então os moleques tinham um medo terrível dele. Então vieram pra cá esses padres. Depois, por problema de malária e tudo e a insalubridade era muito forte eles foram embora e solicitaram a Cúria Romana que providenciasse uma outra instituição que tivesse interesse em fazer a catequese aqui no Amapá, ai o pessoal do Instituto Pontifício das Missões Estrangeiras de Milão se manifestou né? Os padres do PIME (Pontifício Instituto das Missões Estrangeiras) e ai eles vieram, começaram a chegar em maio, final de maio de 49, de 48 e tão até hoje, os primeiros que vieram todos eles com idade entre 24, 24 anos os mais velhos tinham 29. Quer dizer, numa faixa bem... todos eles bem novos sabe assim, ai por exemplo, eu era garoto no [Inaudível]. A gente via aqueles padres assim como... parece que eles eram grandões assim, depois o padre Jorge inclusive quando ele chegava perto de mim ele dizia: "Mas rapaz, engordaste muito". Ai ele já me parecia baixinho, pequenino [Inaudível]. Agora eles também tiveram um papel preponderante aqui sabe? Não só na catequização, mas também na educação. Eles suprimiram muito aqui o Estado sabe?

Jakson: Eles tomaram conta assim dessa parte de educar?

Montoril: Eles foram complementando, por exemplo, a escola Padre Dário, a Escola Paroquial Padre Dário. Depois o governo assumiu né? A escola São Francisco, que fica aqui no Bairro da Alvorada, também construída por eles, diversas, várias escolas, [Inaudível] em Santana. Isso era um trabalho fantástico aqui. Então quer dizer, aqui no caso não é o aspecto em si hoje, é só uma particularidade né? É como surgiu isso aqui, [Inaudível]. Esses conjuntos, sempre eles foram construídos assim, mais pra abrigar aquele pessoal de um escalão intermediário. Assim, não é qualquer pessoa que tinha acesso né? Era assim, chefe de sessão, chefe de serviço que as divisões antigamente eram o órgão máximo né? [Inaudível]

Juliana: E no caso, eu reparei que tem algumas casas que são de madeiras e outras de alvenaria. Tinha também essa diferenciação assim, tipo, funcionários e tal?

Montoril: Não, [Inaudível] como elas eram financiadas pelo IPASA (Instituto Pensionista dos Servidores do Estado) elas eram sempre de alvenaria, aquela velha historia né? O dinheiro público não pode ser utilizado pra construir casa da madeira e nem de taipa. [Inaudível]

Juliana: E tem umas casas de madeira, que ficam tipo, tem o Largo dos Inocentes né? Ai tipo, acho que mais pra baixo tem umas casas de madeira, aquelas são de que período? [Inaudível]

Montoril: Né na [Inaudível] General Gurjão?

Juliana: Eu acho que é, como é o nome daquela rua? Eu acho que é a Avenida Mendonça Furtado [Inaudível]?

Montoril: [Inaudível] tem uma só ali que ainda guarda alguma característica. É logo a primeira a direita de quem sai ...

Juliana: E aquilo é dessa época também?

Montoril: É, é de 47, 45, 46, 47. Aquelas de alvenarias, [Inaudível] aquelas de alvenarias germinadas é, exatamente é, elas tinham o assoalho que eram assentado sobre pilastras, como se faz muito no sul do país. Isso, eles assentavam aqui o telhado em cima da pilastra. Agora tinha umas outras de alvenaria germinadas que ficam depois da Sede do Amapá Clube no sentido da Universidade Estadual. Ali era a vila, era chamada a Vila Presidente Vargas, o nome da rua era Floriano Peixoto, era travessa Floriano Peixoto, mas de tanto o pessoal se referir ao conjunto Presidente Vargas e o Presidente Vargas era o Presidente, vamos deixar o Floriano [Inaudível], botaram o pobre do Floriano lá pra aquela praça, que era um lixeiro tremendo e agora pelo menos tá urbanizado, né? Tá limpo ali. Eu vou ver o que eu puder ajudá-los, tá?

Jakson: Assim então, eu percebi aqui que na nossa conversa, na verdade você tem uma identidade com Macapá porque você lembrou de várias coisas, lembrou dos processos, das transformações né? Desses prédios, lembrou datas assim certíssimas ou não né? Mas o que, com essa sua identidade, com esse seu sentimento por Macapá que deu pra ficar bem visível aqui. O que você acha que poderia ser feito assim, na sua opinião, a esses patrimônios a essa memória de Macapá que ainda não esta guardada tem muita memória guardada, mas dentro das casas né? Assim não, não ta o todo assim, tipo, o que você acha que poderia ser feito, uma alternativa sua, do morador de Macapá pensar nisso?

Montoril: Isso aqui nós já tentamos fazer várias vezes. É a questão de mexer com a sensibilidade desse povo, mas é difícil de ver e quando um aparece, é com uma fotografia pra querer vender. Você sabe o quanto eles me cobram, 50 reais por cada foto. Eu digo: “Rapaz tu tas é doido, como é que vou pagar 50 reais numa fotografia.” “Mostra aqui essa fotografia”. “Quem é esse pessoal aqui, por exemplo?”. É pessoal da família dele. Se tivesse pelo menos um prédio assim, com detalhes paisagístico, com uma paisagem por trás. Ah, mas meu pai foi pioneiro aqui, mas aí já é história de vida, né. “Teu pai trabalhou em quê?” “Ah, meu pai trabalhou nas obras do Hospital Geral”. “Não deixou de realizar um trabalho” [Inaudível]. “Agora vê bem um detalhe: tu queres fazer vale a condição de teu pai pioneiro, de ter participado da construção de prédio importantíssimo que ainda hoje serve a comunidade. Mas ao mesmo tempo tu ta inviabilizando isso, tu vens querer vender uma fotografia, por 50 reais. Quando tu deverias doar isso aqui. Mas se eu doar pro fulano, ele vende! Se eu doar pra não sei quem ele vende! É um mecanismo aí cara entre o pessoal, que alguns querem levar vantagem, é o caso de levar vantagem.

Jakson: Eu soube que na biblioteca teve um incêndio, né. Do lado da igreja de São José. A mulher da Confraria, ela falou que muitos dos acervos privados que estão aí hoje, por que pessoas pegaram documentos desse incêndio?

Montoril: Acho que ela estava equivocada não houve incêndio nenhum. Aonde teve incêndio foi na SERPLA, quase atingi à biblioteca da SERPLA. Essa é aonde eu digo que estão os Diários Oficiais. Os relatórios do governo. Não sei se vocês se situam.

Juliana: Desde desse período?

Montoril: Provavelmente, talvez tenha alguma coisa lá. Mas o incêndio não atingiu à biblioteca, nem do lado da Igreja, nem a outra. Você vai na avenida FAB aqui aí tem Jovino, logo, aqui no canto é a Secretária de Planejamento. Aí depois bem aqui tem o Centro de Convenções João Batista de Azevedo, por trás dele tem um outro prédio aqui, chega... e a biblioteca do governo. Então, aqui que ele encontra relatório, Diário Oficial, documentos públicos mesmo. É como se fosse o Arquivo Público. Então é nessa biblioteca aqui. Mas olha a distância, nem tem como o pessoal chegar lá. Isso é conversa da Telma, não é uma gordinha [Inaudível]? Eu fui fundador da Confraria Tucuju. Ela ta equivocada.

Juliana: Sua família sempre foi daqui?

Montoril: Eu sou de Mazagão.

Juliana: Mas seus pais?

Montoril: Meu pai nasceu. Olha tem um fato muito interessante aqui, eu poderia perfeitamente ser mazaganiense, mas nascido no Pará. Por que na época, embora já tivesse sido criado o território, essa questão da jurisdição não ficou bem definida, sabe. Então quando o meu pai fez o meu registro, aí apareceu como se eu tivesse nascido em Belém, embora fosse 1944 tinha que colocar Mazagão. Mas não podia porque não estava definida a questão da hierarquia, da jurisprudência. Aí você vê muita gente que nasceu em Macapá, mas ele é paraense nascido em Macapá. Porque ele nasceu em data anterior a 13 de setembro 1943. Tem uma amiga que mora em Belém que também é assim, afinal de contas qual é a tua naturalidade? Porque até 1943 era Pará, ele nasceu no dia 03. A gente não sabe se é Pará ou Amapá. Ninguém sabe a hora que o ato foi assinado, 6 horas da tarde? Ela não lembra, ela não sabe quando foi que ela nasceu. Mas esse trabalho que você falou aí, nós já tentamos fazer desde [Inaudível]. Depende de quem esteja a frente do governo. Olha, eu tenho acompanhado aí, o IPHAN tem se esforçado pra

conseguir né. Se você tem fotografias, já no IPHAN a gente copia. Isso eu tenho feito freqüentemente, [Inaudível] a agente copia na hora, depois, a gente passa pra um CD, eu lhe dou um CD.

Jakson: Você acha que essas doações ocorrem porque não tem um museu?

Montoril: Também.

Jakson: Então carece ainda, né?

Montoril: Ele diz o seguinte, bom eu tenho uma fotografia da minha família, eu permito que vocês [Inaudível] eu ficou com o original, mas vocês ficam com uma copia, com boa revelação. Eu só ousou, se a Assembléia Legislativa da titulo de macapaense pro pessoal de fora. Não da pra quem se instalou aqui em 43, 44, 45.

Jakson: Mais por causa dessa discussão aqui?

Montoril: Não! Não é por isso não, é porque, é questão política, né. O mérito do cidadão ta em segundo plano, mas é o interesse, né. Vinculação de partido ou troca de alguns favores, né. Ta nesse sentido assim, mas se o próprio governo se interessasse por isso tem o Museu da Imagem e do Som. Olha, nós temos provocado isso aqui pelo Conselho. A gente já chegou até, não digo desgastar sabe, mas o César Bernardes que é um amigo meu, que é um assessor do governador. O governador disse assim: “Montoril o governador [Inaudível] lá contigo”. Eu faço rádio e eu compro no rádio. Eu faço dia de domingo, num programa de 3 horas da manhã, na 99 FM. E eu compro sabe. Daí eu não sou [Inaudível]. Domingo eu tava dizendo se eu fosse governador, eu não dava nem 200 mil reais pra carnaval. Eles, não promovem nada. Só querem ganhar o dinheiro público e no final eles não prestam conta. Aí quando é no outro ano.... inadimplência. Então isso que eu digo, depende de quem vai tomar a frente da campanha, por que se for. Colocaram um rapaz aí, estudantil, não sei o quê. Aí foram não tinha como compensá-lo, colocaram ele como Diretor do Museu da Imagem e do Som. O Museu existe, o local pra funcionar existe, é lá no Cine Teatro Territorial. Ainda tem o palco.

Jakson: Mas não está desativado?

Montoril: Ele tava. O pessoal do Barão já andou colocando, virou uma espécie de almoxarifado, deposito, sabe. Então o que tem que ser feito, bloqueia. Na verdade ele surgiu como complemento, das atividades educacionais. Eu mim lembro que aos sábados, a gente ia pra lá, tava cheio de moleques, ele passavam uns desenhos animados sobre ciência. A importância do corpo humano, o esqueleto, o corpo humano sem o esqueleto não consegui caminha. O sujeito da lá de baixo de uma árvore, dormindo né. aí de repente tava andando sozinho. [Inaudível] Aí ele olha pra trás e ver o camarada sentado, lembra assim, por a mão na cabeça, muito bem feito, aí ele volta e entra e novo no corpo, sabe. Aí o corpo sai caminhado, pra mostrar a importância do esqueleto. Era tudo assim, nesse sentido, a agente aprendia que era uma beleza. Por que era ilustrado. Aí surgiu assim, depois, foi começando a passar outros filmes. Tinha um tal de cavaleiro vermelho que a gente só sabia que ele era vermelho, por causa do nome do seriado, né. Por que preto e branco. Mas eu acho que é valido sabe. Eu vejo assim, o IPHAN, eu sempre mantenho contato com o pessoal. Porque nossa Secretária de Cultura, infelizmente ta nas mãos de deus. Ela é duma omissão.

Juliana: Tanto Estado como Prefeitura?

Montoril: A prefeitura, a gente nota um pouco mais de entusiasmo sobre essa questão. Cidadão que já é falecido, ele era um dos que andavam pedindo fotografias. E o pessoal dava fotografia, “não me da fotografia, me da o currículo do teu pai, que eu vou publicar no meu livro”. No final não saia nem o livro e nem a fotografia. Nem a biografia nem a fotografia do pai do doado. E o pior é que ele não devolveu as fotos, depois, ele vendeu pra prefeitura, quase 500 fotografias. Tem um pessoal aí que queria mover uma ação judicial contra ele, rapaz só se for pra desenterrar o homem lá da Nossa Senhora da Conceição. Por isso que eu nem peço, quando muito eu digo, tu queres informatizar esse teu acervo fotográfico, se tu aceitar minha ajuda, agora com uma condição, doar por Conselho. Porque depois a gente pode direcionar por órgão, por que não trabalhamos com isso, né.

Jakson: Fazer uma memória pra cidade?

Montoril: É. Eu não quero, eu tenho. Eu tenho fotografias interessantes. Eu tenho fotografias, quando em 1943, quando chegaram aqui Joaquim Caetano da Silva. Foi o autor que fundamentou as memórias do Barão Do Rio Branco aqui, a questão do Amapá. A carretinha, as carretas que eram empurradas, que, eram nem motorizadas [Inaudível] Elas eram empurradas, por soldados da época colonial. Elas foram do Rio pra Belém, na [Inaudível] Mearim. Em Belém houve uma grande homenagem pra ele, não sei se foi por ali, pela praça da República, Avenida Presidente Vargas, na época que ainda era 15 de agosto. Depois, essas carretas embarcaram aqui pra Macapá. As carretas se perderam. Mas os restos mortais dele estão aqui desde 53, agora que vai ser colocado no museu, porque apareceu gente aqui maluca pra querer devolver pra família os restos mortais. E esses restos mortais vieram pra cá, por sugestão da Academia Paraense de Letras. O Joaquim Caetano era membro.

Juliana: O senhor tem essas fotos todas digitalizadas?

Montoril: Não! Foi um rapaz que me deu as fotos. Inclusive, tava lá pela casa dele rolando pela gaveta. Ele disse Montoril guarda isso pra mim. Olha como é que eles dizem guarda pra mim, né. Então eu ficou sempre com uns filmes prevenidos, por que qualquer um dia ele aparece. Uma vez me deram uma Coleção da Revista ICOMI Notícias, conta tudo sobre a ICOMI em 64, 65, 66. Uma tarde eu to lá sentado na calçada de casa, ai aparece o filho do dono dos álbuns, né. Quatro álbuns. “Professor eu vim buscar”. “Tu vieste buscar o quê?” [Inaudível] “A revista do papai”. “Olha teu pai quando me entregou essa revista aqui disse: Professor guarde pra mim, só devolva pra mim! Cadê seu pai? Vai buscar seu pai, se não tu não leva, não adianta”. Demorou muito ele chegou com o pobre do pai, ele tava fazendo campanha com um político aqui, e o político era de fora, do Paraná, querendo demonstrar conhecimento sobre o Amapá, queria se valer de alguma coisa.

Jakson: [Inaudível] Fazer o discurso dele?

Montoril: [Inaudível] levou e deram o fim na coleção. Aonde foi parar, alguém pegou isso. Agora o sujeito que não trabalha, não pesquisa. Eu faço minha pesquisa. Com 18 anos já era professor e o livro, vocês não entenderam qual era o meu objetivo. Eu lecionava história. Eu mesmo sentia uma dificuldade imensa dos meus alunos conseguirem material pra pesquisa. Aí eu mesmo comecei a pesquisar. Aí eu dava 30 minutos de aula. Durante o dia 50 minutos, eu dava 40 minutos de aula, 35 minutos de aula, de acordo com o planejamento, eu sempre reservava 15 minutos pra satisfazer a curiosidade deles sobre o Macapá. Eles me apareciam com quanta pergunta. Eu digo olha, eu não posso ainda dizer alguma coisa sobre isso, mas vou pesquisar. Eu tinha consciência que se pra mim já era difícil imagina pra eles, mas eu comecei a fazer isso. Hoje eu não participei! Mas todo dia, eu participo de um programa chamado *O Estado é notícia*. Um dia na história, sabe. Então as datas históricas de hoje eu deveria ter repassado, no programa, eu faço isso diariamente. Dia de domingo eu tenho programa no rádio. Então eu pesquisei primeiro pra atender o meu próprio interesse, né. Quando eu lecionava, estimulava. Até hoje eu atendo. Estudante universitário vêm aqui: “Professor, eu queria que você me fornecesse...”. Tem gente que já veio me pedir, eu lancei todos em livrinhos. Teve gente que já veio me pedir o livro pra tirar xerox.

Jakson: E você tem eles aí?

Montoril: Não eu tenho em casa. É um sobre a *Banda* e o outro “Mar-acima e Mar-abaixo de ladrão a ladrão, a saga de uma nação”.

Jakson: Interessante, né?

Montoril: É. Eu falo sobre o carnaval amapaense. Aí eu falo sobre a presença do negro, falo da Fortaleza. Porque Mar-acima Mar-abaixo, né. Segundo conta a vossa dança tinha sido originária.

Jakson: Do Mar-acima?

Montoril: É. O pessoal desce [Inaudível] de maneira bem lenta. Então eu fiz. Aí eles vêm me pedir o livro pra tirar Xerox. “Rapaz, tu não sabe que isso aí é crime, direitos autorais?”. Então eu fiz esses dois livrinhos aí. Mas é difícil aí quando os alunos vêm que me pedir alguma coisa, eu digo: “Olha material meu da pra minha redação, eu não posso ceder”. Eu tô preparando um livro sobre o território do Amapá. Mas eu posso dizer aonde é que tu vai conseguir isso, eles não querem, eles não querem, pesquisar é chato.

Jakson: Aqui [Inaudível] pesquisa, UNIFAP. A UNIFAP também não deixa os alunos terem acesso às monografias através de fotografias, nem de xerox. A gente foi lá, viu uma monografia muito interessante, sabe, aí quando a gente foi. Como a gente tem pouco tempo pra ficar aqui, não dar pra dispor de um tempo maior pra ler, então, o que seria mais plausível a gente tirar uma xerox e ler a monografia em Belém. Só que aí impediram a gente, a gente conversou até com o Coordenador de História, Guilherme.

Montoril: Um branquinho. O moço velho.

Jakson: Assim, então até o acesso da universidade já é restrito pros alunos, eu não achei uma coisa muito boa.

Montoril: Sabe por que eles fazem isso, por que tinha muita gente que estava reeditando essas teses, esses trabalhos. Eles tiravam xerox aí, depois apresentavam como sendo o trabalho deles.

Jakson: Eu sei como é que é isso, mas Nilson Montoril, na verdade eu não vejo isso como um grande problema, por que se não, olha tem várias teses aí, tem doutores, pode baixar pela Internet, então nós estamos aí a qualquer hora. Eu mesmo posso pegar uma monografia colar e é meu. Eu vejo isso na verdade como uma forma depreciativa do conhecimento próprio de Macapá, por que olha o nome da monografia era assim: *A Invenção do Amapá: propaganda política e controle social na administração janarysta*. Parece ser uma boa monografia, eu dei uma olhada tem um conteúdo muito legal, pra ficar restrita na Universidade, não poder ser reproduzida, né. Quer dizer que muito do conhecimento que você adquiriu é [Inaudível] também?

Montoril: Eles não deixam isso em site, por que a universidade não tem. E as outras têm. Apareceu um camarada aqui fez uma proposta com um projeto, nós analisamos o projeto, de incentivo à cultura, nós [Inaudível]. Só que nós achamos assim que a linguagem tava muito acadêmica. E ele tava concluindo aí

um curso, não sei se era Direito. Aí ele apareceu assim, com esse livro, nós começamos a ler termos assim que não são usuais entre nós. É, muitos próprios dos cariocas e dos paulistas. Aí começamos a desconfiar, o relato do processo, resolveu entrar na Internet. Começou Universidade Federal do Rio de Janeiro. Tem a rural e tem a outra Universidade Fluminense. [Inaudível] Quando ele veio aqui rapaz, se ele tivesse uma metralhadora ele tinha atirado na gente. Eu digo “Senta aí um estante”. Ta aqui, o processo, ta aqui o teu livro. “Acompanha aí”. Eu comecei a ler, ele me viu com um papel na mão, só sei que ele foi ficando agoniado na cadeira, ele se mexia. Eu não estou entendendo aonde você quer chegar, eu disse: “Não, eu já cheguei meu amigo. To lendo aqui o trabalho que você copiou, esse trabalho é de um cidadão lá na Universidade Fluminense. Como é que você tem a coragem de fazer isso, isso é falsidade ideológica rapaz. O conselho vai publicar isso no diário oficial, tinha um conselheiro aqui que queria que desencadeasse um processo contra você por falsidade ideológica. Não é nosso objetivo, nós não temos competência pra isso, mas se o autor dessa monografia de repente descobrir ele vai mover uma ação contra você. Agora imagina se o Conselho aprova. Depois, se descobrir que isso era [Inaudível] a gente tem que ter um tempo aqui pra emitir parecer”.

Nome completo: **Marilda Silva da Costa** – Entrevista realizada em 19-02-2009.

Endereço atual (Rua,nº): Av. Brasil, n.º 362, Conjunto Boné Azul

Bairro: Boné Azul – Macapá/AP

Profissão atual: Pedagoga e Assessora da Secretaria Extraordinária dos Afro-descendentes

Marilda: Como estava agora na época do ciclo nós [Inaudível] realmente o ciclo do Marabaixo de Macapá ele exige muito dos organizadores, dos festeiros e como eu sou uma das presidentes do grupo que realiza o ciclo do Marabaixo aqui em Macapá nós realmente [Inaudível] a gente ta muito envolvido com o desenvolvimento, né, que é um período inclusive longo, porque o ciclo ele tem um período, ele acompanha o período Pascal, aquele período da igreja católica que é após a quaresma e encerra após a Quinta-Feira de Corpus Christi que é no Domingo do Senhor que se chama. Então a gente é muito envolvido porque nós ainda vamos realizar um seminário, exatamente para discutir essas questões. Por que a Secretaria dos Afro-descendentes ela realizou um encontro de gestores FIPIR Norte. A FIPIR Norte é o Fórum Intergovernamental de Políticas de Igualdade Racial. Então assim houve um encontro de gestores na região Norte, onde estava presente nesse encontro uma técnica do IPHAN, onde ela colocou algumas questões e houve exatamente, despertou esse interesse pra que a gente pudesse colocar exatamente o Amapá, porque o Governo do Estado decretou a manifestação como uma manifestação, como um bem material do Estado. Então essa técnica levantou, ela despertou esse interesse e a gente passou a conceber, a amadurecer essa idéia. Inclusive no seminário a gente iria inclusive colocar. Um dos pontos pra discussão seria esse no seminário que a gente vai ainda organizar, se Deus quiser. Que na verdade eu acredito que será só pra Agosto, porque Julho vai entrar férias e aí já viu. Porque nós acreditamos que é uma manifestação de real... inclusive é uma manifestação hereditária do Estado. Do Estado para lá tu pergunta: “Qual é a identidade cultural do Estado? É o Marabaixo”. E por ela ter essa tradição, por ela ser secular, mais do que nunca. A gente não sabe nem, por exemplo, se tu perguntar: “Quem foi o idealizador disso?” A gente sabe a partir de uma geração, a partir de 45 quando o houve o desmembramento do Estado do Pará. Que o Amapá era ligado ao Estado do Pará, não é? Que ele pertencia à Capitania do Cabo Norte e ele foi ligado ao Pará. Quando houve exatamente esse desmembramento, na verdade mesmo na época desse desmembramento que ele era ligado ao Estado do Pará, foi exatamente quando os negros vieram e eles já dançavam as escondidas exatamente em louvação aos seus santos, por que sempre associavam de uma forma pejorativa o Marabaixo à questão de macumba. A Igreja, enfim, todo mundo. Então pejorativamente havia essa associação. Então sempre houve exatamente a forma que os negros tinham de extravasar, não os seus louvores aos santos, que eram também às escondidas, por que na verdade com a história da catequização e a Igreja nesse processo de evangelização, era exatamente o catolicismo que imperava e os santos eles eram exatamente associados aos santos da Igreja Católica e eles cultuavam mesmo na condição de escravos ai vieram pra cá e eles cultuavam como? Exatamente com os tambores, que era forma que eles tinham. Apesar de serem às escondidas, depois do patrão à noite quando se recolhiam para os seus aposentos. Depois de já libertos essa herança continuou. Só depois desse desmembramento do Estado é que houve todo um processo, por quê? Por que quando foi nomeado o governador, que veio exatamente os negros, onde se habitavam os negros? Mesmo os negros que já habitavam aqui porque vieram nessa história de colonização do país, os negros que vieram para cá eles vieram exatamente para prestar serviços no Forte, eles eram os escravos do Governo. Tanto na Igreja, nas construções, esses trabalhos dorsais todos eram feitos por negros e índios, né. Então essa reprodução, essa associação, esse casamento, novas gerações foram formadas,

então a partir da geração do desmembramento que foi dado um levante no Marabaixo exatamente por precursores que criaram uma coragem de por isso para fora, de extravasar, colocar, de começar a festejar seus pontos, de se reunir nas casas dos festeiros, para realizar as suas festividades. Então esse auge começou a partir desse desmembramento do Estado do Pará, que foi com o Janary. Foi que quando os negros que moravam geralmente... se você for em todo o ponto do país, os negros geralmente adentravam o mato, eles se alojavam e criavam os seus mocambos, montavam as suas coisas as proximidades de rios, pode prestar atenção. Então aqui em Macapá não foi diferente. Eles se alojavam ao longo do Rio Amazonas, ali na frente da cidade, do rio que eles moravam e que com a chegada do governador para a colonização e exploração do Amapá, obviamente que esse era o melhor local da cidade em termo de paisagismo, né. E aí então a proposta do governador era exatamente tirar os negros daí. Então a partir daí o Marabaixo ele também sofreu de uma forma essa própria separação daqui, a separação dos negros, houve também uma fragmentação do Marabaixo, porque foi a primeira ruptura deles, dessa festividade, que aí formou-se dois grupos, dois núcleos populacionais: o núcleo populacional do Laguinho, comparativamente com a Favela foi muito maior, a maior massa de negros foi para o Laguinho, por isso que até hoje é chamado de Nação Negra. Por que geralmente eles associam a grande nação negra do estado com o Laguinho, que foi para lá no auge. E um outro grupo que foi para cá para Favela. Que também Macapá ela é toda cheia de ressacas e pra cá passava também uma ressaca e por isso que eles apelidaram de Favela o nome porque exatamente era um ovo. Isso aqui era um ovo essa parte da Presidente Vargas, da Mendonça Furtado, isso tudo corria uma grande ressaca e eles foram se alojar ultrapassando essa ressaca. Era uma das tendências dos povos negros era se alojar exatamente nesses locais. E aí criou-se esses dois núcleos. Mas como o núcleo da Favela ele foi realmente um núcleo bem menor, ele não foi nem reconhecido pelas autoridades como um bairro, já o Laguinho foi. Mas ele não foi de direito, não existiu de direito, mas de fato ele existiu. Tanto que até hoje as pessoas analisam: Laguinho, Favela. Na verdade a Favela não existe, é o Bairro Central. O Bairro Central, na verdade, acabou dominando todo aqui onde ficou o cemitério Nossa Senhora da Conceição, os pontos eram a igreja de São José e eles se alojaram aqui. E nesse contexto o Marabaixo também se desenvolveu a partir daí desses dois grupos. Mas apesar de ter havido essa ruptura ele não se enfraqueceu, por quê? Por que a interação dos negros era muito forte, então mesmo tendo uns cabeças aqui: Raimundo Ladislau, o Velho Mestre Julião, Dona Celísia e enfim, né. E na Favela tinha o Mestre Prussiano, a Gertrudes, o Benedito Velho Congós, Benedito Lino que era o Velho Congós, o João Barca que foram pessoas que vieram. Então o que é que acontecia? Eles nunca, na verdade, eles nunca na cabeça se conceberam. Eles conceberam o Marabaixo como dois pontos que passaram a cultivar, mas um enfraqueceu o outro por que, por exemplo, na época das grandes festividades, que era o Mastro e que era a Murta, um apoiava o outro. Eles tinham um ponto de encontro que era na frente da Igreja de São José, onde lá eles dançavam a Carioca, que na verdade são passos da capoeira, da capoeira da Angola. Só que no Marabaixo recebeu o nome de Carioca, como galinha choca. Então havia assim na frente da igreja havia a concentração onde as bandeiras se encontravam, o encontro das bandeiras do Divino com a Santíssima Trindade. E havia exatamente todo um ritual na frente da igreja e eles saíam juntos, os dois grupos, deixavam, por exemplo, eles vinham todos juntos ia direto para o Laguinho, deixavam o mastro, os instrumentos, a murta, tudo lá e depois o grupo como um todo grupo vinha para a Favela deixar o Núcleo da Favela. Aí ficavam, faziam a roda lá por um período e depois cada um ia para o seu espaço. Então nunca houve assim, como é que se diz, houve uma fragmentação porque à medida que se passou a fazer em dois lugares houve um rompimento, uma quebra disso, mas eles se fortaleciam o tempo todo. Então nessa figura, nesse papel, as principais figuras eram o Julião Ramos, o Mestre Julião no Laguinho e na Favela a Velha Gertrudes, que ela era assim, sabe aquelas pessoas de personalidade que você vê, que chega, tem aquele poder de organização, de liderança mesmo, e ela tinha isso. Então ela conseguiu estruturar dentro da Favela uma sociedade do Marabaixo, como Julião Ramos e Ladislau construíram no Laguinho, que eles tinham inclusive dentro do ritual do Marabaixo existia uma festa que eles também diziam que era o Baile dos Sócios, porque tinham os associados da Santíssima Trindade do Espírito Santo do Laguinho e tinha os associados da Santíssima Trindade da Favela.

Juliana: Era como se fosse Irmandade? Ou eram irmandades mesmo?

Marilda: Eram como se fosse irmandades, entendeu? Então tinha um quadro de sócios onde eles anualmente [Inaudível] como a festa ela tem no fundo um cunho do catolicismo, ela é muito [Inaudível], ela tem um envolvimento do catolicismo exatamente com a questão dos tambores a essa associação. Aí o que foi que aconteceu? Esse desenrolar, tanto que muitos do Laguinho [Inaudível] Na verdade, esse livro antigo ele se perdeu, infelizmente. Pelo menos o da Favela, né. As folhas vocês já nem podia tocar.

Juliana: Eram os livros de quem?

Marilda: De associados da construção da Associação de Marabaixo. Onde estava todo o histórico e anualmente quando não existia festeiro existiam duas dominações: o festeiro normal que é advindo de sorteio e o festeiro que era oriundo de promessas que eles chamavam promesseiros. Então quem realizava

a festa anualmente? Pelo fundo católico era exatamente... havia promessas. Então quando havia a promessa, o ano seguinte quem pegava as bandeiras do santo, se comprometendo a fazer a festa era o promesseiro ou o festeiro [Inaudível]. O [Inaudível] era uma espécie de sorteio onde dentro daquele depósito eram colocados todos os nomes dos festeiros daquele livro de sócio e no dia da missa da Trindade ou do Divino Espírito Santo, quando não tinha um promesseiro, que antes tinha um promesseiro que vinha falar com os líderes das festas e dizia que tinha uma promessa e queria pegar na bandeira. Quando não tinha esse compromisso com nenhum festeiro, aí era tirado o pilô que eles chamavam. O quê é o pilô? Era um sorteio onde estabelecem os três sócios. Sortearia o primeiro, o segundo e o terceiro e nove pessoas. O primeiro que saía era o primeiro festeiro, o segundo sorteado era o segundo festeiro, e o terceiro era o terceiro festeiro. E a partir daí o sorteio continuava. Eram doze pessoas sorteadas por que eram muitos, associados ao número doze sagrado dos apóstolos. Então após esses dois sorteios eram tirados nove que completavam os doze. Esses nove eram os nove [Inaudível]. E esse processo por muitos anos...

Juliana: E esse processo de remoção desses negros da Favela para o Laguinho. Como se foi esse processo? Foi conflituoso? Eles negociaram?

Marilda: Na verdade, não temos muito esse tipo de informação, conflituoso, isso foi, mas não foi um conflito de embate. É de revolta [Inaudível] entre eles havia aquele lamento tanto que hoje você vê nos versos do Marabaixo, eles tendem isso, você prestou atenção. Por exemplo, tinha um verso do Marabaixo, então é por isso que o Marabaixo, o Batuque eles exprimem exatamente o sentimento que eles estão sentindo no determinado momento. A Gertrudes cantava uma música: *“Pelo jeito querem me deixar sozinho, e eu vou para favela e os outros para o Laguinho”*. Que a maior incidência deles é o lamento dessa situação. Isso aqui é a vida deles. Eles lavavam roupas de quem eles viviam de [Inaudível]. Porque a maioria dos negros foi para o Laguinho, porque a grande maioria tinha exatamente terrenos, roças, eles sobreviviam de roças.

Juliana: Então, por isso que eles escolheram.

Marilda: Então, por isso onde eles já tinham, aqui o lago que lês chamavam de Laguinho, tinha um laço [Inaudível] fundaram suas roças.

Juliana: E o detalhe da Favela?

Marilda: E o da Favela, uma das presidentes da Favela era mulher e elas viviam de lavagem de roupa, que era a Gertrudes. Então, porque a opção dela era [Inaudível] de um lago, e que ela podia ter acesso ela vinha de lá para lavar roupa, era mais próximo do Perpétuo Socorro, que era um Igarapé [Inaudível] das margens do Amazonas, as mulheres desciam [Inaudível] e era lá que elas lavavam roupas. Então, eles sobreviviam exatamente desses trabalhos.

Juliana: Então foram eles que escolheram na verdade esses bairros. Não foram os [Inaudível]?

Marilda: Não. Que determinou, não. Eles optaram pelos locais. Não foi determinação do [Inaudível]. E de uma certa forma essa opção deles de [Inaudível]. Eu desconheço. Por exemplo, dizer que houve assim, uma certa resistência de querer sair mas como teria que sair. O negociador na verdade, disso, que era um articulador, que era mariano, ele trabalhava servindo o [Inaudível] e o Julião Ramos, pois ele era sempre esse interlocutor.

Juliana: E outra coisa, quando eles foram removidos eles ganharam alguma coisa dos [Inaudível] para poder construir suas casas lá no bairro?

Marilda: Isso nós desconhecemos, mas a dona [Inaudível]. Uma das pessoas que sofreu esse processo foi a [Inaudível].

Juliana: [Inaudível]?

Marilda: É, ela vivenciou isso, ela é uma das que está viva, contando essa história, mas desconheço, mais informações. Pelo menos não foi dado nada. Mandaram tirar a mulher de lá, desmancharam suas casinhas de lá.

Juliana: E outra coisa, e esses bens que a gente conseguiu identificar. Que a senhora acha? Que é importante para serem preservados.

Marilda: Eu acho.

Juliana: Acha que é importante para memória da sociedade?

Marilda: Com certeza, que acho. Mercado Central, Hotel Macapá que na verdade ele já é museu, que é Intendência.

Juliana: E a senhora tem alguma memória desses bens? Mas acha que importante por quê?

Marilda: O correio, eu já ia perguntar onde está o correio.

Juliana: Na verdade a gente não tem.

Marilda: Cadê [Inaudível] o Rio Branco, tá aqui?

Juliana: Tá, tá aqui. Têm outras que a senhora acha que devia estar na lista? Mesmo que não tenha...

Marilda: Está aqui o Estádio?

Juliana: Está. O Glicério Marques? E tem outros bens nesse período que a senhora acha importante que sejam tombados? Pode ser no Bairro do Laguinho ou na Favela.

Marilda: Cadê a vila Operária?

Juliana: É ali na frente à Praça da Nossa Senhora da Conceição, onde tem algumas casinhas de madeira.

Marilda: Ah! Tá.

Juliana: Você sabe quem morava ali naquelas casas?

Marilda: Não. Inclusive sei que naquela rua, no Bairro do Trem, [Inaudível] exatamente tinham um trilho que passava por lá. Pelo menos tinha resíduos de trilho. Procópio Rola, onde fica esse conjunto?

Juliana: Fica em frente a [Inaudível] telecomunicação, umas casinhas todas padronizadas. Acho que tem foto dela aqui...

Marilda: Para mim esses são os pontos, é o Colégio Amapá, Colégio Barão Rio Branco, Colégio [Inaudível]. O Instituto de Educação, que era o antigo IEP, o Bairro Reduto que não existe mais. Eles tem que lembrar do Instituto de Educação, que era a Escola Normal e o Ginásio do Macapá. Por que vocês esqueceram o IEP? Se esse veio muito depois historicamente.

Juliana: E o [Inaudível] também não tá.

Marilda: Mas é o GM.

Juliana: Que é a mesma estrutura, a mesma arquitetura.

Marilda: Da IEP já mudou bastante, onde hoje é a universidade, mas o bairro principal é onde hoje é o IEP.

Juliana: Outra coisa que vou perguntar. Nesse período que [Inaudível] chegou os negros todos moravam aqui ao redor da praça. Do Rio Branco?

Marilda: É eles moravam nessa, onde ficava a residência, nessa rua que é por trás, nessa extensão do coisa... Ali perto do correio. Ali que é a Praça do Barão. Porque as casa eram simples. O Formigueiro que era atrás da igreja.

Juliana: E outra coisa. E dessa outra Praça Veiga Cabral.

Marilda: Era concentração, às vezes eles concentravam lá exatamente [Inaudível] São José, pro Arraial. Já ouviu falar do Tamboré?

Juliana: A Intendência era aqui na direção da Igreja. Então Fulano morava aqui?

Marilda: É.

Juliana: Mas ele chegou a ser removido de lá?

Marilda: Porque quem foi a remoção, foi quem morava perto do Fórum antigo ali do...

Juliana: Rua da Praia?

Marilda: Isso, a Rua da Praia. E o pessoal ali da praça, que foi feita as casas do correio que morava. Não tem o conjunto do correio?

Juliana: Tem.

Marilda: Esse pessoal que foi desalojado. Porque foi construído a casa dos funcionários públicos, secretários, essa comitiva. Então quem foi desagregado foi esse povo daí [Inaudível] até hoje. Tem algumas que foi o ponto que interessou para a construção da residência do governador.

Juliana: Quem morava no Formigueiro não foi removido?

Marilda: Não. A remoção foi só lado desse eixo, da que eles chamavam de Vila Santa que era por perto da praia. Ali do lago São João que era por perto do correio, onde foram construídos essas casas, foi nesse período, Barão do Rio Branco. Foi só esse eixo que foi removido, os outros permanecem [Inaudível].

Juliana: Por que a senhora acha que é importante para preservação desses bens?

Marilda: Na verdade é a memória da nossa história. Na verdade são pouquíssimos os que tem ainda originalidade, poucos muito poucos. O Mercado Central é que ainda tem. É a igreja, é a Biblioteca Pública. Ela tá aqui nesse meio?

Juliana: Não.

Marilda: Mas ela é um patrimônio [Inaudível] da igreja [Inaudível] completamente destruída pelo homem.

Juliana: Foi destruída e construída outra no lugar.

Marilda: É um outro prédio no lugar. Mas a arquitetura é [Inaudível].

Juliana: A senhora consegue ver algum interesse do Estado, do Município em preservar essas referencias culturais?

Marilda: Hoje a gente já vê essas discussões em termos de preservação, porque antigamente você não via, na verdade nunca tinha despertado esse interesse. As pessoas não haviam e não passavam a importância disso. Só depois que eles foram começando a ter consciência disso. Hoje você já ver. E agente que é antigo, é da década de 40 e 50. A gente já vê a falta que isso vai fazer hoje em dia, por que ficamos sem memória da época. Não tem aqui registros, como se vê em Belém. Você sente essa cidade velha e aqui a gente poderia... Cadê a cidade velha?

Juliana: E além do Marabaixo e desses bens quais são as referências culturais da cidade de Macapá que a senhora acha que são importantes assim mesmo para memória e para cultura e identidade da cidade.

Marilda: Na verdade cultural, só vejo, mesmo esse patrimônio.

Juliana: As edificações?

Marilda: Exatamente. Isso mesmo. Só vejo mesmo o bem material, o Marabaixo. Não vejo outro. Aliás, tem o Marabaixo e o Batuque.

Juliana: E o batuque também?

Marilda: O batuque na verdade não é do de Macapá, mas é do Estado. Ele tem as mesmas características do Marabaixo, só que os instrumentos diferentes.

Juliana: Agora só para fechar: a senhora poderia me dar informações básicas. O seu nome completo?

Marilda: Marilda Silva da Costa. E eu estou sentindo falta do IEP, a Escola Normal de Macapá que tinha o apelido de Piramutaba.

Juliana: Por quê?

Marilda: Eram os normalistas que eram só as mulheres e o ginásio só homens.

Juliana: E o local e data de nascimento?

Marilda: Macapá, 20 de 04 de 1952.

Juliana: Endereço atual?

Marilda: Avenida Brasil, 362, conjunto e bairro Boné Azul.

Juliana: Profissão atual?

Marilda: Sou pedagoga.

Juliana: E a senhora tem cargo aqui na secretaria?

Marilda: Assessoria.